



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Raquel de Oliveira Sousa

**Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios: conhecendo
melhor este núcleo especializado da Polícia Militar do Rio de
Janeiro**

Rio de Janeiro

2021

Raquel de Oliveira Sousa

Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios: conhecendo melhor este núcleo especializado da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Doriam Borges.

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S725 Sousa, Raquel de Oliveira.
Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios: conhecendo
melhor este núcleo especializado da Polícia Militar do Rio de Janeiro /
Raquel de Oliveira Sousa. – 2021.
246 f.

Orientador: Dorian Borges.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Sociais.

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Estádios – Teses. 3. Policiamento –
Teses. I. Borges, Dorian. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

es CDU 3::796

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Raquel de Oliveira Sousa

Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios: conhecendo melhor este núcleo especializado da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Políticas Públicas.

Aprovada em 05 de março de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Doriám Borges (orientador)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. João Trajano Sento- Sé
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^a. Dra. Luciane Patrício
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTO

Antes de tudo gostaria de agradecer a Deus pela dádiva da vida e saúde para concluir mais um ciclo da minha vida. Por meio dEle consegui o equilíbrio necessário para continuar a caminhada e, mesmo nos dias mais difíceis me fez compreender que todos os momentos que vivemos só são “por enquanto”. Agradeço por toda a força e coragem para enfrentar cada situação que se apresentava mesmo com as adversidades em outras áreas da vida.

Agradeço aos meus pais Alberto e Elaine, a minha irmã Raíssa que juntos comemoravam a conclusão de cada pequena etapa e as orações em toda a trajetória. Preocupados com o trabalho de campo, com o retorno dos jogos noturnos e também com a análise e produção do trabalho. Por todas as vezes que me levaram ou buscaram no batalhão ou ao estádio. Ao meu (literalmente) companheiro Leonardo que me acompanhou durante o trabalho de campo, sempre me auxiliando e ajudando a trazer os questionamentos necessários para pensar melhor o campo – aquele que me motivava quando a insegurança batia a minha porta com força total. Estes acompanharam todas as angústias e também todas as comemorações de perto. Sem o apoio e ajuda de vocês essa etapa seria muito mais difícil.

Aos familiares por compreenderem minha ocupação e me permitirem estudar com tranquilidade ao compreender a minha ausência em alguns eventos e momentos especiais em virtude da ocupação com o mestrado.

Também não posso deixar de agradecer as amigas pela torcida, energia positiva e preces. Muitas vezes ouvindo curiosas sobre um tema em que não conheciam, só para me apoiarem. Todas nós crescemos muito desde o colégio (230-B) e pré-vestibular (brotos legais) e isso me alegra muito. Aos amigos que por vezes nos encontrávamos nos jogos e, voltando juntos sempre perguntavam como estava o andamento do trabalho. Também agradeço as amizades construídas ao longo deste tempo de mestrado, todas as dúvidas, conquistas e aprendizados divididos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pelo financiamento desta pesquisa, ao meu orientador por cada comentário para melhorar a estrutura deste trabalho. A cada professor que colaborou transmitindo os seus conhecimentos para me ajudar a percorrer todo esse caminho até aqui. Assim como também agradeço ao Comandante

e Subcomandante à época, os ex-comandantes e subcomandantes e cada policial do efetivo que tirou um pouco do seu tempo para conversar comigo e tirar as várias dúvidas que sempre surgiam. Sem o contato e o tempo dedicados a mim esta dissertação não seria possível!

Sou grata por esta rede de apoio que me ajuda a seguir por esta jornada que escolhi. Não é fácil, porém gratificante!

RESUMO

SOUSA, Raquel de O. **Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios:** conhecendo melhor este núcleo especializado da Polícia Militar do Rio de Janeiro. 2021. 346 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho visa contribuir para os estudos da segurança em eventos esportivos observando especificamente a dinâmica de atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), Unidade vinculada à corporação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. São discorridas as questões sobre a temática da violência e segurança pública, o contexto histórico para a fundação da Unidade e sua inspiração em um policiamento comunitário. É abordado como funciona o cenário político que a envolve, as atribuições do serviço, a estrutura organizacional, o perfil dos policiais desta unidade, a relação do efetivo para com os outros policiais da Polícia Militar. Os conteúdos serão expostos ao longo desta dissertação que traz a luz à unidade questões que muitas vezes não são abordadas nos trabalhos sobre policiamento, violência e segurança nos esportes. Será analisada em quais pontos a atuação do BEPE se assemelha ou difere com a atuação da Polícia Militar no Rio de Janeiro a partir da análise de documentos, trabalho de campo e entrevistas realizadas com policiais do efetivo (oficiais e praças), comandantes da unidade e com ex-comandantes da Polícia Militar.

Palavras-chave: Policiamento. Estádios. Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios.

ABSTRACT

SOUSA, Raquel de O. **Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios:** conhecendo melhor este núcleo especializado da Polícia Militar do Rio de Janeiro. 2021. 346 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This work aims to contribute to studies about safety at sporting events. Specifically observing the dynamics of the Specialized Policing Battalion in Stadiums (BEPE), a unit linked to the Military Police Corporation of the state of Rio de Janeiro. They are discussed on the theme of violence and public security. The historical context for the foundation of the unit and its inspiration in community policing are approached, as well as the political scenario that involves it. The duties of the service, the organizational structure, the profile of the policemen in this battalion, the relationship of the staff with the other policemen of the military police are contents exposed throughout this dissertation; bringing light to this unit that is often not observed in work on policing or in work on violence and security in sports. Analyzed in which points the BEPE's performance is similar or different with the Military Police's performance in Rio de Janeiro, based on the analysis of documents, fieldwork and interviews with police officers, unit commanders and with former commanders of the Military Police.

Keywords: Policing. Stadiums. Specialized Stadium Policing Battalion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Comandantes por período.	67
Organograma 1 -	Divisão do comando UOPE.	83
Figura 1 -	Brasão do BEPE.	91
Organograma 2 -	Atividades “meio”.	105
Organograma 3 -	Atividades “fim”.	108
Figura 2 -	Fotografia do fardamento específico dos “pinças” do BEPE, com camiseta, calça e tênis esportivos.	116
Tabela 2 -	Horário de trabalho e atividades desempenhadas.	117
Gráfico 1 -	Motivação para ser policial militar.	130
Gráfico 2 -	Trajectoria dos policiais - batalhões anteriores.	134
Figura 3 -	Policial do BEPE com equipamento na cor branca e braçal da unidade.	142
Figura 4 -	Policial do BEPE entre dois <i>stewards</i> e dois policiais de apoio (com equipamento preto e o braçal do BEPE).	143
Figura 5 -	Três modelos de braçais utilizados pelo GEPE/BEPE desde sua fundação.	143

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	VIOLÊNCIA E AÇÃO EM MASSA	18
1.1	O conceito de violência	19
1.2	Categorias de violência	22
1.1.1	<u>Violências visíveis</u>	22
1.2.2	<u>Violência invisível</u>	24
1.2.3	<u>Violência semi-invisível ou parcialmente visível</u>	25
1.3	Violência em eventos	26
1.4	Limites do conflito e violência	27
1.5	Violência em eventos esportivos	29
1.6	Violência no futebol	31
2	REFLEXÕES SOBRE POLICIAMENTO E SEGURANÇA	38
2.1	Polícia e o ordenamento social	38
2.2	Sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	41
2.3	Um olhar a partir da Literatura Estrangeira	44
2.4	Policiamento e segurança em eventos no Brasil	48
2.4.1	<u>Ocorrências recorrentes</u>	49
2.4.2	<u>Sobre o Estatuto do Torcedor</u>	52
2.4.3	<u>Relações sobre o policiamento e a estrutura do evento esportivo</u>	53
2.4.4	<u>As torcidas e os órgãos responsáveis pela segurança</u>	55
3	DO “LIMBO” AO STATUS DE BATALHÃO ESPECIALIZADO DA POLÍCIA MILITAR	59
3.1	Cenário social e político	59
3.2	Panorama geral	61
3.3	Narrativas históricas	67
3.4	O “limbo”	82
4	ATRIBUIÇÕES DO BATALHÃO	90
4.1	Apresentação do BEPE e suas funções	91
4.1.1	<u>Antigas sedes</u>	92
4.1.2	<u>Atual estrutura</u>	94
4.1.3	<u>Atribuições</u>	97
4.1.4	<u>Atividade meio</u>	101

4.1.5	<u>Atividade fim</u>	106
4.1.6	<u>Policamento externo</u>	109
4.1.7	<u>Policamento interno</u>	114
4.2	Horários de trabalho	117
4.3	Plano de ação	120
4.4	Apoios	122
4.4.1	<u>Recebidos pelo BEPE</u>	122
4.4.2	<u>Prestados pelo BEPE</u>	126
5	O BEPE SEGUNDO SEU EFETIVO: MOTIVAÇÕES, RISCOS E CUSTOS	128
5.1	Perspectiva geral	128
5.2	Como é efetivo do BEPE?	129
5.3	Apontamentos sobre a unidade: elogios e críticas	144
5.4	Relação dos policiais do BEPE extramuros	150
6	MUDANÇAS E SUAS REAÇÕES	157
6.1	Estatuto de defesa do torcedor	158
6.2	Gratificação	162
6.3	Curso de Policiamento em Praças Desportivas	163
6.4	Grandes eventos e a modernização dos estádios	166
6.4.1	<u>Observando esta modernização no Rio de Janeiro</u>	168
6.4.2	<u>Polícia para quem precisa de polícia</u>	170
6.4.3	<u>GEPE/BEPE e os megaeventos</u>	172
6.5	Stewards	174
6.6	Instituição do Batalhão	176
6.7	Raiz x Nutella	180
6.8	O efetivo do BEPE frente estas mudanças	186
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIA	196
	ANEXO A - Diário oficial 02/08/2018.....	208
	ANEXO B - Diário oficial 05/12/2018.....	210
	ANEXO C - Diário oficial 10/07/2019.....	212
	ANEXO D - Diário oficial 25/06/2019.....	216
	ANEXO E - Estrutura do batalhão	218
	ANEXO F - Atuação do bepe	226

ANEXO G - Curso cppd e instruções	235
ANEXO H - Novo modelo estrutural do Maracanã	239
ANEXO I - Atuação da segurança nos setores mais caros	241
ANEXO J - Gepe raiz X Gepe nutella.....	242
ANEXO K - Roteiro – efetivo	244
ANEXO N - Roteiro – ex-comandantes	245
ANEXO M - ROTEIRO – Comando da corporação	246

INTRODUÇÃO

Os esportes são parte integrante da cultura de uma sociedade. No Brasil a maior relação esportiva com a sociedade se dá pelo futebol. Esta modalidade esportiva é entremeada nas relações sociais. Os esportes também são campos sociológicos, este assunto é tratado por alguns autores, Bourdieu (1990), Helal (1990), Guedes (1998), Damo (2002), Da Matta (1982, 1994), Leite Lopes (1985), entre outros.

O futebol está inserido em nossa sociedade, logo é possível perceber em sua sociabilidade representações dos conflitos sociais, ou seja, em uma sociedade violenta também é possível notarmos relações violentas neste esporte (REIS, 1998, p. 56). É necessário realizar um adendo, pois a violência não está presente somente na sociabilidade do futebol, mas também em outros esportes, como rúgbi ou o boxe. Os esportes são representações de uma luta e expressão de uma violência socialmente aceitável (ELIAS, DUNNING, 1992).

De acordo com os dados apresentados por Murad (2017), no Brasil houve 117 homicídios comprovados em decorrência da violência entre as torcidas durante o período de 2010 a 2016, durante o ano de 2013, 30 mortes com a média de 2,5 por mês. Se também levarmos em conta o aumento das violências não letais em dias de jogos, ou seja, os crimes e contravenções cometidas, como furtos, as agressões e as vias de fato (BICALHO, 2011; KELMER, 2015). Fica evidente que há violência nesta sociabilidade mesmo levando em consideração que onde há maior número de pessoas, há maior quantidade de incidentes. Esta violência se relaciona e, de certo modo exacerba os conflitos e a competitividade intrínsecos aos esportes.

A autora Gomes (1986) em seu artigo aponta que o futebol surgiu enquanto um fenômeno coletivo de direito privado sem a presença ou interferência do Estado. No entanto, conforme este esporte foi envolvido e inserido pelas massas o Estado foi passando a intervir gradativamente mais se tornando parte da identidade nacional brasileira (GUEDES, 2006; HELAL, SOARES, 2003; MOSTARO, HELAL, AMARO, 2015).

O Estado é responsável pela segurança pública e as polícias agem para o controle da violência e a preservação da (chamada) ordem¹. Em geral, a Polícia Militar

¹ “[...] Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária

é o órgão de segurança em que a população mais tem contato, “[...] Às polícias militares cabem à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]” (BRASIL, 1988, § 5º do Art. 144). Por vezes, para manutenção da “ordem” este órgão também utiliza a violência.

Dessa forma a polícia militar também possui a responsabilidade sobre o policiamento e a segurança em partidas de futebol. Esta função foi institucionalizada pela lei de número 10.671, de maio de 2003, no item I do art. 14² conhecido como o Estatuto de Defesa do Torcedor (REIS, 2010).

Em dias de jogos as ruas ficam repletas de torcedores que se encaminham para o estádio ou bares do entorno. Nesses espaços de sociabilidade e de utilização da cidade pode haver conflitos como em qualquer outro ajuntamento de pessoas e com isso o Estado se faz presente no controle e na manutenção da ordem. O Batalhão Especial de Policiamento em Estádios (BEPE) da Polícia Militar que atua no Estado do Rio de Janeiro é o principal responsável por esta função nas praças esportivas.

Tendo em vista as obrigações legais e simbólicas deste específico batalhão e em razão da manifestação da violência e ainda por trabalharem na segurança de um evento popular como as partidas de futebol, este trabalho tem por finalidade compreender o desenvolvimento das ações do BEPE estudando a identidade deste batalhão forjada em seus policiais e analisando os ritos e as práticas dos mesmos.

Ao observar as ações que envolvem o futebol em nossa sociedade muito se discute sobre a mobilização que este esporte gera nos brasileiros e nas torcidas, inclusive as brigas, geralmente entre torcidas organizadas. Existem diversos trabalhos sobre esporte, futebol e torcida (ELIAS, N.; DUNNING, E. 1992; TEIXEIRA 1998; MURAD 2017; REIS 1998, entre outros). Entretanto, poucos se dedicam a analisar o papel da polícia na manutenção da ordem durante os eventos, sobretudo os esportivos. Nessa perspectiva, a atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) no Rio de Janeiro ainda não foi detidamente estudada. Dessa

federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. [...]” (BRASIL, 1988 Art. 144).

² “Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão: I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos; [...]” (BRASIL, 2003).

forma, pouco se sabe sobre o BEPE e, mesmo nos trabalhos específicos sobre polícia este núcleo é abordado de maneira insuficiente (CERQUEIRA, 2001).

No decorrer desta dissertação trataremos sobre a história e a atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), antigamente denominado Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE). Este antigo grupamento foi criado com o objetivo de estabelecer um policiamento com maior contato com os torcedores, em especial as torcidas organizadas de futebol, a fim de um ambiente mais pacífico nos estádios. No entanto, segundo o próprio comandante que chefiou o batalhão durante o período da pesquisa informou que o BEPE é uma unidade de destaque na PMERJ. Apesar de não ser tão valorizada devido aos objetivos estabelecidos para a polícia "[...] muitas vezes não tão valorizado porque na verdade o grande foco hoje [...] é diminuir índice criminal [...] então acaba que o foco maior fica sendo esse e aí você fica meio que relegado a segundo plano, enquanto não tem problema." (entrevista com comandante em exercício durante a pesquisa).

A observação para esta unidade especializada se dá por conta deste batalhão não figurar entre os batalhões mais divulgados, nem entre os que recebem maior atenção da PM do Rio de Janeiro como é abordado pelo comandante. Não há grande conhecimento sobre o GEPE e o BEPE sendo abordado de maneira genérica e superficial. A intenção desta pesquisa é a observação deste batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro que desempenha seu trabalho em um local repleto de emoções, onde a maioria das pessoas está em um momento de lazer e envolvidas com o evento de maneira festiva ou tristonha dependendo do resultado do jogo. É necessário apontar que os esportes possuem um caráter competitivo, um meio de aliviar as tensões (ELIAS, DUNNING, 1992) podendo por vezes gerar conflitos, inclusive extracampo.

É importante entender a identidade dos policiais do BEPE e sua relação com o batalhão em que estão lotados. Atentando-me ao que difere de outros policiais como, por exemplo, os oficiais que passaram pela Academia D. João VI, estudados por Rodrigues (2009), os policiais do BOPE trabalhados por Storani (2008) e a lógica da Polícia Militar do Rio, de maneira mais geral, abordada por Muniz (1999). É necessário perceber quais as relações deste batalhão com os casos de violência entre as torcidas e as diretrizes que são tomadas perante a situação. Para além de compreender os rituais e a identidade policial discorro sobre as transformações que seguiram de grupamento para batalhão.

Metodologia

Prestes a começar uma pesquisa qualitativa e possuindo um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como objeto, a meu ver senti que estava sendo desafiada e até um pouco temerosa. Estes sentimentos se fizeram presentes pelo simples fato de ingressar em um meio completamente novo e distinto de todas as relações que tive ao longo da vida. Até então nunca tinha presenciado um ambiente militar e nem sequer me relacionei constantemente com policiais militares. Logo, lembrei-me do livro *Corpo e Alma* (WACQUANT, 2002) e imaginei as angústias sofridas por Loïc Wacquant ao começar a estudar o gym, clube de pugilismo localizado em um gueto afroestadunidense. Ele também não possuía familiaridade com o local e nem com seu objeto de pesquisa. Era para ele assim como é para mim, um “outro planeta” no qual não detinha contato algum salvo algumas noções gerais muitas vezes estereotipadas (WACQUANT, 2002, p. 13-19).

É válido ressaltar que esta comparação é dada as devidas proporções. Com a etnografia eu não me tornei uma policial, como ele se tornou um boxeador. Apesar disso tentei compreender ao máximo e participei de diversas atividades desenvolvidas no âmbito do BEPE. Em alguns momentos fiz uma “participação observante” como a do autor francês (WACQUANT, 2002, p. 23), mas na maioria das vezes realizei uma observação participante, teoricamente muito mais próxima aos trabalhos de Foote Whyte (2005) e de Clifford Geertz (2008).

Minha etnografia possui um olhar interpretativo na tentativa de buscar os significados e o histórico dos fatos. Para este objetivo utilizei como base teórica a “descrição densa”, conceito de Geertz (2008), inspirado na noção de Gilbert Ryle. Segundo Geertz (GEERTZ, 2008) somente com ela o leitor saberá diferenciar as nuances, simbolismos e intenções de cada ação. A etnografia de acordo com Geertz é a construção de uma leitura acerca de uma sociedade. Essa tentativa de leitura não é fácil, nem simples e deve ser feita de maneira profunda a partir da descrição densa.

Durante o início da minha etnografia eu era vista de modo mais negativo, até por ser oriunda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a ideia que circundava o imaginário dos policiais sobre uma estudante da instituição. Inclusive um Major me informou que logo quando fui ao campo, não queria falar comigo. Pensavam eles que eu estava fazendo uma reportagem. Como afirma Bayley “esquisar as organizações

policiais é submeter-se a burocracia, ser politicamente suspeito e socialmente malvisto” (BAYLEY, 2002, p.19).

Com o passar do tempo ao me observarem acompanhando a rotina diária do batalhão essa imagem construída lá no início foi mudando gradativamente. Até o momento em que estava acompanhando a instrução de Controle de Distúrbio Civil no Batalhão de Policiamento de Choque e passei por todo o momento de tensão e inalando muito gás de pimenta e gás lacrimogênio. De acordo com a minha análise, este foi o momento de “batismo” e a partir desta passagem a representação que fizeram sobre a minha pessoa foi completamente desconstruída, passaram a brincar que eu era policial da inteligência do setor da corregedoria para acompanhar a atuação do efetivo da Unidade. Mudaram completamente a visão que tinham a meu respeito quando passaram a me ver enquanto policial também.

Sempre atenta às ações simbólicas dos policiais, a importância dos fatos e as mensagens transmitidas por eles (Geertz, 2008), colocando-me sempre como uma pesquisadora de fora da instituição. Durante este período enfrentei algumas dificuldades e também fui observada (VALLADARES, 2007). Em minha etnografia com o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios coletei os dados de maneiras bem distintas: Realizei uma observação participante estive presente em reunião interna da organização dos eventos com policiais e outros órgãos que participam da organização do evento na Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) e externas entre os policiais e as torcidas. Analisei documentos referentes ao grupamento como os diários oficiais que fazem referências a este batalhão, atas, normativas, entre outros. Acompanhei o trabalho destes policiais em dias de jogos. Durante o ano de 2019 fui a vinte e oito jogos, dezessete jogos no Maracanã, seis no estádio Nilton Santos, dois em São Januário, dois no estádio Proletário Guilherme da Silveira e um no estádio Alair Corrêa entre o Campeonato Carioca, Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil, Copa Sul-americana, Copa Libertadores e Copa América. Dos vinte e oito jogos, dezoito foram por meio de acesso ou ingresso cedidos pelo BEPE para acompanhamento do serviço deles. A etnografia iniciou em abril de 2019 com uma reunião com o comandante da Unidade, que me encaminhou a Coordenadoria Especial de Assuntos Estratégicos (CAES) no quartel-general para dar entrada na documentação que me autoriza e dá respaldo para a realização da pesquisa nesta instituição policial. Neste mesmo dia me foi cedido ingresso para que o acompanhasse em caráter extraoficial a semifinal da Taça Rio de 2019 entre

Flamengo vs Fluminense. Completa inserção na vivência e rotina do batalhão ocorreu entre os meses de maio a dezembro de 2019. Uma das técnicas utilizadas para esta pesquisa qualitativa foi a análise dos documentos oficiais como os planos de ação, os diários oficiais, o regimento interno e as insígnias utilizadas pelo batalhão. Também realizei entrevistas semiestruturadas com os policiais do círculo das praças e oficiais que compõem o BEPE. Para esta pesquisa entrevistei trinta e seis policiais do efetivo, quatro entrevistas com policiais que já estão na reserva, mas que atuaram por muito tempo no GEPE, nove policiais que chefiaram a unidade, entre Comandantes e Subcomandantes, quatro entrevistas com policiais que exerceram cargos de comando na PMERJ, como Comandantes Gerais e Chefes de Estado-Maior.

Capítulos

A disposição dos capítulos se dá com dois capítulos teóricos. No primeiro são abordados textos envolvendo o conceito de violência e os distintos modos de categorizá-la observando a violência em eventos esportivos e este fenômeno no futebol. No segundo capítulo teórico trato a teoria e a bibliografia sobre policiamento, no qual trato sobre a polícia e o ordenamento social, especificamente da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a atuação do policiamento em eventos, de modo mais abrangente.

Nos dois capítulos teóricos realizo um panorama histórico do GEPE e BEPE desde o surgimento da Unidade abordando o cenário social e político do período e demonstro a narrativa histórica dos comandantes e do efetivo da Unidade e ainda apresento a história da Unidade que estava no limbo da Corporação até chegar a ser um batalhão ao longo do capítulo “Do ‘limbo’ ao *status* de Batalhão Especializado da PMERJ”.

No quarto capítulo serão apresentadas as atribuições do batalhão e as mudanças entre o policiamento do GEPE e do BEPE. Analiso o brasão da Unidade e são explicitados os setores e funções internos, de caráter administrativo e, externos de caráter operacional. Neste capítulo são discutidos os planos de ação que me foram disponibilizados durante o trabalho de campo. Também possuem seções sobre os apoios da Unidade aqueles recebidos e prestados, como também sobre as sedes as quais a unidade já teve.

No capítulo seguinte traço um perfil dos policiais que trabalham na unidade descrevendo as características gerais destes policiais que compõem o BEPE e abordo sobre as entrevistas semiestruturadas que foram feitas com o efetivo. Aponto os elogios e as críticas realizadas ao BEPE e como eles se veem em relação aos outros policiais e como os policiais de outros batalhões, os *stewards* e a torcida observam aqueles que fazem parte deste batalhão estudado.

Durante o último capítulo serão destrinchadas as principais mudanças que ocorreram no GEPE/BEPE e na estrutura dos eventos esportivos que afetaram diretamente a atuação desta unidade ao longo da sua história. Trato também como os policiais que passaram por estas alterações percebem cada uma delas, bem como era a atuação antes das mudanças e depois das mesmas e como estas modificações facilitaram o exercício do trabalho de policial as praças desportivas.

1 VIOLÊNCIA E AÇÃO EM MASSA

Vivemos constantemente nos últimos tempos com as notícias sobre violência. No Brasil, em 2018 foram 57.956 homicídios com uma média de 27,8 por cem mil habitantes de acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (IPEA, 2020, p. 7). No Rio de Janeiro, em 2018 este cenário não se mostra muito distinto com a média de 37,6 homicídios por cem mil habitantes no mesmo ano (IPEA, 2020, p. 18). Infelizmente, convivemos com notícias de pessoas indo a óbito em decorrência da violência em nosso Estado. Apesar da redução do número geral da letalidade violenta (que compreende os crimes de homicídio doloso, morte por intervenção policial, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) no Rio de Janeiro, em termos comparativos entre os anos de 2018 e 2019, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública; em 2019 o número referente à letalidade violenta foi 5.964; uma média de mais de 16 mortes violentas por dia (ISP, 2020, p. 3).

A violência é um tema que deve ser tratado estudando-a em seus diferentes meios de atuação e suas facetas distintas. É necessário falar sobre o assunto mesmo quando não é levado às últimas consequências, ou seja, mesmo quando a violência não gera morte. Assim como é preciso observar os diferentes lugares em que a violência pode ser manifestada, percebida e sofrida, por exemplo, a violência doméstica³, a violência exercida no meio de trabalho com o assédio moral⁴ e até a violência exercida no ambiente escolar, como a violência com os professores, *bullying*

³ De acordo com os dados do Dossiê Mulher do ISP, no ano de 2018, no estado do Rio de Janeiro, foram registradas 120.727 ocorrências de violência contra mulher sem letalidade. (ISP, 2018). Em nível nacional, o “Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento.”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

⁴ “As reclamações entre celetistas e servidores públicos sobre assédio moral no trabalho aumentaram significativamente nos últimos meses, segundo entidades sindicais. No entanto, as queixas não têm se transformado em processos formais. Os empregados narram situações de agressão verbal, humilhação, deboche, ironia e ameaça de superiores, colegas e até de subordinados. [...] Para especialistas, porém, é um sinal de alerta sobre medo ou repressão, que não deve ser ignorado, ou ainda, um efeito da reforma trabalhista, que transferiu para o trabalhador o ônus dos custos das causas trabalhistas perdidas.”. “Assédio: queixas aumentam, mas processos diminuem.”. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/05/06/interna-Brasil,753261/casosde-assedio-moral-crescem-no-brasil.shtml>>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

e violência física⁵. Outro espaço em que podemos observar essas violências é nos eventos.

A violência pode ser testemunhada e sofrida em diversos eventos seja carnaval, *réveillon* ou até mesmo nas relações sociais estabelecidas através do esporte como acontece em brigas entre as torcidas de basquete e futebol, roubos, furtos, dentre outras manifestações violentas.

Neste capítulo será abordado o fenômeno da violência com a clareza de que este não é um tema simples de ser tratado. Observarei a partir de cinco grandes categorias (violência estrutural, violência política, violência cultural, violência societal e violência coletiva) as quais serão brevemente percorridas. Entretanto, o enfoque se dará na violência presente na sociabilidade gerada entre as torcidas⁶ em eventos esportivos, principalmente no futebol. Com o objetivo de examinar a sociologia das multidões a partir da análise dos autores da teoria francesa compreendendo as mudanças de comportamento do indivíduo inserido em uma massa.

1.1 O conceito de violência

A violência pode ser percebida em diversas áreas, de diferentes maneiras, entretanto, este não é um conceito simples a ser definido, até porque possui uma gama de olhares e recortes distintos. Apesar desta dificuldade na conceituação da violência ainda é possível traçar alguns pontos que balizam este conceito mesmo que em linhas gerais.

É elementar para refletirmos sobre a violência a lembrança de que este é um problema social, portanto a violência existe entre as relações sociais. O Centro Internacional de Investigação e Informação para Paz lançou um livro onde trata sobre a paz e a violência na América Latina. Nesta obra a violência é tratada como o menor nível de sociabilidade, onde “[...] a paz pode ser identificada como a integração social, a violência, seu antônimo, expressa a forte presença de fenômeno de desintegração social.” (DOMINGUEZ *et. al.*, 2002, p. 24). Mesmo sendo considerada como uma

⁵ “UNICEF: metade dos adolescentes do mundo são vítimas de violência na escola”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unicef-metade-dos-adolescentes-no-mundo-sao-vitimas-de-violencia-naescola/>>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

⁶ Por torcida me refiro aos indivíduos que vão ao estádio, não há uma referência específica a nenhum grupo de torcida organizada ou movimento torcedor.

relação social onde não há integração conforme apontado por este trabalho, a violência só é possível onde há relações, isto é, em sociedade.

O ponto mais importante para a compreensão do conceito de violência é a necessidade de perceber sua mutabilidade por meio de distintas representações sociais do que é a violência. Tudo o que percebemos como violento ou plácido são alterados de acordo com os distintos espaços-temporais. Dentre os autores que percebem o caráter mutável do significado da violência estão Wiewiorka (1997), Michaud (1989) e os brasileiros Machado da Silva (2004), Misse (2016) e Porto (1999 2006).

Yves Michaud (1989, p. 14) chama a atenção para quatro observações a fim de compreender melhor este conceito. A primeira é que as definições sobre violência são baseadas em pressupostos e não dão conta de todos os caracteres que a envolvem. A segunda observação aponta que existem “componentes subjetivos” na definição da violência e que estes se alteram conforme os diferentes critérios utilizados seja moral, jurídico, ou algum outro. O terceiro ponto observado pelo autor é que não existe um equilíbrio entre diferentes visões sobre a violência, o que há são mudanças de perspectivas. A última observação destacada é que “[...] não há discurso ou saber universal sobre a violência [...]” (Michaud, 1989, p. 14), ou seja, cada sociedade se preocupa com a sua violência, com o que considera violento ou não assim como a busca de soluções próprias para resolvê-la.

Através destas quatro observações destacadas por Michaud (1989) é possível perceber a violência à sua maneira o que é considerado violento não é integral, isto é, parte de uma interpretação baseada em critérios subjetivos. O que é classificado e tipificado como violento sofre alterações ao longo da história, pois a violência não é um objeto específico, mas são percepções e representações sociais. Misse (2016, p. 52) afirma que atualmente a quantidade de ações e ocasiões percebidas como violência ou crime é muito maior em relação à quantidade de anos atrás.

Para compreender a violência como uma representação social é indispensável definir qual a referência utilizada. Portanto,

[...] as representações sociais, ao mesmo tempo em que expressam visões de mundo que objetivam explicar e dar sentido ao fenômeno da violência participa por essa condição mesma de representação social, da constituição do fenômeno. [...] as representações sociais, embora resultem da experiência individual, são condicionadas pela (e nesse sentido, dependentes da) inserção social de indivíduos e grupos de indivíduos que as produzem. (PORTO, 1999, p. 132).

O entendimento da violência como representação social é muito melhor compreendido com base no conceito de *habitus* no sentido empregado por Pierre Bourdieu.

O conceito de *habitus* teve origem na filosofia antiga de Aristóteles e na Escolástica medieval, mas também foi utilizado por Durkheim, Mauss e outros autores. Bourdieu retoma este conceito na década de 60 com a finalidade de ser uma noção mediadora entre o objetivismo e o subjetivismo. *Habitus* seria uma aptidão demonstrada de modo natural ora de maneira intencional e, ora de maneira não intencional socialmente construída transferível para vários domínios da prática não estática mesmo que durável e confere uma autonomia relativa (WACQUANT, 2017). São sistemas de disposições (modos de perceber, sentir, fazer, pensar...) que nos leva a agir de determinada maneira. Essas disposições são variáveis podendo ser mais fortes ou mais fracas. É adquirido mediante a interação social, o *habitus* classifica e organiza esta interação. É composto por uma tríade *ethos*, *héxis* e *heldos*: o *ethos* - valores não conscientes em estado prático, o *héxis* - princípios interiorizados pelo corpo como a postura e as expressões, enquanto o *heldos* - modos específicos de pensar. O *habitus* é o produto tanto das experiências biográficas individuais quanto históricas coletivas, assim como a interação de ambas as formas. Eles são absorvidos e reestruturados. É como uma interiorização da objetividade e produz uma exteriorização da interioridade que é condicionado e, ao mesmo tempo, condicionador (THIRY-CHERQUES, 2006).

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, apud ORTIZ, 1983, p. 15).

A utilização do conceito de *habitus* para o entendimento da violência como representação social se dá com o objetivo de compreender que existe um saber geral sobre violência que é sofrida pelos indivíduos de uma determinada sociedade. Muitas vezes esses indivíduos não percebem que o que é classificado como violento provém de uma construção social.

Baseados nesta diversidade de expressões e considerações acerca da referida temática compreendemos a violência como um fenômeno social difícil de ser definido, de caráter multiforme e não universal. Portanto, temos que ter a clareza que ao

abordar sobre a violência nos amparamos na ideia das representações sociais com o entendimento de que este fenômeno é sentido e sofrido de maneira individual, mas a partir de classificações e orientações sociais.

1.2 **Categorias de violência**

Vimos que as violências são tipificadas e classificadas com base nas relações sociais e históricas de cada sociedade, contudo nem toda violência é claramente identificada. Esta dificuldade de percepção da violência atrapalha o processo de controle e combate da mesma. “[...] A possibilidade de uma sociedade construir um processo de paz efetivo é maior na medida em que consiga determinar o caráter violento, até então abafado, de determinadas instituições e práticas sociais.” (DOMINGUEZ *et al.*, 2002, p. 27). Com isso a identificação e categorização das violências são fundamentais para a constituição da paz.

A pesquisa realizada pelo Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (DOMINGUEZ *et al.*, 2002) nos auxilia neste objetivo e nos aponta uma nova tipologia geral das violências, que são: as violências visíveis, as invisíveis e as semi-invisíveis ou parcialmente visíveis (DOMINGUEZ *et al.*, 2002, p. 33). São três categorias amplas para elencar as violências que são facilmente identificadas enquanto violências visíveis as mais encobertas, mais subjetivas como violências invisíveis e as que estão entre as duas tipologias caracterizadas como semi-invisíveis ou parcialmente visíveis.

Esta mesma pesquisa (DOMINGUEZ *et al.*, 2002) para maior clareza de um tema tão amplo categoriza cinco tipos diferentes de violência conforme os seus graus de visibilidade que são: a violência coletiva e a institucional ou estatal que estão na tipologia de violências visíveis; a violência estrutural e cultural, como violências invisíveis; e a violência societal ou individual, enquanto violências parcialmente visíveis (DOMINGUEZ *et al.*, 2002, p. 33-34). Com objetivo didático cada uma destas categorias será brevemente tratada de modo individual.

2.1.1 Violências visíveis

As violências visíveis são aquelas que possuem maior grau de visibilidade ao longo da história. Dentre elas Dominguez *et al.* (2002) enquadram a violência coletiva e a institucional ou estatal.

Os autores (DOMINGUEZ et. al., 2002, p. 33) classificam como violência coletiva aquela categoria onde a sociedade ou grupos importantes participam de modo efetivo da violência. O exemplo apresentado por eles é o da guerra⁷, porém se olharmos para esta categoria a partir do recorte da violência e segurança dos eventos esportivos é possível compará-los a uma briga entre duas grandes torcidas organizadas ou a uma reação em que a maioria da torcida profere frases violentas contra um árbitro de futebol este caráter de “alma coletiva” (LE BON, 1954) e da psicologia das massas percebidas nas torcidas será tratado de modo mais detalhado adiante.

A violência institucional ou estatal pode ser percebida por distintos meios como grandes investimentos em tecnologias armamentistas ou pelo uso da força legítima do Estado. Walter Benjamin (2011) aborda a relação entre o poder e a violência da palavra alemã *gewalt*. Segundo o autor a polícia também exerce a violência que instaura e, ao mesmo tempo a que mantém o direito. Apesar de não ser o único modo de violência institucional a polícia sempre age por “razões de segurança”, ou seja, segundo o autor as ideias de poder e violência se misturam. Para pensarmos sobre a violência estatal podemos nos atentar para os dados sobre a violência no Estado do Rio de Janeiro. Apesar de os números gerais sobre letalidade violenta terem diminuído⁸ as mortes por intervenção de agentes do Estado está há dois anos (2018 e 2019) com as maiores taxas desde 1998, com o número de 1.534 em 2018 com a média de nove mortes por cem mil habitantes e 1.810 em 2019 com a média de 10,5 mortes por cem mil habitantes (ISP, 2020, p. 15). Durante o ano de 2020 mesmo em contexto de pandemia onde o Supremo Tribunal Federal restringiu as operações de policiais em comunidades do Rio de Janeiro⁹. O número de mortes por agentes do Estado de janeiro a agosto de 2020 foi de 878. Durante os mesmos meses de 2019 este número foi de 1.253. O exemplo de violência institucional no contexto esportivo se torna possível citar o momento em que algum policial se altera e toma uma atitude desproporcional ao momento.

⁷ Sobre o conceito de guerra é possível citar o trabalho do Proença Jr. (2003).

⁸ Em 2019 o número referente à letalidade violenta foi 5.964; a menor taxa anual, desde 2016, com uma média de 34,6 mortes por cem mil habitantes (ISP, 2020, p. 3). Na categoria de letalidade violenta se enquadram os crimes de homicídio doloso, morte por intervenção policial, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

⁹ “que não se realizem operações policiais em comunidades durante a epidemia do COVID-19 a não ser em hipóteses absolutamente excepcionais que devem ser devidamente justificadas por escrito. pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro” (STF, 2020, p. 1).

1.2.2 Violência invisível

As violências invisíveis são as que não se apresentam claramente ao longo da história e, para percebê-las é necessário um olhar mais atento para as relações sociais. Faz-se necessário destacar que apesar desta categoria de violência “invisível” muitas vezes não são facilmente percebidas pela sociedade em geral, os que sofrem desta determinada violência a percebem de modo claramente visível. Os autores (DOMINGUEZ *et. al.*, 2002) enquadram entre este tipo de violência a estrutural e a cultural.

A desigualdade e o poder dessemelhante podem ser considerados como demonstrações da violência estrutural. A própria violência policial de acordo com Benjamin (2011) só é sentida por poucos, isto é, os mais vulneráveis. Com este exemplo abordado por Benjamin (2011) podem ser observados dois tipos concomitantes de violência, a institucional e a estrutural. Um exemplo específico observado no campo de pesquisa foi o tratamento desigual para os torcedores de diferentes setores, por exemplo, os setores mais caros possuem menos policiais, diferentemente dos mais populares. Este fato observado durante o trabalho de campo será abordado da melhor forma ao longo do capítulo sobre as principais mudanças sofridas pelo Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios.

Sobre a violência cultural pode-se afirmar que esta busca inferiorizar o outro a partir das características de sua identidade. Esta inferioridade pode ser manifestada de modo individual ou coletivo e observada através do preconceito e da discriminação. Podemos observar esta relação por meio da teoria de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu. No campo é onde há a exteriorização e a objetivação do *habitus*. O espaço social é constituído pelos campos que possuem lógicas e lutas próprias. Os campos não são estruturas fixas e demandam dos agentes e das instituições nele inseridas certos interesses específicos, investimentos econômicos e psicológicos. São resultados de processos de diferenciação social, distinção na forma de ser e no conhecimento de mundo. Cada campo cria seu próprio objeto e princípio de compreensão. Eles são mundos, cosmos sociais constituídos por conjunto de microcosmos (literário, religioso, econômico, político...) compostos por agentes com mesmo *habitus*. São espaços de relações objetivas entre os indivíduos, coletividades ou instituições que dominam um cabedal específico. Existem diferentes posições de agentes no campo, portanto ele também se apresenta como um espaço de

concorrência, competição e luta. Estas disputas são para a apropriação de capital deste determinado campo. O capital é distribuído de modo desigual e segue criando dominadores e dominados dentro de um mesmo campo e, muito embora o campo necessite de uma “cumplicidade objetiva” para que ele exista todos possuem interesse em comum. O campo pode alterar um *habitus*, mas só é possível entrar em um campo se houver um *habitus* específico incorporado (CAVALCANTI, 2012; LAHIRE, 2017; THIRY-CHERQUES, 2006) gerando deste modo uma segregação cultural devido à ausência do *habitus* e do capital¹⁰ do referido campo. Na esfera esportiva é possível citar a violência de gênero, de classe e manifestações homofóbicas presentes nos cantos das torcidas com o fim de discriminar o outro.

1.2.3 Violência semi-invisível ou parcialmente visível

Por último temos a categoria de violência semi-invisível, ou parcialmente visível. Este tipo de violência ora é claramente visível, mas outras de modo velado. Dominguez *et. al.* (2002) qualifica a violência societal também chamada de individual.

A violência societal ou individual se organiza de modo interpessoal, comum ou organizado. Em referência ao crime organizado Wieviorka (1997) destaca que com a privatização da economia também se privatiza a violência com máfias e traficantes, por exemplo. Indo de encontro ao que Misse (2008) afirma de um Estado que não possui o monopólio da violência em todo seu território. Em relação à violência nos eventos futebolísticos é possível relacionar aos roubos e furtos ocorridos em meio às torcidas em um dia de jogo assim como discussões que envolvem individualmente dois torcedores.

Não é possível compreender o fenômeno da violência de maneira uma por meio de uma sociologia geral que aborde todos os seus níveis. Através da divisão das representações sociais da violência em cinco categorias distintas é possível compreendê-la de modo mais claro, expondo-as com o objetivo de identificar,

¹⁰ Bourdieu discorre sobre diferentes tipos de capital, que são: capital econômico, relativo ao patrimônio e questões financeiras; capital cultural remete um conjunto de competências e disposições, institucionalizadas por entidades jurídicas (sejam elas intelectuais, habilidades linguísticas, preferências estéticas, entre outros exemplos); capital social, a rede de integração social que um indivíduo possui; e capital simbólico, o olhar do resto da sociedade sobre este indivíduo ou grupo, o reconhecimento, valorização ou a estigmatização, discriminação, este é o valor relativo aos outros capitais (LEBARON, 2017; BURAWOY, 2010).

combater e controlar estas distintas violências para que assim se constitua um desenvolvimento da paz.

1.3 Violência em eventos

Os humanos se relacionam e interagem cotidianamente como destacado por Gasset (1958). Por vezes estas relações mobilizam um grande número de pessoas para um mesmo evento. Elias Canetti (1995) afirma que os indivíduos possuem um temor do contato com o desconhecido. Contudo, o próprio autor destaca que o medo é desfeito enquanto os indivíduos participam de uma massa e, com isso há um contato entre as pessoas envolvidas que gera um sentimento de igualdade, comum a todos os presentes diante deste momento de interação.

A massa para Canetti (1995) tem uma necessidade de expansão e com isso ultrapassa a fronteira dos objetos e até mesmo dos indivíduos. Não são saciados enquanto não tomar aqueles a sua volta. Le Bon (1954) destaca que todos os atos e sentimentos são contagiosos e que há um contágio mental formando uma “alma coletiva” (LE BON, 1954, p. 5). Estas características descritas pelo autor são perceptíveis em massas que participam de grandes eventos seja de qual natureza for: uma festa, comemoração cultural ou esportiva.

De acordo com Gustavo Le Bon (1954) “A multidão não é somente impulsiva e móvel. [...] não admite obstáculo entre o seu desejo e a realização desse desejo [...]. Para o indivíduo na coletividade a noção de impossibilidade não existe.” (LE BON, 1954, p. 17) e, muitas vezes estes eventos que são compostos por massas acabam gerando turbas e violências. Isto ocorre segundo o autor (Le Bon, 1954, p. 16-17) em razão de os sentimentos serem compartilhados, ou seja, a multidão é movida por impulsos e suscetível a eles, pois, não há discernimento e controle dos instintos, diferentemente do que ocorre com o indivíduo. Não há nada impossível para aqueles que estão em massa e, muitas vezes agem com ferocidade e sofrem de variabilidade de sentimentos.

Estes acontecimentos em massa e confusão generalizada são comuns em eventos, públicos ou privados. De acordo com Canetti (1995) pode haver massa aberta que ocorre em eventos públicos e não possui um espaço delimitado e fechado. Às ocorridas em espaço restrito, ou até mesmo em eventos privados pode eclodir e transformar-se em massa aberta. Gera-se um efeito mimético denominado por Tarde

(1890) de imitação, pois tudo o que é social é assimilado por meio de uma relação com outros indivíduos e é aprendido, isto não se dá de maneira física ou instintiva. Este mimetismo segundo o autor é como uma espécie de “sonambulismo” (TARDE, 1890, p. 113) onde os indivíduos imitam as atitudes de maneira quase inconsciente. Entretanto, para uma compreensão mais efetiva destas ações coletivas, é necessário distinguir o que é o conflito e o que é a violência.

1.4 Limites do conflito e violência

De acordo com Randall Collins (2008) não existem indivíduos violentos, mas situações violentas. Muito menos se pode afirmar que determinados grupos sociais com histórico estigmatizado são levados a serem violentos. Collins (2008) considera que as violências também são conflitos em fase inicial da violência. O autor desmistifica alguns mitos acerca da violência. Os mitos são

- a) Salvo alguns casos entre os grupos antagônicos como brigas entre torcidas de futebol não há inserção dos espectadores às brigas e, este tipo de violência não contagia;
- b) Os embates não são longos, mas se dão em curtos períodos de tempo;
- c) O praticante da violência não é um sádico vilão como tende a pensar em senso comum (COLLINS, 2008, p. 10-19).

Para além de caracterizar estes mitos Collins (2008) afirma que a violência se manifesta a partir da tensão e do medo não sendo um ato fácil de praticar. É preciso salientar que Collins (2008) considera como violência somente os casos em que ocorrem agressões físicas, logo critica a ideia de violência simbólica de Bourdieu (2002). Misse (2016) questiona que se a violência é difícil de ser praticada. Por qual motivo os números são tão altos? Já para Michel Wieviorka (1997) a violência não é um objeto e, apesar de ser realizada pelos sujeitos possui uma dimensão espontânea e irracional.

Para Wieviorka (1997) o conflito e a violência são movimentos distintos. Segundo o autor para a existência de um conflito só são necessários atores sociais e um problema em comum com a possibilidade de se oporem sem destruição mútua, por exemplo, os mecanismos institucionais e políticos. Por outro lado, Wieviorka (1997) afirma que a violência possui caráter espontâneo e uma dimensão irracional.

Para reafirmar sua ideia Wieviorka (1997) trata a violência sem limite algum em contraposição a um conflito muito brando. Na tentativa de isolar completamente os conceitos de violência e conflito Misse (2016) afirma que a definição de conflito empreendido por Wieviorka (1997) se aproxima muito mais do sentido de uma competição e, por definir a violência de modo extremo sem precedentes acabou segundo o autor (MISSE, 2016) abrindo a definição de conflito.

Imbusch (2003) concorda com Wieviorka (1997) acerca da distinção entre conflito e violência e os observa como movimentos distintos, isto significa que essas duas categorias não podem ser consideradas sinônimas. Segundo Imbusch (2003) muitas vezes o conflito é indevidamente gerado pela mídia. Nem toda violência provém do conflito e nem todo conflito gera violência.

Simmel (1964) por sua vez afirma que o conflito é natural e parte constitutiva da sociedade. Apesar de parecer paradoxal, o conflito é uma forma de socialização. É destinado a resolver dualismos divergentes na busca de uma unidade resolvendo de maneira amistosa ou aniquilando a outra parte. Este é observado como discórdia, assim como as forças atrativas e repulsivas, o amor e o ódio e, também existem a concórdia e a discórdia. Esta peculiaridade não afeta a unidade de um grupo social, pois unidade não significa somente concordância.

Na realidade os conceitos de conflito e violência não são completamente dissociados, pois as definições são próximas e, na maioria das vezes relacionadas. Porém, nem toda violência advém de um conflito, assim como nem todo conflito obrigatoriamente desencadeia uma violência. O conflito é natural da convivência em sociedade e este não afeta a unidade e a integração social (SIMMEL, 1964). Em contrapartida, a violência em uma sociedade indica um nível de fragmentação social (DOMINGUEZ *et. al.*, 2002).

A partir das exposições e para melhor compreensão deste trabalho, considero que em eventos esportivos há uma dimensão natural e saudável de competição e até de conflito. Todavia, compreendo como violência a partir das categorias previamente tratadas que todas as agressões visíveis, invisíveis e parcialmente visíveis, sejam elas físicas, verbais, estruturais ou culturais dirigidas a algum indivíduo, seja torcedor, jogador, árbitro, funcionários que atuam nestes eventos, *stewards* ou policiais. A violência exercida contra um indivíduo pode ser praticada de maneira individual ou coletivamente. Faz-se necessário ressaltar que esta delimitação da violência se dá,

especificamente, para os eventos esportivos e para as sociabilidades geradas a partir das torcidas.

1.5 Violência em eventos esportivos

As violências estão presentes nos esportes assim como em eventos esportivos e a partir da sociabilidade promovida por meio deles. Esta presença não se dá somente no futebol, mas também em outras modalidades, como no basquete. A violência observada em sociedade também é percebida nos eventos esportivos e os mesmos também podem ser vistos como representações de uma violência contida.

Os movimentos de violência em eventos esportivos, ou seja, àqueles realizados a partir das relações estabelecidas por meio das torcidas possuem duas características distintas: a primeira gerada pela violência vivenciada e acumulada em sociedade (ELIAS, 1994; ELIAS E DUNNING, 1992) e a segunda devido às emoções compartilhadas em massa e pelo efeito mimético que ela possui (CANETTI, 1995; LE BON, 1954; TARDE, 1890).

Segundo Elias (1994) com o Processo Civilizador em que as sociedades passaram, os esportes se tornaram representações dos conflitos e violências sociais. Por ora, pode substituir a guerra, nosso grupo *versus* o grupo deles, onde os esportes assumem um papel na modernidade de ser um dos meios de controle da violência e também é um ambiente para liberar as tensões provocadas pelas mais diversas pressões (ELIAS E DUNNING, 1992). Apesar deste papel do esporte conforme Elias e Dunning (1992) apontam, há claramente uma relação social que muitas vezes alteram os ânimos e podem ser violentas.

Em nosso contexto nacional observamos as violências em outros esportes, majoritariamente, como um prolongamento daquelas estabelecidas pelo futebol, devido ao protagonismo desempenhado por esta modalidade esportiva que conquistou o gosto popular em diversos países, inclusive o Brasil. Devido a este plano de fundo é preciso destacar que os casos brasileiros de violência em outros esportes como o basquete, geralmente, também contam com a presença das torcidas organizadas.

Apesar de não ser meu objeto de pesquisa destaco alguns pontos a partir das ideias sobre as torcidas organizadas e sua relação com a violência expressas por Teixeira (1998) que estudou em sua dissertação as conhecidas “torcidas jovens” em

que a maioria delas encontra-se punidas e impossibilitadas de frequentar os estádios de maneira identificada.

- a) As torcidas organizadas são compostas por diferentes perfis de jovens e dentre eles existem os mais violentos e brigões. Nem sempre este é o perfil primário de uma torcida organizada. Entretanto, as brigas entre as torcidas organizadas são sempre vistas como respostas a brigas anteriores e nunca como intenção (TEIXEIRA, 1998, p. 63).
- b) A autora observa a violência nos estádios como um objeto ritualizado se a violência ultrapassa os limites, Teixeira (1998, p. 98) aponta que é preciso questionar a sociedade como um todo e não somente as torcidas organizadas, pois culpá-las não faz o fenômeno ser mais compreensível.
- c) As brigas entre as torcidas organizadas não são espontâneas sempre há um “padrão de relacionamento”, torcidas que são “amigas” e outras “inimigas” (TEIXEIRA, 1998, p. 136), isto é, dependendo da ocasião e relação, a violência é sempre uma possibilidade (TEIXEIRA, 1998, 157).

Outro trabalho que aborda de modo preciso essa cultura torcedora, sua ocupação na cidade, suas marcas e falas é o *“Torcidas organizadas de futebol”*, do Luiz Henrique de Toledo (1996). Durante o meu trabalho de campo observei algumas torcidas que não seguem necessariamente este perfil das “torcidas jovens” trabalhadas por Teixeira (1998) e nem por De Toledo (1996) que surgiram em um movimento após a pesquisa empreendida por eles. Estas novas torcidas organizadas são classificadas pelos policiais do BEPE como “torcidas de festa” onde a violência não possui este caráter marcante. Em um artigo Teixeira (2013) os define como “movimentos populares de torcedores”. Segundo a autora sua sociabilidade é pautada pela paixão e devoção e não pelo perigo como nas “jovens” se distanciando do estigma do “torcedor violento” (TEIXEIRA, 2013). Este novo modelo de torcida será mais bem abordado no capítulo seis no qual trataremos sobre as atribuições e a relação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios com as torcidas.

Devido aos atos de violência claramente motivados por razões esportivas, ocorridos fora do raio circunscrito ao entorno do estádio, sejam nas ruas, em

aeroportos, ou protestos nos Centros de Treinamento popularmente conhecido como CTs houve a criação do projeto de lei 2210/2011 que acrescenta ao estatuto do torcedor a punição de atos violentos de torcidas organizadas motivadas por eventos esportivos até mesmo dia e/ou locais distintos da partida¹¹. Anteriormente, só eram enquadrados no estatuto do torcedor os atos de violência, crimes e contravenções realizados pelas torcidas em dias de jogos e no raio de cinco quilômetros do estádio.

1.6 Violência no futebol

O futebol dá suporte para as identidades coletivas, estas promovem uma massa heterogênea que não é passiva (TEIXEIRA, 1998, p. 91). A grande maioria dos brasileiros estabelece uma relação com um time desde a infância e por meio dela constroem laços de afeto, de amizade e por vezes de desafeto. O futebol assim como suas torcidas ajuda a formatar uma identidade coletiva compartilhando do mesmo sentimento perante o esporte, um clube e sua história com o mesmo. Em contrapartida, esta identidade não é uma ainda que compartilhem da sociabilidade gerada por esta modalidade em uma mesma torcida. Mesmo compartilhando da mesma identidade de torcida as pessoas que a compõem partem de *habitus* e campos diferentes. Apesar disto, as diferentes torcidas assumem uma “alma coletiva” (LE BON, 1954). O sentimento de coletividade, de multidão que foi visto anteriormente são impulsivos, passionais e violentos.

Murad (2017) na primeira frase do seu livro distingue a “violência no futebol” e a “violência do futebol”. Para o autor a “violência do futebol” circunscreve a violência praticada dentro das quatro linhas do jogo presente em um jogo competitivo, coletivo, de contato ao passo que a violência no futebol é aquela fora de campo, é aquela praticada pelas torcidas que muitas vezes são influenciadas pela violência do futebol, mas que só este ponto não explica o fenômeno.

A violência presente no futebol ocorre em diferentes países do mundo, tal como na Inglaterra. Este país que sofreu com o fenômeno do hooliganismo abordado por algumas obras, dentre elas Elias e Dunning (1992) que usa este caso para explorar a violência no futebol e propõe uma teoria para compreendê-la. Os autores apontam

¹¹ PL 2210/2017 de autoria do Deputado Federal André Moura PSC/SE. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=518642>>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.

que as brigas de torcidas de futebol produzidas pelos *hooligans* eram um meio utilizado de expor a agressividade. Em sua obra, afirmam que neste contexto a masculinidade e a virilidade são os principais fatores para as brigas entre os torcedores (ELIAS, DUNNING, 1992).

Collins (2008) por sua vez cita a pesquisa de Buford (1993) na qual o ponto chave para a compreensão das brigas entre os *hooligans* se dá pela excitação e pelo aumento dos níveis de adrenalina que a briga gera comparando-a até a uma droga. Há um caráter perigoso que precisa ser citado, pois estas mesmas brigas que possuem motivações individuais têm implicações tanto individuais quanto sociais.

O jornalista Bill Buford (1992) realizou um trabalho de campo de observação participante por quatro anos e, demonstra sobre a violência presente entre os *hooligans* ingleses.

Comecei a trabalhar neste livro por desejar descobrir por que os jovens ingleses do sexo masculino se envolviam em tumultos todo sábado e, embora conhecesse muito pouco acerca do jogo de futebol e pouca coisa mais acerca dos indivíduos que compareciam a eles, imaginei que minha ignorância pudesse não ser algo tão negativo. (BUFORD, 1992, p. 198).

Monteiro (2001) cita o livro de Buford que é utilizado para trabalhar a partir do ponto de vista da relação entre a violência no futebol dos *hooligans* e dos torcedores organizados. Monteiro (2001) observa as categorias de masculinidade e sua relação com o nacionalismo com relação a estes dois grupos de torcedores.

É um engano pensar que o fenômeno da violência no futebol brasileiro é algo relativamente recente, a partir da criação das torcidas organizadas. A partir dela os modos de violência se reconfiguraram. Entretanto, a violência no futebol já existia desde as primeiras décadas do século XX (RODRIGUES FILHO, 2010). Levando em consideração que a prática do *foot-ball* chegou ao Brasil na última década do século XIX, sua expansão se deu de maneira muito rápida (PEREIRA, 2000).

Apesar de vir ao Brasil como um esporte de elite o futebol logo ganhou o gosto popular e se difundiu. A tentativa de manter o futebol como um “fidalgo *sport*” foi malsucedida, logo passou a mover paixões, mobilizar as primeiras torcidas e gerar casos conflituosos e violentos¹². Dentre eles é possível citar a história protagonizada pela torcida do Bangu na década de 1910, conhecido como “ganha, mas não leva”.

¹² Para a melhor compreensão do início do futebol no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro: o livro “O negro no futebol brasileiro”, do jornalista Mario Rodrigues Filho (2010), que inclusive dá o nome ao estádio que conhecemos como Maracanã; apesar das controvérsias, este é um livro para obtermos um panorama geral do contexto. O segundo livro é o “*Footballmania*”; foi escrito a partir a pesquisa de doutorado do historiador Leonardo Pereira (2000).

[...] O Bangu abria as portas para todo o mundo. A arquibancada e a geral se confundiam. E mesmo que não se confundissem, acabando o jogo desaparecia, inteiramente, a distância que separava quem tinha pago dois mil réis ou dez tostões para entrar. A multidão invadia o campo, ameaçadora, espalhava-se pela arquibancada, cercava o barracão onde os jogadores mudavam de roupa, tomavam conta da estação, o trem parado, à espera dos torcedores da cidade [...]. (RODRIGUES FILHO, 2010, p. 42).

A partir deste trecho é possível notar que a violência de massa não é algo moderno, que começou a ser realizado há pouco.

Outro exemplo que pode ser citado é que o futebol se tornou um esporte de todos; gerando um incômodo e algumas publicações sobre o tema em jornais. Deixando de ser observado como um “esporte higiênico”, característica muito valorizada pela elite carioca.

[...] Fosse pelas ruas ou entre o público, enxergava ‘arreganhos capoeirosos’ nesses novos admiradores do jogo, que se utilizariam do futebol ‘não como um exercício esportivo, mas como um violento choque de facções ou maltas’ – transformando os campos em uma ‘pista de capoeiragem’ nos quais se encontravam ‘os desordeiros da Saúde com os da Favela’, nos dizeres de outro articulista. (PEREIRA, 2000, p. 134).

Esta história se passou no ano de 1920. É marcante que em ambos os casos as críticas se davam para com aqueles torcedores que não possuíam o mesmo *habitus* dos torcedores de classe mais abastada, os *fidalgos*, os refinados. Esta expressão contra as classes populares e a recorrente associação entre violência e torcidas populares se faz notória no discurso dos policiais até hoje, como será abordado nos próximos capítulos.

Ao abordar sobre as ações das torcidas ou de outro grande conglomerado de pessoas é necessário trazer ao entendimento o que são estes movimentos. Com este objetivo tentarei definir e classificá-las à luz da teoria das ações de massas, da psicologia das multidões. Le Bon (1954) define dois modelos de multidões termo utilizado por ele. Elas são: a multidão homogênea e a heterogênea.

A multidão heterogênea é constituída por qualquer pessoa sem diferenciação por trabalho, intelectualidade, ou outro fator e pode ser composta por todos aqueles que nasceram no mesmo território, chamado pelo autor de “raça” (LE BON, 1954, p.134), por exemplo, brasileiros, franceses, ingleses, entre outros. A multidão heterogênea pode ser classificada como anônima composta por diferentes pessoas na rua e não anônima vide as pessoas presentes em um júri, ou assembleia (LE BON, 1954, p. 133-134).

A multidão homogênea compreende os indivíduos presentes em uma organização ou classificação em comum, como em um primeiro grau as seitas, composta por um grupo de pessoas de educação e profissões distintas, mas que possuem uma crença na seita religiosa ou política em comum (LE BON, 1954, p. 134-135). O segundo grau de multidão homogênea é composto pelas castas, onde há uma organização onde os distintos grupos são suscetíveis, neste grau os indivíduos que a compõem possuem as mesmas profissões e um nível de educação parecido, os exemplos trazidos pelo autor são as castas militares e sacerdotais (LE BON, 1954, p. 135). O último grau são as classes, nesta os indivíduos a ela pertencentes compartilham interesses, hábitos e educação; não são como as seitas que compartilham crenças, ou como as castas que compartilham as ocupações; os dois exemplos citados na obra são: a classe burguesa e a classe agrícola (LE BON, 1954, p. 135).

Nesta classificação as torcidas se aproximariam da ideia das multidões homogêneas, como descrita pelo autor, próximo do que qualifica como seita, no sentido em que os indivíduos que a compõem podem ter educação, profissão e classe sociais distintas, mas unidas por uma crença, um elo em comum, o ser torcedor de um clube. Para Le Bon (1954), algumas multidões são criminosas e por vezes as torcidas também podem ser violentas, contraventoras e criminosas.

Le Bon (1954) utiliza o conceito de “alma coletiva” para tratar sobre a unidade mental das multidões. Gasset (1958) por sua vez critica a utilização dos termos como consciência social ou alma coletiva; pois ele descreve a multidão como algo humano, mas sem o homem, sem espírito e sem alma. A multidão é desumanizada, sem as características primordialmente humanas, como a alma e a consciência (GASSET, 1958, p. 208-209). A crítica ao termo “alma coletiva” é baseada nestes entendimentos sobre o indivíduo e a coletividade. Entretanto, apesar da discordância quando a denominação das ações de massa, ambos os autores a caracterizam de modo muito similar.

Um exemplo da ação coletiva das massas descrita por Gasset e por Le Bon pode ser retratada em um clássico Botafogo vs Flamengo ocorrido no dia 07 de novembro de 2019. Neste evento, os torcedores do Flamengo compraram os ingressos para o setor do Botafogo, local em que havia um preço promocional no estádio. Alguns torcedores botafoguenses não gostaram do fato dos flamenguistas terem comprado ingressos no setor do Botafogo, e, na semana do jogo, o clima entre

as torcidas começou a ficar tenso. No dia da partida, antes do início do jogo, ocorreram brigas em diferentes localidades, como em São Gonçalo e Jacarepaguá e no entorno do estádio. Muitos botafoguenses foram prontos para “caçar” os flamenguistas infiltrados. Logo, de acordo como que foi visto e divulgado nas mídias e em redes sociais, todos os que não estavam cantando as músicas da torcida do Botafogo, ou que percebiam a proteção de tela do celular com o escudo do Flamengo eram agredidos. A maioria dos botafoguenses começa a linchar esses torcedores que eles julgavam ser infiltrados¹³. Com isso, eclodiram diversas cenas onde a multidão e a alma coletiva se mostraram desumanas.

À luz da obra de Durkheim (1983) podemos fazer uma associação entre as ideias de consciência coletiva e criminalidade, com este exemplo acima exposto. O autor (DURKHEIM, 1983, p. 40) define como consciência coletiva os sentimentos e crenças comuns a uma média de pessoas que compõem uma sociedade. “[...] não é preciso dizer que um ato fere a consciência comum porque é criminoso, mas que é criminoso porque fere a consciência comum.” (DURKHEIM, 1983, p. 41), no contexto de um evento de futebol, parte da consciência coletiva dos torcedores brasileiros que o ato de acompanhar o jogo no espaço destinado à torcida adversária é como um crime é visto pela sociabilidade do futebol. A partir desta visão a torcida que se sentiu lesada agiu contra esta infração à consciência coletiva. Tendo a clareza de que o linchamento não foi uma atitude correta, o sentimento contagioso (LE BON, 1954, p. 9) da multidão foi mais preponderante nesta ocasião.

Entre muitas destas cenas os seguranças privados que são conhecidos como *stewards* ficaram no meio das brigas. Um destes seguranças salvou a vida de um torcedor que estava deitado no chão sem nenhum esboço de reação e continuava recebendo chutes e socos. O torcedor quase morreu pelo ódio da torcida também era botafoguense sendo classificado como flamenguista nesta “inspeção” que estava sendo realizada pelos torcedores¹⁴. Esta violência tomou os torcedores a partir da

¹³ “Cenas de violência e agressões são vistas antes de Botafogo x Flamengo”. Disponível em: <<https://www.esporteinterativo.com.br/futebolbrasileiro/Cenas-de-violencia-e-agresses-so-vistas-antesde-Botafogo-x-Flamengo-20191107-0021.html>>. Acessado em: 22 de novembro de 2019. “Brigas em Bota x Fla têm 70 retirados, 15 detidos e um gravemente ferido”. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2019/11/07/brigas-em-bota-x-fla-tem-70retirados-15-detidos-e-um-gravemente-ferido.htm>>. Acessado em: 22 de novembro de 2019.

¹⁴ “Segurança que salvou torcedor em Botafogo x Flamengo relata clima de guerra no Nilton Santos”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/seguranca-que-salvou-torcedor-em-botafogoflamengo-relata-clima-de-guerra-no-nilton-santos-24070060>>. Acessado em: 22 de novembro de 2019.

imitação (TARDE, 1890) pelo sentimento de ódio, autoritário e intolerante (LE BON, 1954).

O exemplo dos jogos entre Flamengo e Botafogo foi selecionado devido às disputas entre os dois clubes estarem colecionando uma série de ataques e de vinganças entre as duas torcidas. Este tem sido um dos clássicos violentos do Rio devido às relações conflituosas e de disputa estabelecido entre as torcidas. A partir de 2017 com a morte de um torcedor por hemorragia após perfurações com um espeto de churrasco; sempre há ataques de uma contra a outra seguindo a lógica da busca por “justiça” pela violência anterior.

Tarde (1890) afirma que “o salão não admite senão iguais ou igualiza aqueles que admitem.” (TARDE, 1890, p.421). Há uma similaridade deste fato com as torcidas, no sentido de que apesar das distinções pessoais, a torcida, principalmente as torcidas organizadas, imbuem os torcedores de uma obrigação moral para com a mesma (TEIXEIRA, 1998, p. 31, p. 175). Com esta obrigação “o heterogêneo confunde-se com o homogêneo, e as qualidades inconscientes dominam.” (LE BON, 1954, p. 8).

Em relação ao estopim das ações de massa Gasset (1958) e Le Bon (1954) possuem visões distintas no que diz respeito à presença de personagens que direcionam a turba das multidões ou não. Le Bon (1954) afirma que existem indivíduos que influem na organização e orientação de um grande grupo de pessoas, estes não necessariamente precisam estar juntos em um mesmo local e podem estar em pontos distintos e exercer influências psicológicas.

Um acaso qualquer que os reúna, bastará, então, para que a sua conduta logo revele a forma peculiar aos atos das multidões. Em certas fases da história, meia dúzia de homens pode constituir uma turba psicológica, ao passo que centenas de indivíduos reunidos acidentalmente talvez não a constituam. (LE BON, 1954, p. 4).

Para Le Bon (1954, p. 98-100) os agitadores de multidão se utilizam de três processos que são: a afirmação, insinuando uma ideia específica no “espírito das multidões”; a repetição chegando até o inconsciente que motiva uma ação e o contágio, que é a imitação, a alienação. Estas atitudes são movidas pelo sentimento de “prestígio” e a ideia que se tem deste prestígio domina o mundo e as ações (LE BON, 1954, p. 104).

Por sua vez Gasset (1958) apresenta que a violência e até mesmo a ameaça da violência não advêm de nenhum indivíduo em específico. Porém, todos os sujeitos que agem desta maneira, se deparam com aspectos da violência de outras pessoas para com eles (GASSET, 1958, p. 235).

Com este capítulo podemos perceber que a violência e tudo que é considerado violento são representações sociais e alteram com linhas diferentes de tempo e de espaço. Assim como pode haver violências praticadas coletivamente, em uma ação de massa; na qual os indivíduos integrantes são imbuídos pela intolerância da massa e agem com violência quando imersos pelo sentimento de homogeneidade de uma multidão. Estes casos são comuns em eventos, públicos ou privados. Nos eventos esportivos além da possibilidade de uma violência em massa também existe a competição e o conflito natural que é necessária cautela para diferenciá-los.

Muitas vezes os esportes e as sociabilidades que o envolvem são representações de guerras. No caso brasileiro destacamos o futebol. Em suma, as violências no futebol (e do futebol também) são geradas por dois fatores principais: 1) pela excitação da torcida que alivia as tensões das pressões sociais (ELIAS E DUNNING, 1992) por meio das influências violentas da sociedade em geral, e 2) assim como pelo compartilhamento de impulsos e sentimentos das multidões (GASSET, 1958; LE BON, 1954) promovido por efeito mimético (TARDE, 1890) produzido em coletividade. Em minha pesquisa de campo ouvi relatos de onde o filho dizia que o único lugar em que via o pai falar mal era no estádio¹⁵. O esporte tem este aspecto para além do lazer e por ser um ambiente onde as energias são descarregadas no ato de gritar, cantar ou xingar. O grande problema se dá quando a excitação necessita de mais estímulos para ser descarregada como a violência física, estrutural, cultural ou verbal a alguém específico.

¹⁵ Sobre os cantos e xingamentos que compõem a “fala torcedora” (DE TOLEDO, 1996).

2 REFLEXÕES SOBRE POLICIAMENTO E SEGURANÇA

O Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) não pode ser apresentado descolado de um contexto histórico, espacial, social e teórico. Para entendimento de um batalhão de Polícia Militar neste capítulo observaremos as balizes teóricas sobre polícia, a nível nacional e mundial. Ao longo desta seção serão expostas outras pesquisas realizadas em meio policial, especificamente policial militar. Como também transcorrerei pela breve bibliografia acerca do policiamento em eventos e especificamente em eventos esportivos (dentre eles campeonatos nacionais e internacionais).

2.1 Polícia e o ordenamento social

A polícia é o principal órgão que auxilia na manutenção do controle da violência e da ordem pelo Estado (BRASIL, 1988, § 5º do Art. 144). Porém, é importante demarcar que nem sempre a lei e a ordem andam em consonância, não são ideias justapostas (SOLNICK, 1966). Skolnick (1966) mostra o conflito do trabalho policial em um Estado de Direito, pois, uma sociedade democrática requer a manutenção da ordem sob as leis, mantendo a disciplina e as regulações da constituição; em contraposição da garantia das liberdades individuais. Cada país possui uma visão distinta sobre a lei e a ordem a partir de suas diferentes perspectivas sociais e filosóficas; devido a isto, cada polícia age de determinada maneira (SOLNICK, 1966).

Costa (2004) afirma que o que é considerado violência policial e manutenção da ordem possuem uma ideia flexível, variando de acordo com o tempo e com as sociedades, por isso o autor não define a violência policial em si, mas apresenta algumas formas de violência praticada por policiais (em termos atuais, pode-se citar tortura, abusos aos prisioneiros, abusos de poder, violência contra trabalhadores rurais). Costa (2004) afirma que é fundamental para o controle social o monopólio legítimo da violência pelo Estado, quando não há o devido controle, emergem violências privadas, assim como Misse (2008) tratou no contexto carioca. Segundo o autor (COSTA, 2004) o controle social se aproxima na noção de Norbert Elias de autocontrole¹⁶. A polícia é para o autor um dos instrumentos de dominação política, as

¹⁶ O sociólogo alemão Norbert Elias (1994) fala sobre as mudanças em busca da civilização ocidental, a partir de uma visão de longa duração. Na qual o poder exerce o controle social que

funções realizadas por ela são distintas, dependendo sempre de como o Estado exerce o controle social e os mecanismos de controle institucionais, que podem ampliar ou limitar os poderes policiais (COSTA, 2004).

Especificamente sobre a polícia a ordem em um Estado Democrático e a garantia de uma ação policial sem violência, Costa (2004) destaca a necessidade de estabelecer e assegurar algumas liberdades individuais e a regulação de procedimento penal. Para Costa (2004), diferentemente de Skolnick (1966), não há muito sentido na dualidade entre lei e ordem, pois, ambos não se resumem ao controle repressivo estatal, mas por meio de controle social através de mecanismos ideológicos da sociedade civil; reduzindo assim, a força da dicotomia entre lei e ordem, por não depender estritamente do caráter político. O que existe é o controle da atividade policial, que legitima a estrutura de controle social.

Robles (1992) acredita que a polícia por não possui sozinha este controle da sociedade se aproximando da visão de Costa (2004). A polícia define o que é desordem a partir de normas e moral dominante; agindo contra os chamados marginalizados (ROBLES, 1992). Geralmente, a polícia é conservadora e mantenedora do *status quo* médio da sociedade (ROBLES, 1992). O autor (ROBLES, 1992) também demarca que o trabalho policial requer um grande contato com a população e a necessidade de lidar com situações imprevisíveis. Para Robles (1992) a polícia espanhola no caso de estudo dele é um “subuniverso peculiar” cheia de conflitos e simbolismos (ROBLES, 1992, p. 297).

Uma das principais referências internacionais sobre polícia é David Bayley. Este pesquisador realizou um trabalho comparativo com diversas forças policiais nos mais variados países analisando documentos, mesmo com a escassez dos mesmos e, realizou um trabalho de campo para observar os padrões de ação policial (BAYLEY, 2002). Este autor chamou atenção dos cientistas sociais, que no período em que ele escreveu muito se estudava o aparato burocrático para a manutenção da ordem; porém a polícia não era suficientemente estudada, apesar de seu grande papel social (BAYLEY, 2002).

monopoliza e controla a violência por meio de vários artifícios, como a vergonha ou a repugnância. Segundo Elias, a beligerância foi abandonada ao longo do tempo para a conquista de uma sociedade civilizada, com controle emocional. Esta agressividade passou a ser percebida nos filmes violentos, nos jogos esportivos, como boxe, entre outros lugares. De acordo com o autor, ao longo da história sempre se buscou meios para a satisfação da ânsia por crueldade, para evitar a prática da violência e manter o autocontrole (ELIAS, 1994).

Bayley (2002) define a categoria “polícia” como pessoas autorizadas por um grupo a regularem as relações interpessoais neste convívio, estas também são autorizadas a utilizarem a força física (assim como sua ameaça) para propósito coletivo (BAYLEY, 2002, p.20). Costa (2004) afirma que a liminaridade entre uso da força policial e violência policial se altera em diferentes períodos históricos e entre as variadas sociedades; esta questão se torna mais marcante em governos democráticos.

As “polícias modernas” podem variar em alguns aspectos ao redor do mundo, por exemplo, sua estrutura e força; entretanto elas possuem três características básicas: são públicas, especializadas e profissionais (BAYLEY, 2002, p. 26-27). É válido ressaltar que apesar de ser uma das principais atribuições da polícia a prevenção e o combate ao crime, essas não são as únicas funções que a polícia desempenha (BAYLEY, 2002, p. 30).

Não é fácil definir a relação entre polícia e sociedade, pois há uma série de modelos e variações de estruturas policiais (BAYLEY, 2002). Costa (2004), diz que este relacionamento se dá como cada Estado estabelece seu controle social e os meios de controle da ação policial.

Bretas (1997) discorre que as instituições policiais possuem uma “unidade corporativa”, na qual, ensina aos policiais a defesa da lei e da ordem, mesmo que em certas ocasiões práticas a lei e a ordem demandem atuações distintas e até mesmo contraditórias. O autor questiona até que ponto a obediência operacional rigorosa é desejada. Esta questão é levantada, pois segundo Wilbur Miller (1975 apud BRETAS, 1997) existe dois modelos policiais, o inglês, voltado para “proteger e servir” com uma atuação de impessoalidade; e o segundo, nova-iorquino, de inspiração francesa, com um policiamento mais ostensivo e com uma atuação de maior pessoalidade devido aos conflitos étnicos da região. Aqui no Brasil as instruções são passadas para manter o caráter impessoal, todavia, também temos uma cultura policial da pessoalidade quando enfrentam demandas que não estão dispostas no regimento, ou que não foram abordadas na academia (BRETAS, 1997).

Existe um número significativo de trabalhos que tratam especificamente sobre a Polícia no estado do Rio de Janeiro. Desde os que trazem uma compreensão geral da estrutura de segurança pública no Rio de Janeiro (MUSUMECI, MUNIZ, 2000). Os que contam a história da Polícia no Rio, como Bretas (1997) e Soares (2004). Os trabalhos que pesquisam a identidade da Polícia Militar ou de determinados batalhões,

pode-se citar Muniz (1999), Storani (2008) e Rodrigues (2009). Os que falam sobre letalidade e vitimização policial, por exemplo, Cano (1997, 2014, 2015, 2010); Muniz, Soares (1998) e Coelho (2017). Os que falam sobre diferentes formas de policiamento; pode-se citar Cano, Borges e Ribeiro (2012), Musumeci (2017), Caruso (2016), o trabalho das autoras Ramos e Soares (2005), entre outros trabalhos.

A Polícia Militar é um dos órgãos do Estado em que a população tem maior contato (CARUSO, 2016) seja de maneira positiva ou negativa e, mesmo que em algumas áreas da cidade sua presença não seja perceptível ou que a população já tenha se acostumado a ver uma viatura parada na rua. Ao passo em que mesmo com esta presença constante, geralmente, não possuem muita compreensão da população. Também não podemos ver a polícia somente pelas lentes da institucionalidade, de modo a ignorar as ações policiais, desta forma, tiraríamos toda a agência dos atores sociais presentes nesta instituição, além de desconsiderar a presença de populares em seu efetivo desde sua criação e suas motivações (BRETAS, 1997; MUNIZ, 1999). Apesar dos policiais agirem de acordo com as ordens estabelecidas, o corpo que compõe a instituição é diverso e por vezes não concordam com todas as diretrizes da corporação.

Muitas pesquisas (MUNIZ, 1999; STORANI, 2008; RODRIGUES, 2009; CARUSO, 2016) sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) são realizadas em etnografias, nelas são perceptíveis os atores sociais, mesmo com a forte identidade institucional. Com elas é possível observar a corporação de perto e as nuances presentes, mesmo em uma corporação, aparentemente coesa. A seguir apresentarei alguns estudos que discutem o trabalho policial.

2.2 Sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Acerca das pesquisas que envolvem policiais é possível citar as que são sobre a cultura e identidade policial, como Muniz (1999), Storani (2008), Rodrigues (2009); e as que falam sobre a prática, o trabalho em que os policiais estão envolvidos, vide Moraes (2011) e Caruso (2015 2016).

Segundo Muniz (1999), os policiais possuem um modo de falar, de maneira firme, impessoal e objetiva. Evitam conversas e questionamentos e agem com resultados imediatos. Possuem cortesia e disciplina militar; além da postura e do asseio pessoal, barba bem-feita e roupa passada. Esta lógica é presente, pois cada

policial reflete a PMERJ através de si; o *ethos* corporativo é facilmente percebido (MUNIZ, 1999, p. 89-94). Este *ethos* corporativo é perceptível no BOPE, como Storani (2008) demonstra, pois, somente no fato de se inscreverem no Curso de Operações Especiais (COEsp) os policiais já apresentam uma mudança de comportamento; para elucidação da importância deste curso, o autor apresenta a fala de um auxiliar de instrução do COEsp: “*muitos querem, poucos tentam, e raros os que chegam ao final.*” (STORANI, 2008, p. 49). Assim como o *ethos* corporativo também está presente na Academia de Polícia Militar D. João VI, na formação da identidade que é militar e ao mesmo tempo policial tratada por Rodrigues (2009).

Através destas passagens são possíveis algumas relações. Temos como exemplo a observação da estrutura policial e de como esta postura modifica a identidade pessoal em nome da identificação institucional, observada por Lévi-Strauss (1985). A lógica do “eu” é mortificada, dando lugar à identidade da corporação (STORANI, 2008); com forte influência estrutural e desaparecimento do indivíduo. Relembrando assim, o primado do social apresentado nas ideias de Durkheim e Mauss (1989). Também é possível observar um ponto apresentado por estes dois autores em seu texto *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, no qual eles mostram as limitações do homem enquanto indivíduo e o quanto essas limitações, tanto em pensamentos como em ações, se dissipam e são ultrapassadas enquanto o indivíduo está no corpo social¹⁷.

Para além deste caráter social que transforma um grupo de indivíduos em uma organização é claramente notável que o caráter simbólico também se faz presente na corporação que possui uma cultura e uma identidade de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Inclusive, os elementos simbólicos auxiliam na formação desta identidade social (MUNIZ, 1999; STORANI, 2008; RODRIGUES, 2009). Entre eles é possível citar a presença de hinos, cânticos, emblemas, vocabulário, ritos de passagem, entre outros simbolismos...

Entre os trabalhos sobre a prática em que os policiais estão envolvidos é possível perceber como eles agem em determinadas situações e funções. Em suas pesquisas, as autoras Moraes (2011) e Caruso (2015) mostram a polícia agindo em

¹⁷ Segundo Weiss, no artigo “Efervescência, dinamogenia e a ontogênese e social do sagrado”, sobre conceito de efervescência para Durkheim, uma instituição age como um “efervescente”, quando motiva, arrebatada e impele os indivíduos que nela participam (2013). Creio ser possível relacionar esta ideia não somente ao sagrado, mas também à polícia.

conjunto com outros órgãos, tanto nos conselhos de segurança pública (MORAES, 2011), quanto nas operações Lapa Presente e Lapa Limpa (CARUSO, 2015). Outro ponto de convergência entre os trabalhos é uma proximidade com a população, seja ouvindo atentamente as falas da comunidade civil, nos conselhos de segurança (MORAES, 2011); ou estando em meio a diversos grupos no momento de serviço (CARUSO, 2015). Caruso (2016) afirma que o contato da polícia com a sociedade civil é o encontro da população com o Estado, certa de que há outras instituições que também possuem esta aproximação. Entretanto, é necessário salientar que Caruso (2015) aponta que apesar do Estado promover a ordem e reduzir as desigualdades, a prática é bem distinta e a polícia também age com distinção, principalmente com os que sofrem a sujeição criminal¹⁸.

Outro trabalho que discorre sobre uma ação policial com mais polidez é o artigo “A Experiência da Sujeição à Autoridade Policial” (Coelho e Sento-Sé, 2016). Os autores destacam o uso de um uniforme diferente nas Operações Lei Seca, com a ausência do fuzil, e como esta mudança de uniforme muda a percepção da população para com os policiais, muitas vezes sem percebê-los como tais; além da cordialidade e uma linguagem mais amena. Diferente das abordagens policiais descritas por Ramos e Musumeci (2005), inclusive em blitzes onde os policiais estavam uniformizados. As autoras (RAMOS E MUSUMECI, 2005) descrevem as abordagens policiais de modo mais amplo, enquanto o trabalho de Coelho e Sento-Sé (2016) abordam especificamente as operações Lei Seca. Esta diferença na abordagem vai de encontro à ação desigual da PMERJ apontada por Caruso (2015), pois a pesquisa de Coelho e Sento-Sé (2016) foi realizada em uma atuação específica da polícia, com a articulação entre a PMERJ e o DETRAN, gerando uma imagem mais cordial e menos corrupta, além do fato do trabalho ter como recorte as classes média e alta do Rio de Janeiro; diferentemente do livro *Elemento Suspeito* (2005) que demonstra os filtros sociais e raciais utilizados pela Polícia Militar em toda a cidade do Rio de Janeiro.

Esta distinção acima apresentada se dá por duas vias: a primeira por meio da ação dos policiais, ao tratarem de maneira distinta pessoas de diferentes grupos

¹⁸ A autora Haydée Caruso utiliza, neste artigo, o conceito de Michel Misse (2010). Este conceito caracteriza a distinção sofrida por aqueles que “levam o crime na alma”, mesmo que nunca tenha cometido crimes (MISSE, 2010, p. 20-21). A sujeição criminal tem um sentido muito mais forte do que a rotulação e a estigmatização. Com a incriminação antes mesmo de ocorrer a criminalização. Há uma “exclusão criminal” destas pessoas; classificações e atribuições ao excluído; e esta lógica é introjada pelo próprio sujeito (MISSE, 2010, p. 25).

sociais que abordam. A segunda por outra percepção da população abordada a uma nova identidade que os policiais demonstram; com característica mais passiva, mediadora e mais próxima (COELHO, SENTO-SÉ, 2016), por exemplo, na operação Lei Seca. Em oposição à identidade rude, grosseira, menos polida e violenta (RAMOS, MUSUMECI, 2005).

Especificamente sobre o BEPE, também é possível notar as duas vias desta distinção; conforme será aprofundado nos capítulos sobre o efetivo do batalhão e as mudanças sofridas na unidade. Tanto a de tratamento para os diferentes locais onde os torcedores estão localizados, como a presença policial em setores mais populares e a ausência dos mesmos nos setores mais elitizados, com ingressos mais caros, como os camarotes e o setor do Maracanã mais (típico de uma “nova arena”, com um buffet sendo servido durante o jogo inteiro); quanto a uma identidade policial mais próxima a um policiamento comunitário, por exemplo, as constantes reuniões com as torcidas organizadas e a menor utilização de armas como fuzil. Estas categorias, distinções e relações serão abordadas nos capítulos posteriores.

2.3 Um olhar a partir da Literatura Estrangeira

O futebol está inserido em nossa sociedade, logo, podemos perceber em sua sociabilidade, representações dos conflitos sociais; ou seja, por a sociedade ser violenta, também é possível notarmos relações violentas neste esporte (REIS, 1998, p. 56). Dunning (2000) chama atenção para o problema da rotulação da violência no futebol como uma construção política e midiática. Para ele este é um conceito das ciências sociais e da psicologia social, logo, as ciências sociais devem se atentar para este processo. O hooliganismo¹⁹ é um fenômeno complexo e multifacetado, de distintas observações; Dunning (2000) aponta diferentes interpretações para este fenômeno, entre elas a antropológica, a marxista, entre outras. Por vezes o hooliganismo assume caráter xenófobo (Center for Contemporary Studies, 1981). Este fenômeno é assimilado como um teste de masculinidade, onde se briga por prazer (DUNNING, 2000; DUNNING, ELIAS, 1992). A partir dessa constatação se

¹⁹ Conhecido fenômeno social que se destaca pela violência estabelecida através da sociabilidade gerada pelo futebol. Apesar de ser um fenômeno mundial, este termo é fortemente ligado aos torcedores ingleses, onde o termo foi cunhado; o hooliganismo também é conhecido como “o mal inglês” (DUNNING, 2009).

desmistifica a ideia de que o consumo de álcool é a causa da violência nos eventos esportivos.

O hooliganismo só foi considerado um problema social no Reino Unido a partir da década de 1970, passando a ter um policiamento mais forte (MURPHY, WILLIAMS, DUNNING, 2003; GARLAND, ROWE, 1999). Na década de 1980, os membros do governo de Margareth Thatcher buscavam uma polícia autoritária para resolver este problema e aclamavam a lei e a ordem (MURPHY, WILLIAMS, DUNNING, 2003). Todavia, este fenômeno continuava a crescer neste período. Dunning (2000) grifa a necessidade de políticas urgentes para este problema.

Dentre a literatura estrangeira, específica sobre policiamento e vigilância em eventos (BENNETT, HAGGERTY, 2011; BRECHBÜHL, SCHUMACHER DIMECH, SCHMID, SEILER, 2016; GARBARINO *et. al.*, 2011), é perceptível o uso de tecnologias e alguns eventos que são citados basicamente em todos os trabalhos, como o caso da tragédia de Heysel, onde mais de 30 pessoas morreram no ano de 1985 em decorrência de conflitos entre torcedores da Juventus e do Liverpool.

Sobre as estratégias de segurança para eventos esportivos internacionais podemos citar o livro *Security Games* (BENNETT, HAGGERTY, 2011) que aborda detalhadamente a utilização das tecnologias, a presença dos *stewards*²⁰ na segurança interna dos jogos, do policiamento particular e principalmente do caráter financeiro do policiamento e vigilância dos megaeventos, em especial para organizações como a FIFA, por exemplo.

Especificamente sobre as tecnologias, o livro aborda sobre o aumento da vigilância por câmeras com identificação facial e monitoramento via satélite utilizado no perímetro de segurança, dispositivos de identificação por rádio frequência nos ingressos, entre outras tecnologias citadas. Os autores (BENNETT, HAGGERTY, 2011) afirmam que a segurança durante os megaeventos é como um laboratório de experiências; sempre utilizando novas ondas de tecnologia. Todavia Bennet e Haggerty (2011) trazem questionamento sobre a privacidade das pessoas envolvidas, como o panóptico²¹ tratado por Foucault (2004).

²⁰ *Stewards* é o modo como os seguranças privados em eventos esportivos são chamados.

²¹ O panóptico para Foucault é uma alegoria a um molde de vigilância e poder onde os indivíduos estariam submetidos e disciplinados, convivendo com a possibilidade de estarem sendo observados (FOUCAULT, 2004).

Alguns eventos internacionais como a Copa do Mundo e a Euro foram estudados para analisarem a segurança em eventos esportivos internacionais, dentre eles Eick (2011) e Scott et al (2008). Eick (2011) verificou os valores, a quantidade de pessoas e equipamentos destinados à segurança para a Copa na Alemanha em 2006, o maior evento ocorrido no país desde 1945 (EICK, 2011, p. 93). No estudo de Scott et al (2008) os autores tratam sobre Euro de 2004, que ocorreu em Portugal.

Cada trabalho enfoca um evento futebolístico internacional, Eick (2011) aprofunda nas exigências da Federação Internacional de Futebol (*Fédération Internationale de Football Association*, FIFA) e alterações na segurança pública ao receber uma Copa do Mundo, no caso específico da Alemanha em 2006. Nesta Copa houve uma mudança de atuação de segurança; com forte presença policial, de vigilância e de aparato tecnológico. Diferentemente da Euro 2004 (SCOTT ET. AL., 2008) que teve um esquema de segurança menos ostensivo.

Stott *et.al.* (2008) chamam atenção que o uso indiscriminado da força policial gera uma espécie de retaliação, um confronto, devido ao comportamento e psicologia das multidões, principalmente se o policiamento for *high profile*²². Também chamam atenção para a necessidade de uma direção estratégica de um perfil tático orientado pela informação e dinamismo; evitando confrontos e sempre focado no monitoramento e coleta de informações. A força só é utilizada contra os transgressores do “limite comportamental”. Essas instruções são de acordo com o Modelo Elaborado de Identidade Social.

O esquema de segurança da Copa do Mundo realizada na Alemanha em 2006 se enquadraria no *high profile* (STOTT et. al., 2008). Eick (2011) aponta que este policiamento teve a parceria de várias polícias e forças de segurança, além de stewards, voluntários, polícia de países vizinhos e uma força policial da própria FIFA. Outro fato marcante deste evento foi a redução de capital humano substituindo-o por hardwares e softwares, como veículos automáticos, robôs de equipamento de vídeo, sensores de temperatura, scanners detectores de bombas e explosivos, entre outros equipamentos (EICK, 2011).

²² De acordo com a tradução literal, significa perfil alto, em oposição ao *low profile* que seria o perfil baixo. Ambos são em referência à visibilidade e equipamentos utilizados na segurança dos eventos esportivos. Nem sempre o perfil escolhido é condizente com a necessidade. Ao longo do texto preferi me ater às expressões originais.

Apesar do governo e da mídia acharem que a Copa de 2006 foi um sucesso em termos organizacionais e de imagem; os grupos de direitos humanos e torcedores questionaram como este evento impactou os direitos civis, pelo desrespeito às garantias fundamentais e pela lógica privada se sobrepor aos domínios públicos²³ (EICK, 2011, p. 94). Eick (2011) afirma que a Copa do Mundo traz uma experiência para segurança nacional e internacional com a atuação de forças militares, empresas de segurança privada, organizações sem fins lucrativos e voluntários; para o autor, segundo a perspectiva do Estado a Copa é uma oportunidade de desenvolver o policiamento urbano, mas para a FIFA esta segurança se traduz em uma grande quantidade de dinheiro.

Enquanto a Copa de 2006 se enquadra no modelo *high profile*, o policiamento da Euro 2004, foi de acordo com o modelo *low profile* e com baixos níveis de desordem comparados a eventos anteriores e posteriores. Scott et.al. (2008) ressaltam que é necessário o estudo da psicologia das multidões para compreender suas dinâmicas, conforme foi abordado no capítulo anterior, e afirmam que esta é uma alternativa de combate à violência baseado na evidência científica e não na confrontação.

Outro artigo, escrito pelos autores Poutvaara e Priks (2009) também afirma que os métodos de policiamento que não diferenciam os torcedores comuns dos torcedores violentos (no caso, hooligans) tendem a aumentar a violência. Os autores concordam que a presença policial com mais aparatos, estilo *high profile*, causa mais violência. Apontam (POUTVAARA, PRIKS, 2009) que as brigas têm seus custos (sanções criminais, registros, prisões, punições judiciais, custo psicológico da violência, entre outros); entretanto, os jovens brigam por diversos motivos (seja pelas amizades, obsessão pelo time ou pelo desejo de lutar). O aumento do custo desta violência, com uma atuação policial despreparada e sem o conhecimento das dinâmicas destes grupos, pode gerar, por exemplo, ações mais radicais e mais violentas (POUTVAARA, PRIKS, 2009).

Os trabalhos (POUTVAARA, PRIKS, 2009; SCOTT ET.AL., 2008) evidenciam a necessidade de um policiamento mais próximo e conhecedor das configurações das

²³ Segundo o autor (EICK, 2011) muitos torcedores foram banidos de entrar na Alemanha, por serem hooligans conhecidos; os hooligans alemães foram contatados pela polícia em suas casas ou ambientes de trabalho sobre seu banimento ao estádio. Além da a FIFA controlar não somente as regras no interior dos estádios, mas fora deles, com cidades e até nações se submetendo às ordens da Federação Internacional de Futebol, inclusive com o monopólio de produtos comercializados no evento.

associações torcedoras, para lidar melhor com as torcidas e torcedores violentos, sem muitos aparatos e equipamentos. Assim como Coelho e Sento-Sé (2016) demonstraram com os policiais da Lei Seca e como, de maneira geral, o BEPE age, conforme será explicado e analisado no capítulo sobre as atribuições da unidade.

2.4 Policiamento e segurança em eventos no Brasil

No Brasil, a polícia militar também atua na segurança em partidas de futebol, tanto em ambientes externos, como também pode fazer o policiamento do ambiente interno dos estádios. Esta função é instituída pela lei de número 10.671, de maio de 2003, no item I do art. 14²⁴, conhecido como o Estatuto de Defesa do Torcedor (REIS, 2010).

A bibliografia nacional especializada em policiamento em eventos é restrita. Existem alguns trabalhos (SOUZA et. al., 2013; CASTRO, DEMIAN, *et. al*, 2015; DE SOUZA, JUNIOR, 2010; AMARAL et. al., 2013) que tratam sobre os megaeventos que ocorreram recentemente no Brasil, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, seus desdobramentos e reflexos. Sobre as medidas de segurança pública para esses eventos, alguns autores (MARINHO, 2011; PALERMO, 2013; MAGALHÃES, 2013) discorrem sobre as UPPs enquanto estratégia para o policiamento e mediação destes eventos. Outro trabalho é de Fernandes e Câmara (2018) sobre policiamento em eventos políticos, o caso tratado são os protestos de 2013. Entretanto, me deterei aos trabalhos sobre os grupamentos especializados em policiamento em eventos, especificamente, eventos esportivos.

Entre os poucos trabalhos sobre segurança em eventos esportivos (DIAS NETTO, 2009; BICALHO, 2011; KELMER, 2015; BERNARDES, 2016?; UBIRATAN *et. al.*, 2014), uma característica me chamou atenção, todos esses trabalhos foram realizados por policiais militares. Bicalho (2011) e Kelmer (2015) realizaram na própria Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, mas todos eles foram escritos por policiais militares, somente o caso do artigo do Ubiratan et. al. que foi escrito em

²⁴ “Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão: I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos; [...]” (BRASIL, 2003).

conjunto com os professores, mas o próprio faz parte da Polícia Militar da Bahia. Esse aspecto é importante ser ressaltado, por conta da possibilidade de um olhar corporativista e análises tendenciosas em relação aos grupamentos responsáveis pelo policiamento em eventos. Muito embora não exista a completa neutralidade, devido aos gostos imbricados em nosso *habitus* (BOURDIEU, WACQUANT, 2012).

Das cinco obras abordadas neste trabalho sobre a segurança de eventos no Brasil, um trata sobre o policiamento no Paraná, especificamente em Curitiba (DIAS NETTO, 2009); outro sobre o Batalhão Especializado de Policiamento em Eventos da Polícia Militar da Bahia (PMBA) (UBIRATAN et. al., 2014); e três deles sobre a atuação do Batalhão de Policiamento de Eventos de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) (BICALHO, 2011; KELMER, 2015; BERNARDES, 2016?). Como um recurso explicativo, as relações entre estes autores serão desenvolvidas a partir de temáticas em comum. Estes assuntos serão: 1) as ocorrências mais observadas nos eventos esportivos; 2) o que os autores abordam sobre o estatuto do torcedor; 3) o conflito entre policiamento e o caráter privado dos eventos esportivos; 4) o olhar sobre as torcidas e outros órgãos que realizam o policiamento.

2.4.1 Ocorrências recorrentes

Acerca da (in) segurança nos eventos esportivos alguns autores (DIAS NETTO, 2009; BICALHO, 2011; KELMER, 2015) tratam sobre crimes e contravenções mais recorrentes. Dias Netto (2009) busca perceber os limites do “descontrole” das torcidas nos jogos entre o Club Atlético Paranaense e o Coritiba Foot Ball Club, controlados por parte da segurança pública. Entre os pontos abordados pelo autor (DIAS NETTO, 2009) discorre sobre os delitos mais cometidos no dia do jogo e os separa entre os que geralmente ocorrem antes do evento, durante e após o evento. Entre os crimes e contravenções penais citados estão os roubos, furtos, danos, calote, lesão corporal, rixa, vias de fato, provocação de tumulto, perturbação de trabalho ou sossego alheio, embriaguez, cambismo, entre outros.

Após descrever os crimes e contravenções que ocorrem com maior frequência nos jogos, Dias Netto (2009) aborda sobre o modo de atuação da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Para a ação nesses eventos a PMPR se baseia nos Procedimentos Permanentes de Operação; no qual há policiamento antes, durante e depois do evento. Com efetivo distribuído nas principais vias de acesso ao estádio. Em dia de

jogos com maior público, também há policiamento nas praças do centro e nas imediações dos terminais de transporte coletivo. Além de estarem nas catracas de acesso ao estádio e serem responsáveis pela divisão das torcidas e proteção dos árbitros. A distribuição e a ação policial são previamente planejadas e tudo registrado em relatórios. Mas o autor destaca (DIAS NETTO, 2009) que a violência nos estádios não é um fato isolado, fazendo-se necessário diminuir a cultura da violência na sociedade, para assim reduzi-la no futebol.

A pesquisa de Bicalho (2011) também aborda sobre os crimes e contravenções recorrentes nos eventos esportivos ocorridos no estádio do Mineirão. Para a análise em seu trabalho, o autor (BICALHO, 2011) extrai alguns registros de ocorrência na semana dos jogos; que são o dano, rixa, agressão, lesão corporal e homicídio. Algumas das ocorrências também são verificadas por Dias Netto (2009), mas o homicídio é um crime que Bicalho (2011) retrata e que não é abordado pelo outro autor (DIAS NETTO, 2009). A análise (BICALHO, 2011) é realizada por meio de gráficos com as ocorrências na semana anterior, na semana do jogo e a posterior, para analisar se os crimes e as contravenções penais aumentam nos dias de jogos. Os dados apontam que realmente há um impacto na criminalidade na semana que o jogo é realizado, principalmente em relação às rixas e as vias de fato. As informações coletadas são da 1ª Região de Polícia Militar e do Comando de Policiamento de Eventos.

Bicalho (2011), assim como Dias Netto (2009), também destaca algumas ações que vem sendo tomadas pela polícia em Minas Gerais, para a contenção e o controle destas violências, como as Operações de Polícia Ostensiva de Praças Desportivas da PMMG, a fim de padronizar a conduta por meio de planejamento, evitando o despreparo e improvisações.

Outro trabalho que também aborda sobre as ocorrências em dias de jogos é o de Kelmer (2015). A sua pesquisa trata do policiamento externo (perímetro imediato e o mediato) dos eventos ocorridos na Arena Independência, em Minas Gerais. O autor (KELMER, 2015) aponta que há três tipos de planejamento da segurança por parte da PMMG²⁵. Estes planejamentos são realizados para evitar improvisações. Com

²⁵ Os três tipos de planejamento são: o estratégico, que traça as metas e objetivos da organização, o tático, que age como um intermediário, e o operacional, que trata sobre a execução das metas estabelecidas pelo planejamento estratégico (KELMER, 2015).

diferentes formas e tipos de controle para lidar com as ocorrências previstas no Estatuto de Defesa do Torcedor.

Os principais delitos cometidos foram de três naturezas (KELMER, 2015) 1) crimes contra patrimônio, os furtos e roubos são os mais recorrentes. 2) Crimes contra pessoa, as rixas e em um número menor as vias de fato. No período estudado por Kelmer não houve homicídios. 3) Exercício ilegal da profissão, como o caso dos flanelinhas. Ao comparar duas quartas-feiras uma com jogo e a outra não, Kelmer (2015) verifica o mesmo que Bicalho (2011), que os delitos em dias de jogos são maiores do que em dia sem jogo. Apesar das informações sobre os dias de jogos possuírem mais delitos coincidirem com outros trabalhos, creio que a comparação entre somente dois dias possa ser tendenciosa.

A relação entre a violência nos eventos esportivos e o maior número de delitos em dias de jogos de futebol pode ter seu caráter relativizado por haver um aumento de circulação de pessoas em direção aos estádios; criticando a ideia de que todos estes crimes e contravenções estão realmente ligados ao esporte. Sejam eles motivados por fins esportivos ou não, o fato é que há um aumento de registros de ocorrência que deve ser levado em conta. Todavia, por outro lado a subnotificação destes crimes e contravenções é uma tendência recorrente que altera a noção real dos dados sobre a violência nos eventos esportivos, como abordado por Campos et al (2008).

Durante a análise, observamos que há uma disparidade entre os dados oficiais e os dados coletados com os torcedores que efetivamente frequentam o estádio. A princípio poder-se-ia inferir que a sensação de insegurança no Mineirão relatada por parte significativa dos torcedores não se justifica com base nas ocorrências registradas na delegacia da PC no Mineirão. [...]. No entanto, tais valores devem ser olhados com desconfiança, já que o número de ocorrências registradas na delegacia da PC pode não ser igual ao número de delitos que de fato ocorrem no Mineirão e em suas redondezas em dias de jogos, por vários motivos. Nem todas as pessoas se dispõem a registrar uma ocorrência em caso de sofrerem algum tipo de represália. Além disso, [...], nem todos os delitos são levados à delegacia da PC no Mineirão, já que, muitas vezes, em acontecimentos fora do estádio os infratores são encaminhados para a PM, em uma central externa. Os próprios dados relativos à PM apontam acontecimentos não listados pela PC, como tumultos, agressões e depredações de ônibus, nas redondezas e nos principais trajetos para o Mineirão. (CAMPOS ET AL, 2008, p. 18-19).

Os autores dão três justificativas que ocorrem no caso mineiro, mas a subnotificação para estes delitos em eventos esportivos deve ser considerada em todo o território nacional. Bicalho (2011) também chama atenção para as muitas

ocorrências que são resolvidas sem registro formal, isso pode mascarar o problema e contribuir para a manutenção do ciclo de violência.

É possível notar uma recorrência entre os delitos destacados pelos autores. Entre os mais citados estão os furtos, roubos, rixas e vias de fato. Durante o meu trabalho de campo ouvi diversas vezes dos policiais o quanto que a instituição do Estatuto do Torcedor os auxiliou no controle e policiamento dos jogos. A relação entre o Estatuto e o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios será melhor estudada nos próximos capítulos.

2.4.2 Sobre o Estatuto do Torcedor

Como visto no capítulo anterior sobre a violência, este fenômeno no futebol brasileiro não é recente; inclusive existem fontes históricas que comprovam a participação da polícia na segurança dos jogos durante a década de 1910, dentre as fontes houve um pedido de envio de “[...] vinte praças de polícia e quinze guardas civis [...] para garantir o ‘mínimo’ de segurança no primeiro jogo do clube no campeonato daquele ano [...] explicava ainda que seria necessário o envio de duas patrulhas de cavalaria [...]” (PEREIRA, 2000, p. 130). Esta solicitação foi feita pelo titular da delegacia, para a atuação do clube São Cristóvão, em 1918. Entretanto, o estatuto do torcedor só foi instituído em 2003.

As manifestações violentas no futebol tornaram-se uma questão de segurança pública. Com efeito, em 2003 foi criado o Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT). Um dos argumentos que justificaram a criação do EDT foi a necessidade de aperfeiçoar as normas de sociabilidade nos espaços públicos e privados das diferentes práticas esportivas que congregam um público elevado. (CAMPOS ET AL, 2008, p. 12).

Discorrer sobre a segurança nos eventos esportivos no Brasil requer, ao menos, uma menção ao Estatuto de Defesa do Torcedor. Dentre a bibliografia selecionada muitos (BICALHO, 2011; KELMER, 2015; BERNARDES, 2016?; CAMPOS ET AL, 2008; REIS, 2007) trataram um pouco sobre esta lei de número 10.671, de maio de 2003.

Antes da criação deste estatuto as relações eram mediadas pela lógica do Código de Defesa do Consumidor. Bernardes (2016?) ao abordar sobre a relação pública e privada da segurança dos eventos futebolísticos e, mostra que a relação do espectador com o evento é como uma relação de consumo. Se há acidentes de consumo proveniente do que se oferta, há uma responsabilidade do organizador do

evento. Já Kelmer (2015) destaca a previsão do Estatuto de Defesa do Torcedor, sobre a competência do Estado, que detém o poder da polícia ostensiva e preventiva, planejar suas operações, se antecipando de possíveis ações.

Bicalho (2011), por sua vez, discorre um pouco sobre este estatuto, cita as competências de alguns artigos e afirma que a previsão criminal do estatuto é de um raio de 5 km do estádio ou no itinerário de ida e volta do evento. E após uma resolução de 2010 os eventos envolvendo a torcida, mesmo em dias que não têm jogos ou que não esteja no raio estabelecido de proximidade do estádio também são enquadrados nesta legislação. Reis (2007) cita a (des) organização do futebol brasileiro como um dos fatores que influencia em sua violência, mas ressalta que o Estatuto de Defesa do Torcedor já seria um avanço, apesar de ainda haverem poucas leis.

Para além do Estatuto e sua reformulação de 2010 houve outros movimentos para repensar a questão da violência em meio esportivo no Brasil, como a Comissão Nacional de Prevenção da Violência para a Segurança dos Espetáculos Esportivos, de 2004, que ficou conhecida como Paz no Esporte. Em 2011 cria-se a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) com objetivo de integrar as forças policiais criando um padrão de atendimento e treinamento como um legado de segurança esportiva, com aparato tecnológico, de infraestrutura e capacitação (UBIRATAN ET. AL., 2014).

Apesar de não parecer, devido a maior influência deste esporte em nossa cultura, o estatuto não diz respeito somente ao futebol; ele também abarca as outras modalidades esportivas (RIGO ET AL., 2006 apud CAMPOS ET. AL., 2008). A relação da violência e da segurança é um dos assuntos mais discutidos neste documento. “[...] oito dos seus 12 capítulos contêm, ao menos, alguma referência à segurança. Somente os capítulos VII, VIII, IX e X não se referem a ela.” (CAMPOS ET. AL., 2008, p. 14). Outro tema bastante trabalhado é a questão do controle, na busca o “bem coletivo”, sobre as vontades individuais. Inclusive prevendo o impedimento e restrição aos estádios de torcedores que já participaram de brigas (CAMPOS ET. AL., 2008).

2.4.3 Relações sobre o policiamento e a estrutura do evento esportivo.

A pesquisa de Dias Netto (2009) enfoca no estudo caso de um jogo marcado por extrema violência entre as torcidas²⁶; em resposta ao ocorrido a Polícia Militar

²⁶ Um jogo de futebol histórico, fortemente marcado por violência entre o Atlético e o Coritiba, no estádio Couto Pereira, no dia 17 de outubro de 1999.

emitiu um ofício para o Ministério Público, onde se afirmava como coadjuvante em um evento privado. O autor (DIAS NETTO, 2009) aponta que esta reação se dá por se abster da culpa pelo ocorrido. Entretanto, independente da motivação para esta afirmativa, o fato é que realmente há esse conflito e que a própria polícia o reconhece. O trabalho de Bernardes (2016?) discorre sobre esta relação entre um policiamento público em evento de caráter privado.

Bernardes (2016?) traz uma crítica interessante em referência à dubiedade do emprego da força de segurança pública para eventos de caráter privado. O autor (BERNARDES, 2016?) cita que de acordo com a decisão tomada em 2015 pelo STF, a cobrança da taxa de segurança pública que era paga à polícia para a realização da segurança de jogos em Minas Gerais, é inconstitucional, pois agride o princípio constitucional da impessoalidade.

Em seu texto aponta a visão de alguns críticos (NETO e MACIEL, 2009 apud BERNARDES 2016, HORN e CARDOSO, 2014 apud BERNARDES 2016?) à ação da polícia em evento privado; onde diz que se há cobrança de ingresso pela organizadora do evento o poder público não deveria ser o responsável pela segurança, pois seria utilizado para interesses particulares; um aparente desvio de função do órgão público. Entretanto, o emprego de órgãos públicos no interior de eventos esportivos e culturais é previsto por lei (nº 6624/1975, dispõe a organização e participação da PMMG em qualquer evento de possível perturbação da ordem independente se há cobrança de ingresso ou não; além do Estatuto do Torcedor no art. 14, inciso I) e também tem jurisprudência do Ministério Público. O autor (BERNARDES, 2016?) também cita que Valla (2013, apud BERNARDES, 2016?) destaca a responsabilidade do poder público pela ameaça à tranquilidade pública. Mas se a responsabilidade é dividida por qual motivo o lucro também não é dividido? E o prejuízo que a sociedade sofre com menos policiais a disposição?

A Copa do Mundo em 2014 abriu precedentes para a segurança privada no interior do estádio, com os *stewards* e o policiamento público na área externa. Bernardes (2016?) critica o uso do policiamento interno, embora não o veja como desvio de finalidade, pois se encontra na lei. Mas aponta que o interesse público é que a polícia esteja nas ruas e não em eventos pagos atendendo interesses particulares. Cabendo intervenções da PMMG nestes eventos quando a mesma for solicitada. Para isso sugere uma retirada gradual do efetivo da PM no interior dos estádios, com o mínimo efetivo para solução de crimes e contravenções quando

solicitadas pelo organizador; participação do organizador no financiamento da segurança do evento, contratando seguranças suficientes assessorados e supervisionados pela PM; investimento do organizador em equipamentos como câmeras, detectores de metal, proteção e barreiras arquitetônicas, agindo de forma precisa; além de maior vigor na punição prevista em legislação para inibir a ação desses torcedores que provocam crimes e contravenções. A utilização das câmeras e do trabalho dos *stewards* se aproxima da maneira como é feita a segurança na Europa.

Quanto à utilização de tecnologias, como as de monitoramento por câmeras e identificação facial, Reis (2007) destacou que o circuito de câmeras fechado é válido para uma ação eficaz e segura, mas para isso é preciso leis e normas para que o regulamentem.

2.4.4 As torcidas e os órgãos responsáveis pela segurança

Nesta seção tratarei rapidamente das observações discorridas pelos autores sobre policiamento, a torcida e os órgãos responsáveis pela organização dos eventos esportivos. Em sua pesquisa Dias Netto (2009) verificou, através da percepção dos policiais da PMPR, a necessidade do fim das torcidas organizadas; demarcam a relação entre a violência e o consumo de álcool e drogas; reforçam a ideia de estabelecidos e *outsiders*, tratados por Elias e Scotson (2000); e chamam atenção para o “descontrole controlado”, com falas como “[...] tipo uma religião deles [...]” (DIAS NETTO, 2009, p. 89).

A partir da ideia do conflito entre estabelecidos e *outsiders*, Dias Netto (2009) estabelece relações entre as disputas das torcidas e também das torcidas e a polícia. Segundo o autor (DIAS NETTO, 2009) as torcidas do time que possui o mando de campo percebem aquele espaço como se fossem delas; quando se veem ameaçadas de perderem o poder em “seu” território o conflito é instaurado. Esta instituição de poder presente nas relações das torcidas organizadas é muito importante. Por outro lado, o uso de um jogo em específico, realizado dez anos antes da pesquisa pode não ter sido a escolha mais proveitosa para uma análise profunda, apesar de ter sido uma data marcante para os policiais que atuaram nesta partida.

Através da sua obra, Bicalho (2011) recorre à entrevista e, representantes de vários órgãos envolvidos em eventos futebolísticos como o judiciário, comandantes e

ex-comandantes da PM, Ministério Público, representantes das organizadas, entre outros. Como resultado deste trabalho Bicalho nota que os entrevistados consideram que a violência entre as torcidas organizadas é grave e que necessita atenção do Estado, apesar de haver divergências quanto à origem desta violência; apontam também a necessidade de revisão séria da legislação, para a efetividade do combate à violência no futebol. Mas diferentemente das entrevistas no trabalho de Dias Netto (2009), os entrevistados neste trabalho apontam que a extinção das torcidas organizadas não resolverá o problema da violência nos eventos esportivos.

Outro resultado destacado por Bicalho (2011) é que aqui no Brasil, a falha de comunicação entre a polícia e os órgãos de defesa social contribui para a impunidade; para isso o autor sugere alguns pontos: necessidade de readequação da legislação vigente e de unidades de inteligência policial voltadas para as torcidas organizadas em cada estado; integração desses órgãos e dos sistemas de dados; bilhetagem eletrônica; pena restritiva ao torcedor violento aplicação severa das leis existentes; normatização interna mais clara; efetivo suficiente; acompanhamento das torcidas em viagens; readequação da legislação penal para maior controle das torcidas; facilitar o uso de ferramentas tecnológicas; individualizar as ações para evitar impunidade e anonimato; e integração do sistema de justiça.

Sobre os órgãos que tratam da segurança e da organização dos eventos esportivos, Kelmer (2015) aponta que a maioria dos seus representantes afirma que consideravam um nível de integração entre os órgãos públicos que se fazem presentes na Arena Independência em dias de eventos, porém apontam que a integração entre os órgãos pode melhorar apesar do bom relacionamento, visto de maneira positiva e essencial. Essa integração entre os órgãos precisa ser aperfeiçoada com reuniões para melhor organização e fiscalização encerrando as ocorrências na delegacia no interior do estádio para não deslocar policiais de suas funções. Realização de reuniões com os torcedores a fim de almejar a paz e reforçar os postos de policiamento nas ruas com maior incidência de furtos e realizações de campanhas preventivas para os torcedores ficarem mais atentos para este delito.

Para pensarmos em um policiamento bem treinado para a segurança em eventos esportivos, Reis (2007) que sugere que a polícia seja preparada para a segurança em atividade de lazer, associando conhecimento e medidas de segurança de prevenção, com amplo conhecimento dos grupos violentos. A autora (REIS, 2007) mostra um estudo que indica os casos na Espanha em que os próprios policiais

geravam a violência, por serem muito jovens e pouco preparados psicologicamente, devido a isso é necessário um preparo teórico, técnico e psicológico.

Sobre a relação entre o policiamento de eventos e as torcidas Ubiratan et. al. (2014) informam que desde 2009 quando Salvador foi indicada como uma das sedes da copa a PMBA vem se preparando e tirando proveito das experiências com policiamento no carnaval. Com a especialização dos policiais em intervenções de ocorrência em multidões, conhecimento técnico da legislação específica, entre outras informações. Esta experiência de policiamento técnico e com mais conhecimento tem reduzido a violência nos estádios na Bahia. Este batalhão de eventos estabelece um diálogo melhor com os líderes das torcidas organizadas e por ser o mesmo efetivo o planejamento técnico e as punições são realizadas com mais facilidade.

Dias Netto (2009) não informa sobre a existência de um grupamento ou batalhão específico para eventos em Curitiba, apesar de haver um planejamento e o registro das ações em relatórios. Acerca da PMMG os trabalhos (BICALHO, 2011; KELMER, 2015) demonstram a ação do Batalhão de Policiamento de Eventos de Belo Horizonte. UBIRATAM et al. (2014) expõem que na PMBA há o Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos. Com a leitura dos trabalhos é fácil à percepção de uma ação mais organizada e efetiva das Polícias Militares que possuem grupos especializados em relação à violência no futebol.

Basicamente os trabalhos mostram padrões recorrentes que são: 1) os mesmos crimes e contravenções apresentados como furto, rixa, lesão corporal, vias de fato; 2) em dias de jogos esses tipos de crimes aumentam; 3) a PM realiza ações conjuntas com outros órgãos para a realização da segurança em dias de jogos; e 4) necessidade de seguir a legislação severamente, punindo os torcedores violentos (BICALHO, 2011; KELMER, 2015; BERNARDES, 2016?; UBIRATAM et al., 2014), e também sugerem pequenas mudanças na legislação específica para maior segurança (DIAS NETO, 2009; REIS, 2007).

Após a observação dos trabalhos anteriores, com a exposição da atuação das Polícias Militares do Paraná (PMPR), de Minas Gerais (PMMG) e da Bahia (PMBA) temos a noção de como é realizado o policiamento em eventos esportivos. Servindo como uma bibliografia sobre o tema, mesmo que seja restrita é possível observar alguns pontos que observei em campo. Muito embora, não tenha grandes esforços que se dediquem a analisar o papel e a atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios no Rio de Janeiro. Dessa forma, pouco se sabe sobre o

BEPE, tanto em trabalhos sobre a violência no futebol e mesmo nos trabalhos específicos sobre polícia este núcleo é abordado de maneira insuficiente.

Minha pesquisa dá visibilidade a este batalhão da Secretaria de Estado de Polícia Militar que desempenha seu trabalho em um local repleto de emoções, onde a maioria das pessoas está em um momento de lazer e envolvidas com o evento esportivo. Observo como o trabalho policial deste grupamento é realizado; se age de maneira preventiva ou reativa à violência nos esportes. Realizo um levantamento sobre sua história; percebendo as relações deste núcleo especializado com as torcidas e com outras unidades policiais militares. Busquei conhecer seus símbolos, seu emblema. Me atento ao olhar sobre o “ser policial” a partir da perspectiva de um batalhão especializado responsável pelo cuidado de eventos de grande porte como o futebol.

Tal batalhão atua no policiamento dos eventos esportivos; porém seu principal foco de atuação são partidas de futebol, agindo como escolta das delegações dos clubes e das torcidas. Realizam a segurança da arbitragem. Além de ser responsável pelo policiamento interno do Maracanã, um dos principais estádios brasileiros. Nem mesmo no site oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro existem muitas informações, somente dois pequenos parágrafos das principais atribuições e a localização da sede e algumas fotos. Assuntos que serão destrinchados no próximo capítulo.

3 DO “LIMBO” AO *STATUS* DE BATALHÃO ESPECIALIZADO DA POLÍCIA MILITAR

No decorrer deste capítulo discorrerei brevemente sobre a história do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios desde sua formação enquanto Grupamento Especial de Policiamento em Estádios. Com a apresentação do panorama social e político do momento da criação assim como as motivações para esta fundação. Também tratarei sobre os comandos com o qual o grupamento (e agora batalhão) vivenciou além das narrativas dos comandantes e do efetivo sobre o desenvolvimento do policiamento em eventos esportivos.

3.1 Cenário social e político

O Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) não iniciou sua história com este formato de batalhão. Sua fundação se deu no dia 10 de julho de 1991, enquanto Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), no período do governo Brizola. Para compreendermos sua criação e as motivações para a mesma é necessário nos atentarmos para a conjuntura nacional e estadual do período.

O contexto nacional durante os últimos anos da década de 1970 e a década de 1980 foi marcado pelo fim da ditadura civil-militar, juntamente a reabertura política, processo de anistia, assim como o retorno das eleições para governador e presidente. No final da década de 1980, especificamente em 1988 é promulgada a nova constituição brasileira (REIS, 2018).

No Rio de Janeiro, o desenvolvimento de redemocratização culminou no retorno do exílio e a posterior eleição de Leonel de Moura Brizola, em 1982, cumprindo o primeiro mandato de 1983 a 1987 (FERREIRA et. al., 2008). Este período foi fortemente marcado pela esperança democrática e um desejo de mudança em relação ao contexto social e político anterior. Nosso cenário estadual contava com uma inclusão das causas das mulheres de classe mais baixas, das periferias, dos indígenas, toda esta população esquecida e que não eram formalmente inclusas “[...] Iniciativas de governo, bem ou mal sucedidas, reiteraram esse vínculo e sua implementação foi sempre cercada de imagens que o reforçassem.” (SENTO-SÉ, 2002, p. 94).

Durante este período iniciaram políticas públicas no ramo da educação e dentre outras medidas houve a tentativa de instaurar uma nova relação entre a polícia e a sociedade. Para estabelecer esta relação entre a força de segurança estatal com a população, algumas medidas foram tomadas (CERQUEIRA, 2001), por exemplo, a extinção da Secretaria de Estado de Polícia Militar Segurança em 1983, no início do primeiro governo Brizola. A lógica de que a polícia deve agir de acordo com o respeito aos direitos humanos foi um mote desta nova relação; percebida na tentativa de mitigar a impunidade e arbitrariedade das autoridades em âmbito estadual. Em termos práticos, foi estabelecido o fim das prisões sem flagrante ou entrada em uma propriedade privada sem mandado de prisão. Houve outras medidas propostas sobre o convívio entre a polícia com a sociedade, assim como novas lógicas dentro da própria polícia.

Entre algumas das implementações citadas por Cerqueira (2001) que geraram melhorias para a própria Polícia Militar estão: mudanças no ensino e instrução da Polícia Militar (CARUSO, MORAES, PINTO, 2006), com revisão curricular; inserção na Escola Superior de Polícia (ESPM) por meio de concurso; viagens de estudos para policiais do Curso Superior de Polícia a fim de conhecer novos métodos e sistemas policiais; novo método de formação de soldados; sistema de ensino à distância para a reciclagem do policial; instruções de tiro; plano de carreira e entre outros exemplos²⁷. Uma das políticas implementadas durante o comando do Coronel Nazareth Cerqueira foi a valorização dos direitos humanos e principalmente um olhar para o policial para além do braço armado do estado, mas como um ser humano, possuidor de direitos e deveres.

Durante o primeiro governo de Brizola, de 1983 a 1987, devido ao contexto histórico, a lógica da polícia composta por uma tropa de enfrentamento em uma guerra

²⁷ Entre os exemplos de melhoria para a própria polícia militar implementada pelo Coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira é o centro de reabilitação para policiais dependentes químicos. Ao longo da minha pesquisa de campo encontrei um policial do efetivo do BEPE que destacava para mim, de maneira recorrente a importância que este centro tem na vida dele. “A polícia militar, ela tem essa clínica desde 1987, onde foi criado o Renascer. Era outro nome, não recordo [...]. Então ela [a Polícia Militar] já reconhece esse problema dentro dela, [...]. Hoje a gente tem essa clínica; lá no setor de psiquiatria, tem um Major, que ele é o responsável pela dependência química na Polícia Militar [...] tem a equipe dele, lá nos conselheiros dentro da clínica; são tudo [sic.] dependente químico em recuperação. [...] O cara sai lá aprendendo qual problema ele tem, mas também ele não é nenhum coitadinho também não! Ele tem que fazer a parte dele, entendeu? [...] Eu frequento Narcóticos Anônimos, até hoje, né? Lá você não aprende só parar de usar droga; você aprende ser um novo ser humano!” (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com um Subtenente que está no batalhão há mais de 10 anos).

foi alterada, para a ideia de que não havia um inimigo para combater, mas crimes a prevenir (LEAL, PEREIRA, MUNTEAL, 2010). Nesta linha de pensamento, com um olhar mais democrático para a polícia, durante o segundo governo Brizola, de 1991-1994²⁸, houve diversos projetos inclusivos (LEAL, PEREIRA, MUNTEAL, 2010), como a tentativa de policiamento comunitário em Copacabana; o Programa de Educação de Resistência contra as Drogas (PROERD), o Grupo de Policiamento Turístico, que hoje é o Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur) e a formação do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), hoje Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), objeto desta pesquisa.

3.2 Panorama geral

Antes da criação do GEPE o policiamento em estádios não prezava pela proximidade com a torcida, geralmente era realizado pelo batalhão que patrulha a região de cada estádio. Com o objetivo de termos uma breve noção de como era o policiamento em estádios antes da fundação do GEPE. Como visto ao longo do primeiro capítulo, as brigas de torcida não são recentes, são relatadas brigas em estádios do subúrbio e da zona sul (RODRIGUES FILHO, 2010; PEREIRA, 2000). Devido a esta circunstância a atuação da Polícia na segurança dos jogos também é documentada desde os primeiros anos da década de 1910. Com o passar dos anos a necessidade de um maior efetivo policial se mostrava mais latente. A justificativa tratada pelos cronistas à época se dava pela “falta de educação e disciplina esportiva” (PEREIRA, 2000, p. 130), especificamente sobre as torcidas do subúrbio, apesar de também haver conflitos nas torcidas dos clubes da zona sul carioca.

Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, após a incorporação dos populares, surgem as primeiras torcidas organizadas, com instrumentos de sopro, a fim de impulsionar os jogadores. Dentre os chefes de torcida mais conhecidos estava Jaime de Carvalho da charanga rubro negra, o qual recebeu da polícia a homenagem de ser o “torcedor número 1” do Maracanã no ano de 1958; Jaime ajudava na “educação

²⁸ Durante este segundo governo, Brizola exerceu a função no poder executivo estadual de 1991 até abril de 1994, em que abriu mão de seu cargo para disputar a eleição presidencial do mesmo ano. Em seu lugar assumiu o vice-governador do período, Nilo Batista, o qual seguiu as mesmas diretrizes de Brizola. Coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira atuou como Comandante Geral e Secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro durante os anos de 1983-1987 e 1991-1994 (LEAL, PEREIRA, MUNTEAL, 2010).

esportiva”; chamava atenção dos torcedores que se comportavam de maneira “inadequada” com “palavras de baixo calão” (HOLLANDA, 2008, p. 108-109). Definidos por meio de uma avaliação de costumes morais. Postura distinta da apresentada pelas “jovens” mais ativas politicamente criticando a diretoria; portando-se nos estádios com críticas e xingamentos (DE TOLEDO, 1996; HOLLANDA, 2008).

Em entrevista, um ex-comandante pontuou uma recordação de quando frequentava estádios durante a década de 1970, em meio à ditadura civil-militar, antes mesmo de entrar para a Corporação da Polícia Militar.

[...] Sou vascaíno, aí me lembro que fui no jogo Vasco e Londrina, 1977 no campo do Vasco. [...] Aí o Vasco começou a perder, pra variar, estava perdendo, aí o pessoal com raiva começou a jogar latinha um no outro. Aí em algum momento, jogaram a lata [...] lá na cabeça do jogador do Vasco, o Orlando. Aí a polícia escolheu um ponto, entrou e começou a bater... eu dei sorte porque eu tava [sic.] da fronteira para baixo e tipo assim quando começa a bater se você ficar parado, ‘ficou parado!’ e se tá correndo, ‘porque você tá correndo? Tá [sic.] devendo alguma coisa?’ e às vezes aí eu notava isso, né? [...] às vezes do mesmo time, ficava tomando uma cerveja ‘aquele nosso jogador é bom!’, ‘não, ele é ruim!’; aí você me dá um tapa. Lógico, ninguém quer levar nem bala perdida, nem tapa perdido, né? Aí abre aquele clarão, a polícia chegava batendo, batendo, batendo. Mas enfim... [...] [no] GEPE aí a forma de posicionamento já era diferente, não tinha aquele negócio de linha, escudo... ficavam os policiais, quase sempre desarmados, naquele miolo das torcidas... e daí já interagia, identificava... até depois que eu passei a comandar [...]. (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com ex-subcomandante, e ex-comandante do GEPE).

O ex-comandante aponta a distinção da relação da polícia com a torcida do período em que frequentava os estádios enquanto torcedor e a relação de proximidade que o GEPE prezava durante o período em que ele foi subcomandante e depois, quando comandou este policiamento.

O GEPE surgiu com o intuito de entender as torcidas organizadas e a manutenção da paz dentro dos estádios de futebol, o modelo de policiamento selecionado para esta nova unidade era inspirado no chamado policiamento comunitário, onde, na teoria, era direcionado pelos direitos humanos, atuando sem escudos ou força de choque.

Entendemos o conceito de policiamento comunitário um modo de ação policial em que busca maior envolvimento com a comunidade em que está inserido, onde o policiamento é adaptado para aquele meio, se atentando mais para as causas que culminaram na ocorrência do que a observação simplista para a mesma; isto é, a busca pela prevenção e não somente uma atuação reativa; além de um policiamento realizado a pé e com uma tentativa de realiza-lo de forma distinta de como era

realizado anteriormente (CERQUEIRA, 2001; RIBEIRO, 2014; SKOLNICK, BAYLEY, 2002). Cerqueira (2001) se inspirou nos trabalhos da polícia norte-americana para a implementação deste modo de organização em alguns programas da Polícia Militar do Rio de Janeiro (CERQUEIRA, 2001; RIBEIRO, 2014). O próprio (CERQUEIRA, 2001) pontua esta diferença de atuação entre o GEPE para o policiamento ostensivo:

Podemos exemplificar com as inovações que introduzimos no policiamento dos estádios de futebol. O 'modelo de manutenção da ordem' exigia 'forças de choque' prontas e aptas para o enfrentamento dos torcedores baderneiros. No modelo de 'construção da ordem' o primeiro movimento era o de conseguir a paz nos estádios por **procedimentos de persuasão e negociação**. Era preciso **identificar os parceiros entre as torcidas organizadas, dirigentes de clubes, jogadores, cronistas esportivos e outros atores deste cenário para estabelecer-se o compromisso com a paz nos estádios**; era preciso estabelecer condições psicossociais desfavoráveis para os conflitos. Neste ambiente, polícia e comunidade esportiva poderiam desenvolver interações positivas que tendiam a amenizar ou mesmo eliminar os conflitos e as badernas. Operamos com grande sucesso, apesar das críticas que algumas vezes certos cronistas esportivos faziam pelo fato da polícia não dissolver determinados conflitos com a violência que eles entendiam necessária para conter os baderneiros. Não tínhamos dúvida que era um aprendizado social, tanto para os policiais quanto para a comunidade esportiva. (CERQUEIRA, 2001, p. 106-107, grifo nosso)

Há influência do policiamento comunitário na formação do GEPE. Pode-se afirmar devido a sua preocupação desde o início em manter um contato com as torcidas organizadas antes dos jogos chamados de clássicos (no caso, partidas entre os quatro clubes de maior investimento do Rio de Janeiro); assim como a tentativa de compreensão da lógica destas torcidas; e por ter sido criado em um governo em que buscava uma nova relação da sociedade com a Polícia Militar.

Assim é possível perceber a influência das ideias do policiamento comunitário na criação do GEPE. No entanto, este grupamento foi vinculado ao Batalhão de Choque, através da diretriz 010/91 da terceira seção do Estado Maior Geral. O que se apresenta de modo paradoxal às ideias de maior contato com a comunidade esportiva, pois, geralmente, em sua atuação, o Batalhão de Choque não é muito aberto ao diálogo. Demonstrando, deste modo, no mínimo uma falta de cuidado em onde alocar esta nova unidade e perceber quais influências diretas e cotidianas ela receberia. No entanto, uma explicação para o GEPE ter sido alocado no BPCoque é que há um decreto de lei, em vigor desde 1975 (RIO DE JANEIRO, 1975), em que dispõe sobre a competência e a organização básica da Polícia Militar, no qual estabelece a presença de Grupamentos de Unidades Especiais, isto é para a legitimidade perante

a lei o GEPE necessitava estar vinculado em uma das Unidades Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A princípio, o GEPE atuava somente no Maracanã e depois passou a atuar nos eventos esportivos e culturais em todo o território do Rio de Janeiro (mesmo durante sua primeira fase). Vale ressaltar que sua área de atuação se dava, a priori, apenas no ambiente interno dos estádios.

Este é a visão macro do processo de instituição do referido grupamento, mas segundo o relato de um Subtenente que está no batalhão há mais de 20 anos; sendo o único que estava presente na fundação do grupamento em 1991, ele supõe que a atuação de sua turma no policiamento em um jogo na Gávea possa ter influenciado na criação do GEPE, sendo uma visão micro e interna deste mesmo processo.

Na verdade eu me lembro que o GEPE; eu não tenho certeza, né? Mas teve um jogo em especial [campeonato brasileiro], Flamengo e Atlético Mineiro, que a minha turma era basicamente formada por recrutas, né? E nós trabalhamos muito bem no apoio ao 23 [batalhão de polícia que atua na região da Gávea] e apoiando o batalhão. Só que assim, teve vários tumultos nesse jogo, de torcida organizada... O pessoal conseguiu resolver o problema, mesmo... Talvez, sei lá, não sei se era o tino, se foi... Claro que Deus ajudou também, que saiu muito tumulto... Você imagina Flamengo e Atlético Mineiro, no jogo na Gávea. Então nós conseguimos dar conta do recado! Não sei se isso foi uma semente que plantou em alguém que tava no comando 'vamos criar um grupamento!'. Aí só, né? Do CFAP, batalhão de choque, do batalhão de choque acho que teve tipo um estágio; foi criado o GEPE e o GET [Grupamento Especial de Turismo]. (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com um Subtenente que está no batalhão há mais de 10 anos).

Em sua fala ele traz a possibilidade do GEPE ter sido criado após uma atuação de sua turma de recrutas que “conseguiu resolver o problema” das brigas de torcida durante aquele jogo. Apesar de provavelmente terem ocorrido casos similares no período e este não ser o fator preponderante para o surgimento da unidade; é válido apresentar esta narrativa como uma possibilidade de observar a história da criação por meio de relatos de vivência ao nível mais particular, a partir do micro influências.

Alguns dos ex-comandantes e dos policiais do efetivo me informaram acerca das ações preventivas do GEPE, o quanto isso diminuiu a violência nos estádios e o conseqüente tratamento da imprensa para com o grupamento. Muitos ressaltavam o quanto a imprensa, em geral, critica a polícia, mas elogiavam o GEPE²⁹. “Então a imprensa começou a falar bem, para a polícia, dificilmente, ele tem apoio da imprensa.

²⁹ Para uma análise da diferente representação midiática dos policiamentos de combate e de um policiamento comunitário: Oliveira (2012).

A imprensa começou a elogiar muito trabalho do GEPE ‘GEPE é o branco da paz!’ ” (entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com um ex-comandante). Esta associação do “branco da paz” se dá pela utilização de equipamento (cobertura e cinto de guarnição) branco pelo GEPE.

Todavia, a história não é simples assim; durante o primeiro ano do governo de Marcelo Alencar, mais especificamente em junho de 1995 o GEPE foi extinto, juntamente com a busca de descolamento da imagem do governo anterior; e a instituição da gratificação por bravura, mais conhecida como gratificação faroeste, onde incentivava o confronto policial, com o retorno da lógica da guerra (RAMOS, 2016). Esta extinção se deu por meio de uma resolução da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), recriada durante este novo governo. O grupamento ficou sem atuar durante todo governo de Marcelo Alencar. Esta interrupção, segundo a interpretação de alguns ex-comandantes do GEPE, se deu para se afastar de um policiamento de proximidade e em decorrência desta visão a crítica à atuação policial de maneira preventiva; “[...] foi o General Cerqueira do exército, quando ele assumiu a secretaria nossa de segurança, ele entendia que a polícia era extremamente reativa não podia trabalhar na parte preventiva e o GEPE é um trabalho preventivo [...]” (entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com um ex-comandante). O policiamento interno do Maracanã passou a ser realizado por uma Companhia dentro do sexto batalhão da unidade de polícia responsável pela segurança deste bairro.

O GEPE, por sua vez, foi refundado e teve o reinício de suas atividades no dia 20 de janeiro de 1999, durante o governo do Anthony Garotinho, à época do PDT, assim como Brizola; consolidando o segundo marco importante na história da unidade. A reativação se deu em um jogo comemorativo entre Flamengo e Fluminense, que também marcava a reabertura do setor popular da “geral”, do Estádio Mário Filho, amplamente conhecido como Maracanã. O ato normativo da refundação do GEPE se deu em 3 de fevereiro de 1999, com a resolução de número 229. A data de comemoração do aniversário do GEPE deixou de ser 10 de julho e passou a ser 20 de janeiro.

Neste momento o grupamento continuou responsável apenas pelo ambiente interno dos estádios e retornou a ser vinculado ao Batalhão de Choque, como era antes da extinção do GEPE. As entrevistas apontam que este retorno se deu por meio de um clamor público das pessoas que eram envolvidas com o futebol, como a

imprensa, os clubes e torcida a fim de haver uma atitude para acabar com a “baderna” no futebol, principalmente das chamadas torcidas organizadas e retornar a paz. Em entrevista, um Tenente-Coronel que esteve presente no GEPE de 1999 a 2003 e vivenciou este processo de refundação relatou que se lembrava de que a refundação do GEPE “[...] que já era uma promessa de campanha do governo Garotinho [...]. Era um clamor público que precisava acontecer alguma coisa, em nível de policiamento no Maracanã para que as famílias voltassem a frequentar os estádios [...]” (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com Tenente-Coronel que atuou GEPE de 1999-2003). Este relato reforça a narrativa de que a refundação do GEPE era uma resposta ao “clamor público”, isto é, os policiais que estavam no GEPE neste período afirmam que a refundação foi uma resposta ao pedido da população para uma atuação frente à violência nos estádios; para haver uma resposta em busca da paz e o retorno da família aos estádios³⁰.

Para essa refundação o Comando da Polícia destinou uma turma inteira que estava se formando no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) para o GEPE, sem nenhuma formação específica para a atuação em eventos esportivos. Este fato colaborou, segundo diversos relatos obtidos durante o trabalho de campo, para com a relação e coesão da tropa, como destaca um ex-subcomandante do GEPE. “[...] você pega os policiais recém-formados... mais ou menos que a gente vê repetir anos depois, com relação à UPP [...] por terem vindo de uma mesma formação era uma tropa muito unida e fácil trabalhar com eles.” (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com ex-subcomandante do GEPE). A maioria dos policiais desta referida turma se encontra no batalhão até hoje, está há mais de 20 anos na corporação e na mesma unidade. Discorrerei um pouco mais sobre eles quando abordar sobre o efetivo que compõe o GEPE/BEPE.

Passaram-se anos, mudanças e alguns comandos e recentemente houve a transformação de GEPE para BEPE, a partir da resolução da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) N° 1.213, do dia 31 de julho de 2018, publicada em diário oficial, no dia 02 de agosto de 2018; na qual transformou o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios, no Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios,

³⁰ Esta ideia das “famílias voltarem aos estádios” é recorrente na fala do efetivo do BEPE até hoje, no sentido de que o trabalho do GEPE/BEPE colaborou para o afastamento das brigas dentro e no em torno estádio e, conseqüentemente, nesta lógica, as famílias voltaram a frequentar os jogos, inclusive durante a aula inaugural do Curso de Policiamento em Praças Desportivas de 2019, o Comandante destacou essa lógica, juntamente com a valorização do serviço da unidade.

como um terceiro momento importante na história desta unidade policial. Assumindo o policiamento externo no entorno do estádio e também a burocracia administrativa de todo efetivo (e posteriormente do Grupamento de Policiamento Ferroviário). Poucos meses depois também foi instituído o decreto sobre o remanejamento da estrutura das gratificações do Batalhão de Polícia de Choque para o BEPE (nº 46.514 de 04 de dezembro de 2018), publicado dia 05 de dezembro de 2018 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

3.3 Narrativas históricas

Esta unidade da polícia contou com poucos comandantes, pois geralmente eles se mantinham por muito tempo neste posto, possuindo uma média de um pouco mais de dois anos para cada comandante. Basicamente, nestes vinte e cinco anos de atividade, o GEPE só contou com dez comandantes. Seguem duas tabelas para apresentar os comandantes, o período de atuação e a patente que possuíam no momento em que comandaram esta unidade.

Tabela 1 - Comandantes por período.

COMANDANTE		PERÍODO	PATENTE À ÉPOCA
GEPE	Siqueira	1991-1994	Major
	Call Barros	1994-1995	Major
	Braga	1999-2001	Major
	Edmilson	2001-2002	Capitão
	Marcelo	2002-2006	Major
	Busnello	2007-2008	Major
	Luiz Octávio	2009-2010	Major
	Malheiros	2011-2012	Major
	Fiorentini	2012-2015	Tenente-Coronel
	Sílvio	2015-2018	Major
COMANDANTE		PERÍODO	PATENTE À ÉPOCA
BEPE	Sílvio	2018-2020	Tenente-Coronel

Neste subtópico serão abordadas as narrativas dos comandantes e do efetivo sobre a história da unidade. Infelizmente não foi possível a realização da entrevista

com quatro Comandantes. Eu não consegui realizar o contato com três oficiais e outro faleceu antes da pesquisa. No entanto, nenhum momento da história da unidade ficou sem ser estudado, pois, conversei com os subcomandantes correspondentes.

A narrativa histórica presente nas falas do efetivo da unidade não se distinguem de modo considerável daquela trazida pelos ex-comandantes, apesar de não possuir nenhuma pergunta específica pedindo para o/a policial contarem a referida história. Em meu roteiro³¹, pergunto há quanto tempo o entrevistado do efetivo conhecia o GEPE/BEPE e como era a percepção do mesmo à unidade nesta época. Aqueles que possuem um maior conhecimento sobre a história discorriam sobre ela.

A maioria dos policiais que entrevistei não conhecia o GEPE/BEPE antes de entrarem na polícia, tanto entre os comandantes quanto o efetivo. Das trinta e seis entrevistas realizadas com o efetivo, somente duas policiais conheciam o antigo grupamento antes de entrarem na corporação, pois ambas frequentavam estádios e já se identificavam com a instituição militar. Os outros entrevistados conheceram após realizarem estágio no GEPE durante o período em que estavam no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Muitos, assim como alguns os Comandantes, principalmente aqueles que não passaram pelo sexto batalhão, não tinham muita noção sobre o funcionamento da unidade, não sabiam direito o trabalho. “[...] eu não percebia o GEPE. [...] Eu não sabia que existia polícia nos estádios.” (entrevista com um Cabo que está na unidade entre 6 a 10 anos).

De 1991-1995, durante o período dos dois primeiros comandantes, o GEPE ainda estava dando os seus primeiros passos, influenciado pela ideia de policiamento comunitário, sem a lógica do “teje [sic.] preso” (entrevista com o Subcomandante de 1994 a 1995). Não existem muitas informações do período, apenas alguns relatos em entrevistas. O Subcomandante informou que durante esta primeira fase o GEPE teve reuniões com o professor Maurício Murad, especialista em sociologia do futebol, além de radialistas, juízes, a Assessoria Técnica de Assuntos Especiais (ATAE/PMERJ). “[...] eles tinham que ficar numa célula protegida, para não ter as contaminações do policiamento tradicional!”. Ou seja, segundo o relato houve uma tentativa de “blindar” os policiais que foram para o GEPE do “policiamento tradicional”, atitude similar à que foi tomada durante o período das Unidades de Polícia Pacificadora, conforme citado por outro Subcomandante (2001-2002).

³¹ Roteiros disponíveis em anexo.

Durante este primeiro momento do grupamento, de 1991 a 1995 já eram realizadas as reuniões com as torcidas organizadas. Estas reuniões são marcantes e presentes ao longo de toda atuação do grupamento, e inclusive hoje, enquanto batalhão. Outra informação relevante sobre este período foi que o subtenente do efetivo do BEPE, relatou que além de trabalharem nos jogos de futebol da capital, atuaram em jogos no Estádio Municipal General Sylvio Raulino de Oliveira, em Volta Redonda, e também que o eles participaram do policiamento da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO-92.

Em geral, a história do GEPE/BEPE é constantemente reafirmada pelos policiais que está há mais tempo e também por aqueles que estão há pouco tempo na unidade. Poucos apontam a fundação do GEPE em 1999, ano em que o grupamento é refundado e onde uma turma de recrutas do CFAP é encaminhada para a refundação da unidade. Dentre os poucos que dizem que o GEPE surgiu em seu segundo momento temos o exemplo, “O BEPE, ele foi fundado em 1999... em 99/98... e eu não conhecia antes de ser policial militar. Eu pensava que os policiais eram escalados para trabalhar em jogos que era assim até 99!” (Entrevista com um Subtenente que está na unidade há mais de 10 anos).

Entretanto, a grande maioria dos policiais reconhece o primeiro período do grupamento de 1991-1995. “[...] [19]91, foi extinto em [19]95; mas quando a gente chegou [...] ainda tinha uma sombra do GEPE lá [...]. o tipo de trabalho. [...] quando a gente chegou aqui; foi passada toda essa história.” (Entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de 10 anos);

[...] na história o GEPE foi refundado, na verdade. Ele já existiu, em [19]94, eu não sei... eu não me recordo. [...] Eu conhecia a história do GEPE antigo, mas do novo foi uma novidade, que pensávamos que a gente, é conforme eu te falei, que a gente ia se formar e ir para algum batalhão [...] Foi difícil, porque as torcidas organizadas que o GEPE trabalha limitando alguns espaços e pondo ordem no estádio. Então, quando a gente chegou lá, o 6º Batalhão trabalhava lá fora e o policiamento era feito assim com o apoio de outros batalhões, não era específico, não era um batalhão especializado como o BEPE é hoje em dia. Então quando nós chegamos lá foi muito difícil [...] fazer o torcedor entender que tem limite [...] quando nós chegamos saia todo mundo junto, a porrada estancava a qualquer momento. Então foi muito difícil, mas mesmo assim a gente não desistiu porque erámos uma família e o pessoal que chegou, os oficiais que atenderam a gente nesse primeiro momento deu força. Passou para a gente que a gente tinha que bater de frente e colocar ordem. (Entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de 10 anos).

Os dois sargentos da mesma turma que refundaram o GEPE reconhecem a história progressa do grupamento, o segundo relato demonstra que eles não esperavam refundar a unidade, mas que fossem para algum batalhão de área, como eles denominam os batalhões convencionais. Também destaca que durante o período da história em que a unidade foi interrompida o policiamento era com policiais de apoio, sem especializados.

Entre aqueles policiais que estão no grupamento há menos tempo, esta narrativa se mantém. “[...] Na história dele ele foi extinto por um período, só não me recordo bem [...] qual era e nesse período que ele foi extinto, o policiamento do estádio ficou a cargo das unidades da área onde ficava situado o estádio.” (Entrevista com um Major que está na unidade há menos de 5 anos). A maioria dos policiais não sabem precisar as datas, apesar de citarem que houve um período de interrupção das atividades, mas reafirmam esta história.

Outro exemplo de como os policiais que estão no efetivo em um período menor também assimilam a narrativa da unidade está na afirmação que o período sem o GEPE houve muitas brigas; “Aí foi uma um período bem conturbado, né? Confusões entre as torcidas... Não que hoje ainda não exista, mas tá bem mais controlado! [...] tá aí o [...] porquê, né? Que esse policiamento é importante. Tanto que em 99 ele voltou [...]” (Entrevista com um Major que está na unidade há menos de 5 anos). Observa-se que o período ressaltado nesta fala foi durante o governo do Marcelo Alencar, em que se buscava uma política de segurança pública completamente distinta daquela estabelecida nos governos Brizola.

Há uma disputa de narrativas sobre a turma que foi direcionada para o policiamento especial de estádios, em 1999. Alguns falam que esta turma fundou a unidade. Em entrevista o Subtenente que participou do primeiro momento do GEPE, o único que ainda atua no batalhão, foi contundente ao afirmar “[...] a turma 64 [referência aos primeiros números do RG policial] que foi que REFUNDOU o GEPE... Deixar isso bem claro, né?!” (Entrevista com Subtenente que está na unidade há mais de 20 anos). Este destaque à palavra refundou se dá para demarcar que há uma história anterior ao período de 1999, que muitas vezes é esquecida por conta das poucas informações sobre o período. Todavia, este policial demarca que durante o momento de 1991 a 1995 o GEPE atuava para além da região metropolitana do Rio de Janeiro,

O GEPE é tão marcante que os colegas da minha turma, que não estão mais no GEPE [...] lembram com saudade desse tempo. [...] nós íamos no caminhão, hoje nós temos viatura com ar condicionado... Era caminhão lonado, que é um caminhão tipo aqueles que o exército tem [...] um segurando no outro... Quer dizer, nós íamos para Volta Redonda naquele caminhão [...], hoje temos os micro-ônibus... A estrutura era bem a quem, hoje melhorou bastante! [...] Isso que eu te falo porque foi 91 né? (Entrevista com Subtenente que está na unidade há mais de 20 anos).

Após a refundação do GEPE, de 1999 a 2001, o grupamento retornou com uma atuação reduzida, logo em seguida de seu retorno não atuava em todos os estádios do estado, de acordo com as informações dadas em entrevistas com o efetivo e com ex-comandante. Depois foram ampliando suas atividades, atuavam somente no policiamento interno em jogos de futebol no Maracanã e posteriormente passaram a atuar também no policiamento interno em outros esportes, como o basquete. “[...] [No] basquete, ele em algum momento trouxe a rivalidade da torcida organizada aí quer dizer era um evento que se prolongava [...]” (entrevista realizada com o Comandante de 1999-2001). Em termos políticos, a relação entre o governo e o GEPE não sofreu grandes modificações entre os anos de 1999 a 2006. Isso porque Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho venceram duas eleições seguidas. Anthony assumiu o governo em 1999 e Rosinha em 2003. Com um curto período de governo da Benedita da Silva, em 2002, após Anthony Garotinho deixar o governo para concorrer a eleição presidencial no mesmo ano.

As informações sobre o comando do período entre 2001 a 2002 foram obtidas a partir da entrevista com o Subcomandante e também pelos relatos de alguns policiais do efetivo que estiveram presentes durante este comando. Os relatos sobre este comando apontam que nesta época os policiais foram “empoderados”; utilizando este termo, os policiais referem-se a este período como um momento em que eles se sentiam bem valorizados e, por vezes, imbuídos a agirem pela lógica do confronto. Durante o período de 2001-2002, são frequentes os relatos sobre a divisão do setor da geral, com a utilização de cordas durante este período.

O Subcomandante (2001-2002) se emociona ao lembrar sobre o período que esteve no GEPE, juntamente com seu amigo que comandava a unidade. Demarca que o GEPE é uma “tropa de elite”, especializada e qualificada; para exemplificar, cita que durante as atividades físicas que eles faziam, cantavam e diziam “Deus no céu e o GEPE no Maraca”. Esta característica, de cantar músicas que exaltem a unidade enquanto realizam atividades físicas, foi claramente percebida durante o Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD), principalmente durante o estágio no

Batalhão de Choque, peculiaridade de uma tropa militarizada, atitude mais demarcada durante o período deste comando.

O Subcomandante (2001-2002) aponta que durante sua atuação no grupamento além de atuarem em jogos de futebol e basquete, o GEPE passou a atuar em outros eventos esportivos, como vôlei e também em outros estádios além do Maracanã; com isso a rotina do grupamento era bastante intensa.

[...] fazíamos não só o Maracanã, mas também São Januário, Moça Bonita, Caio Martins e fazíamos também eventos que não eram futebol, fazia basquete e vôlei no Maracanãzinho, no Tijuca Tênis Clube; fazíamos alguns jogos no interior, as atribuições, exclusivamente, intramuros, dentro do estádio. [...] diversos estádios e diversos eventos, não só de futebol! Mas sempre intramuros, dentro do estádio, mas lógico que, eventualmente, nossa força era necessária no em torno, na área externa para sanar alguma crise, alguma turba, algum tumulto maior, né? (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com Subcomandante de 2001 a 2002).

A atuação do GEPE se dava principalmente na área interna dos eventos esportivos, no “intramuros”; a área externa era somente em momentos pontuais onde havia tumultos e turbas.

Em minha entrevista com o Subcomandante (2002-2006) sobre o período de 2002 a 2006, ele inicia com uma exposição geral sobre qual era a realidade do GEPE. Quando o Comandante (2001-2002) e o Subcomandante (2001-2002) saíram para fazer o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), em 2002, um novo comandante assumiu a unidade e permaneceu neste posto até 2006. O Subcomandante (2002-2006) esteve em um período anterior e posterior ao (à época) Major Marcelo, de 2001-2011, sendo Subcomandante de 2002-2006.

Os comandantes do GEPE no período de 1999 a 2006 já haviam atuado no 6º BPM (Batalhão de Polícia Militar), unidade de polícia responsável pela região onde o estádio do Maracanã é localizado, todos eles tinham experiência com o policiamento externo do Maracanã (alguns até no comando deste policiamento) e se destacaram atuando na segurança externa do Maracanã pelo 6º BPM, pois já estavam adaptados ao trabalho com as torcidas e tinham uma noção maior do trabalho do GEPE. Este padrão é alterado a partir de 2007, o que será exposto adiante.

Subcomandante (2002-2006) afirma que o 6º BPM sempre exerceu a função de policiamento externo no Maracanã, desde sua criação e que inclusive ele trabalhava neste batalhão antes de ir para o GEPE. Em entrevista também destaca que o Comandante (2002-2006) durante seu trabalho no policiamento externo, no 6º BPM, fazia as escoltas das torcidas locais (Flamengo, Vasco, Botafogo e Fluminense)

combinando com as torcidas em um determinado ponto, geralmente nas sedes das torcidas, até o estádio. Quando o Comandante (2002-2006) saiu do sexto batalhão e foi para o GEPE ele também trouxe esta nova atribuição, “[...] ele [Comandante] conhecia todos os presidentes de torcida, todos os componentes de diretoria, os chefes, os cabeças de cada torcida [...]. Então o que ele fez? Não abriu mão dessa escolta.” (entrevista com Subcomandante 2002-2006). De 1999 até 2002, o grupamento só realizava escoltas das torcidas de outros estados e não das torcidas locais, essas funções serão melhores retratadas no decorrer sobre as atribuições e setores do BEPE.

Antes desta escolta de torcida local ser uma atribuição do GEPE o 6º BPM fazia este serviço de entregar a torcida ao GEPE no portão do estádio e ao final do jogo o GEPE encaminhava a torcida até o portão e o sexto fazia a escolta até o local previamente estabelecido. Segundo o Subcomandante (2002-2006) esta nova atribuição facilitou o trabalho do GEPE, pois agora era feito “um serviço só”, apesar de demandar mais serviço. O Subcomandante (2002-2006) afirma que as escoltas das torcidas locais diminuía os casos de brigas, vandalismos, furtos, roubos; o que influenciava no policiamento do jogo e dificultava as torcidas marcarem para briga no caminho para o estádio. O GEPE instituiu uma fração do grupamento para esta função que é desempenhada juntamente com o planejamento, para as torcidas rivais não se encontrarem durante o trajeto ao estádio por meio da escolta.

Já o comandante do GEPE de 2007 a 2008, possui uma trajetória distinta dos comandantes anteriores, ele não veio 6º BPM, a unidade que ele atuava antes de ter seu primeiro comando no GEPE; era o BOPE, em entrevista afirma, “De operações especiais para comandar o GEPE... [...] foi descoberta, institucionalmente também. Apesar de estar dentro da polícia e saber [...] quase tudo de polícia, eu não tinha noção da grandeza do GEPE; estrutura, serviço, da especialização...” (entrevista com Comandante de 2007 a 2008). É válido lembrar que durante o ano de 2007 houve uma mudança organizacional, no qual Sergio Cabral assumiu o governo do estado e se manteve por dois mandatos a partir de 2007 e 2010. Em 2014, Luiz Fernando Pezão assumiu o governo após a renúncia ao cargo do ex-governador Sergio Cabral, sendo os dois do mesmo partido. Em muitas entrevistas, ao longo deste trabalho de pesquisa, ouvi relatos de que antes de irem para o GEPE/BEPE não sabiam muito sobre este trabalho especializado e que até não davam o valor devido, incluindo este comandante.

Em sua entrevista, o comandante (2007-2008) destacou que ao chegar ao comando do grupamento os policiais não tinham folga, trabalhavam todos os finais de semana e às vezes dias de semana também, com isso junto à administração da Polícia Militar conseguiram instituir uma folga no final de semana uma vez por mês, o que eles chamaram de “folgão”. De acordo com o comandante do período de 2007 a 2008, “[...] essa era a principal reivindicação que a gente teve [...] a gente passou a humanizar essa relação profissional; dando a ele o direito a um final de semana por mês ele ter uma folga.”, o estabelecimento desta folga em um final de semana por mês era uma demanda do efetivo do batalhão. O “folgão” é uma característica deste comando, que não há uma manutenção desta estrutura; atualmente, não existe mais esse modelo de folga em finais de semana; este é um motivo de grande reclamação entre a tropa. Durante meu trabalho de campo ouvi diversas vezes de que se retornasse pelo menos uma folga ao mês no final de semana o trabalho ficaria muito melhor e mais agradável, pois por trabalharem em todos os finais de semana os policiais não conseguiam estar presente em festas de família, ou por serem divorciados não conseguiam ficar com os filhos, em suma havia reclamação da impossibilidade de vida social e citavam a possível folga. Já os que estão há mais tempo na unidade citam este período de maneira recorrente.

O comandante (2007-2008) frisou a importância do policiamento especializado para lidar com as torcidas e para isso citou um exemplo

Porque se fossem os batalhões de área; se fossem aquele ali eles se perdiam; porque eles não tinham... eles não conheciam aquela indumentária. Então de repente a bagunça que a torcida, aparentemente, chega fazendo; para o policial do GEPE não é estranho! [...] Ele já sabe a linguagem da torcida; então ele já vai colocar o que ele quer. O policial que é de fora ele não entende aquilo e aí ele ver aquilo como uma ofensa, como... ele pode interpretar de várias formas erradas! [...] Um exemplo, Boca Juniors e Fluminense, semifinal, eu acho, da Libertadores 2008, alguma coisa assim. E aí eles tinham as torcidas deles; eles vieram. E aí estavam lá fazendo... a torcida do Boca Juniors estava fazendo bagunça deles lá. Aí eu cheguei aí o cara tava [sic.] lá; aí o cara falou assim para mim ‘[fez sinal de T com as mãos] olha eu vou dar um tempo aqui para te atender, tá [sic.] bom?’, ‘tá [sic.] bom!’. Aí eu fiz assim [o sinal de T com as mãos] para ele também. Tempo-tempo. Ou seja, o tempo da gente conversar. Então esse tipo de vocabulário próprio, de ambiente próprio [...]. É por isso que tem que ser especializado! O cara que tá [sic.] de fora; que está na rotina de trabalho não vai entender! Ele vai dizer que o cara tá zoando ele; tá tirando onda com a cara dele... ele vai interpretar mal, pode interpretar mal; então é isso! (entrevista com o Comandante de 2007 a 2008).

Neste trecho a linguagem própria da torcida e o necessário conhecimento da mesma pelos policiais que estão neste policiamento especializado, para o

estabelecimento de uma relação mais próxima, inclusive, até mesmo as punições seguem a lógica de importância e a linguagem particular da torcida. Em outro momento da entrevista o oficial também mostra a lógica que o GEPE usava e usa ainda hoje enquanto BEPE “Então existia uma comunicação de linguagem de torcida [...]. A torcida de se comportou errado perde equipamento; perde bateria; não pode entrar no estádio. Então você tinha essa autonomia e denunciava para o Ministério Público [...]”, ou seja, a punição de uma torcida se dá na retirada de símbolos de importância para ela, até chegar ao ponto de não poder ser identificada de nenhuma maneira visual. Um policial que não está inserido neste universo simbólico não possui o mesmo tratamento, a mesma relação e até o mesmo grau de efetividade do que um policial que possui estes conhecimentos.

O sétimo comandante (2009-2010), assim como os comandantes do período de 1999-2006, também teve experiência prévia no 6º BPM com o trabalho no ambiente externo do Maracanã. Esta relação entre o trabalho de policiamento externo ao Maracanã promovido pelo 6º BPM e o GEPE geralmente era percebida pelo Comandante Geral devido à proximidade dos serviços como o Comandante (2009-2010) informou em entrevista “[...] o comandante Geral na época tinha esse conhecimento e identificou que ali seria uma unidade que teria o meu perfil então ali eu fiquei.”.

Ao ser perguntado sobre as reuniões de torcida ele informou “já havia e eu potencializei; quando eu cheguei a fazer reuniões com os chamados pelotões, que são de áreas regionais; famílias... que eles se identificavam com essas divisões.” (entrevista com o Comandante de 2009 a 2010). Durante o período do seu comando, de 2009-2010, as reuniões foram intensificadas havendo as reuniões com as torcidas de ambos os clubes antes de um clássico e também com reuniões em diferentes grupos regionais das torcidas, que possuem distintas nomenclaturas em diferentes torcidas.

O Comandante (2009-2010) também participou de encontros em Brasília, juntamente com representantes da Polícia Militar de outros estados e Ministro do Esporte, a fim de traçar regulamentações e melhorias para o Estatuto de Defesa do Torcedor. Dentre as mudanças ocorridas no período estão a definição que

A prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes, bem como daqueles que, de

qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam dos eventos esportivos. (BRASIL, 2010).

Além de outros pontos referentes sobre a prevenção e repressão da violência em eventos esportivos.

O Comandante (2011-2012) afirma que durante seu comando os jogos do campeonato carioca entre clubes de menor investimento o GEPE também atuava nesses jogos, a partir das estimativas de jogo, demandas de público, estádio da partida e situação do clube no campeonato, hoje, dificilmente há essa atuação em jogos entre os clubes “pequenos”. Também apontou que a PMERJ não permitia que o efetivo do grupamento realizasse muitos apoios “[...] a corporação não deixava não, até para não ter aquela quebra de continuidade do serviço deles, porque a gente tinha essa preocupação, do policial, [...] ser lapidado para aquele tipo de serviço [...] a gente tinha essa preocupação [...] de trazer o policial para aquele nível [...] elevado [...]”, este tema do apoio prestado pelo GEPE foi sempre abordado pelo efetivo durante meu trabalho de campo, há uma forte crítica a grande quantidade de apoio que estavam realizando, em comparação a outros momentos da história da unidade. Apesar de não haver, durante este período, o chamado folgão, passou-se a instituir as folgas meritórias, isto é, o policial conseguia fazer um flagrante, ou uma ocorrência, principalmente relacionada ao cambismo ou consumo de drogas, como destacado pelo Comandante (2011-2012) ³², com isso ele poderia agendar uma folga, mas sem chegar a comprometer 10% do efetivo em um jogo.

Durante o período deste comando o GEPE a sede foi transferida para o local onde é localizada até hoje. Segundo relato do Comandante (2011-2012) antigamente um grupamento de motociclistas do BPChoque acompanhavam a escolta de delegações, e ele teria estabelecido esse setor, para atuar juntamente com a escolta

³² Para melhor compreensão do destaque ao cambismo e o consumo de drogas trago um trecho da entrevista com o Comandante (2011-2012) “Então era porque prendeu um cambista, ou porque prendeu uma pessoa consumindo droga do lado de uma família, aí o uso, o consumo ali a gente conduzia também para o JECRIM [Juizado Especial Criminal] também, então aquele policial, visando também não espantar as famílias de dentro dos estádios, que eu achava que era um absurdo o pai, a mãe e uma filha pequena, criança, e ter uma pessoa do lado consumindo droga... aquilo a gente entendia também que era uma afronta. Além de estar previsto na lei, a gente também fez com que a gente tomasse conta dessa questão. E aí você viu que ao longo do tempo o uso e o consumo de droga ele foi sumindo ali, o cambismo também deu uma aliviada boa, mas aí eu fazia dessa forma, eu fazia com que a folga, 10% das meritórias chegassem ao número do que eu tinha lá na época e eu fazia a folga dessa forma, através da folga meritória!”. O oficial dá um grande destaque para a relação do uso de drogas em frente à família, grande justificativa moral, inclusive dando menor atenção ao cambismo, que geralmente possui um esquema de falsificação, por exemplo, vendem ingresso gratuito ou de meia entrada, por um valor maior que o comercializado.

das delegações de motociclistas dentro do próprio grupamento, isto é, criou um grupamento de motociclistas do próprio GEPE para auxiliar a escolte de delegações. Outros dois pontos muito marcantes na história deste antigo grupamento foi a implementação da gratificação para o efetivo, em 2011, e a proposta do Curso de Policiamento em Praças Desportivas, mas este só foi posta em prática no comando seguinte, em 2012.

O penúltimo oficial que trabalhou na liderança do grupamento atuou neste cargo de 2012-2015, também serviu por bastante tempo no sexto batalhão; mas o mesmo informou que trabalhou com futebol por mais de 10 anos. Abordou como era o funcionamento do policiamento neste período em que os policiais não eram especializados e trabalhavam em funções diversas durante a semana e aos finais de semana trabalhavam no policiamento dos estádios³³. Como afirmou o Comandante (2012-2015) para os policiais do sexto batalhão este serviço não era deles e destaca a importância do policiamento especializado e a utilização dos exemplos de outros países para melhor desempenho do serviço. Em sua entrevista informa que o seu desejo, inspirado nas experiências do exterior seja ter cada vez menos policiais em serviço dentro do estádio e mais seguranças privados, convencionalmente chamados de *stewards*, que geralmente são mais baratos que o pagamento dos policiais especializados em segurança de proximidade em eventos esportivos, mas quem decide a quantidade de policiamento e segurança é o poder público. .

[...] Se o evento é particular [...], se você quiser botar 300 [policiais] aqui vai pagar pelos 300. Por isso que eles têm o *steward*. Porque com um policial, ele consegue contratar quatro *stewards* [...]. Ele não quer o policial dentro do estádio, então, para isso ele tem que trabalhar para o estádio dele seja seguro, mas quem faz essa conta não ele; quem faz essa conta é o poder público. (Entrevista com Comandante de 2012 a 2015).

O traço mais marcante estabelecido durante o seu período de comando segundo o próprio informou foi a implementação do Curso de Policiamento de Praças Desportivas, em 2012; discorrerei sobre o curso de policiamento especializado quando abordar sobre as mudanças mais marcantes da história do GEPE/BEPE.

³³ Sobre este tema o Subcomandante (2002-2006) informou que odiava trabalhar no policiamento externo do estádio “[...] o policiamento, principalmente na folga que era desesperador, era horrível. Eu odiava. [...] Era trabalho extra, não tinha compensação, não. Era segunda folga, tipo assim, como era 24 por 48 era uma vez por mês.” (Entrevista com Subcomandante de 2002 a 2006). Pois geralmente o policial trabalhava neste setor durante a segunda folga que eles teriam no mês, sem o Regime Adicional de Serviço (RAS), que é uma espécie de pagamento de hora extra.

Acerca das peculiaridades de atuação desta unidade, o Comandante (2012-2015) destaca que é difícil lidar com os distintos estados emocionais dos torcedores, de quando o time ganha ou perde, com isso não são todos os policiais que estão adaptados para este policiamento. A partir desta reflexão ele citou um fato que ocorreu com ele em seu período de comando, em que estava fazendo uma escolta de torcida e havia uma viatura, com dois policiais no meio do caminho, na região de São Cristóvão. Esses torcedores vinham, segundo o relato, entre 600 a 800 torcedores entusiasmados, cantando, gritando. “Agora você imagina... dois policiais ali parados e 600 torcedores, 800... gritando que eu vou matar, vou fazer... a Força Jovem, vou arrebentar, vou fazer [...]” (entrevista com Comandante de 2012 a 2015). Ao ver a torcida os policiais foram para trás da viatura e empunharam os fuzis. Conforme a torcida se aproximou os dois policiais viram que o GEPE estava realizando a escolta e caminhando juntamente com a torcida; eles mudaram o comportamento e saíram desta posição de defesa, guardaram os fuzis e pegaram os bastões.

[...] eles prestaram atenção e viram que tinha policiais do GEPE na escolta, junto com a torcida, [...] o que eles fizeram? Botaram o fuzil dentro da viatura, trancaram a viatura e pegaram o quê? O bastão! À medida que se aproximaram mais, eles me identificaram aí na época eu tava [sic.] lá todo jogo, dava muita entrevista e eles sabiam que eu era o comandante do GEPE; eles abriram um sorriso, vieram andando na minha direção [...], então você vê a mudança de ‘caraca, esses caras vão me matar e eu vou dar tiro neles, se eles tentarem me matar’ para ‘caramba, o GEPE tá aí com eles e o [Comandante 8] está ali’ e abriu um sorriso, me cumprimentou como a gente está conversando e esqueceu que em volta dele tinha uns 700, 600 torcedores, porque ele sabia que esse padrão era um padrão autorizado, controlado pelo GEPE que os torcedores não iriam ter nenhum ato de violência contra ele, porque se tivesse que ter contra ele, teria contra a gente... e eu tô falando para você 15 policiais, trazendo 600!” (Entrevista com Comandante de 2012 a 2015).

Este Comandante ressalta sobre a importância do trabalho da unidade e como este trabalho é realizado. Com isso frisou que durante os quatro anos que atuou na unidade nunca receberam uma denúncia de tentativa de extorsão. “[...] ‘ah, uma arbitrariedade que o policial tomou minha bandeira’ ou ‘uma arbitrariedade que o policial foi muito rude comigo, me xingou!’... Isso eu tive, mas nenhum ato que o policial exigiu dinheiro para isso, ou exigiu dinheiro para aquilo [...]” (entrevista com Comandante de 2012 a 2015).

De acordo com o Comandante (2012-2015), “[...] futebol é o assunto mais importante dentre os assuntos que não tem nenhuma importância no mundo [...]” (entrevista com Comandante de 2012 a 2015), pois o futebol é um esporte como

qualquer outro, entretanto, por outro lado, envolve fortes sentimentos e paixão. Grande importância social para a sociedade brasileira e carioca ao ponto de haver um batalhão da PMERJ especializado; porém o próprio ex-comandante afirma que este não é o “centro do universo”, mas que a polícia possui “[...] missões muito mais importantes para executar [...]”.

Durante o período deste comando, o GEPE passou por uma Copa das Confederações e uma Copa do Mundo. A atuação durante este período se deu sob a submissão da FIFA (Fédération Internationale de Football Association), órgão internacional que organiza eventos de futebol. Com isso o GEPE atuou com um grupo, de modo restrito no interior do estádio do Maracanã e outra parte no policiamento externo; sem ser muito ouvido, mesmo após a invasão de torcedores chilenos e argentinos durante a Copa do Mundo, em 2014. Com ampla atuação de outros batalhões da Polícia Militar e da Força Nacional, com vários ciclos de proteção até a chegada ao estádio e com forte receio devido às manifestações ocorridas no período.

Já o comandante que chefia o BEPE durante o período da pesquisa, está no GEPE/BEPE desde 2012; em entrevista me informou que antes de ir para o grupamento, não conhecia nenhum detalhe de serviço, só sabia que fazia o policiamento em estádios, assim como outros ex-comandantes já informaram. Os poucos contatos que havia estabelecido com a unidade foi em sua adolescência, quando frequentava os jogos, mas a revista segundo o oficial, era bem mais simples só levantando a camisa, e o segundo momento de contato foi quando trabalhava no vigésimo batalhão, quando havia jogos no Estádio Giulite Coutinho, em Mesquita quando um dos quatro clubes de maior investimento ia jogar. Com isso o GEPE ficava responsável pelo policiamento interno e o vigésimo pelo policiamento externo.

Nesta unidade, antes de ter o cargo o comandante (2015-2020) passou por duas outras funções: chefe da seção de planejamento e subcomandante, tendo assumido a unidade em 2015 e permanece no cargo até o momento, em 2020. Em entrevista o oficial destacou a importância do estatuto do torcedor que apesar de ter sido instituído em 2003 o mesmo só foi regulamentado em 2010 e só assim passou a ser cumprido, com o policiamento melhor estabelecido. Durante este comando houve uma mudança de governo estadual, em novembro de 2018 o ex-governador Luiz Fernando Pezão foi preso e automaticamente o seu vice, Francisco Dornelles assumiu o governo do Rio de Janeiro até o fim do mandato. Inclusive o documento publicado em diário oficial em que aponta a transformação de grupamento para batalhão foi

assinado por Francisco Dornelles. Em 2019, Wilson Witzel assume o cargo de governo do Rio de Janeiro, após a instituição do BEPE.

Sob seu comando também houve dois eventos esportivos de grande porte aqui no Rio de Janeiro, que foram as Olimpíadas, em 2016, e a Copa América, em 2019. As Olimpíadas foram organizadas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Copa América pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL). O policiamento durante o período das Olimpíadas foi realizado somente no perímetro externo, juntamente com outros batalhões de área em um policiamento menos intenso que durante a Copa do Mundo, com menores ciclos de proteção em torno das praças desportivas. Já a preparação para a Copa América acompanhei durante minha etnografia, o Comandante não era informado previamente sobre as decisões acerca da segurança do evento, segundo informações do mesmo, cabe lembrar que durante este evento o BEPE já possuía o *status* de batalhão. As informações sobre o policiamento foram recebidas pelo comandante poucos dias antes do início do evento; no qual o BEPE atuou com poucos policiais cadastrados que ingressaram ao Maracanã e ficaram em uma sala escondida, como na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, o restante do efetivo da unidade atuou no policiamento externo no entorno do estádio, com a presença de muitos policiais de apoio.

Tanto o Comandante (2012-2015) e o Comandante (2015-2020) destacaram a importância de cada comando que o GEPE teve para chegar ao momento atual e se tornar no batalhão ambos comandantes citaram o termo de “legado”, pois cada um dos 10 atuou para a organização e o desenvolvimento do GEPE. Desde a organização interna, a estruturação física, a paulatina desvinculação do Batalhão de Choque para enfim conquistarem a independência e se tornarem BEPE. Esta independência, juntamente com a transformação de um grupamento para batalhão foi o ponto mais marcante do período em que o Comandante (2015-2020), que passou o comando no ano de 2020 para seu Subcomandante.

A necessidade da aproximação com a torcida, estabelecer uma identidade com a torcida, as lideranças, a fim de obter melhor as informações de percurso, demandas, grau de importância do jogo e do momento do time, para assim realizar o trabalho e segurança de maneira efetiva foi uma busca apontada pela maioria dos comandantes, mas não foi frisado por todos. Muitos apontaram sobre o entendimento da linguagem da torcida para estabelecerem um melhor contato com eles. Sobre o trabalho no

GEPE o Comandante (2011-2012) informou que este grupamento possui um modo próprio de trabalhar com as torcidas e em seguida apontou

[...] entendi que hoje o GEPE é importante pro [sic.] Rio de Janeiro, para Polícia Militar; porque ele tem, realmente, a característica própria dele de trabalhar, as pessoas que trabalham ali, os policiais eles têm aquela doutrina deles [...] então eu vejo que a gente não pode colocar qualquer policial ali dentro para trabalhar com torcida organizada e com torcedor. [...] a gente trabalha com a nossa imagem ali, naquele momento do jogo, que o jogo está sendo filmado, que tem uma desavença, que faz a segurança dos árbitros... então você vê que a característica do GEPE é totalmente adversa desse policiamento que a gente vê convencional, no dia a dia nas ruas. (entrevista com o Comandante de 2011 a 2012).

Deste modo aponta a distinção do serviço do GEPE e da atitude dos policiais do efetivo.

A partir deste levantamento é possível perceber que cada comandante deixou uma influência no batalhão e que o mesmo não surgiu imediatamente em 2018, mas que ao longo de toda a história do grupamento a sua independência e estrutura foi desenvolvida para chegar até este ponto.

Em sua fala o Subtenente reafirma a história do GEPE, mesmo que não seja tão conhecida ou lembrada. Mas o fato é que todo efetivo (do mais antigo, aos mais novos no batalhão) e os ex-comandantes destacam que desde a fundação do GEPE em 1991; passando por seu período de interrupção em 1995; sua refundação em 1999; a instituição do BEPE em 2018 e até hoje é o GEPE/BEPE foi se desenvolvendo ao longo dos anos.

Para melhor compreensão separei a fala de dois Subtenentes que atuam no batalhão; um está trabalhando na unidade entre 6 a 10 anos e o outro há mais de 10 anos. “O GEPE mudou muito, no caso BEPE [...] antes era um grupamento, o efetivo era menor. A organização dele mudou muito [...] eu não conhecia antes de entrar na corporação eu não conhecia, poucos conheciam [...]! Só que ele virou referência [...].” (Entrevista com Subtenente que está na unidade entre 6 a 10 anos). O entrevistado destaca como a unidade era menor, com menos investimento, como muitos policiais do efetivo e até ex-comandante informaram. Estas mudanças em que o Subtenente aponta serão desenvolvidas no último capítulo.

O outro entrevistado faz uma alusão ao desenvolvimento da unidade e cita sobre os anos dedicados ao antigo grupamento. “[...] é como se fosse o embrião; o embrião hoje tá na fase adulta já, caminhando para o final [...] Para mim, né? Que o BEPE vai continuar [...] A gente pode não ter conseguido fazer tudo, mas a gente

ajudou bastante [...] Só em ter o reconhecimento da tropa [...]” (Entrevista com Subtenente que está na unidade há mais de 10 anos). Esta alusão de “embrião” à “fase adulta”, utilizada pelo Subtenente que estava durante o período de 1991-1995 reflete bem esta evolução que o GEPE passou e o crescimento; em números, reconhecimento, trabalho e estrutura; que sofreram. Indo de encontro ao que foi abordado pelos ex-comandantes o GEPE contava com uma tropa que possuía menos de cem policiais; “Quando eu cheguei no antigo GEPE nós tínhamos 53 homens [...] Vivíamos de apoio!³⁴ Hoje o BEPE é autossuficiente! [...] a unidade, ela cresceu muito em qualidade, nos cursos... [...]. Agora o BEPE só evolui! Agora é só decolar, sempre em frente!” (Entrevista com Subtenente que está na unidade há mais de 10 anos). É possível perceber na fala da grande maioria dos policiais que estão a mais de 10, 15, 20 anos na unidade um grande desejo de ver a unidade crescer e se tornar independente está presente, “Eu acho que a estrutura que eu encontrei quando entrei e quando eu saí, anos luz.” (entrevista realizada com Subcomandante de 2002 a 2006).

A “evolução” do GEPE/BEPE é fortemente marcada no discurso dos policiais, sejam oficiais ou praças. Ao ponto do Subcomandante (1994-1995) definir que o GEPE, em seu início, estava em um “limbo”.

3.4 O “limbo”

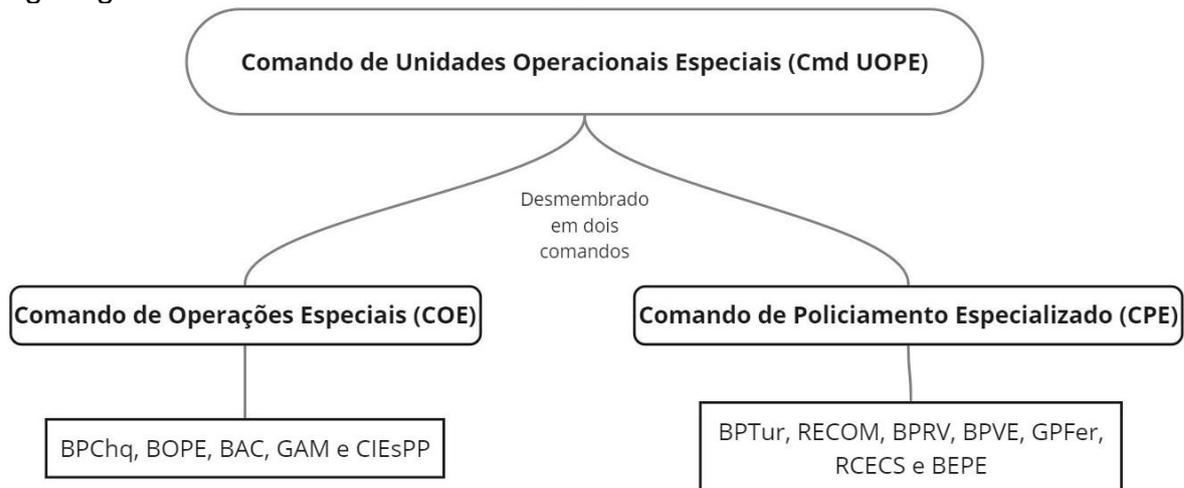
Em todo seu período de atuação até se tornar um batalhão (1991-2018) o GEPE era vinculado à estrutura do BPCoque. Como informado anteriormente, o GEPE foi um grupamento que possuía uma independência operacional em relação ao Batalhão de Policiamento de Choque. Operacionalmente, o GEPE prestava contas somente ao Comando de Unidades Operacionais Especiais (Cmd UOPE), e posteriormente ao Comando Policiamento Especializado (CPE), entretanto a vida administrativa dos policiais era tramitada no Batalhão de Choque.

É importante destacar de maneira didática, para não pairar a mesma dúvida que tive no início do trabalho de campo, que a PMERJ possuía o Comando UOPE, que foi desmembrado em dois comandos de nomes parecidos e que abarcam distintos batalhões. O Comando de Operações Especiais (COE) que compreendem as

³⁴ O subtenente quis apontar que GEPE só atuava com grande número de apoios, no entanto, como veremos no próximo capítulo esta ainda é uma característica marcante, mesmo no BEPE.

seguintes unidades: Batalhão de Policiamento de Choque (BPChq), Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Batalhão de Ações com Cães (BAC), Grupamento Aeromóvel (GAM) e o Centro de Instrução Especializada e Pesquisa Policial (CIEsPP). E o comando em que o BEPE está integrado é o Comando de Policiamento Especializado (CPE), que compreende: o Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), Rondas Especiais e Controle de Multidões (RECOM), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE), Grupamento de Policiamento Ferroviário (GPFer), Regimento de Cavalaria Coronel Enyr Cony dos Santos (RCECS) e o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE). Apesar de muito similares e facilmente confundíveis “especial” e “especializado” são dois comandos distintos, compostos por diferentes unidades que inclusive possuem lugares dessemelhantes no imaginário de alguns policiais em que tive contato.

Organograma 1 - Divisão do comando UOPE.



Com esta distinção entre subordinação operacional e administrativa, o GEPE convivia com dupla submissão; por não haver efetivo suficiente para lidar com as questões administrativas, que ficavam a cargo do BPChoque; como podemos perceber:

[...] na época a nossa estrutura era bem menor, então era importante que tivéssemos um braço administrativo, para algumas demandas. Eu acho que quando cresce e ganha um corpo maior... E aí ele passa a ter capacidade de se autogerir administrativamente, que é o que acontece hoje. Mas naquela época era necessário uma subordinação para que tivéssemos um cunho muito operacional e menos administrativo; e ainda assim as demandas administrativas eram grandes. (entrevista realizada por mim com o Subcomandante de 2001 a 2002).

Estas duas dependências (operacional e administrativa) contribuía para uma falta de pertencimento ou de uma localização específica. Associado a uma tentativa de afastamento do “policimento tradicional” (entrevista com o Subcomandante de 1994 a 1995), de acordo com os relatos, no início do GEPE muitos policiais se sentiam excluídos da figura policial, por atuarem em um “policimento comunitário”. Estes e outros fatores deixavam os policiais da unidade em uma espécie de “limbo”.

Ao perguntar sobre como ele percebia a presença do GEPE, à época na estrutura organizacional da PMERJ o Subcomandante (1994-1995) respondeu que o GEPE não existia, pelo menos não existia em seu início. Pois havia autonomia ao mesmo tempo em que eram dependentes. “[...] o comandante inicial até falou que estava no ‘limbo’, porque você tinha autonomia, mas tinha assim, uma dependência administrativa do batalhão de choque.” (entrevista com Subcomandante de 1994 a 1995). Para além deste fator, o grupamento não era regulamentado.

[...] ele [o GEPE] ficava no limbo, ele não existia! Não tinha uma resolução prevendo que era comando de Capitão, comando de Major... [...] Cheguei nem a entrar em quadro de acesso. Aí teria que ser regulamentado, de forma que ganhasse pontos circunstanciais [...]. Porque a promoção por merecimento tem os pontos circunstanciais, a unidade que você serve; medalhas que tem; trabalho publicou... aí não contava... não contava para nada! [...] o GEPE ocupava um limbo na estrutura da Polícia Militar! Tava [sic.] no limbo. Aí quer dizer, acabou não tendo problema porque tipo; quem era Major aí saiu; seguiu a vida dele, foi para batalhão, assim aí adquiriu os pontos lá que precisava. Quando eu era Capitão, nem concorria a quadro de acesso (né?). Aí também não tava [sic.] esquentando... a não tinha gratificação de comando! (Entrevista com Subcomandante de 1994 a 1995).

Com esta falta de regulamentação, os feitos dos policiais não eram contabilizados, para promoções.

A partir de todo o contexto havia um desprestígio em estar no GEPE pelo menos entre os oficiais, pois não recebiam gratificação por comando, não eram reconhecidos, seus trabalhos publicados, os pontos para promoção por merecimento não eram contabilizados. Oficialmente, o GEPE estava ligado ao comando UOPE, mas até o Comandante (1999-2001) sair do posto não havia este ato de resolução, segundo o mesmo³⁵. Devido a estas circunstâncias o GEPE estava em um “limbo”, pois, não havia regulamentações claras para esta unidade; não era uma “companhia independente”³⁶ em si, mas havia subordinação ao Choque e ao Comando UOPE e

³⁵ Os outros ex-comandantes não trataram sobre a falta de resolução do GEPE em suas entrevistas.

³⁶ Companhias independentes são uma espécie de batalhão, mas com menor efetivo administrativo e geralmente comandado por um Major, diferente de um batalhão que, comumente é comandado por Coronéis ou Tenentes-coronéis. Estas companhias independentes eram muito utilizadas no

posteriormente CPE. “[...] nesse aspecto, o GEPE, a melhor definição é que ficou num limbo, num limbo!” (entrevista com Subcomandante de 1994 a 1995).

Outra faceta deste desprestígio de quem ocupava o “limbo” era o comando ocupado por um “Capitão novo”, que não havia cursado o CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) que habilita o Capitão ser promovido a Major. O comandante (1999-2001) informou que sofreu algumas resistências em relação aos comandantes de área em que o estádio estava localizado:

[...] tinha um Comandante ao redor, mas dentro do estádio quem comandava era eu. Aí quer dizer, aí nessas linhas fronteiriças, a portaria, o em torno... aí às vezes tinha alguns arranhões, porque aí o Coronel... entendo que tem a hierarquia da polícia militar... capitão, não tem nem o curso ainda (Entrevista com Comandante de 1999 a 2001).

O fato de estar hierarquicamente abaixo, como um “Capitão novo”, e comandar o policiamento interno das praças desportivas, por vezes não agradavam os Coronéis do batalhão de área, gerando alguns conflitos e reforçando um olhar estigmatizado para a unidade, por parte de outros comandantes. Seguindo uma lógica de “coronelato” com área “do” Coronel; todavia, estes relatos são presentes somente no período dos dois primeiros comandos; a partir do terceiro comandante os relatos de choques com os outros comandantes não são mais presentes, não sei se por omissão dos entrevistados ou por um costume com o trabalho do GEPE por parte dos comandantes dos batalhões que possuem estádios em suas áreas.

Outro fator de desmerecimento dos policiais do GEPE que também influenciava neste “limbo” era a falta de identificação com a imagem policial que geralmente é difundida,

[...] muitos queriam pula fora e era comum também policiamento de fora não queria ir para o GEPE; porque também tem esse... quem ficar preso estereótipo, né? ‘Ah poxa, eu sou polícia!’, aí você tinha que trabalhar isso na cabeça... ‘não mata, não dá tiro, fica só ali sendo babá de torcida’ e as orientações também não é agir violentamente, é mais com diálogo... (entrevista com Comandante de 1999 a 2001).

O fato de não trabalharem diretamente com armas letais ou não estarem subindo comunidades em uma “guerra às drogas”³⁷ requeria um trabalho no

interior do estado, onde um batalhão necessita cobrir uma área muito grande. Segundo o Chefe de Estado Maior que atuou nos anos de 2015-2016, este modelo é o único descentralizado que é previsto na estrutura da PMERJ. Possui toda a estrutura de um batalhão, mas com efetivo menor; seria uma parte descentralizada de um batalhão e que em algum momento se tornou independente, mas é considerada de um batalhão específico.

³⁷ Apesar de não estarem na linha de frente da “guerra às drogas” essa lógica também é presente na unidade, com discurso fortemente marcado contra as drogas. Com a lógica de que uso de drogas ao lado da família seria uma “afronta”, mas se referindo somente a drogas ilícitas.

psicológico dos policiais, mostrando que eles também eram agentes de segurança pública; porque, em geral, o conceito interiorizado do que é o trabalho de polícia consiste na atuação em policiamento ostensivo, com incursões e combate ao tráfico de drogas.

Reforçando essa mesma ideia de que o GEPE estaria em um “limbo” e apresentando-a de maneira mais explicativa, o Chefe de Estado Maior que atuou durante a década de 2010.

[...] [o] grupamento tem que estar presa a uma unidade administrativa, porque, por exemplo, onde ele vai ter todo seu controle funcional? Não é o grupamento, no grupamento nem está previsto isso, é a essa unidade a qual ele está preso [...]. Aí você tem a vida administrativa, você tem, por exemplo, férias, salário, saúde... todo esse apoio administrativo, de controle administrativo quem faz é o Choque. (entrevista realizada com Chefe do Estado Maior durante a década de 2010).

Segundo o Coronel, este modelo além de não estar no organograma da PMERJ sobrecarrega o peso do batalhão de Choque. Segundo o oficial, o batalhão não recebia nenhuma contrapartida do GEPE e o que geravam eram reclamações para resolver qualquer tipo de burocracia, como uma aquisição de arma de fogo, férias, carteiras de acesso ao hospital da polícia, documentação, salário e todas outras questões burocráticas que eram resolvidas no BPCoque o que demandava maior tempo de tramitação. O grupamento era uma solução mais imediata, apesar da problemática dos trâmites burocráticos que seriam sentidos posteriormente;

[...] porque você criar um batalhão demora um pouco, é uma coisa que não é rápida, então o cara vem com uma ideia então vai criando grupamento [...], você vai criando uma porção de “puxadinhos” e depois você controlar isso é muito difícil. Ou a polícia tinha que mudar toda essa estrutura, que é um processo de lei mais amplo [...], para mudar toda essa estrutura para descentraliza e criar autonomia, descentralizando toda essa autoridade administrativa para esses pequenos grupamentos; dando a eles também autonomia com responsabilidade administrativa. Aí você daria agilidade, não estou me referindo só a GEPE e a grupamentos que existiam antes, estou falando de todos os tipos de policiamento você tem um batalhão que até você chegar... você está em um bairro, pra [sic.] você chegar em um batalhão que é responsável por esse policiamento aqui é uma eternidade, ainda mais em um mundo que é muito rápido como hoje. O ideal é você descentralizar e ir ganhando os bairros, muito mais próximo da população, essa era a ideia da polícia de proximidade. Uma descentralização administrativa conta com você ter pessoas capazes, líderes capazes de gerenciar os conflitos locais com mais facilidade e resposta rápida e satisfazendo melhor a população, e isso não é feito. O que que acontece hoje? Ao invés da gente mudar toda a estrutura da corporação, para ela se modernizar, você volta e cria batalhão! Aí você cria batalhão, por GEPE funcionar ele vai precisar de toda uma estrutura de P1, pessoal, de P2 que é inteligência... porque para ser batalhão você tem que ter essas lotações; aí você tem que ter gratificação para tudo isso... o batalhão na verdade fica mais pesado, mais caro para a população

e com um desvio de finalidade, está criando um batalhão com desvio de finalidade, para o meu entendimento, eu acho que é um retrocesso! Sou terminantemente contra o que foi feito, mas eu sei como o policial e a Polícia Militar pensam [...] (entrevista realizada com o Chefe do Estado Maior na década de 2010).

A partir das falas deste ex- Chefe do Estado Maior e do ex-comandante do GEPE é possível analisar a posição em que o GEPE se encontrava. A fragilidade da independência operacional que possuíam em relação ao Batalhão de Choque; pois, qualquer mudança de governo o GEPE poderia ser extinto, como ocorreu em 1995, do mesmo modo em que alguma mudança no Comando Geral ou até mesmo em um comandante do Choque poderia interferir diretamente nesta “independência” operacional do GEPE, se caso um comandante do Choque quisesse assumir e controlar totalmente a unidade, não havia muitos impeditivos. Hoje, portanto, o BEPE possui maior estabilidade, segurança e autonomia garantida, sem a dupla subordinação. A transformação em batalhão possui um efeito gerencial estratégico muito significativo para maior estabilidade da unidade, com menor possibilidade de sofrer influências que afetam a atuação da unidade.

Já ao se deparar com o problema da falta da autonomia administrativa do antigo GEPE, o Chefe de Estado Maior sugere uma reforma em toda a estrutura organizacional da Polícia Militar em relação administrativa. Estabelecer diversos grupamentos ou transformar em batalhões não soluciona por completo o problema e ocasiona uma maior demanda de efetivo para suprir as necessidades administrativas, de acordo com o oficial. O Chefe de Estado Maior destaca o gasto público que cada criação de batalhão gera, com policiais e gratificação para todos; no entanto, o que ele se posiciona de modo mais enfático é que isso é feito em uma unidade, que é um desvio de função, segundo a opinião dele³⁸. Em sua entrevista também afirmou que as UPPs passaram pelo mesmo problema de falta de institucionalização e regulamentação na estrutura da PMERJ, o que demandaria tempo, grande esforço e continuação de trabalho³⁹ para a modernização da estrutura por completo.

³⁸ Neste instante o entrevistado se refere à relação (público x privado) da presença de funcionários públicos na segurança de um evento privado. Reconheço a importância da discussão sobre a utilização de um batalhão de Polícia Militar em um evento de cunho privado e em estádios concessionados a instituições privadas; mas para tratar o assunto da maneira necessária e me aprofundar no tema; deixarei esta discussão para um trabalho futuro. Em seu trabalho, Bernardes (2016?) observa este contexto da segurança pública em um evento de acesso mediante ao ingresso no estado de Minas Gerais.

³⁹ Cita a continuidade de serviço em referência à rotatividade de Comandantes e Secretários que não seguem o mesmo projeto e para exemplificar citou o longo período em que o José Beltrame

Nota-se que o GEPE realmente estava em um “limbo” quando o GEPE foi criado pela diretriz 010/91, interna da terceira seção do Estado Maior Geral da PMERJ e foi extinto por uma resolução da Secretaria Estadual de Segurança, em junho de 1995, por uma interferência externa. Ao ser refundado, em 1999, por meio do ato normativo na resolução de nº 229 de 03 de fevereiro 1999. O GEPE passou do “limbo” ao posto de Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios. Esta alteração de perspectiva não ocorreu rapidamente, mas com uma série de pequenos passos para isso.

Esta evolução na qual o GEPE/BEPE sofreu não chegou ao fim, pois mudanças ocorreram e continuam ocorrendo nesta Unidade da Polícia Militar. Todavia é necessário ter em mente que a alteração de grupamento para batalhão não ocorreu de forma repentina, mas que vinha se desenvolvendo ao longo de cada comando, sendo sentida, sofrida e alterada por cada policial que compõe ou que atuou neste antigo grupamento. Ao passo da data de instituição do BEPE em 2018 não ser fortemente demarcada nas entrevistas como um momento chave de transformação. Reconheço que houve pontos na história do GEPE/BEPE que necessitam serem tratados de maneira mais profunda; portanto, ao longo do último capítulo serão abordadas as principais mudanças em que o GEPE/BEPE sofreu ao longo dos anos.

Outro fato marcante, é que os policiais da unidade ainda notam a falta de visibilidade marcante no decorrer de toda história do GEPE/BEPE. Por exemplo, o Comandante (2011-2012), assim como outros que ocuparam o mesmo cargo, também não tinha muito conhecimento sobre o GEPE, nem a noção de sua importância antes de atuar no grupamento. Segundo ele a unidade não recebia o destaque merecido e, muitas vezes não é visto como especializado “[...] eu entendia que era um grupamento que ia para ali porque existia um comando da corporação que determinava que eles ficassem ali. Na verdade [...] o GEPE, ele não tinha uma divulgação como ele merecia.”. Esta lógica de que o GEPE não possui a divulgação necessária ainda está presente na fala de alguns policiais que fazem parte do efetivo da unidade. Este fato há um significado dentro da instituição, que mesmo hoje, sendo um batalhão especializado, o BEPE ainda não possui importância e visibilidade perante aos outros batalhões da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

ficou no comando da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que em contrapartida houve nove Comandantes da PMERJ no mesmo período em que Beltrame era secretário.

Assim como outros pontos em que os policiais apontam uma evolução dos tempos do “limbo” comparado com o momento atual do batalhão, apesar de terem obtidos avanço, eles ainda não garantiram total autonomia, como, por exemplo, em relação ao apoio em que o BEPE precisa para atuar nos jogos. Apesar do trabalho especializado e atuação preventiva do GEPE, no período do Comandante (2012-2015), em momentos onde ocorria a briga era necessária a atuação do Choque, uma unidade que trabalha em conjunto com o antigo grupamento, muito embora critique o uso somente do Choque para realizar este policiamento, como ocorre em alguns estados no território brasileiro; “[...] o GEPE é uma unidade intermediária desse serviço, então eu não posso fazer só com choque, mas eu também não consigo fazer sem o choque!”. A utilização de apoio no BEPE será tratada no próximo capítulo onde estão abordadas as atribuições da unidade.

4 ATRIBUIÇÕES DO BATALHÃO

Como vimos no capítulo anterior, o GEPE se estabeleceu ao longo do tempo; buscando uma independência em relação ao Batalhão de Policiamento de Choque. De acordo com a história narrada por um oficial que atuou no GEPE por dez anos, a unidade atuava com um efetivo muito pequeno em comparação as outras unidades da Polícia Militar. Contava apenas com quatro oficiais e aproximadamente oitenta praças, sendo dois sargentos e quatro cabos, todo o restante eram soldados recém-formados. Atualmente o BEPE conta com um efetivo de quinze oficiais e aproximadamente duzentos e vinte e cinco praças. Isto é, houve um crescimento no quantitativo de policiais e também nas atividades prestadas pela unidade. Apesar do aumento, o número do efetivo ainda é pequeno.

Os policiais que estão no GEPE/BEPE costumam valorizar este antigo grupamento, desde os que estão há pouco tempo, quanto os que estão por mais anos. Ao destacarem o valor do BEPE, muitas vezes o compara com batalhões definidos como especiais, por exemplo, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) ou Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque) e não com os batalhões especializados, como Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), ou o Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE)⁴⁰. O BOPE é o batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro mais utilizado pelos entrevistados para realizar comparações com BEPE. Comumente utilizam o BOPE como parâmetro, por exemplo, um ex-subcomandante afirmou que o BOPE não consegue realizar o trabalho do BEPE, devido à especialização do mesmo e ser repleto de especificidades.

[...] Acho que se você pegar cinco policiais, eu acho que a tropa mais especializada da corporação é o BOPE [Batalhão de Operações Especiais], mais respeitado... se você pegar dez policiais do BOPE e falar assim, 'ó, vocês dez vão lá em Madureira escoltar a torcida da Raça e traz pra cá'. Eles não vão querer ir. Porque são 5 mil torcedores, 7 mil torcedores. 'Vai lá em São Januário e pega a Força Jovem e traz a pé, e não pode ter problema, hein' [...]. Eles não vão. Eles vão temer. Mas por quê? [...] Porque o GEPE é

⁴⁰ A PMERJ possui dois comandos que são facilmente confundidos devido sua nomenclatura, o Comando de Operações Especiais (COE) e o Comando de Policiamento Especializado (CPE). As unidades que respondem ao COE são: Batalhão de Operações Especiais (COE), Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque), Batalhão de Ações com Cães (BAC), Grupamento Aero Móvel (GAM) e Centro de Instrução Especializada e Pesquisa Policial (CIEsPP). As unidades que respondem ao CPE são: Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE), Rondas Especiais e Controle de Multidões (RECOM), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Regimento de Cavalaria Enyr Cony dos Santos (RCECS) também conhecido como Regimento Polícia Montada (RPMont), Grupamento de Polícia Ferroviária (GPFer) e Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE).

especializado. Ele conhece o presidente da torcida. [...] chama os cabeças e fala assim, 'ó, você é o responsável por isso daí, hein?! Se a sua torcida der problema eu vou te responsabilizar'. Então, esse trabalho profissional que o GEPE tem [...], antes de cada grande jogo o GEPE marca uma reunião com os líderes de torcida [...] (entrevista realizada com ex-subcomandante).

Qual seria esta especialidade? Como é organizado o trabalho do BEPE? No decorrer desta seção exporei as principais atribuições do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios; descrevendo cada setor que o compõe e suas características.

4.1 Apresentação do BEPE e suas funções

O brasão do BEPE conta com os elementos de identificação dos batalhões da PMERJ, com a inscrição Polícia Militar acima e abaixo Rio de Janeiro, uma coroa remetendo à criação da corporação, por Dom João VI como Guarda Real de Polícia, por isso a sigla GRP⁴¹. Abaixo o brasão possui duas armas cruzadas e abaixo das armas a inscrição BEPE. Como é possível observar na figura 1.

Figura 1 - Brasão do BEPE.



Fonte: Diário oficial, 25 de junho de 2019.

A simbologia utilizada para remeter diretamente ao batalhão consta com uma tocha olímpica, remetendo ao espírito esportivo e uma alusão ao ambiente onde este batalhão exerce suas atividades. Alguns policiais remeteram este símbolo à atuação

⁴¹ Para conhecer melhor a história da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: SANTOS, 2004; MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008; SODRÉ, 1979; HOLLOWAY, 1997.

do BEPE no quesito policiamento e segurança dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016.

Em primeiro plano do brasão está um desenho do estádio Jornalista Mário Filho, mundialmente conhecido como Maracanã. O maior símbolo esportivos nacional; localizado no Rio de Janeiro, que em 2020 completa setenta anos de sua inauguração. Estádio onde o ainda GEPE iniciou sua atuação nas praças desportivas; onde o mesmo serviu como local para sede deste antigo grupamento. Os dois símbolos específicos utilizados no brasão, oficialmente chamados de insígnias, possuem relação com os eventos e as praças desportivas. Eles também são utilizados na bandeira e nos braçais.

A coroa e as armas são utilizadas em vários brasões da Polícia Militar, todavia, a simbologia que estas figuras carregam são demasiadamente marcantes. A figura do rei está acima de todas as coisas e as armas estão dispostas para executarem o trabalho; não são símbolos que apresentam a conciliação; mas quais são os pressupostos básicos da instituição e a quem ela presta serviço, quem é defendido por ela, historicamente, desde sua instituição (BRETAS, 1997).

4.1.1 Antigas sedes

Durante o primeiro momento do grupamento, no período de 1991-1995 a sede do GEPE era localizada dentro do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque). A partir do retorno do GEPE, em 1999, este saiu de sua sede no Batalhão de Choque e se estabeleceu no Maracanãzinho, apesar de ainda ser administrativamente vinculado ao Choque. Segundo o relato do Subcomandante (1994-1995) e Comandante (1999-2001) a influência do BPChoque era pequena, “[...] no primeiro momento, o batalhão de Choque pouco dava palpite; aí já no segundo já ficou interagindo; porque o GEPE ele deixou de ser especialista no futebol e passou a fazer basquete [...] teve o show [...]” (entrevista realizada por mim com Subcomandante de 1994 a 1995 e Comandante de 1999 a 2001).

O Comandante (1999-2001) destacou que além de não possuir um local específico, essa mudança teve uma melhora na logística do grupamento, pois não precisavam de transporte até o Maracanã. Ele relata que “[...] eu me lembro quando o GEPE foi extinto em 99 que foi criado; aí a sede foi no meu carro, que a papelada toda até criar um espaço, né? Não tinha ninguém... Aí eu que resolvia os acionamentos e

essas coisas assim... aí depois teve esse avanço!” (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com Comandante de 1999 a 2001). Este avanço no qual ele se refere é conseguirem se estabelecer no próprio Maracanãzinho.

O Subcomandante (2001-2002) informou que a sede do GEPE ainda era no Maracanãzinho, abaixo da arquibancada, com algumas salas da administração, dois alojamentos (um maior, masculino, e um menor, feminino). “[...] nós tínhamos um mini quartel ali dentro: Comandante, subcomandante, chefe da seção de pessoal, que era o P1, o chefe da P3, que era o planejamento; da P4 que era a logística [...]” (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com Subcomandante de 2001 a 2002). O GEPE já contava com uma estrutura administrativa de batalhão a nível micro, mas ainda dependia do Batalhão de Polícia de Choque para outros tipos de demandas administrativas mais específicas dos policiais, como folha de pagamento ou boletim interno.

Em entrevista o Subcomandante (2002-2006) informou que o grupamento era no Maracanã, logo, é notável que durante o período de 2002 a 2006 a sede, que outrora era no Maracanãzinho foi instalada no Maracanã, confirmada pela entrevista com Comandante (2007-2008) que afirma “Eu peguei depois do Maracanãzinho; eu já peguei depois, no Maracanã mesmo.” (entrevista realizada com Comandante de 2007 a 2008). A sede no Maracanã também era em baixo das arquibancadas, onde eram localizados os banheiros do antigo setor da geral, sem estrutura adequada; “[...] a nossa sede era debaixo da arquibancada, onde eram os banheiros da geral do Maracanã. E ali foi construída uma sede, então é uma coisa meio arcaica, meio apertada... não tinha um alojamento decente [...]” (entrevista realizada com Comandante de 2011 a 2012).

O Comandante (2007-2008) informou que em seu comando conseguiu equipar minimamente uma cozinha onde o policial poderia levar ou fazer a comida dele “[...] O policial trazia a comida dele; fazia comida dele, tinha gelo, tinha geladeira, tinha tudo; então eu tinha... a gente equipou muito.” (entrevista realizada com Comandante de 2007 a 2008). Afirmou que o MetrôRio, concessionária responsável pelo transporte de metrô no Rio de Janeiro, agiu em parceria para estruturar esta cozinha.

O GEPE manteve sua sede no Maracanã até o momento em que o mesmo teve que fechar devido às obras para a Copa do Mundo de 2014 e outra obra para as Olimpíadas em 2016. Com isso o GEPE necessitou mudar de sede.

[...] com uma transição de ter que sair e não ter para onde ir... e aí eu comecei a buscar locais para instalar o GEPE, na época, e alguém me falou que poderia ser numa base onde era o GPFer, em Deodoro, e eu fui e fiz um contato com a SuperVia. Ela prontamente fez um documento de uso e cessão do espaço, para ela foi até bom, que tinha previsão da comunidade que tem ali, do Muquiço invadir o espaço, eles tinham esse medo de perder aquele terreno ali pra comunidade. Aí a gente fez um documento; a gente passou usar e eu transferi o GEPE, na época, do Maracanã para Deodoro onde é a sede atual. (entrevista realizada em meu trabalho de campo com o Comandante de 2011 a 2012).

A partir do momento em que tiveram que sair do Maracanã devido às obras e aí se instalaram no terreno da Supervia, segundo informações, por meio de contatos estabelecidos pelo próprio ex-comandante.

4.1.2 Atual estrutura

O Batalhão possui uma estrutura pequena em um terreno cedido pela Supervia, empresa de trem responsável pela malha ferroviária no Rio de Janeiro⁴². Localizado no bairro de Deodoro, ao lado da estação de trem, próximo à Av. Brasil, a principal via em que percorrem para os estádios de futebol. O batalhão não fica próximo a nenhum dos três estádios mais utilizados para os jogos (Maracanã, Nilton Santos e São Januário), o que não aparenta ser local estratégico, para além do rápido acesso à Av. Brasil.

Na parte térrea do batalhão existe a guarda, onde possui uma estrutura praticamente toda adaptada, bancos reaproveitados de carro e de trem. Dentro da cabine da guarda há uma geladeira, uma televisão antiga e um boneco vestido de policial que eles falaram que ajuda durante o serviço de madrugada, pois fica somente um policial em posto durante cada período.

A Primeira Companhia possui uma sala no térreo do batalhão, onde possui armário de arquivo e quatro mesas onde ficam os policiais trabalhando. Ao lado da sala da Primeira Companhia ficam o fiscal de dia e o adjunto; nesta sala há duas mesas de trabalho, uma geladeira, uma cafeteira e uma televisão.

A pensão, os alojamentos e as duas salas da P2 são todas no térreo. Os alojamentos são divididos por patentes e graduações (o dos Subtenentes, dos Sargentos, dos Oficiais, das policiais femininas), todavia o alojamento feminino não possui essa distinção, só há um alojamento feminino.

⁴² Ver fotografias no anexo 5.

Não há rancho no BEPE, local onde realizam as refeições feitas pelos próprios policiais. Cada um almoça em um momento, apesar de não ter rancho, possui uma pensão e uma copa com micro-ondas onde os policiais almoçam; alguns compram a refeição e outros levam de casa e esquentam na copa. Alguns policiais oficiais saem para almoçar em algum restaurante ou shopping próximo. Para os policiais que possuem escala de 24 horas eles precisam comprar mais uma refeição para a janta, ou levam mais uma refeição, pois a pensão fecha por volta das duas horas da tarde e não há onde comer no batalhão para janta.

O BEPE conta com espaço de vagas de garagem para os policiais do expediente, os oficiais possuem vagas cobertas e os outros policiais não. Em dias de jogos, os policiais da tropa não possuem espaço para estacionarem dentro do batalhão, com isso deixam seus carros na rua.

O batalhão possui uma sala de instruções, onde possui uma série de cadeiras formando fileiras e um projetor. Esta sala é utilizada para as instruções teóricas no batalhão, tanto para o Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD), quanto para o programa de capacitação continuada. Neste local também são realizadas as reuniões com as torcidas organizadas.

Os banheiros quase nunca tinham papel higiênico e as policiais sempre levavam de casa. Apesar de sempre estarem limpos não possuíam as melhores condições. O banheiro do alojamento feminino tinha papel que as policiais levavam. O banheiro não tem grandes estruturas, nem os compartilhados e nem do alojamento.

A Reserva de Material Bélico (RMB) fica ao lado da sala de instrução, um pouco mais afastado. Este espaço onde só há uma pequena janela gradeada, por onde o material é passado e conta com um espaço interno onde são guardadas as armas, granadas, rádios, bastões e outros materiais letais e menos que letais. Ao lado da janela, no chão, há uma caixa de areia para tirarem as balas da pistola e realizam este procedimento em cima desta caixa para que se caso houver um disparo não machuque ninguém.

Na parte de trás Batalhão há um bom espaço, comumente tomado por viaturas, e também onde se localiza uma churrasqueira, muito utilizada nas confraternizações do batalhão, quando são retiradas as viaturas para haver o espaço livre. Também possui uma academia com aparelhos antigos e um espaço com tatame onde são realizadas as instruções práticas de Métodos de Defesa Policial Militar (MDPM) e o programa social de kickboxing. Nos fundos do batalhão há um campo de futebol, onde

são realizadas as instruções do Curso de Policiamento de Praças Desportivas (CPPD) como instrução de formação de posicionamento de formações de escudos e do projeto de escolinha de futebol. Ao longo da minha pesquisa de campo, fui informada de que antes de haver essa minha inserção todas as sextas-feiras havia uma confraternização do batalhão, com churrasco e futebol praticado neste campo do batalhão.

Na parte superior, o BEPE conta com o setor da P1, P3, parte administrativa da P4, P5, Secretaria, Tesouraria, Assessoria de Justiça e Disciplina (AJD), um banheiro unissex, uma copa, a sala do Subcomandante e do Comandante. As salas do Comandante e do Subcomandante são separadas por divisórias de ambiente, em espécie de paredes modulares. A sala do comandante é grande, mesmo sem contar com a parte que foi separada para a sala do Subcomandante, com uma imagem do campo e as cadeiras do Maracanã, um quadro que constam as fotos de alguns ex-comandantes e uma mesa repleta de bandeirolas, canecas e medalhas recebidas pelo atual Comandante por representar a unidade ou por ex-alunos do CPPD de outras corporações de Polícia Militar.

As seções da P1, P4, Secretaria, Tesouraria e Assessoria de Justiça e Disciplina (AJD) basicamente dividem a mesma sala, separadas por divisórias de ambiente com a parte superior em vidro. Estas divisórias formam pequenas salas para cada um destes cinco setores.

Durante o período de meu trabalho de campo presenciei duas reformas na sede do BEPE. A primeira foi a troca das telhas dos setores da P2, alojamentos dos Subtenentes e pensão. A segunda reforma foi a mudança dos quadros dos formandos do Curso de Policiamento em Praças Desportivas, tiraram do hall que conecta as salas da parte superior do batalhão, onde fica localizada a P5, para a subida da escada. Pintaram toda a subida de preto, colocaram os quadros dos formandos e um grande brevê do curso esculpido com cartuchos de balas, produzido por Rodrigo Camacho. Esta mudança me lembra duma entrevista que eu realizei com um ex-comandante Geral da PMERJ.

[...] o policiamento comunitário, é uma experiência legal, mas geralmente é visto como menor. A polícia gosta mesmo é do BOPE [Batalhão de Operações Especiais] [...], o resto é apêndice... infelizmente, enquanto essa mentalidade imbecil prevalecer, a gente vai continuar sendo isso aí que é. Por isso que a gente começou a pintar tudo de preto, o batalhão de choque pintou as viaturas de preto, o canil de preto, daqui a pouco vamos pintar os cachorros de preto também [...]. A polícia, em algum momento, passou a achar que só o BOPE [Batalhão de Operações Especiais] salva, virou uma

religião, depois do filme do Padilha. [...] policiamentos que fogem um pouco desta estética do confronto [...] não têm prestígio. O que tem [é] você andar de preto com uma caveira no peito, o que está na moda hoje é a guerra! (entrevista realizada com ex-comandante Geral da PMERJ).

Por vezes, com a instituição da Força de Choque e com esta alteração estética da estrutura física do batalhão, demonstram um distanciamento do planejamento inicial do Coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira e um desejo de se aproximar cada vez mais do modelo de atuação de batalhões como o BOPE e o Bpchoque. Este tema sobre as sucessivas mudanças será detalhado no capítulo seis.

4.1.3 Atribuições.

No dia 10 de julho de 2019 foi divulgada em Diário Oficial do Rio de Janeiro a aprovação do regimento interno no BEPE pela Secretaria de Estado de Polícia Militar. Este documento expõe a finalidade da unidade e as atribuições de cada seção do batalhão⁴³. Sobre os princípios de atuação do batalhão o regimento informa que o BEPE está fundamentado na

[...] eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de prevenção da violência em praças desportivas; segurança nos deslocamentos dos torcedores partícipes; eficiência, eficácia e efetividade na garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares; E possui o seguinte objetivo: proporcionar melhoria nas condições do torcedor partícipe no que se refere ao acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo. (Diário oficial do Rio de Janeiro publicado no dia 10 de julho de 2019).

Em linhas gerais, o BEPE é um batalhão especializado; subordinado ao Comando Policiamento Especializado (CPE); onde o principal objetivo deste batalhão é o policiamento ostensivo nas áreas desportivas; a fim de que os eventos esportivos; especificamente o futebol; sejam realizados de modo em que reduzam e tenha controle os episódios de violência. Prezando, principalmente, pela segurança dos torcedores e comissão de arbitragem.

O regimento interno também assegura que o policiamento do BEPE em dias de eventos esportivos ocorra de acordo com a solicitação do organizador do evento, ou seja, o clube mandante do jogo. A unidade da PMERJ atua em todas as partidas em território estadual dos quatro clubes de maior investimento (Flamengo, Vasco, Botafogo e Fluminense), seja em jogos do Campeonato Carioca, Brasileirão, Copa do

⁴³ A publicação completa do regimento interno no Diário Oficial consta em anexo.

Brasil, Sul-americanas, Libertadores, ou outros campeonatos de nível internacional, como o Mundial de Clubes de 2000, por exemplo. Em casos de jogos de futebol entre clubes de menor investimento, geralmente só atuam em jogos clássicos ou que possuem uma rivalidade entre as torcidas, de acordo com a solicitação do clube mandante; do mesmo modo como em jogos de outros esportes, como a final do Campeonato Brasileiro de Basquete Masculino, ou em jogos de basquete em que a rivalidade do futebol também está presente. Isto é, a atuação da unidade na segurança interna ou externa dos jogos depende da solicitação do organizador do evento ou do clube mandante; seguida de uma aprovação do comandante do BEPE “Atuar em casos de solicitação do organizador do evento/competição ou mandante do jogo ou necessidade, mediante avaliação do Comando da Corporação [...]” (Regimento interno do BEPE - Diário oficial do Rio de Janeiro publicado no dia 10 de julho de 2019); no entanto é preciso apresentar este requerimento ao BEPE.

Como o regimento aponta para a realização dos jogos também são necessárias as vitorias e os laudos regulamentados no artigo 23 do Estatuto de Defesa do Torcedor⁴⁴. De acordo com as normas do Ministério do Esporte, o BEPE também emite laudos de segurança sobre os estádios que receberão os jogos de determinado campeonato. Caso haja necessidade, dependendo das condições da praça esportiva, são solicitados órgãos competentes para as resoluções dos problemas ou até para a necessidade de interdição do estádio, dependendo do apelo público em relação ao jogo.

Antes dos campeonatos começarem há uma reunião com diversos órgãos, de acordo com o regimento interno do BEPE. Dentre os destacados no Marco de Segurança no Futebol estão: órgãos de segurança pública, Polícia Civil, Ministério Público, Defesa Civil, órgãos responsáveis pelo tráfego, fiscalização do comércio informal, Vigilância Sanitária, defesa do consumidor e concessionárias de transporte público participam de uma reunião para a confecção do Plano de Ação Geral de Segurança e Contingências⁴⁵.

⁴⁴ “Art. 23. A entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição.” (BRASIL, Lei n.10.671, de 15 de maio de 2003). Para a realização do evento esportivo são necessários ao menos quatro laudos básicos: 1- segurança; 2- vistoria de engenharia; 3- prevenção e combate de incêndios e 4- condições sanitárias (BRASIL, Decreto Nº 6.795, de 16 de março de 2009).

⁴⁵ Estes Planos de Ação Geral de Segurança e Contingências são previstos no Estatuto de Defesa do Torcedor “Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes à

O BEPE assim como os outros batalhões de polícia que realizam a segurança em eventos esportivos, conforme tratado no capítulo sobre policiamento atua em conjunto com diversos órgãos públicos e até privados para a organização e execução do evento.

Antes de cada jogo, também são realizadas reuniões para a organização da segurança com todos os órgãos envolvidos na partida a fim de integrar todos os órgãos (dentre eles a PMERJ, a Polícia Civil, a Comlurb, Guarda Municipal, Bombeiros, Segurança privada, representante do clube mandante) para aquela determinada partida. Apresenta a média estimada de ingressos vendidos, qual a disponibilidade de ingressos para cada setor, a porcentagem para cada torcida, quais serão os valores dos ingressos, os setores disponíveis para a gratuidade, número de cortesias e gratuidades disponíveis; quais ruas serão fechadas; definem o horário de abertura dos portões; quais as solicitações e informações específicas de cada órgão. Segundo o atual comandante do BEPE, estas reuniões são importantes para a apresentação de demandas a outras organizações, para maior integração na organização do evento,

Então, reuniões prévias são realizados [sic.], aonde são deliberadas as questões importantes com relação à segurança do evento. Por vezes a gente tem que interagir com o metrô, a SuperVia... solicitar que tenha um trem até mais tarde; para levar determinada torcida... ou mudar algum horário... Então assim, tudo que é relativo à segurança do evento o BEPE ele participar direta ou indiretamente. (entrevista realizada com o Comandante de 2015 a 2020).

Estas reuniões ocorrem na sede da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) próximo ao estádio do Maracanã. Durante minha pesquisa acompanhei esta reunião para a partida entre Flamengo vs. Atlético Paranaense, no dia 22 de maio de 2019, geralmente quem representa o BEPE é o próprio Comandante, porém neste dia um Tenente foi representa-lo. Há uma ata para cada reunião, os representantes assinam uma lista de presença, e o mediador inicia a reunião. Neste dia o representante do BEPE, por exemplo, informou que atuaria com 320 policiais (entre o efetivo da unidade e todos os apoios, incluindo o BPChoque e o

segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.” (BRASIL, Lei n.10.671, de 15 de maio de 2003). Para o auxílio na criação deste Plano, em 2016 foi publicado pelo Ministério da Justiça, em conjunto com o Ministério dos Esportes, o Marco de Segurança no Futebol (DE SOUZA, 2016). Este Marco de Segurança foi elaborado a partir de diversas discussões com representantes da segurança pública, dentre eles o Comandante (2015-2020) do GEPE, à época.

RPMont⁴⁶). O mediador da reunião informou tudo o que ocorreria antes da partida iniciar e durante o intervalo, qualquer ação deve ser previamente informada.

Em dias de jogos atua em conjunto com outros órgãos, principalmente a Guarda Municipal isolando as áreas de estacionamento, do micro-ônibus em que são transportados os policiais, das ambulâncias, e ônibus da torcida visitante que recebeu escolta. Assim como os dois órgãos são dispostos no entorno do estádio, a Guarda Municipal evitando a presença de ambulantes, e a Polícia, enquanto BEPE, evitando delitos como furtos e roubos; auxiliando no ordenamento dos torcedores, a fim de evitar turbas e invasões ao estádio (por isso em frente aos portões existem muitos policiais a postos); e prevenindo as infrações dos cambistas e “flanelinhas”. O fechamento de vias para evitar o contato de torcidas adversárias também é uma ação coordenada do BEPE com a Guarda Municipal. Esta e outras ações que demandam da atuação em conjunto de mais de um órgão (público ou privado) são definidas e estabelecidas de modo coletivo a partir das reuniões que ocorrem na FERJ antes dos jogos.

Após a transformação de grupamento para batalhão; lembrando que antes, enquanto grupamento, a unidade era responsável somente pelo policiamento interno e as escoltas, e também dependiam administrativamente do batalhão de Choque; a unidade assumiu o policiamento interno e externo dos estádios em dias de eventos esportivos e também a parte administrativa para o funcionamento da unidade de modo independente. Os batalhões, comumente, possuem duas grandes divisões de trabalho, as atividades meio e as atividades fim. As atividades “meio”, são aquelas realizadas como um meio, ou seja, as atividades que possibilitam a realização daquelas atividades que são a finalidade principal do batalhão, no caso do BEPE o policiamento e segurança nas praças desportivas, que são as atividades “fim”. Como recurso didático dividirei os setores de atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) em serviços meio, que em geral englobam as questões administrativas e organizacional do batalhão; e os serviços fim, externos, onde há os diferentes modos e funções de policiamento exercido pela tropa do batalhão, subdividido em serviços fora do estádio e dentro do estádio. Ao longo do detalhamento de cada um dos setores trarei alguns pontos mais relevantes do regimento interno sobre cada seção.

⁴⁶ Batalhão de Policiamento de Choque e Regimento de Polícia Montada.

4.1.4 Atividade meio

O Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios possui uma estrutura organizacional igual à de qualquer outro batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Os policiais que trabalham no administrativo, também são chamados de policiais do expediente; nele estão presentes os policiais “apto A”, que concorrem a serviços extras em dias de jogos; os “apto B” que possuem alguma debilidade física que não permite que o policial tire serviços extras em jogos e os “apto C” que são os que sofrem de alguma debilidade psicológica e trabalham desarmados.

Assim como os demais batalhões da Polícia Militar que atua no Rio de Janeiro, o BEPE é composto por cinco seções básicas chamadas de P1, P2, P3, P4 e P5. A P1 é a seção que faz o controle pessoal da unidade, verifica os policiais aptos para serviço (a partir das categorias apto A, B e C), as faltas, as férias ou licenças, quem vai aos jogos e preparam uma escala geral do batalhão. Nesta seção, geralmente, trabalham seis policiais, cada qual em sua mesa e com seu computador, utilizam muito as planilhas e organização dos documentos do efetivo do batalhão em pastas. A P1 tem sob sua responsabilidade, segundo o regimento interno da unidade a definição do grau de risco de cada partida, definido em três escalas

[...] **a) MUITO ALTO**: qualquer partida com algum histórico de violência entre torcidas nos últimos cinco anos; **b) ALTO**: todo e qualquer partida com histórico de violência; **c) MÉDIO**: qualquer partida, ainda que sem histórico de violência, que, em função de alguma característica da praça desportiva ou da data a ser realizada, determine esta classificação; **d) BAIXO**: as demais partidas.” [grifos do autor] (Diário Oficial, dia 10 de julho de 2019).

Estas escalas importantes para a instituição do melhor planejamento possível, o que vem a ser uma das responsabilidades da P3.

Nesta sala há uma espécie de “carômetro” onde ficam dispostas as fotos de todo efetivo separados por função específica que desempenham e também por patentes e graduações. Neste quadro também são separados os policiais que estão de férias ou cumprindo alguma licença. Os policiais da P2 não constam nas fotografias deste quadro a fim de não expor a imagem destes policiais que atuam por vezes em meio à torcida para os serviços de inteligência. Também são expostos alguns números importantes e algumas datas e prazos para entregas de documentações e requerimentos. Para além destas atividades também realizam as solicitações de apoio ao Comando Geral. Nesta mesma sala também trabalha a Cabo responsável pelo

boletim do batalhão onde há informações ordinárias da unidade seguindo um protocolo como qualquer outro batalhão da PMERJ.

A P2 é o setor de inteligência auxilia o trabalho da P3 e possui o maior contato com as torcidas organizadas; estes trabalham sem o uniforme policial e estão sempre monitorando o movimento das torcidas pela internet, quando marcam algum tipo de confronto ou em dias de jogos observando a movimentação da torcida em jogos de grande público; estabelecem o contato com o Ministério Público sobre a situação das torcidas e também recebem documentações da torcida e repassam para o Ministério Público. Por meio deste processo de acompanhamento das torcidas evita-se o estopim de brigas em dias de jogos. Foram apenas duas vezes em que entrei na sala destinada a este setor, vi que possui um quadro com telefones importantes para esta seção, a planta do estádio do Maracanã e algumas outras informações. Também é de responsabilidade desta seção a manutenção do cadastro dos membros das torcidas organizadas atualizado, onde constam as seguintes informações de cada um dos membros: nome completo; fotografia; filiação; número do registro civil; número do CPF; data de nascimento; estado civil; profissão; endereço completo; e escolaridade.

Dentro da P2 há o serviço de permanência, esta função possui a atribuição de assessorar o Chefe da P2 verificando e-mails, solicitações de material, pendências imediatas do efetivo do batalhão como é o caso de algum acidente com um policial e é necessária alguma viatura da P2 ir ao local onde o policial se encontra.

Este setor da P2 juntamente com a P3 é responsável pelas reuniões de torcida organizada, muitas vezes o próprio Comandante participa dessas reuniões; definida por meio do regimento interno do BEPE, publicado em Diário Oficial no dia 10 junho de 2019. Nestas reuniões são acertadas as escoltas de torcida, os pontos de encontro (parte da responsabilidade da terceira seção); quais os materiais que as torcidas poderão levar como serão as porcentagens de ingressos distribuídos e as ocorrências anteriores que possuem pendências a serem resolvidas com cada torcida específica (parte da responsabilidade da segunda seção). As torcidas organizadas que não frequentam as reuniões sofrem punições, que seguem a lógica de importância própria das torcidas; como proibição de faixas, bandeiras, instrumentos da bateria, até chegar ao ponto em que nenhum torcedor pode ir com qualquer tipo adereço da torcida específica (blusa, cachecol, casaco, meia, bermuda, calça ou short). Nessas reuniões os líderes das torcidas informam por qual transporte eles se encaminharão até o estádio, se será por meios particulares, ônibus, metrô ou trem; também informam se

o deslocamento será realizado em grupo a partir de um ponto de encontro ou se eles se encontrarão direto nas imediações do estádio.

O trabalho da P3 é o planejamento da atuação da polícia em dias de jogos, a partir da estimativa de venda de ingressos, histórico das partidas e situação de cada clube em questão, definindo a quantidade de policiais para cada jogo e o posto onde cada um trabalhará; este setor também é responsável pelas estatísticas do batalhão e pela Seção de Instrução Especializada, que planeja o curso de especialização da unidade (Curso de Policiamento em Praças Desportivas) e a capacitação continuada. O planejamento é baseado, segundo o regimento interno da corporação, na classificação de risco de cada partida a fim de buscar a prevenção da violência, definido pela P1. Quanto à escolta de torcida a P3 tem o trabalho de traçar trajetos onde as torcidas rivais não se cruzem para não haver problemas de brigas. Neste setor trabalham em uma sala um pouco mais espaçosa do que as demais, com um Major responsável, dois Sargentos e um Cabo.

O setor da P4 é a logística do batalhão seja para munições, suprimento para policiais, agendamento de ônibus para deslocamento da tropa, a limpeza e a conservação quanto para obras, manutenção da estrutura do batalhão e das viaturas. Somente uma pequena parte do efetivo que trabalha na P4 fica especificamente na sala do administrativo. A maioria da P4 atua no serviço prático da limpeza, obra, manutenção da frota da unidade.

A Reserva de Armamento Bélico, uma das atribuições da P4, é o setor onde são guardados todos os armamentos letais, menos que letais rádios e munições. Neste local também são distribuídos todo o equipamento utilizado pelos policiais durante os serviços como rádios, pistolas, bastões, entre outros materiais; onde os policiais recebem e assinam em referência aos equipamentos recebidos. Ao final do serviço, os policiais devolvem todo o material recebido e assinam novamente; cada equipamento possui uma numeração de identificação que também é discriminado onde o policial assina. Este foi o último local do batalhão que eu tive acesso, em todo o momento em que estava lá dentro acompanhando a movimentação dos policiais pegarem o armamento para irem para o jogo eu estava acompanhada de uma Sargento e o Sargento que trabalha no setor.

Já a P5 é a responsável pelas relações públicas do BEPE e foi o setor que mais tive contato. A princípio mediavam a minha presença com as demais seções. A P5 também é responsável pela organização das atividades de integração do efetivo e

quando necessário, caso algum policial sofra um acidente ou algo do tipo, eles promovem uma rede de solidariedade ativa entre os próprios policiais. Integrada por somente dois policiais em um hall de transição para a maior parte das salas administrativas do batalhão.

Para além dessas cinco seções gerais, o serviço interno do BEPE também é composto por outros setores como a Guarda; Fiscal de Dia e Adjunto; Primeira Companhia; Secretaria; Tesouraria e Assessoria de Justiça e Disciplina. Estes setores serão brevemente apresentados.

- a) Guarda: Em qualquer área militar possui uma Guarda e não é diferente no BEPE, nela há uma barreira de segurança do batalhão, geralmente composta por um ou dois policiais. Também há o controle de entrada e saída de todos os policiais, torcedores em dias de reuniões ou qualquer outro que entre ou saia do batalhão, até se o policial sai para o almoço, o responsável pela guarda anota o horário, o número de identificação do policial e a placa do carro ou da moto. Caso o policial saia de viatura também é anotada o número da viatura e a quilometragem do carro. Quando há reunião de torcida ou algum civil entra no batalhão eles fazem o registro do número da identidade da pessoa e a torcida representada, quando for o caso. Geralmente ficam um ou dois sargentos trabalhando, mas quase sempre há mais policiais na guarda conversando, mesmo aqueles que exercem outras funções vão para este local conversar, socializar. Na guarda existem dois bancos grandes, parecidos com bancos de trem e mais uns quatro bancos de carros soltos, uma estrutura claramente adaptada.
- b) Fiscal de dia e adjunto: responsável pela frequência dos policiais, estes verificam atrasos e recebem atestados médicos do efetivo. Quando os policiais chegam ao batalhão, a primeira coisa a fazer é passar neste setor para “tirarem a falta”. O Adjunto também é conhecido como despachante de viaturas, que verificam a frota, quais delas estão ruins, precisam abastecer, e quais viaturas irão para o serviço.
- c) Primeira Companhia: está sob sua responsabilidade a produção das escalas, apesar de subordinada à P1, em que uma de suas atribuições é a produção da escala do batalhão em geral; a Primeira Companhia é responsável pela confecção da escala da tropa após o

recebimento do planejamento da P3. A primeira companhia também é o setor que realiza a intermediação entre o policial e o administrativo da unidade. Neste capítulo discorrei sobre os horários de trabalho e escalas.

- d) Secretaria: responsável pelos documentos, agendamento do comandante, responsável pelos oficiais e protocolam toda documentação a partir de uma plataforma digital chamada “SEI”. É por onde passa toda a parte burocrática, como informou um dos policiais que integra este setor, este é o “meio de campo do time”, “o coração do batalhão”.
- e) Tesouraria: apresenta relatórios de despesas ao Estado Maior e solicita alguma verba, caso necessário. Os lanches em que os policiais recebem em dias de jogos, em geral são oferecidos pelo próprio estádio, não passando pela gerência da Polícia; a Tesouraria solicita as águas à Diretoria de Abastecimento da PMERJ, que é provida pela própria polícia.
- f) Assessoria de Justiça e Disciplina: apura as ocorrências em que os policiais estão envolvidos; assim como as faltas sem documentação de justificativa são encaminhadas para este setor. Eles encaminham as ocorrências para a Corregedoria da PMERJ. Este setor foi criado juntamente com a instituição do BEPE, em 2018.

Organograma 2: Atividades “meio”.



A atuação das atividades é tida como “invisíveis”, como o Comandante (2015-2020) afirmou em entrevista, que o trabalho do batalhão é muito além do dia do jogo e que é necessária uma organização e um planejamento para o mesmo ocorrer.

[...] Então as coisas não se resumem ao dia do evento. A água que é entregue ao policial no dia do jogo, ela é solicitada, é retirada, distribuída com antecedência... o planejamento do evento ele não é feito no dia do jogo.

Dependendo do jogo, começa 10 dias antes. [...] [o] evento ele começa todo sendo feito pela seção de planejamento; ele tem que verificar as torcidas que estão vindo; planejar a escolta, o efetivo. A seção de pessoal tem toda a parte administrativa... [...]. Todos os requerimentos, documentos e as questões administrativas da Corporação. Porque como Batalhão, toda a parte de almoxarifado, de reserva de material... existem os mapas mensais, mapas quinzenais, mapas semanais que têm que ser entregues. As escalas de serviço que tem que ser confeccionadas. Então a parte administrativa ela funciona todos os dias; assim como qualquer empresa e os policiais; eles trabalham na escala de evento. Então os policiais são escalados nos dias que tem evento. (Entrevista com Comandante de 2015 a 2020).

Com a transformação de grupamento para batalhão em 2018 não houve mudanças vultuosas apenas algumas alterações práticas que serão abordadas a seguir, mais sentidas pela tropa. O BEPE também passou por transformações administrativas, onde adquiriram sua independência em relação ao Batalhão de Choque. É necessário relembrar que o estabelecimento desta total independência foi de suma importância para o BEPE, pois adquiriram maior estabilidade de atuação sem depender até mesmo da relação entre o comandante do Choque e o do GEPE. Hoje todas as pendências administrativas dos policiais são resolvidas no próprio batalhão. Com isso também trouxeram uma Cabo para ficar responsável pelo boletim diário da unidade e ainda assumiram administrativamente o Grupamento de Polícia Ferroviária (GPFer), que basicamente, possui a sede em frente ao BEPE, assim como o GEPE era com relação ao Batalhão de Choque.

4.1.5 Atividade fim

Os policiais do BEPE são divididos entre os que realizam atividade meio, que são os policiais do expediente, e os que exercem o policiamento fim, os que são da tropa, aqueles que possuem como atividade o exercício da finalidade do batalhão, ou seja, o policiamento em eventos esportivos. Todos os policiais que compõem a tropa necessitam serem classificados enquanto “apto A”.

Os policiais da tropa chegam ao batalhão, pegam o equipamento na Reserva de Material bélico e após o sinal de sirene os policiais entram em forma e ouvem as instruções para o jogo, tratam sobre o clamor da partida, qual a porcentagem de ingressos destinada para cada torcida. Se caso houver alguma informação específica, por exemplo, a proibição de uma torcida organizada, também é passada neste momento de preleção. Após as instruções do Comandante ou do oficial responsável todos gritam “BEPE!”, com a finalidade de incentivo para o trabalho em que a tropa irá

realizar também se mostra simbólico como um modo de demonstrar o poder do batalhão sobre o policiamento que desempenham; logo após, saem da forma e se encaminham para o ônibus.

O batalhão deve indicar e orientar ao organizador do evento sobre os locais e qual gradil utilizar para organizar a movimentação dos torcedores. Verificam se a quantidade de pessoas que orienta o fluxo de torcedores e seguranças privados está equivalente a média de público estimada e ao Plano de Segurança do evento⁴⁷. É realizada uma breve inspeção de risco no entorno do estádio enquanto o policiamento externo é distribuído juntamente com os apoios.

Depois de terem se deslocado até o estádio, a tropa é separada entre policiamento interno e externo da praça desportiva. Os policiais do BEPE ficam em forma lateralmente e os policiais de apoio ficam em frente aos Subtenentes; estes chamam um policial do BEPE, pelo nome, e aproximadamente quatro a cinco policiais de apoio, que são chamados pelo registro geral da PMERJ. Após os Subtenentes chamarem os policiais os designam para um posto e local específico. Antes de se encaminharem os policiais pegam a água e um lanche, geralmente um sanduíche e um guaraná natural⁴⁸, comem e vão para seus postos. O mesmo procedimento ocorre dentro, com o policiamento interno e fora do estádio, no policiamento externo. No policiamento externo, alguns torcedores passam olhando os policiais, observando o que estão fazendo. Após ter o efetivo do BEPE e os apoios distribuídos o comandante do policiamento do jogo autoriza a abertura dos portões, aproximadamente duas a três horas antes do início da partida. Ao final da partida o BEPE trabalha na orientação e acompanhamento do escoamento da torcida desde a saída do estádio até das ruas do entorno do estádio.

A tropa do batalhão possui seu serviço dividido em dois, no interior dos estádios e no policiamento externo: o entorno do estádio, o Patrulhamento Motorizado Especial (PAMESP), Força de Choque, e as escoltas. Detalharei um pouco mais os policiamentos fora do estádio e no interior do estádio, entretanto é necessário destacar

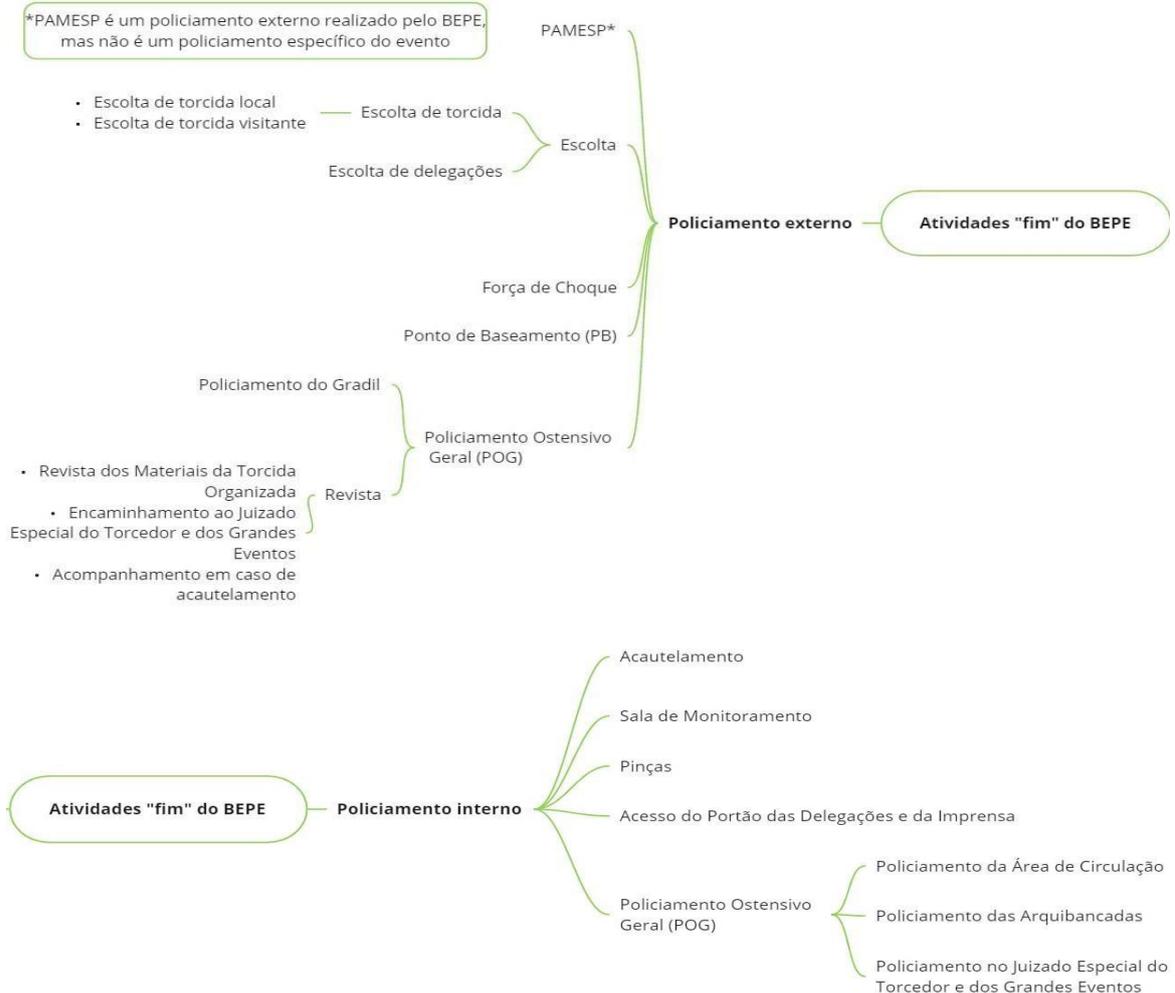
⁴⁷ Este Plano de Segurança é definido em reuniões compostas por diversos órgãos que participam do funcionamento do evento, como o BEPE, a Guarda Municipal, a segurança privada, a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) e um representante do clube mandante.

⁴⁸ Inclusive este lanche, por eles chamado de ração fria, sofre muitas críticas, por ser pouca quantidade em relação de horas trabalhadas em uma partida e também por seu baixo valor nutricional; certa feita estava acompanhando este momento e um dos policiais exclamou que não era possível que nenhuma nutricionista da corporação se atentasse para este tipo de refeição que eles recebem.

que antes do GEPE conquistar sua independência e se tornar um batalhão, ele era responsável somente pelo policiamento interno, as PAMESP e as escoltas de torcida e delegações, o policiamento ostensivo externo era responsabilidade do batalhão de área de onde se localiza o estádio; isto é, depois que se tornou BEPE, em níveis práticos, eles assumiram o policiamento nas proximidades do estádio, assim como criaram a Força de Choque.

Um dos relatos que recebi foi que em momentos onde um clube cai de divisão trabalho da unidade piora consideravelmente, pois os jogos, em geral, são em dias da semana distintos, conseqüentemente o batalhão fica com menos dias de folga, a informação destacava somente a relação sobre as escalas de jogos, ou seja, mais dias para trabalhar; não informando sobre o comportamento da torcida ou sobre o BEPE ter que lidar com diferentes organizadas para escolta das torcidas visitantes, por exemplo; no entanto, este é um tema que deve ser analisado em outro estudo.

Organograma 3: Atividades “fim”.



4.1.6 Policiamento externo

O BEPE possui sob sua tutela a presença de duas viaturas de Patrulhamento Motorizado Especial, convencionalmente chamadas de PAMESP. Elas atuam fora do batalhão todos os dias, sendo dia de jogo ou não, não é uma atuação específica para o evento esportivo. Em geral fazem o policiamento na proximidade do batalhão; outra atribuição que possuem é transportar algum documento para outra unidade, ou levar e buscar algum oficial para compromissos em que representem o batalhão. Nos dias de jogos, os policiais das PAMESP ficam na esquina da rua onde o batalhão é localizado; fazendo o policiamento ostensivo na chegada da tropa, até a saída do ônibus⁴⁹ para o estádio; da mesma maneira durante o final do serviço.

Outra atividade externa em que o BEPE trabalha são as escoltas, são duas: A escolta de torcida e a de delegações. A escolta de torcida faz o acompanhamento da torcida organizada. Durante a reunião de torcida, ou através de solicitação via e-mail as torcidas informam se precisarão de escolta e o local de encontro para o início da mesma. É necessário destacar que não é qualquer torcida que tem escolta, em geral são as maiores.

Frequentemente a escolta é da sede da torcida organizada até o estádio e, em geral, realizam o trajeto a pé, apesar de também haver escolta via trem, quando os policiais encontram a torcida em alguma estação. Esta é maneira que se dá a escolta de torcida local, entretanto existe a escolta de torcida visitante em jogos de nível nacional e internacional. Para este outro modelo de escolta de torcida organizada há um grupo de policiais do BEPE que vão até à fronteira do estado em que as torcidas organizadas estão chegando, fazem a revista dos torcedores, do material, vistoriam os ônibus utilizados para as viagens destas torcidas e do mesmo modo a documentação dos motoristas; após este procedimento trazem os ônibus com a escolta até o estádio. Para as duas formas de escolta de torcida há a condução até o estádio e ao final do jogo também é feita a escolta até o ponto de encontro antes de o jogo iniciar.

Conforme informações do regimento interno o BEPE deve obter informações sobre a origem das torcidas visitantes com as Polícias estaduais de onde vieram as respectivas torcidas visitantes, para obter maior fiscalização da escolta. Também

⁴⁹ Os policiais da tropa vão para o serviço em dias de jogos em dois micro-ônibus da PMERJ.

orientam as torcidas visitantes “[...] visando impedir a disseminação de comportamentos ilegais ou condutas socialmente reprováveis ou violentas.” (Diário Oficial, 13 de julho de 2019). Para o caminho até o estádio são traçadas algumas rotas alternativas, para que não haja encontro de torcidas adversárias no itinerário. A torcida visitante é encaminhada até o estacionamento interno dos estádios, para que não tenha um longo deslocamento destes torcedores após a viagem; as atitudes do batalhão são escolhidas com o objetivo de evitar a possibilidade de confronto entre torcidas rivais. Isto demonstra um planejamento de ação preventiva, por parte do BEPE, todavia, torcedores relatam que o BEPE faz caminhos mais demorados para atrasar as torcidas organizadas, e por vezes a torcida visitante só acessa ao estádio após a partida começar.

Tive a oportunidade de acompanhar a escolta de torcida local por três vezes, a primeira foi desde o início, do momento em que os policiais aguardam a saída da torcida Urubuzada de sua sede, no bairro da Tijuca, até o estádio do Maracanã, havia poucos torcedores (aproximadamente 20) e tudo ocorreu de modo tranquilo; havia duas viaturas e cinco policiais; três policiais foram andando com a torcida e os outros dois nas viaturas (uma vai à frente e outra atrás), fechando ruas para a torcida atravessar. Os torcedores vão bebendo durante o percurso e por vezes gritavam “mengo!”. Esta escolta foi realizada de modo tranquilo, os policiais encaminhavam a torcida por ruas tranquilas e não houve nenhuma ocorrência.

A segunda vez que acompanhei a escolta foi ao final do jogo e os policiais acompanharam a torcida Império de trem até a estação de Deodoro (local da sede do Batalhão), na ida ao jogo os policiais encontraram os torcedores na estação de Guilherme da Silveira, cinco estações depois de Deodoro. Ou seja, o combinado seria os policiais acompanharem até a estação em que encontraram a torcida, o que não foi realizado, pois os policiais desceram na estação de Deodoro, onde o batalhão é localizado. Nesta escolta os policiais pareciam estar mais tensos, pois era após um jogo que acabou às 23h30min e eles tinham apartado uma discussão entre torcedores do Flamengo e um torcedor do Fluminense.

Para a escolta das torcidas da Zona Oeste os policiais do BEPE sempre utilizam o trem. Nas reuniões de torcida, os policiais são muito claros ao falarem que a escolta se dá até (ou a partir da) estação de Guilherme da Silveira. Como justificativa informaram que eram regiões muito “complicadas”, por questão de segurança em geral e não somente em relação aos conflitos entre torcidas. Em suma, se houver

algum conflito da estação de Bangu até a estação de Santa Cruz o BEPE não atua. Em diálogo com torcedores, fui informada que a partir dessas estações que ocorrem conflitos. A questão que precisa ser respondida é se os conflitos ocorrem porque o BEPE não está presente? Ou se o BEPE não está presente por conta dos conflitos entre torcida e conflitos entre domínio de comunidades?

A terceira vez observei a chegada da escolta de torcida do Fluminense ao estádio de São Januário, estádio do Vasco. Neste dia, muitas torcidas organizadas do clube tricolor carioca se encontraram no Maracanã e foram caminhando em uma espécie de comboio até o estádio de São Januário e esta foi a única vez que acompanhei a torcida visitante chegando ao estádio. Caminhei poucos metros juntamente com a escolta e percebi que as pessoas que viam a grande quantidade de torcedores caminhando com a polícia não tinham uma reação muito tranquila, os olhos arregalavam, enquanto a torcida vinha cantando alto. Sobre as escoltas de torcida visitante local em clássicos, torcedores se queixam de que há momentos em que o caminho da escolta parece ser traçado por lugares onde podem ocorrer maiores conflitos, pois passam por territórios que são de torcidas rivais, por exemplo, quando há uma escolta da torcida do Vasco saindo de São Januário para um jogo no Maracanã, segundo torcedores, a torcida passa pela Mangueira, território conhecidamente como rubro-negro; este é um dos temas que necessitam de maior observação em outro trabalho.

Infelizmente, não consegui meios para observar a escolta de torcida até a fronteira do estado; o Comandante me permitiu fazer o acompanhamento, mas desde que fosse com uma condução particular, sem realizar a longa viagem de viatura. Deste modo não consegui realizar este acompanhamento.

Houve alguns relatos acerca das escoltas de torcida ao longo das entrevistas, uma delas se destacou.

A gente ia fazer escolta de torcida organizada; era uma meia dúzia de 10 policiais, no máximo, para 1000, 2000 pessoas, que antigamente as torcidas organizadas eram maiores, né? Hoje em dia tá [sic.]... diminuiu muito, até por causa das punições do Ministério Público... muita coisa mudou no futebol, né? (entrevista com uma Subtenente que está na unidade há mais de dez anos).

Mostra como o número das torcidas organizadas e também os torcedores populares vêm diminuindo ao longo dos anos. Este tema será abordado ao longo do

capítulo seis onde são tratadas as mudanças que ocorreram no meio do futebol e como elas influenciaram o BEPE.

Outro modelo de escolta que existe é a escolta de delegações. Nesta o foco da escolta não são as torcidas organizadas locais ou visitantes, mas as delegações dos dois clubes que irão disputar a partida. Com isso existem dois grupos que realizam a segurança nos hotéis em que os clubes estão hospedados até o estádio do jogo e depois o caminho inverso, do estádio para o hotel, tanto para os clubes cariocas, quanto para os clubes de fora. Acompanhei a saída dos jogadores do Corinthians de um hotel em Copacabana em direção ao estádio, neste dia eu vi somente uma viatura que ia à frente do ônibus da delegação e alguns motociclistas do BEPE que vão parando o trânsito para a delegação passar, como em um comboio. Havendo a necessidade de dois grupos de policiais para escoltarem as delegações dos dois clubes adversários e por haver poucos policiais não usam muitas viaturas e, sim policiais em motocicletas. Em jogos da Sul-americana e da Copa Libertadores os consulados dos países também solicitam a escoltas da arbitragem.

A Força de Choque foi criada após 2018, com a instituição do BEPE, a fim de atuar no policiamento e segurança de maneira como o Batalhão de Choque faria, para momentos onde uma força ostensiva é utilizada. Estes policiais andam com roupa de proteção; elastômero, que é uma arma de munição menos que letal popularmente conhecido como bala de borracha; na Força de Choque também há um policial granadeiro, responsável pelas granadas de gás e de luz e som. A presença desta força reduz a quantidade de vezes em que o Batalhão de Choque é acionado para prestar apoio ao BEPE; apesar de ainda solicitarem este apoio em jogos com maiores riscos de violência. A Força de Choque fica localizada sempre em direção ao setor em que a torcida está em maior número. Esta força não conflui muito com a ideia de policiamento do GEPE como descrita pelo seu criador, Carlos Magno de Nazareth Cerqueira, de um policiamento com menos armamentos e mais comunitário, como exposto no capítulo sobre a história do GEPE/BEPE. Acompanhei a atuação da Força de Choque durante a final da Copa América e para maiores informações discorrerei sobre na seção dos grandes eventos. Apesar da Força de Choque o BEPE ainda solicita o apoio do Choque (e também de outros batalhões) para a realização do seu trabalho, portanto, nem a criação desta força solucionou o problema já apresentado pelo comandante que atuou entre 2012 a 2015, “[...] o GEPE é uma unidade

intermediária desse serviço, então eu não posso fazer só com choque, mas eu também não consigo fazer sem o choque!”.

Outro policiamento que o BEPE assumiu após se transformar em um batalhão foram os Pontos de Baseamento, conhecidos como PB, e o Policiamento Ostensivo Geral, conhecido como POG, no entorno do estádio. O Ponto de Baseamento (PB) é o termo utilizado para aquele modo de policiamento onde há uma viatura parada com alguns policiais; dispendo de algumas viaturas ao redor do estádio e também em algumas ruas próximas. Já o Policiamento Ostensivo Geral (POG) é o policiamento realizado a pé onde ficam no mínimo dois policiais juntos, popularmente chamados de Cosme e Damião. Este POG fica espalhado por algumas ruas paralelas ao estádio e em pontos mais estratégicos, como por exemplo, no Maracanã, eles se localizam na rampa de acesso ao metrô e trens, por vezes, na rampa, atuam ao lado de outros órgãos, como a Guarda Municipal.

O POG é o modelo de policiamento, em pé, sem viaturas, com isso há outros locais para além do policiamento na rua em que o BEPE utiliza o modelo de policiamento em POG, como exposto anteriormente no organograma do policiamento “fim” do BEPE. Temos também como responsabilidade do policiamento externo a segurança na região do gradil, onde os policiais se localizam próximo às grades, em POG, que colocam para organizarem as filas nas entradas do estádio; e a revista, esta função era exercida pelo GEPE até o momento da inserção da segurança privada, comumente chamada de *stewards*.

A revista é o serviço do POG em que fica no limite entre o policiamento externo e o interno. Atualmente é realizada pelos *stewards* e monitorada pelos policiais do BEPE que são acionados em três casos: na revista dos materiais das torcidas organizadas, em caso de acautelamento ou em algum problema na revista em que é necessário o encaminhamento ao Juizado Especial do Torcedor (JET). Nos casos da revista de material das torcidas organizadas de um clube acontecem em uma entrada específica, onde os policiais ficam com uma listagem com todos os materiais permitidos pela P2 para aquela determinada torcida naquele jogo. Cada material é verificado, tanto se consta na lista, quanto se possui algo proibido no meio das bandeiras, faixas, instrumentos... Após todo o material ser inspecionado os integrantes das torcidas organizadas são revistados pelos *stewards*, assim como os outros torcedores e pegam o material já revistado.

Quanto ao acautelamento os policiais que estão monitorando a revista dos *stewards* são acionados quando um torcedor possui o porte legal de armas. Com isso o policial acompanha o torcedor armado até o setor de acautelamento de armas do estádio. O torcedor faz os trâmites específicos para a entrega da arma enquanto o policial da revista aguarda o torcedor, ao terminar o processo, o policial e o torcedor se encaminham para área comum em que o torcedor vai para seu setor específico e o policial retorna ao posto da revista.

4.1.7 Policiamento interno

O policiamento interno se inicia com a abertura dos portões; aproximadamente, duas horas antes de a partida iniciar. Os portões só são abertos no momento em que todos os policiais do BEPE e de apoio estão a postos, em seus lugares estabelecidos de acordo com os planos de ação. Entre os serviços do BEPE no interior dos estádios estão o acautelamento, sala de monitoramento, no acesso ao portão das delegações e imprensa, Policiamento Ostensivo Geral (POG) no Juizado Especial do Torcedor, nas áreas de circulação e nas arquibancadas.

Antes de falar sobre o acautelamento é preciso apresentar o que é este setor do estádio pouco conhecido; esta é uma sala onde ficam guardadas as armas de todos os torcedores que possuem porte e optam por ir até o estádio legalmente armados; dentre eles policiais militares, policiais civis, militares, ou agentes penitenciários, por exemplo. Neste setor fica um policial do BEPE e um *steward* durante o jogo inteiro, a pessoa entrega sua documentação, coloca a arma (sem as balas) dentro de um saco, onde é guardado em um armário pelo *steward*, assina a documentação e recebe um comprovante para pegar sua arma ao final do jogo. O policial do BEPE responsável pelo acautelamento só observa o trabalho do segurança privado. Ao final do jogo a pessoa apresenta a documentação, retira a arma e sai do estádio. Este espaço possui a função de guardar de modo seguro as armas daqueles que possuem legalmente o porte para que não haja ninguém armado no interior do estádio.

Após instituição e regulamentação do Estatuto de Defesa do Torcedor, os estádios contam com uma delegacia, atualmente ela é denominada de Juizado Especial do Torcedor (JET). Nela além da presença da Polícia Civil há sempre um policial do BEPE escalado para ficar neste posto o jogo inteiro o policial não exerce nenhuma função específica no juizado, a presença deste policial se dá como em um

POG. Assim como no acautelamento, outros policiais do BEPE também se encaminham ao JET quando pegam alguma ocorrência, seja com cambismo ou outro tipo de ocorrência.

É na sala de monitoramento onde ficam todas as câmeras do estádio e também das proximidades do estádio, nela ficam presentes representantes dos diversos órgãos que ajudam a organizar este evento esportivo. O BEPE também é representado entre estes órgãos com um policial representando o batalhão.

No portão por onde os ônibus das delegações adentram ao estádio, onde também entram os carros dos torcedores que ficam no camarote e a imprensa, fica um policial do BEPE a postos. Habitualmente este policial era sempre o mesmo e ele que ficava responsável pelos acessos e ingressos disponibilizados pelo BEPE, inclusive os meus.

O Policiamento da área de circulação e o policiamento das arquibancadas seguem mais ou menos os mesmos moldes do POG. Ambos trabalham prioritariamente com um bastão, spray de pimenta e uma pistola de munição letal, pois, quando necessário, há o remanejamento de policiais no interno e externo do estádio. Por isso os policiais do BEPE só trabalham com a pistola, usam o fuzil somente no trânsito até o estádio (somente os policiais da força de choque). O policiamento da área de circulação é o posto de policiamento em que o próprio nome diz os policiais ficam nos locais onde os torcedores transitam, sejam na saída das arquibancadas; no acesso às rampas e nas proximidades dos bares internos do estádio.

Já o policiamento das arquibancadas geralmente ocorre somente no setor visitante, onde os policiais ficam dispostos em volta da torcida, realizando o que eles chamavam de “caixote”. Atualmente, no estádio do Maracanã, colocam lonas sobre as cadeiras, a fim de criar um espaço entre a barreira física do setor e os próprios torcedores visitantes, postando uma linha de policiais entre este espaço. Em São Januário eles deixam uns metros de distância da grade e ambas as torcidas uma grade simples divide os dois setores onde objetos são arremessados e há maior contato entre torcedores rivais, com isso aumentam a distância para evitar conflitos; esta prática é controversa, em geral, a mídia critica a grande quantidade de ingressos que deixam de serem vendidos para um afastamento entre torcidas. No estádio Nilton Santos esta divisão é bem mais simples, pois a estrutura física do estádio separa bem a torcida visitante, mas ainda assim, dependendo do jogo o BEPE deixa um espaço

entre o final do setor e os torcedores. Dependendo do clamor do jogo, alguns destes policiais portam o elastômero, conhecido pela bala de borracha, este fator também altera a quantidade de policiais neste setor.

Os “pinças” são os policiais do BEPE que possuem maior visibilidade. Pinças, assim são chamados os seis a oito policiais que uniformizados de maneira distinta, com roupas esportivas (um tênis, uma calça e uma camiseta) como é possível ver na figura 2.

Figura 2 - Fotografia do fardamento específico dos “pinças” do BEPE, com camiseta, calça e tênis esportivos.



Fonte: A autora, 2019.

Este nome é dado em referência à função desempenhada por estes policiais. Em caso de invasão ao campo, ou agressão (física) aos árbitros, estes policiais “pinçam” aqueles que assim se portaram e encaminham para o Juizado Especial do Torcedor. Eles são os responsáveis pela segurança dos árbitros de futebol. Ao fim dos jogos do Campeonato Carioca, Copa do Brasil e Campeonato Brasileiro, os pinças entram em campo ao final de cada um dos tempos para realizarem a segurança dos árbitros evitando casos de agressão física para com os mesmos da parte dos jogadores e técnicos. Em jogos como Copa Libertadores e Copa Sul-americana os pinças vão a campo, ficam presentes nos quatro cantos do gramado, mas não entram

ao final dos tempos. Em todos os jogos eles seguem fazendo a segurança dos árbitros até a sala onde eles ficam concentrados. A sala dos pinças, geralmente fica localizada em frente ao local destinado para a arbitragem. Por vezes esta atuação do BEPE é criticada

[...] tem a polícia aparecendo protegendo um juiz que, no meu entendimento, é algo de segurança privada! [...] uma força especializada que é paga com o dinheiro da população [...]. (Entrevista realizada no trabalho de campo com um ex-chefe de Estado Maior da PMERJ).

Abordarei a relação do GEPE/BEPE com os comandos da PMERJ no capítulo cinco.

Assim se dão, em termos gerais, todas as atribuições do BEPE tanto nas atribuições de atividade meio como com as atividades fim. Com o policiamento interno e externo.

4.2 Horários de trabalho

Os horários de trabalho do BEPE se dividem entre os policiais que trabalham no expediente, os que trabalham em escalas de vinte e quatro horas, ou de doze horas e os policiais da tropa. A seguir é exposta uma tabela com os horários de trabalho e escala de acordo com as atividades desempenhadas no batalhão:

Tabela 2 - Horário de trabalho e atividades desempenhadas.

TABELA DE HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO	ATIVIDADE
	Segunda a sexta – 9h às 18h	Serviço de expediente (apto B e C)
	Segunda a sexta – 9h às 18h (com uma folga na semana)	Serviço de expediente (apto A)
	Escala – 24h por 48h	Guarda, PAMESP, permanência (P2), RMB
	Escala – 24h por 72h	Fiscal de dia e adjunto
	Escala – 12h por 36h	P2
	Dias de jogos (chegada 5h/6h antes da partida e saída após o público dispersar do entorno do estádio)	Tropa

Os policiais do expediente, os que trabalham no serviço administrativo do batalhão são divididos entre os aptos A, B e C. Como já apontei anteriormente, estas classificações são definidas pela P1 e dividem os policiais que são aptos para serviço

fim da unidade, no caso policiamento em eventos esportivos. Os que são definidos enquanto “apto A” são completamente habilitados para o serviço. Os “apto B” possui alguma impossibilidade física para o serviço, problemas graves de visão, coluna, alto grau de diabetes ou alguma outra debilidade que não é suficiente para aposentar o policial, mas que impossibilita de tirar o serviço plenamente, mas não o impossibilita de trabalhar no expediente ou em algum serviço de vinte e quatro horas. Aqueles policiais classificados enquanto “apto C” são aqueles que possuem uma impossibilidade psicológica para a execução do serviço; podendo ser uma condição reversível; nesta classificação o policial não pode trabalhar armado, com isso exerce funções internas no batalhão.

Os policiais que trabalham no serviço interno e são classificados como “apto A” trabalham de segunda a sexta, em geral das 9h às 18h com uma folga na semana, com a justificativa que o policial trabalha no final de semana em serviço extra nos dias de jogos. Todavia, não é todo final de semana que o policial do expediente é escalado em serviço extra. Em tese os policiais que são “apto B” e “apto C”, trabalham de segunda a sexta em expediente completo.

Algumas funções específicas do Batalhão possuem o trabalho por meio de escalas. Podemos citar o serviço da guarda, que possui uma escala de 24h de trabalho e 48h de folga, da mesma maneira que o serviço de Patrulhamento Motorizado Especial (PAMESP) e a Reserva de Material Bélico (RMB), que possuem a mesma escala de serviço.

Os policiais do serviço de inteligência, da P2, possuem dois tipos de escalas de serviço. Os de 24 horas de trabalho, com 48 horas de folga, por exemplo, o serviço de permanência, e o restante de 12 horas de trabalho e 36 horas de folga. Além das escalas de 24h por 48h e as de 12h por 36h; existe a de 24h por 72h. Durante minhas idas ao batalhão eu ouvi diversas vezes reclamações de que esta deveria ser a escala de todo o batalhão, 24h de trabalho por 72h de folga. Somente duas funções que possuem esta escala no batalhão que são os Fiscais de Dia e os Adjuntos.

Já o horário de trabalho dos policiais da tropa é diferente do expediente e também dos policiais que trabalham por escala. Em algumas entrevistas que realizei os policiais destacam sobre a falta de visibilidade que sofrem também em relação ao seu horário de trabalho. O policial deve chegar ao batalhão entre cinco a seis horas antes da partida, dependendo do apelo do jogo, para o policial equipar, ir para o ônibus, se encaminhar para o estádio e estarem em seus postos internos e externos

antes da abertura dos portões do estádio, duas a três horas antes do início da partida. Vamos utilizar o exemplo de um jogo que não é clássico, onde os clubes não possuem histórico de confrontos entre as torcidas e em que ambos os times estão em meio de tabela, às 16h, nestas condições os policiais precisam chegar ao batalhão às 11h, para que às 14h todo o efetivo do BEPE juntamente com todos os policiais que prestarão apoio neste serviço esteja em suas posições.

[...] Colegas [perguntam]: 'Ah, tu vai [sic.] trabalhar domingo? Que horas? '. 'Vou sair de casa 10 horas'. 'Pô, mas o jogo é só 16 horas'. Falo assim: 'olha só, eu vou trabalhar! Não vou assistir o jogo'. (entrevista realizada com Subcomandante de 2002 a 2006).

Ao final do jogo os policiais precisam aguardar a saída de todos os torcedores do estádio e o escoamento dos arredores do estádio, aproximadamente umas duas horas para se encaminharem ao batalhão e depois irem para casa. Certa feita acompanhando o policiamento do jogo Flamengo x Goiás pela décima rodada do Campeonato Brasileiro, 14 de julho de 2019, em um jogo que ocorreu às 11h da manhã. Cheguei ao estádio do Maracanã, às 8h20 min o BEPE já estava presente distribuindo os apoios. Foi neste mesmo dia que acompanhei o retorno dos policiais ao batalhão e me encaminhei juntamente com eles à viatura, ao entrar no transporte que nos levaria ao batalhão já eram 14h50min, vi os policiais entregando o armamento e aos poucos irem aos seus veículos particulares para o retorno à casa. Acompanhei parte da dispersão dos policiais do batalhão. Neste dia saí da sede do BEPE era 16h15m e ainda havia alguns policiais saindo. A cada jogo, em média são oito horas de trabalho. Este horário de jogo é preferido pela maioria da tropa, pois ainda conseguem aproveitar o final da tarde de domingo.

Em entrevista com o Comandante de 1999 a 2001; ele aponta que os policiais do GEPE à época não conseguiam trabalhar com trabalhos informais, conhecidos como "bicos" devido ao horário de trabalho. Por não terem uma escala fixa e nem horário livre, segundo o oficial, o efetivo era compensado com um horário de trabalho mais curto.

[...] 'Ah eu trabalho na parte da manhã, então à noite eu vou fazer meu bico', mas não dá porque as vezes tem jogo vespertino de semana [...]; aí o não dá nem para combinar '[...] toda quinta eu vou fazer um bico! '. Não dá porque tem jogo na quinta, na época nem tinha jogos na segunda-feira. Aí havia um mecanismo compensatório no [que] se refere a jornada de trabalho, que era um pouco mais curta! (Entrevista realizada com Comandante de 1999 a 2001).

Por com este fator de dificuldade de realizarem bicos extraoficiais, muitos policiais não queriam ir para o antigo grupamento.

Um fator relacionado ao horário de trabalho dos policiais da tropa que ouvia recorrentes reclamações era sobre trabalharem, basicamente, todos os finais de semana do ano e em decorrência disso dificultar a presença em festas de família, aproveitar o final de semana, datas comemorativas, como dia dos pais, das mães, páscoa entre outras. Muitos relataram que não possuem “vida social”.

4.3 Plano de ação

Os planos de ação do BEPE são traçados pela P3 a partir de algumas variantes como o público estimado qual a quantidade de ingressos disponível para cada torcida; o histórico daquele confronto; as possibilidades que o resultado do jogo pode ocasionar; o momento do time durante aquele jogo, este momento se refere à situação no campo esportivo, como também no campo da política interna do clube; e alguns outros pontos que influenciam a partida. Os planejamentos são feitos com um “excesso” de policiais, isto é, com um número de policiais um pouco maior do que a quantidade do efetivo realmente necessária para, se caso haja necessidade, possa ser realizado um remanejamento e tenha policiais o suficiente.

Em um momento em que estive acompanhando o trabalho da P3 e dialogando com os policiais da seção eles me informaram estes pontos importantes para o estabelecimento do plano de ação. Um dos Sargentos me informou que às vezes quando um clube está passando por uma situação ruim, às vezes precisa de mais policiamento do que quando o clube está em uma boa fase.

A fim de exemplificar esta distinção o Sargento citou dois jogos o Flamengo vs. Atlético Paranaense, pela 6ª rodada do Campeonato Brasileiro, jogo ocorrido dia 26 de maio de 2019 e o Vasco da Gama vs. Avaí, pela 5ª rodada do Campeonato Brasileiro, ocorrido no dia 19 de maio de 2019. Em seu jogo o Flamengo ganhou por 3x2 e ocupou o 6º lugar na tabela do campeonato, enquanto que o Atlético, ao final desta mesma rodada ocupou a 12ª colocação na tabela. Já a situação do clube cruzmaltino, no final da 5ª rodada estava na última colocação do campeonato, 20ª, e o seu oponente, Avaí, estava na 17ª colocação, após um empate por 1x1. O efetivo destinado pelo plano de ação para o policiamento do jogo entre Flamengo e Atlético foi de trezentos policiais; para o jogo entre Vasco da Gama e Avaí foi de 250 policiais. Entretanto, a diferença de público entre os jogos foi gritante, o jogo de mando de campo do Flamengo, ocorrido no Maracanã teve o público de aproximadamente

52.000 torcedores e o jogo do Vasco, ocorrido em São Januário o público foi de aproximadamente 13.000 torcedores. A média de torcedores por policial no exemplo do jogo do Maracanã é de 173,33; já esta média comparativa no jogo em São Januário cai para 52 torcedores para cada policial. Não foram disponibilizados a mim todos os planos de ação para cruzar a informação com o público da partida com o fim de estabelecer uma média geral de torcedores por policiais ao longo do ano de 2019.

Este planejamento também é alterado conforme os diferentes campeonatos e eventos. Por exemplo, o planejamento de um jogo do campeonato brasileiro não é o mesmo de um grande evento, até porque as atribuições do BEPE são distintas em cada um destes eventos. Em grandes eventos o BEPE não assume todo o policiamento.

Durante meu trabalho de campo tive a oportunidade de acompanhar o trabalho do BEPE na segurança de três jogos da Copa América. Em duas oportunidades Paraguai vs. Catar, pela primeira rodada da fase de grupos, e Brasil vs. Peru, na final; fiquei acompanhando somente o policiamento externo. Acompanhei o jogo Venezuela vs. Argentina, internamente; dentro do estádio os torcedores não viam um policial do BEPE sequer.

De acordo com o plano de ação do jogo entre Venezuela e Argentina, em 28 de junho de 2019, pelas quartas de final da Copa América em 2019, o BEPE contou com o efetivo de duzentos e sessenta e cinco policiais contando com os comandantes (115 policiais do BEPE sendo 5 oficiais, 13 subtenentes, 53 sargentos, 35 cabos e 9 soldados e 150 policiais de apoios), no entanto, no policiamento interno estavam apenas quinze integrantes e um comandante do BEPE, todos em salas para que se caso ocorresse alguma intempérie, chamado de Grupo de Pronto Resposta (GPR) e duzentos e quarenta e cinco policiais no policiamento externo distribuído em coordenador do policiamento externo, força de choque, Policiamento Ostensivo Geral (POG) a pé em vários locais, POG próximo ao gradil e a revista, Pontos de Baseamento (PB) com viaturas em vários locais; policiamento para estabelecer os bloqueios de ruas. Com um total de cento e quinze policiais do BEPE e cento e cinquenta policiais de apoio.

Para fins comparativos observo o plano de ação do clássico Fluminense vs. Botafogo, no dia 11 de maio de 2019, jogo pela quarta rodada do Campeonato Brasileiro de 2019, que contava com o efetivo de cento e sessenta e dois policiais no policiamento interno (1 oficial, 5 subtenentes, 36 sargentos, 31 cabos, 9 soldados, e

80 apoios) e cento e cinquenta e nove no policiamento externo (2 oficiais, 4 subtenentes, 20 sargentos, 12 cabos, 1 soldado, 120 apoios). Ao total, no jogo do Campeonato Brasileiro, foram utilizados cento e vinte e um policiais do BEPE e duzentos policiais de apoio.

Estes dois exemplos demonstram a distinção do plano de ação para cada atuação específica, com diferentes campos de atuação, números do efetivo utilizado e números de apoio. Todavia, em ambos planos de ação o número de policiais de apoio são maiores do que os policiais do próprio batalhão especializado.

4.4 Apoios

4.4.1 Recebidos pelo BEPE

Em entrevista com o Comandante (2012-2015) ele ressaltou sobre a especialização do BEPE e como isto auxilia as alianças entre as torcidas organizadas do Rio com as de outros estados e como é necessário o conhecimento dos policiais do BEPE um saber específico. Em contrapartida, muitos policiais de apoio são utilizados no policiamento dos jogos, como visto nos planos de ação.

[...] A Jovem do Flamengo é aliada da Independente do São Paulo, já a Raça do Flamengo não é; então por isso quando tem jogo Flamengo e São Paulo tem uma briga muito grande na torcida do Flamengo [...], então policial tem que ser especialista nisso, né? O policial que tá [sic.] no seu dia ali fazendo um patrulhamento [...], trabalhando em cabina, trabalhando na série de funções [...], por exemplo, muitos policiais [que] trabalham aqui no QG [Quartel General], trabalham no Maracanã também. Então, por exemplo, você passou aqui você vai ver os policiais ali digitando, fazendo algumas coisas... hoje é quarta-feira, daqui a pouco eles vão sair [...], hoje tem jogo do Vasco [...].” (entrevista realizada com Comandante 2012 a 2015).

É preciso ressaltar que os apoios utilizados pelo BEPE são policiais que trabalham em diversos batalhões da PMERJ. Estes servidores não possuem conhecimento específico, não compreendem as especialidades do serviço de policiamento em estádios; muitas vezes ainda são alunos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

Ao ficarem em forma para serem distribuídos, ao serem chamados informam seu documento ao Subtenente responsável e depois de saberem seus postos durante o jogo; colocam o braçal da unidade; pegam o lanche e depois de comerem vão para seus lugares. No policiamento interno os apoios são comumente vistos na área de

circulação e no policiamento externo, frequentemente atuam em Policiamento Ostensivo Geral (POG), próximo ao estádio ou no gradil. Comumente, os policiais do BEPE que ficam liderando estes pequenos grupos de apoio são Cabos e como na polícia a unidade que recebe o apoio que comanda, há casos em que o policial do BEPE lidera outros policiais que estão até a mais tempo do que ele na corporação, apesar dos policiais que prestam apoio frequentemente serem Cabos e Soldados.

Os apoios recebem os braçais do BEPE a fim de uniformizarem o policiamento, no entanto nem todos os policiais que prestam apoio ao BEPE utilizam este braçal de identificação do mesmo. Policiais do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque), do Batalhão de Ações com Cães (BAC) e do Regimento de Polícia Montada (RPMont) que de acordo com as condições do jogo prestam apoio ao BEPE, não utilizam o braçal da unidade, utilizam somente as identificações específicas de seus batalhões. Não obtive nenhuma resposta sobre esta distinção, todavia, o BPChoque e o BAC são batalhões que respondem ao Comando de Operações Especiais (COE), e o RPMont ao Comando de Policiamento Especializado (CPE). Todos são unidades especiais e especializadas; os policiais de outras unidades recebem o braçal do BEPE, apesar de ser possível diferenciá-los pela cor distinta da cobertura (o boné) e o cinto de guarnição onde o efetivo do BEPE utiliza esses acessórios na cor branca e os demais policiais na cor preta. Entretanto, a maioria dos torcedores que vão ao estádio desconhece essa distinção entre o BEPE e os apoios.

Observando a atuação dos policiais de apoio no BEPE temos, a priori, três problemas: 1) eles não dispõem da especialização específica do batalhão; 2) o BEPE, comumente, age com um número de apoio maior que do efetivo; e 3) a população não sabe que dentre os policiais que estão com o braçal do BEPE a maioria não é da unidade. Cada policial do BEPE, por mais novo que seja na unidade, trabalha ordinariamente com quatro a cinco policiais de apoio sempre com um, ou no máximo dois, policiais do BEPE. Em uma briga no estádio, por exemplo, se há cinco policiais próximo do foco da briga um policial do BEPE atuaria em conjunto com os policiais de apoio que não possuem o hábito de trabalharem em um policiamento específico como é o policiamento em praças desportivas, muitos nem experiência de policiamento comunitário; por vezes agem de modo reativo, com uma força desproporcional ao momento devido à inabilidade de lidar com uma situação de briga de torcida. De acordo com minha observação em casos de briga em que há a presença de policiais de apoio na proximidade, os policiais de apoio são os que mais agem usando

cassetete ou o gás de pimenta de maneira indevida, por não ter o costume de agir nesta circunstância e não possuir a especialização do serviço. Porém é preciso destacar que apesar das instruções que o efetivo da Unidade possui, com a capacitação continuada, nem mesmo todos os policiais do BEPE possui o Curso de Policiamento em Praças Desportivas. Abordarei de maneira mais aprofundada no capítulo sobre as alterações que o GEPE/BEPE sofreu ao longo dos anos.

Para além destas três problemáticas do grande número de policiais de apoio, a falta de especialização dos mesmos e a não diferenciação para população que recebe o contato direto deste policiamento, parte do meu trabalho de campo realizei estes apoios eram serviços sem Remuneração Adicional de Serviço (RAS). Isto significa que o policial de apoio ia para o BEPE, prestava o serviço além do seu horário de trabalho comum e não recebia por este trabalho; com isso não trabalhavam satisfeitos e atuavam de maneira descompromissada. Durante o meu trabalho de campo conversei com alguns policiais de apoio, dentre essas conversas, dialoguei por bastante tempo com um Soldado da Diretoria de Abastecimento e de acordo com sua opinião os jogos de futebol no Brasil deveriam ser sempre de portões fechados, pois em sua opinião é “um gasto de dinheiro público”; a única medida cabível para a redução do gasto público, sem me explicar ao certo a motivação central seria ter jogos sem torcida, uma medida completamente inadmissível, pois não resolveria o problema dos gastos públicos e nem das brigas de torcida. Mas o ponto é que ele acredita que a atuação da polícia é desnecessária neste espaço, da mesma maneira como acredita que a manifestação cultural das torcidas e o direito ao lazer das pessoas em um jogo de futebol sejam desnecessários.

Em outro diálogo, uma Soldado, que era do Centro de Educação Física e Desportos da PMERJ, me informou que preferia prestar apoio ao BEPE o que em operações na praia, pois no evento esportivo sabia qual horário iria sair de serviço. Nos dois casos não há plena satisfação em realizar o apoio, em um caso por não vê a necessidade da atuação policial e nem mesmo a presença das torcidas nos jogos e no segundo caso pela perspectiva de acabar o serviço. Sendo que este foi o primeiro jogo que acompanhei em que os policiais receberiam RAS, imaginava-se um pouco mais de entusiasmo.

Todos estes fatores desencadeiam em uma problemática para o BEPE, em que o próprio Comandante (2015-2020) reconhece.

A gente sofre aqui um grande problema, por quê"? O meu efetivo é pequeno, então você pega um evento que eu trabalhei... vamos falar [sobre a final] da Copa América. Trabalhei lá com 600 homens; meus eram 150! Então assim... Isso é complicado; que ali você tem policiamento que talvez nunca tenha ido no estádio. Apesar de todos os setores a gente ter a preocupação de ter o nosso policial junto, comandando; mas mesmo assim existem algumas atitudes isoladas do policial, que tem o seu equipamento de gás, que vem da unidade com gás e utiliza o gás na hora que não é utilizar... acaba criando um tumulto muito maior do que o necessário; acaba criando desgaste para imagem da Corporação, que desagrada as pessoas e aí cai na conta do BEPE. Porque o cara tá com o braçal, é BEPE, mas na verdade não é! Não era o policial do BEPE; é o policial do apoio. Talvez utilize a violência no momento que não é para utilizar... então assim, acaba generalizando e isso faz com que a minha unidade talvez não tenha a imagem que deveria ter, se fossem só os policiais especializados, né?! Acaba arranhando a imagem, mesmo não sendo que. O policial que vai ali me apoiar ele não tem o compromisso com o BEPE. Ele tá indo ali apoiar! Talvez não quisesse estar ali; então às vezes vai tratar mal uma pessoa; às vezes não vai dar uma informação de forma cordial... E aí você arranha a imagem da minha unidade; mas não foi o meu policial que foi treinado para aquilo. Então assim, esse é um problema para a gente e é difícil resolver isso. Porque eu entendo que hoje a corporação não tem como me dar um efetivo necessário para eu cobrir o evento sozinho. E estádios como o Maracanã e Engenhão eu preciso do apoio, que se não tem como gerenciar um evento com 60 mil pessoas, que é um muito grande! Então assim, eu acho que quem conhece, efetivamente, o policial do BEPE, que sabe quem é o policial do BEPE e quem não é; ele entende esse serviço, ele consegue fazer essa diferenciação. Mas o torcedor, de forma geral, não consegue! Ele vê ali, para ele todo mundo é BEPE; todo mundo igual. Então trabalhar essa imagem, às vezes, é difícil. Mas, mesmo assim, pelo que eu vejo as nossas páginas de rede social e tudo mais eu acho que não chega a ser de forma negativa. Até porque, hoje o BEPE tem um reconhecimento nacional. Todos os estados, todas as polícias conhecem; todos os nossos cursos têm policial de outros estados vindo para cá; querendo aprender como a gente faz e todos os eventos que acontecem aqui nós somos elogiados nacionalmente; até por torcidas organizadas que vêm de outro estado para cá, PRINCIPALMENTE por eles. Então eu acho que esse é um retorno positivo do que a gente faz. (entrevista realizada em meu trabalho de campo com o Comandante de 2015 a 2020)

Segundo relato dos próprios policiais, os torcedores que conseguem diferenciar o BEPE e o apoio, em geral, são os torcedores organizados, que possuem maior acesso ao efetivo e um conhecimento da estrutura e simbologia do batalhão. Alguns policiais do efetivo também citam que os torcedores antigos, sabem diferenciar o BEPE, por conta do retorno do GEPE, em 1999, contar com radialistas como Apolinho falarem sobre o "GEPE é o branco da paz" (em referência a cor do equipamento utilizada pelo GEPE/BEPE). Também apontam os torcedores, que apesar de não participarem de nenhuma torcida organizada, vão regularmente aos jogos conseguirem identificar os mesmos policiais nos mesmos postos com o tempo, reconhecendo quem sempre trabalha nos jogos e os policiais que não estão sempre realizando o mesmo serviço. São poucos os torcedores que identificam os policiais do BEPE, que são uma minoria nos dias de evento, mesmo possuindo maior conhecimento para trabalhar neste policiamento especializado.

4.4.2 Prestados pelo BEPE

Ao longo da história do GEPE/BEPE os policiais da unidade trabalhavam somente em dias de jogos de futebol, ou de algum outro esporte, quando solicitado. Os apoios que o antigo grupamento prestava de modo recorrente era somente nos réveillons de Copacabana. Atualmente, os policiais do BEPE prestam apoio de maneira mais constante, além do réveillon. O Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE) é a unidade da polícia em que mais tem recebido apoio do BEPE; auxiliando no policiamento na Avenida Brasil. Quando os campeonatos estão com jogos em dias mais espaçados, ou em momentos de data FIFA, o efetivo do BEPE é destinado ao apoio a outras unidades da PMERJ. Diferentemente da reclamação em que recebo constantemente sobre o grande número de dias em que a tropa tem prestado apoio a outros batalhões, durante este período do Comandante (2001-2002), até mesmo as férias dos policiais eram escolhidas para o momento de recesso de final de ano.

Até mesmo em manifestações de rua, dependendo do nível de emprego da polícia e o número estimado de participantes o BEPE também é escalado. Durante meu trabalho houve poucos casos onde o BEPE foi empregado em manifestações, por vezes com uma viatura e quatro policiais. Entretanto, em diálogo com ex-Chefe de Estado Maior, me informou que durante o período das grandes manifestações, em 2013 utilizaram o efetivo do GEPE à época juntamente com os policiais especialistas em Método de Defesa Policial Militar (MDPM) para prevenir conflitos nas grandes manifestações, ao invés de utilizarem o policiamento de choque.

[...] A missão da polícia não é proteger o patrimônio e a integridade das pessoas?! Quem tiver roubando, quem tiver quebrando, quem tiver agredindo a gente prende! Há dificuldade, como é que você vai identificar? Olha, se você tá com uma arma ali igual ao batalhão de choque, tiro de borracha, essas coisas... você nunca vai identificar! [...] como é que o GEPE faz no Maracanã? Ele vai com tudo para cima da torcida? Ele vai apanhar que nem boi ladrão, ele não vai aguentar o tranco de todo mundo chateado com ele! Eles já sofreram muito com isso que eu me lembro, tem tudo registrado, filmagem de policial apanhando e não sei o que lá... Então eles já sabem que se for fazer isso... só que o policial do Choque não experimentou isso ainda; eles estão muito bem armados com bala de borracha, essas coisas; mas ainda não experimentou quem tá sofrendo é a população... faz o seguinte; é chegar antes e revistar, igual o que a gente faz no Maracanã! Chega antes, revista e coloca... não faz linha [linha de escudos para Controle de Distúrbio Civil]! Policiamento de PRO-XI-MI-DA-DE e distúrbio, pronto e acabou! Aí fizemos... [...] que naquela época tinha um terrorismo digital, as pessoas iam para as redes sociais, identificavam a conta, a família do policial, pelo nome, expunha... então tem uma crítica da sociedade que é válida, de que o pessoal tem que estar sempre identificado, mas tem o mau uso dessa identificação, quando tem um cara que vai lá, um hacker vai e começar a sacanear [...] Os caras estavam assustados! Aí eu falei, „tá legal, então o que a gente pode

fazer dentro da lei?", o Mauro também veio com a ideia e olha só, coloca número e acabou! O comandante vai e [...] está aí para se expor mesmo, dane-se! Põe o número porque aí é o seguinte, se for o policial... o comandante responde pelo policial, ele vai responder por todo mundo, ele vai responder para a justiça se ele fizer uma besteira! Isso a gente aprende no Choque, todas os possíveis crimes e contravenções, que tanto o policial pode cometer, quanto a população pode cometer! [...] aí a gente começou a treinar um protocolozinho [sic.] básico, aí compramos rapidamente conseguimos algum uniforme diferente, conseguimos adquirir... tinha alguma verba para adquirir os números, tiramos as identificações; botamos os números no [...] no boné! Botando os números na coisa, botamos fosforescente, né? coletes luminosos. Porque o choque é diferente; quer ficar escondido, a gente botamos [sic.] bem, bem visível e chamou o pessoal do MDPM [Métodos de Defesa Policial Militar]. É pessoal mais tranquilo, ele não age com armas, se der boqueira ele te embrulha, te amarra e deixa aqui; e vai para o outro amarra o outro ali com a mão e coisa e o cara fica imobilizado! Era isso que a gente queria, não quer trocar tiro, não quer jogar a bala de borracha; não quer... quer dentro da técnica! [...] Era sempre onde o Choque estava; que nesse dia o Choque não foi, que eu falei para não ir (também tudo para dar problema, né?); se eles não funcionassem aí ia reforçar o argumento de que só o Choque resolve! „Você não resolve, então sai daí! Você não sabe!" pelo contrário, o negócio deu certo! Deu certo, os garotos funcionaram muito bem... prenderam gente! Com toda a contestação, juntaram e foram na deles, profissionais! Aquilo foi crescendo e a imprensa começou a destacar isso! Mas era nítido o conflito, dentro da corporação, de pensamentos! Um pensava de uma forma, outro pensava de outra! Eu tava [sic.] já de saco cheio, mas deu certo; tanto é que deu certo, que depois o comandante foi exonerado, brigou tanto com todo mundo; brigou com a população; brigou com o secretário... foi exonerado! Aí a gente vai no vácuo, mas quando nós saímos eles criaram o Batalhão de grandes eventos; com essa galera que era GEPE e MDPM que trabalhava no GEPE... essa galera, que era do GEPE, saiu para formar o Batalhão de grandes eventos. Neste momento em que o GEPE não está funcionando como GEPE, ele funcionava em tudo quanto era lugar e foi por causa disso que naquele momento que a gente analisa quem é que tá entregado e quem pode tá com menos empregado é que a gente... que eu tinha uma reserva para trabalhar e a reserva, coincidência ou não, [...] foram os melhores profissionais que eu podia contar para poder ajudar a constituir alguma alternativa para aquela imbecilidade que foi jogar o BOPE na manifestação e acabar com pouca legitimidade que a polícia tinha adquirido. Foi uma grande experiência ali e mostrando que, sim, o GEPE, com todos os problemas que eu te falei... Eles adquiriram uma [...] uma expertise importante que precisa ser registrada [...] Eu acabei também não registrando; eu vou escrever sobre isso ainda quando eu tiver um tempo, mais sobre essas alternativas que a gente criou e não foi para frente, mas, mas são grandes soluções que podem ser testadas de uma forma mais ampla... então foi isso, o GEPE era usado, na minha... no meu tempo, era para Maracanã... mas quando não tinha, entrava num bolo, num grande saco de efetivo que para ser chamado de apoio; trabalhava em apoio! (Entrevista realizada com ex-Chefe do Estado Maior da PMERJ).

Neste relato é possível perceber a diferença na atuação de um policiamento especializado para ser de proximidade e um policiamento de combate, de choque. Como que em manifestações, ou jogos de futebol, onde existe uma grande concentração de pessoas agir de maneira preventiva em um estilo *low profile* tende a se mostrar muito mais efetivo do que um modelo de policiamento *high profile*⁵⁰.

⁵⁰ Para maiores informações sobre as categorias, leia o capítulo dois sobre Policiamento.

5 O BEPE SEGUNDO SEU EFETIVO: MOTIVAÇÕES, RISCOS E CUSTOS

O ambiente de convívio do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) durante todo o momento do meu trabalho de campo se apresentou de modo leve e tranquilo. Estas características do batalhão são baseadas no modo como a relação entre os policiais é estabelecida. Nesta seção tratarei mais detidamente sobre o efetivo presente nesta unidade. Qual o perfil médio dos policiais que compõem o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios da Polícia Militar e como, em geral, são estabelecidas as relações entre eles. O perfil geral do efetivo do BEPE foi construído a partir do meu período de oito meses de trabalho de campo; diálogos informais estabelecidos e entrevistas semiestruturadas⁵¹ (BONI, QUARESMA, 2005).

5.1 Perspectiva geral

O BEPE durante o ano de 2019 contava com um efetivo de, aproximadamente, duzentos e quarenta policiais; dentre eles um Tenente-Coronel, que é o comandante; quatro Majores; oito Capitães; dois primeiro Tenentes; vinte e seis Subtenentes; dezoito primeiro Sargentos; setenta e dois segundo Sargentos; vinte e oito terceiro Sargentos; sessenta e três Cabos; e dezoito Soldados. Um efetivo pequeno para o grande espaço que cobrem em seus serviços, por isso a necessidade de um grande número de policiais de apoio.

É possível notar que a graduação em que mais possui policiais é de segundo Sargento. Este fato se dá devido ao histórico do antigo grupamento; por conta da refundação do GEPE em 1999. Na qual Comando Geral da Corporação designou uma turma recém-formada do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) para recriação do grupamento; com isso muitos policiais que fazem parte do efetivo do BEPE são da mesma turma, que saíram do CFAP e foram direto para o GEPE, onde trabalham há mais de vinte anos. Por trabalharem tanto tempo juntos os policiais construíram amizades em seu ambiente de trabalho; isto contribui para um bom relacionamento dos policiais do batalhão.

⁵¹ O roteiro está em anexo.

A maioria dos policiais que vai para o batalhão fica na unidade por bastante tempo, segundo o Sargento que está no GEPE/BEPE há mais de dez anos e trabalha na P1, a rotatividade de policiais é baixa. Quando o policial não se adapta ao serviço ele logo sai do batalhão. Porém, a maioria dos policiais que é mais nova entra em contato com os mais antigos, ouve as histórias contadas e passam a reproduzi-las, como se incorporassem a lógica e o funcionamento do batalhão. É assim que os policiais mais novos se sentem completamente incorporados; visão distinta dos policiais mais velhos em relação a estes.

Informam que quando estão de serviço estão representando a instituição e que a farda não tem cor, não tem gênero e não tem time; no entanto, na prática, esta frase não condiz com a realidade. Na partida entre Flamengo vs. Emelec, pelas oitavas de final da Taça Libertadores da América, a primeira partida da fase havia sido no Equador com o placar de 2x0 para o time equatoriano, logo, o Flamengo entraria em campo pressionado e em uma considerável desvantagem. Tendo em vista este cenário e o ânimo da torcida mais alterado e nervoso, antes do início do jogo perguntei a um Sargento qual era a expectativa dele para o jogo, ele prontamente informou: “Altíssima! Sou flamenguista doente!”, contrariando a lógica de resposta imaginada por mim. Insisti perguntando sobre o que ele esperava enquanto policial, com isso ele ressaltou que o perigo era o Flamengo não se classificar. Este perigo não ocorreu, pois, no Maracanã o clube carioca venceu o Emelec pelo mesmo placar de 2x0 e se classificou nos pênaltis. A emoção e a ânsia do momento influenciam o policial. Portanto, este exemplo elucida que mesmo que se busque a padronização entre o efetivo, os fatores além da farda, por vezes, influenciam suas atitudes.

5.2 Como é efetivo do BEPE?

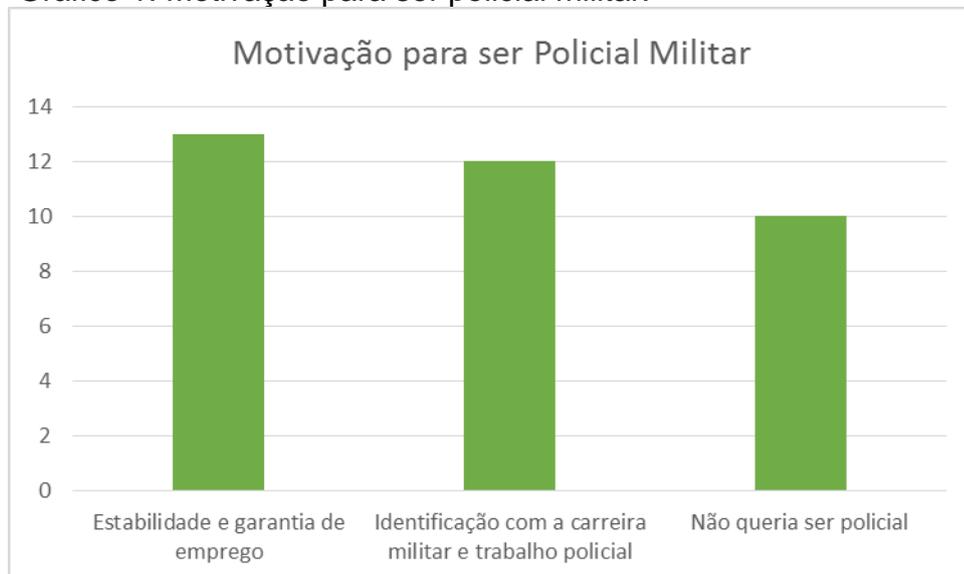
Neste subtítulo abordarei sobre as respostas mais frequentes que foram transmitidas nas entrevistas. Ao todo foram realizadas as entrevistas com trinta e seis policiais do efetivo, classificados por três categorias principais: 1) policiais com menos de cinco anos na unidade; outra 2) de seis a dez anos de trabalho no GEPE/BEPE; e a última 3) de mais de dez anos de serviço no antigo grupamento. Os policiais também são identificados por suas patentes e graduações, assim como o sexo masculino ou feminino. Para não ficar muito extenso e cansativo, abordarei somente sobre as

questões mais relevantes para a compreensão de como é o efetivo que compõe o BEPE.

Ao total são sete entrevistas com policiais de até cinco anos na unidade, treze entre seis a dez anos e dezesseis servidores com mais de dez anos de atuação no atual batalhão. A divisão quanto as patentes e graduações fica com nove Cabos, dezoito Sargentos, sete Subtenentes e dois Majores. A separação das entrevistas por sexo foram sete entrevistadas do sexo feminino e vinte e nove do sexo masculino.

O principal motivo apontado (treze respostas) para ser Policial Militar foi a estabilidade e garantia de emprego, muitos citaram que no período em que passaram na prova da Polícia estavam realizando uma série de concursos. Logo a seguir, com doze menções estava a identificação com a carreira militar e com o trabalho policial. A terceira motivação, ou a falta dela, era que dez entrevistados me disseram abertamente que não queriam ser policiais. Portanto, a principal motivação dos entrevistados se tornarem policiais foi a estabilidade, por vezes até sem gostarem da profissão. Lembrando que como era um roteiro de entrevista semiestruturado, não havia opções prévias para os entrevistados e cada um poderia citar mais de uma motivação.

Gráfico 1: Motivação para ser policial militar.



Estas motivações para a escolha da carreira, ou ausência de desejo de ser policial não são aspectos somente dos policiais do BEPE. Podemos perceber de acordo com os trabalhos da Muniz (1999) e Souza (2003). Ao tratar sobre a Polícia Militar do Rio de Janeiro, Muniz (1999) afirma que a escolha por esta carreira, se dá

primordialmente por “natureza instrumental”, principalmente devido à origem popular da maioria destes policiais. O amor e a “conversão” pela profissão se dão com a atuação e a vinculação deste trabalho no cotidiano; depois de estabelecido um vínculo, há uma necessidade de assegurar a causa, isto é, a defesa do trabalho policial perante a sociedade (MUNIZ, 1999). Este amparo e amor adquirido após o exercício da profissão são claramente percebidos no discurso dos policiais do BEPE, mesmo apresentando as inúmeras dificuldades de atuarem nessa área. A autora também demarca que muitos policiais não gostavam da instituição policial, especialmente “os praças” x que não possuíam familiares policiais, pois geralmente são oriundos de origem popular, mais do que estabilidade de emprego, ser policial se configura em poder e distinção (MUNIZ, 1999, p. 195-196).

Ao tratar sobre os cadetes da turma de oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Souza (2003) traz a influência familiar, o desejo de ser militar e também a segurança financeira como fatores que influenciam a escolha desta profissão. O *status* e poder (físico ou não) também foram citados pelos entrevistados pela autora, no entanto, este poder é socialmente ambíguo, pois o mesmo carrega uma visão desvalorizada da sociedade para com essa profissão (SOUZA, 2003), por esta razão compreende-se a necessidade de defesa e autoafirmação de “ser policial”, como abordado por Muniz (1999). As motivações apresentadas pela pesquisa das duas autoras também foram percebidas no BEPE, o que mostra que estes incentivos não são exclusivos dos policiais desta unidade, mas um perfil geral entre os policiais militares.

Ao ser questionado o que é ser policial a maioria das respostas seguiu com a ideia de que é ajudar a população, servir a sociedade, defender quem não conhece estas respostas que seguem a lógica do lema da Polícia Militar “servir e proteger”, com isso, segue um discurso já estruturado; no entanto, poucos utilizam a retórica do herói (somente cinco respostas citaram a figura do herói). Onze respostas ressaltaram o risco e o abrir mão de certas escolhas por conta da segurança pessoal. “Para mim é a melhor profissão que tem, mas é profissão que mais te estressa, mais corre risco de morte, né? Mas eu, hoje em dia, não consigo me ver fora dela [...]” (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE entre seis a dez anos); nesta fala o policial ressalta o risco da profissão e como, segundo o mesmo, não consegue se vir fora dela, o que demonstra a “conversão” citada por Muniz (1999), o amor construído com o exercício da profissão. Outros citam o risco de ser policial no Rio de Janeiro, “O risco

também, que você tem no dia a dia, hoje em dia o Rio de Janeiro está muito violento e você sai na rua, você não sabe de volta...” (entrevista com um Cabo que está no GEPE/BEPE há menos de cinco anos). Por outro lado, muitos policiais compreendem o risco concernente à profissão e afirmam que foram para o GEPE/BEPE por ser uma unidade mais tranquila, demonstrando uma fuga de um risco maior.

Você vê que a gente aqui tem poucos casos de polícia envolvido em alguma coisa [...] Policiais mortos [...] também, graças a Deus! Tem poucas ocorrências policiais aqui com os colegas. Até porque o pessoal que vem para cá também é o pessoal que realmente querem outro tipo diferenciado de trabalho. É porque você no teu dia a dia no batalhão operacional você corre riscos iminentes [...] **Não dizer que o BEPE aqui você não tenha risco; todo policial tá fardado, com viatura, no deslocamento você tá correndo risco. Só que o trabalho e si; é menos arriscado do que um trabalho que um cara que é combatente** [...] 41, 22, 14^o... esses batalhões operacionais. Aqui é um trabalho mais... relativamente tranquilo! (entrevista com um Subtenente que está no GEPE/BEPE entre seis a dez anos).

O risco e o perigo da profissão policial são tratados por Monjardet (2003); em seu texto o autor apresenta que apesar de haver a situação de perigo no trabalho policial, ela não é onipresente; podendo viver cotidianamente com ela ou nunca encara-la. A questão, segundo o autor (MONJARDET, 2003) está na percepção do perigo e seus efeitos sobre a conjuntura de trabalho do policial e a perspectiva quanto ao exercício desta função; isto é, o perigo pode ser constante para aqueles que escolheram esta profissão pela segurança e estabilidade enquanto para os que apresentam uma vocação este fator não os tenciona, por vezes se utilizam até mesmo de sarcasmo sobre esta situação (MONJARDET, 2003. p. 165). Esta observação apresentada por Monjardet (2003) é claramente percebida se observarmos o que o efetivo do BEPE acredita sobre o que é ser policial (com a temática do risco é fortemente demarcada); cruzando com as informações sobre motivações para se tornarem policiais (como a garantia de emprego, segurança financeira e não desejarem ser policiais). Seguindo esta lógica, a maioria do efetivo do BEPE não demonstra esta “vocação” para o exercício da profissão policial, com isso, se alertam com o risco e buscam uma unidade “menos perigosa” em comparação aos batalhões de área, por exemplo.

Quanto ao que se refere a abrir mão de certas escolhas, a maioria destaca estas opções por segurança, como ressaltado pelo Subtenente, “[...] ser policial é abrir mão de muitas coisas! [...] só por você ser polícia aí trava! [...] Como vai ser meu deslocamento aqui para cá? [...]” (entrevista com um Subtenente que está no

GEPE/BEPE há mais de dez anos); as preocupações com trajeto, local e horário são ressaltadas como escolhas que o policial precisa abrir mão por sua segurança; todavia, também são citadas outras escolhas que precisam abrir mão para estarem no BEPE, como reuniões de família, datas comemorativas, lazer e descanso onde todos estão aproveitando essas datas.

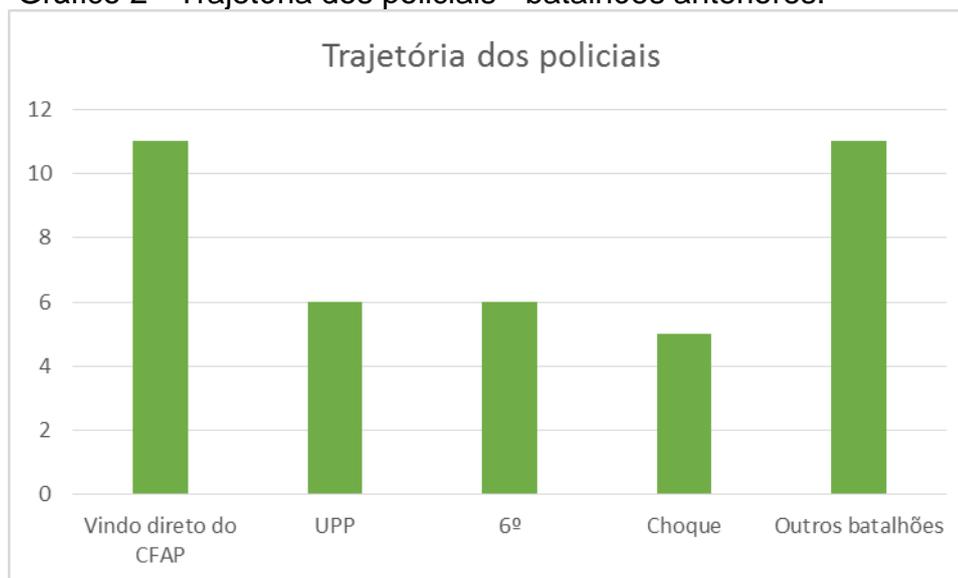
[...] não é qualquer ambiente que a gente pode frequentar... não é todas as festas que a gente pode ir, por exemplo, aqui no GEPE; praticamente todo sábado e domingo; você tá acompanhando e você vê que a gente tá empregado! Então, as vezes tem uma festa de família, um dia das mães... sei lá, um aniversário assim... a gente perde, entendeu? Mas, eu não me arrependo [...] Tem seus prós e contras! Aqui eu moro perto do GEPE, do BEPE, no caso, eu consigo dormir em casa; mesmo chegando tarde eu consigo dormir em casa! Tem os R\$ 1000 da gratificação, que mal ou bem faz diferença para gente! Então... tem seus prós e contras! Se tivesse um final de semana no mês seria, assim, seria o melhor lugar do mundo aqui! (entrevista com uma Cabo que está no GEPE/BEPE há menos de cinco anos).

O custo de conviver com um risco menor é alto e o trabalho em todo final de semana a perda da “vida social”, a ausência em datas comemorativas, são alguns exemplos do “preço” que este efetivo paga para estar em uma unidade “mais tranquila”. Os policiais frequentemente pedem a folga em um final de semana por mês; no entanto, os policiais que permanecem no BEPE possuem as razões por esta escolha.

Ao questionar quais foram as trajetórias destes policiais antes de estarem lotados no BEPE, algumas similaridades foram encontradas. Onze policiais entrevistados saíram do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e foram para o GEPE à época; seis policiais informaram que serviram em alguma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no estado, possivelmente, por conta do grande aumento no efetivo da PMERJ durante as instalações destas unidades⁵². Outras duas unidades em que os policiais do BEPE, em geral, passaram durante os anos de serviço são o 6º BPM e o Batalhão de Policiamento de Choque. O 6º BPM, que faz o policiamento nos bairros próximos ao Maracanã e possuem um contato com o GEPE/BEPE por esta circunstância. Já os dados do Choque podem ter sofrido uma influência pelo fato do GEPE ter sido vinculado ao Choque, pois muitos policiais estão na unidade desde quando a mesma era vinculada a este batalhão.

⁵² De final de 2010 para março de 2012 o efetivo de policiais das UPPs saiu de 1.472 policiais para 3.466 (MUSUMECI et. al, 2013). A média de Policiais Militares por mil pessoas pré e pós as treze primeiras UPPs, aumentou de 2,3 PMs para 18,2 PMs por cada 1000 habitantes das respectivas comunidades; aproximadamente oito vezes mais que a média estadual do período. (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012).

Gráfico 2 - Trajetória dos policiais - batalhões anteriores.



Ao perguntar sobre o que levou o (a) entrevistado (a) a estar lotado no GEPE/BEPE muitos falaram que foi por ordens superiores ou por convite do Comandante do período. Muitos desses foram por conta da refundação do grupamento em 1999, como informado no capítulo três, “Do ‘limbo’ ao *status* de Batalhão Especializado da Polícia Militar”.

A busca pela de “qualidade de vida” foi o segundo tema mais citado. A referência de qualidade de vida abarca diferentes questões citadas pelos policiais; como o ambiente de trabalho “[...] aqui é um ambiente familiar; tem bons policiais, tem bons comandantes que vem para cá.” (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE entre seis e dez anos); o horário de serviço, “[...] eu vim para cá para poder estudar a escala era mais favorável para quem estudava, porque na escala de rotina é muito difícil!” (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE há mais de dez anos); até a proximidade do batalhão e a casa do policial, como citado anteriormente, sobre conseguir dormir em casa, mesmo chegando tarde; e “sair da rua” (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE há mais de dez anos), isto é, sair da exposição do policiamento ostensivo de um batalhão de área, este Sargento se referia especificamente sobre deixar de fazer as escalas de serviço de madrugada na rua.

Esta unidade possui um público específico diferenciado, que em geral são os diferentes tipos de torcedores. Um diferencial deste batalhão em comparação aos outros é a abordagem, mais próxima de um policiamento comunitário; onde os

policiais, geralmente, não trabalham fortemente armados, somente com uma pistola e o bastão, pois “não há suspeitos” (conversa informal com um Major que está na unidade há menos de cinco anos). Dependendo do clamor do jogo, por vezes alguns policiais que estão na torcida visitante e na força de choque utilizam o elastômero, que é a arma que utiliza a munição menos que letal. Quanto ao armamento letal, para além da pistola, somente a Força de Choque do batalhão que durante o trajeto ao estádio utilizam fuzis e durante o jogo portam o elastômero.

Outro motivo também mencionado foi gostar de esportes e frequentar futebol e saber da existência do GEPE/BEPE após a inserção na PM. Ao citarem sobre a vinculação com o esporte, é fundamental destacar que mesmo com seis respostas relacionando esta motivação ao ingresso a este batalhão especializado, somente duas Cabos, que estão no BEPE, conheciam o GEPE/BEPE antes de entrarem na polícia.

Foi, antes de entrar [na polícia]. [...] quando eu frequentava os estádios, indo aos jogos de futebol com meu marido, eu já observava o trabalho do GEPE e sempre achei muito bonito o trabalho deles; sempre muito certinho e profissional o pessoal daqui, entendeu? Sempre achei muito bacana! (entrevista com uma Cabo que está no GEPE/BEPE entre seis e dez anos)

Antes, só quando eu ia para jogo. Tanto que uma vez eu assistindo o jogo, acho que foi 2008/2009... E aí é meu esposo perguntou „por que você não faz prova para a polícia?“, aí eu ainda sacaneei ‘não, prova para polícia só faço se for para ficar ali igual aquele povo que não faz nada!’. Aí eu falei assim e na época, de sacanagem eu tirei foto ainda... Era um Sub, Sub [omitido]; trabalhava aqui... Eu ainda peguei ele quando eu cheguei e eu contei essa história para ele. Eu tinha tirado uma foto de sacanagem, botei zoom e tirei a foto dele com uma prancheta, que trabalhava no campo, que ele era auxiliar do Comandante e ele ficava com essa panchetinha... Aí eu falei, ‘não, quero trabalhar só se for ali; para não fazer nada!’. Quando eu cheguei aqui aí ele falou para mim ‘ah... a gente não faz nada não, né? Então quando você tiver cansada eu vou te falar ‘não, nós não fazemos nada!’... e eu mostrei a foto... foi em 2009! (entrevista com uma Cabo que está no GEPE/BEPE entre seis e dez anos)

Estas duas policiais possuem o fato de se interessarem pelo militarismo como um elemento em comum; fator pelo qual influencia o maior conhecimento e observação do trabalho policial. Os trinta e quatro restantes não conheciam o trabalho deste antigo grupamento antes de entrarem na Corporação, nem mesmo aqueles que frequentavam estádios. A maioria conheceu o serviço do GEPE/BEPE durante o período no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)⁵³ e mesmo assim conheciam de modo superficial.

⁵³ Ao longo de sua história a unidade sempre recebeu muitos apoios dos alunos do CFAP, inclusive alguns ex-comandantes informaram que preferiam receber o apoio de alunos a de policiais formados e com traquejos de serviço. Em meu trabalho de campo percebi que os alunos que

A maioria dos policiais entra na unidade sem a realização de um treinamento específico para o batalhão, além da formação do CFAP. Trinta entrevistados informaram que não realizaram nenhum curso para entrar no BEPE, apesar de alguns terem feito o Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD) depois do ingresso ao antigo grupamento. Lembrando que o CPPD foi criado somente em 2012, com isso, a maioria dos entrevistados está no batalhão antes mesmo deste curso ser desenvolvido. Somente seis policiais que entraram no batalhão após realizarem um treinamento específico; um deles foi para a fundação do grupamento em que os policiais fizeram treinamento de Controle e Distúrbio Civil no Batalhão de Policiamento de Choque, em 1991; três policiais femininas fizeram um curso de capacitação básica, como um pequeno curso do CPPD para irem para a unidade antes dos grandes eventos, no ano de 2013; e dois policiais que ingressaram ao batalhão por meio do CPPD, tendência que paulatinamente ficará mais comum, como os policiais da décima turma do curso, formandos de 2019, que foram transferidos para o BEPE.

Em suma, posso resumir as motivações citadas pelo efetivo do BEPE em um relato em conversa informal de um Cabo que está na unidade por menos de cinco anos; ele me informou que antes de ir para o BEPE só havia trabalhado em comunidades e que depois do nascimento do seu filho e com uma série de reações físicas do estresse, como a queda de cabelo, ele se inscreveu para o Curso de Policiamento em Praças Desportivas e ao final conseguiu se classificar para o batalhão. Isto é, além da boa relação entre o efetivo, seja no estabelecimento de ajuda mútua e uma integração entre os policiais; há um ambiente de trabalho mais ameno, “mais tranquilo” como ouvi deste Cabo, onde não há incursão em comunidades, com menos possibilidade de troca de tiros e com escala de trabalho que o permite aprimorar sua educação formal, com graduações e cursos.

Com todos os elementos acima citados, o policial do BEPE tem uma qualidade de vida melhor que a de outros policiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro e o próprio policial da unidade reconhece esta diferença.

[...] A [diferença do BEPE para os outros batalhões da PM] primordial que eu vejo é a qualidade de vida [...] o pensamento dos policiais são pensamentos totalmente diferenciados, pela unidade não está voltada para a guerra, não estar voltada para diretamente no combate ao crime [...] não que o BEPE não vai combater! Só que a nossa missão específica é outra [...]. (Entrevista realizada com um Sargento entre seis a dez anos na unidade).

prestavam apoio eram mais ativos, seja em proibir os torcedores de circularem em uma área que tinham sido instruídos a não deixarem os torcedores ficarem ali.

Neste discurso o policial afirma que, em geral, a polícia é voltada para a “guerra”, o Sargento não especifica sobre contra o que ou quem é esta “guerra” enfrentada pela Polícia Militar, no entanto, postula o BEPE em um papel distinto desta “guerra”, possuindo uma “missão” específica diferente. Inclusive com lógica e objetivos distintos, como a preservação da saúde física e mental, como afirmado por outro policial que foi para a unidade para ter qualidade de vida e lá não faz serviço de vinte e quatro horas na rua:

[O que o levou a estar lotado no BEPE?] Pra eu ter qualidade de vida! Porque o serviço fim do GEPE, são os eventos. Então, você não trabalha 24 horas; você não vira a noite! Na época, eu não era casado. Então, por mais que você perca o final de semana, os feriados e tal... os intervalos dos eventos eu conseguia aproveitar minha folga. Fazer uma atividade física... porque é muito complicado, por exemplo, como nós ficamos no ano passado um ano apoiando a Rocinha... você fica a noite toda acordado, no sereno, no risco, numa tensão! Aí você fica [com] algum problema de coração, qualquer momento é um susto! Que todo mundo tá te vendo, mas você não tá vendo todo mundo que tá no carro com *insulfilm*, quem tá descendo do morro, assim... e aqui não! Você trabalha nos eventos, a não ser apoiando outros lugares, você pode proporcionar essa qualidade de vida! Apesar de que tempos em tempos tem mudanças de escala... mudou muito, né? Mas você consegue ter um tem uma qualidade [...] Porque [se] você trabalha no batalhão convencional... no mínimo, no tempo que eu tenho na polícia, já tava [sic.] tomando uns três a quatro remédios, por dia! (Entrevista realizada com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos).

Estas respostas que se referem a “qualidade de vida” são fortemente relacionadas com as visões que possuem sobre o que é ser um (a) policial, os riscos, perigos e as consequências desta profissão.

Em resumo, a atividade profissional é representada pelos agentes de segurança pública de forma dialética. A maioria a considera como fonte de prazer e de satisfação: ‘os policiais gostam de sentir esse medo, essa adrenalina’, disseram alguns dos [policiais] civis num grupo focal. Até o estresse é citado de forma positiva como fonte de excitação para a realização do trabalho. [...] O sentimento de prazer e de amor à profissão é verdadeiro, e o captamos na pesquisa: se lhes fosse dado escolher de novo, mais de 70% dos membros de ambas as corporações escolheriam, outra vez, a mesma profissão. No entanto, esse sentido de pertença é contraposto ao ressentimento pela falta de reconhecimento social, o que, segundo os policiais, mais os aflige [...]. Assim, a maioria considera o trabalho também como fonte de sofrimento e de adoecimento. De várias formas, assinalam que o estresse é responsável por doenças subjetivas, não reconhecidas pelo médico clínico, tais como as enxaquecas e as dores de estômago. Dizem que, por se tratar de sintomas subjetivos, não são levados em consideração pelas chefias e não são tomados a sério quando eles se queixam. (MINAYO, et. al., 2011. p. 2205-2206)

Em estudo sobre o impacto do trabalho na saúde de policiais civis e militares do Rio de Janeiro, Minayo *et. al.* (2011) apontam o mesmo desejo por adrenalina e

amor à polícia, bem como tratado por Muniz (1999); de igual modo também apresentam a falta de reconhecimento perante a sociedade (MUNIZ, 1999; SOUZA, 2003). Este mesmo trabalho que é defendido e amado ocasiona um estresse e um adoecimento físico e mental policiais no Rio de Janeiro, como aponta Minayo *et. al.* (2011).

Especificamente acerca dos policiais do BEPE, como apresentado, muitos buscam esta unidade devido à presença de menor risco, conseqüentemente, menor estresse e menores reflexos físicos e mentais deste trabalho. Este é um dos fatores principais que convergem outros pontos positivos citados anteriormente; contribuindo para a escolha por esta unidade e auxiliando a construção da diferença do policial do BEPE para com os policiais de outros batalhões da Polícia Militar que atuam em nosso estado. Ou seja, os policiais do BEPE se colocam em uma posição distinta da “guerra” em que a Polícia Militar atua, pois, possuem uma função específica e de menor risco e menor sentimento de perigo (MONJARDET, 2003). Estar em uma unidade que, comparativamente, é menos arriscada lhes proporciona melhor qualidade de vida; mesmo que para isso precisem trabalhar, basicamente todos os finais de semana do ano e “perderem a vida social”, sem poder estar presentes em festas e datas comemorativas.

Ao perguntar como definem o BEPE atualmente eles me informaram que é uma unidade que sempre está melhorando e evoluindo, “[...] hoje o BEPE é realmente uma unidade especializada; muito em razão do curso que foi implementado em [2012] [...] Na minha opinião, essa foi a evolução! (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE há mais de dez anos), esta resposta se refere à estruturação da unidade e as diversas conquistas que galgaram até chegar a independência em relação ao Batalhão de Policiamento de Choque⁵⁴. A segunda resposta mais citada é que é uma tropa especializada “É uma unidade especializada”... Com uma peculiaridade de extrema importância para nossa sociedade.” (entrevista com um Major que está no GEPE/BEPE há menos de cinco anos) e a terceira foi a definição de que o batalhão é uma família, destaca o quanto o convívio da unidade é bom “a gente vive numa ilha no inferno!” (entrevista com um Cabo que está no GEPE/BEPE entre seis e dez anos), para este Cabo o BEPE é um refúgio, uma ilha diante do “inferno” que é a Polícia Militar; inclusive citando esta característica entre as definições de qualidade de vida,

⁵⁴ Para maiores informações sobre estas mudanças na história da unidade capítulo 3 e 6.

o que nos faz compreender que este “ambiente familiar” influencia, a priori, para que o policial fique na unidade. Esta demarcação de que o batalhão é uma família e que é uma tropa especializada são muito presentes quando pergunto se há diferença entre o BEPE e os outros batalhões da PM.

Aqui eu fiz grandes amigos, aqui eles viram... eles frequentam a minha casa! Vão a aniversário do meu filho, da minha mãe. Nós procuramos ter uma vida fora daqui, também, da Polícia Militar! Nós temos amigos, de verdade, que se veem nos dias de folga! Acaba que você cria um vínculo e uma identificação com a unidade, que ela já passa já fazer parte da sua família. (entrevista com um Subtenente que está no GEPE/BEPE há mais de dez anos)

Uma unidade especializada no que faz; capaz de fazer muito mais, entendeu? Ela tá [sic] preparada para receber até novos policiais... tá [sic] sempre inovando nos seus cursos... os policiais que vêm de outras unidades que tem interesse em aprender. É sempre contínuo. É uma unidade que ela não para, ela não fica ali parada ela sempre procura renovar; tanto que saímos do grupamento para o batalhão! (entrevista com uma Cabo que está no GEPE/BEPE entre seis e dez anos)

Destacam e abordam a união, a amizade entre os policiais do efetivo e a ajuda mútua que estabelecem quando há um policial em necessidade; dizem que isso não se encontra em outros batalhões. A justificativa por eles apresentada se dá por conta das escalas de serviço serem diferentes; a tropa do BEPE possui muito mais contato entre si do que a tropa de um batalhão que possui mais de uma Companhia e com escalas diferentes, basicamente, toda tropa atua em conjunto nos jogos em que o BEPE policia. Além do fato importante do ambiente de trabalho da unidade, em que operam sem trocarem tiros ou entrarem em comunidades.

Algumas características expressas pelo militarismo presente nas Polícias Militares também são notadas no BEPE, como os diferentes *status* para o desempenho das funções de oficiais e praças, a utilização de fardas e demarcação das patentes e graduações nas mesmas. Este caráter militar torna-se ímprobo na atuação enquanto polícia ostensiva, que está cotidianamente nas ruas em contato com a população (MUNIZ, 2001; RODRIGUES, 2009). No entanto, apesar da distinção do efetivo segundo a hierarquia, há uma unidade no batalhão, qualificada pelos policiais como “casa de família”. Afirmam que lidam com um público diferente, como o modo de policiamento é distinto e que a relação estabelecida entre eles é distinta até dos policiais de outros batalhões.

Afirmam que a unidade é uma “casa de família”, ouvi este termo em diversas entrevistas e conversas informais. Ao perguntar para uma Cabo o que ela queria definir com esse termo que o BEPE é uma “casa de família” ela respondeu:

[...] Na polícia e em qualquer outro lugar existe uma burocracia muito grande para tudo que você queira fazer. Então aqui, você chega nas sessões, sempre tem um pronto a querer te ajudar em alguma coisa! Claro que não vai poder burlar a burocracia, mas vai fazer o possível para poder te ajudar e mais rápido possível. Isso você não encontra em qualquer lugar... entendeu? Então, quando tem mais de uma pessoa nessa situação você fica um pouco espantado! Então, por isso que eu chego a dizer que é uma casa de família! Porque todos aqui são dessa forma; todos procuram que ajudar, mesmo entre os oficiais e entre os praças. Eu nunca tive problema com ninguém aqui; tanto quando eu precisei de todos os oficiais, quando eu tive que precisar de algum deles, eles me ajudaram. Tanto os praças também; então por isso que eu repito! É uma casa de família por isso! (Entrevista com uma Cabo que está na unidade entre seis a dez anos).

Há uma integração entre os policiais do batalhão. Este é um ponto marcante, em entrevistas os policiais destacavam esta relação. Durante o período em que frequentava a unidade eu fui convidada para diversas confraternizações e solenidades, desde comemorações de aniversário (festa- surpresa), café da manhã do projeto de kickboxing, passando por colônia de férias com os filhos dos policiais; despedida de um Major; entrega de homenagens aos policiais que tiveram ocorrências no quadrimestre; formatura do décimo Curso de Policiamento de Praças Desportivas; até a confraternização de final de ano do batalhão.

Os policiais possuem uma boa relação entre si, em seu ambiente de trabalho, mas este não é o único fator positivo que os policiais valorizam no batalhão outros pontos citados são horários de trabalho que há possibilidade de conciliar com os estudos. Entre o efetivo há policiais que conseguiram fazer graduação, curso de língua estrangeira pelo horário da manhã enquanto trabalhavam; há exemplo de um policial que conseguiu realizar o curso de arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ). A escala de um policial da tropa do BEPE, apesar de não haver finais de semanas livres, em termos gerais, possui uma flexibilidade para realização de atividades em dias de semana.

Os assuntos que geralmente conversam são leves; dificilmente são relacionados às armas, mortes e violência. As conversas geralmente envolvem futebol, escalação dos times, sobre serviços em jogos anteriores, sobre atividades físicas e sobre escalas. Por vezes, depois que criaram confiança em mim, perguntavam-me sobre qual era minha opinião acerca de temas específicos, como política, educação sexual nas escolas e homossexualidade. Compreendo estas perguntas como uma tentativa deles de me conhecerem e me “mapearem”; também saberem quais os meus posicionamentos e não falarem sobre eles sem nenhuma “contrapartida”, sem saberem nada sobre mim. Como me mostrava aberta ao diálogo,

sempre atenta ao que eles falavam e sem expor minhas opiniões de modo impositivo estabeleceu-se um contato melhor.

Outro relato que ouvia era sobre a preocupação da família e como os familiares, principalmente as mães, ficavam aliviados quando conseguiam ir para o BEPE. Relatos como “[...] Minha família toda ‘não, você tem que conseguir ir para esse batalhão!’. Minha mãe fica preocupada, né? Minha avó... eles acabam ficando preocupado com a gente!” (Entrevista com uma Cabo com menos de cinco anos na unidade); ou até mesmo “[...] Hoje ela [mãe da policial] fala que ‘eu durmo.’. Quer dizer, que ela dorme pelo fato de eu tá aqui, nessa unidade!” (Entrevista com uma Cabo entre seis e dez anos na unidade). Ambas as frases sobre a preocupação da família para com elas foram citadas por policiais femininas e seguem a mesma lógica da busca por estar em um batalhão que possui menos riscos em comparação a outras unidades da PM. No roteiro não havia perguntas específicas sobre este tema, com isso não podemos afirmar que esta preocupação está relacionada ao gênero das policiais; contudo, há uma preocupação dos familiares pela segurança do policial, assim como também é notória a preocupação dos policiais com sua família, principalmente, se possuem filhos.

O GEPE/BEPE possui uma distinção na indumentária. Os policiais de apoio utilizam o braçal do BEPE para haver uma uniformização do policiamento, como foi abordado no capítulo anterior. Todavia, os policiais de apoio e do BEPE possuem um diferencial em sua indumentária; os policiais da unidade especializada utilizam a cobertura (boné) e o cinto de guarnição branco, conforme figura 3, enquanto outros policiais, de batalhões convencionais, se vestem com estes equipamentos na cor preta, esta distinção pode ser observada na figura 4. A justificativa do BEPE para a utilização da cor branca se dá pela facilidade de distinção e localização do efetivo em meio ao grande número de torcedores; assim como os policiais do antigo Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTTran), também utilizavam os equipamentos desta cor pelo mesmo motivo, serem identificados no meio de grande movimento da rua de maneira mais fácil do que se estivessem de preto.

Figura 3 - Policial do BEPE com equipamento na cor branca e braçal da unidade.



Fonte: A autora, 2019.

Figura 4 - Policial do BEPE entre dois *stewards* e dois policiais de apoio (com equipamento preto e o braçal do BEPE).



Fonte: A autora, 2019.

Figura 5 - Três modelos de braçais utilizados pelo GEPE/BEPE desde sua fundação.



Fonte: A autora, 2019.

A identificação por braçal não é utilizada apenas pelo BEPE, mas também por outros batalhões especializados. Esta identificação por braçal⁵⁵ e cinto branco foi tratada em entrevista pelo Subcomandante (2002-2006)

A gente conseguiu fazer um quantitativo de braçais que desse também para o apoio. A gente tinha reserva de braçais, cinto branco. A gente tinha cintos de guarnição branco que desse pra, tanto é que os policiais que iam pra [sic.] lá a gente pedia pra ir sem cinto. Que a gente distribuiria cinto branco, boné branco... Às vezes a gente pedia para os policiais ir sem, porque lá a gente dava a branca. Então se identificava pelo braçal e pelo equipamento branco. (Entrevista com Subcomandante de 2002 há 2006).

Atualmente os policiais de apoio usam o equipamento preto, que são acostumados a usar diariamente e o BEPE não disponibiliza cinto de guarnição e cobertura, somente os braçais.

Estes são algumas das pontuações que os policiais apontam sobre a diferença de trabalharem no BEPE para o serviço ou o que imaginam ser o serviço de outros batalhões da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

5.3 Apontamentos sobre a unidade: elogios e críticas

Nesta seção apontarei os elogios e críticas mais citados pelo efetivo ao próprio batalhão. A fim de tratarem sobre o trabalho do BEPE, seu efetivo geralmente possui algumas frases marcantes e recorrentes utilizadas por grande parte dos policiais que compõem esta unidade.

Os termos elogiosos são fortemente marcados em um sentido de autoafirmação em oposição a qualquer tipo de desvalorização ou menosprezo à unidade. Em alguns relatos os policiais apontam uma depreciação em relação ao trabalho do BEPE, além da frase já citada em que os chamam de “babá de torcedor”. Há um caso recentemente sofrido por um Sargento que está na unidade por mais de dez anos que me informou em conversa informal, que ao ser parado em uma blitz comunicou ao policial que também fazia parte da corporação e o mesmo perguntou de qual batalhão o Sargento pertencia; ao falar que era do GEPE, à época, ele recebeu a seguinte resposta “isso não é polícia!”. Após receber esta resposta o Sargento do BEPE perguntou ao policial da blitz quantas prisões e exclusões houve no batalhão dele ao responder que formam muitas e, em contrapartida o efetivo do GEPE/BEPE nunca teve alguma.

⁵⁵ Ao longo da atuação do GEPE/BEPE a unidade utilizou três braçais distintos, expostos em anexo.

Os policiais do BEPE muitas vezes não são vistos enquanto policiais por outros companheiros de instituição. O próprio Comandante (1999-2001) informou que muitos não queriam ir para o GEPE,

[...] muitos queriam pula fora e era comum também policiamento de fora não queria ir para o GEPE; porque também tem esse... quem ficar preso estereótipo [...] „Ah poxa, eu sou polícia! ”, aí você tinha que trabalhar isso na cabeça... não mata, não dá tiro, fica só ali sendo babá de torcida e as orientações também não é agir violentamente, é mais com diálogo... (Entrevista realizada por mim durante o trabalho de campo com ex-subcomandante, e ex-comandante do GEPE).

O policiamento do GEPE não correspondia com a imagem policial; mas sim “babá de torcida”. Com esta questão o comandante tinha o trabalho motivacional e de clarear para o policial que o ser policial de policiamento de proximidade também é ser policial e não somente a lógica de policiamento de combate. Desconstruindo uma formação imagética muito difundida em sendo comum, para uma reconstrução de que o policial nem sempre só age de maneira reativa e explosiva.

No início da história do GEPE os policiais não se viam enquanto tais; fenômeno similar ao ocorrido com parte do efetivo no período das UPPs (MUSUMECI SOARES, 2012). Devido ao modelo de policiamento mais próximo à população, mais alinhado ao policiamento comunitário. Não obstante, houve uma mudança neste quadro, hoje os policiais da unidade se veem enquanto policiais, apesar de por vezes não serem reconhecidos, até dentro da própria Polícia Militar.

Devido a esta dissonância de como o efetivo do BEPE se observa e como são classificados, eles afirmam (de modo constante) que são uma unidade especializada. Colocam-se de modo equânime ao nível de importância aos batalhões mais conhecidos da Polícia Militar, como o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque); estas afirmações são um modo de autodefesa.

Segundo Muniz, após a sua “conversão” e amor à Polícia Militar os policiais se veem imbuídos a causa de defesa da mesma; partindo deste pressuposto, os policiais do BEPE defendem duas causas: 1) a da Polícia Militar para com a sociedade e 2) a da relevância e especialidade do trabalho do BEPE, esta segunda causa é defendida por eles para com a sociedade, mas também para com a própria Polícia Militar do Rio de Janeiro. Esta dupla defesa da unidade, para com os de fora e para com os companheiros de farda, se dá na exaltação do trabalho da unidade; pontuando sobre a especialidade do batalhão, e também acerca do padrão comportamental dos

policiais. Ao ser perguntado como os torcedores percebem o BEPE e como percebem os policiais de outros batalhões este policial informou

Eles [torcedores] já sabem porque o batalhão tem a estigma de truculento mesmo, de agressivo, de ladrão... e com a gente eles veem um pouco diferente. Tanto que você não vê muito... **acho que nem tem aqui, policial do BEPE envolvido com crime, extorsão, com isso, com aquilo...** e eu acho que por tá sempre em contato, eles tem um pouquinho mais de empatia. Não são todos não... vai sempre pegar, mas a maioria que a gente vê gosta. (entrevista com um Cabo que está no GEPE/BEPE entre seis e dez anos)

Sempre que é possível o efetivo do BEPE destaca que lá não tem crimes e extorsão, que não possuem essa prática, colocando-se em oposição aos outros policiais da instituição. Esta retórica é claramente presente entre o efetivo do batalhão. Os elogios recorrentes do efetivo para a unidade afirmam sobre a importância da mesma; orgulham-se de possuir uma tropa especializada, cujo serviço é dinâmico e diferenciado; ressaltam que o BEPE é diferente dos outros batalhões e que não há corrupção ou ocorrências graves dos policiais do efetivo.

Os policiais valorizam em suas falas, por vezes com expressões até extremadas; por exemplo, “não há futebol sem o GEPE” (conversa informal com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos). Mas, em geral afirmam que gostam de atuar no batalhão e por este motivo o trabalho do BEPE é bem desempenhado segundo a visão do efetivo; “[...] porque quem trabalha aqui, quer trabalhar aqui! Então, você não pode deixar aquele padrão de serviço cair!” (entrevista com um Sargento que está na unidade entre seis e dez anos).

Por outro lado, as críticas se mostram em menor quantidade do que os elogios, mas são marcantes. Na maior parte das vezes são relacionadas aos dias de serviço da tropa, antes da instituição do Regime Adicional de Serviço (RAS)⁵⁶, números de vezes em que o policial do BEPE apoia outros batalhões.

O RAS compulsório, serviço em que o policial “apto A”⁵⁷ que trabalha no administrativo é escalado para a atividade fim do batalhão, não era pago no Regime Adicional de Serviço (RAS). Isto gerava muitas reclamações até eu perguntar para uma Cabo que está menos de cinco anos na unidade, como funcionava essa escala

⁵⁶ O RAS, é uma espécie de hora extra paga ao policial. Ela foi instituída no BEPE no mês de junho de 2019, durante o andamento do meu trabalho de campo, todavia, não consegui acesso a esta documentação.

⁵⁷ Classificação em que o policial possui capacidade física e mental para realizar o serviço de atividade fim, que no caso do BEPE é o policiamento em praças desportivas. Esta e as outras duas categorias são tratadas no capítulo sobre as Atribuições do Batalhão.

e ela me responder “é hora extra de experiência”, em tom de brincadeira. Até o segundo mês do meu trabalho de campo, em junho de 2019, onde os policiais começaram a ser pagos.

A crítica mais recorrente é sobre não terem finais de semana com folga. Para ilustrar essas reclamações trago o exemplo de dois Sargentos que estão no batalhão há mais de dez anos me relataram crises familiares devido aos dias de trabalho da tropa; devido a esta circunstância até preferiram sair da tropa e trabalharem em serviço de vinte e quatro horas.

Os mais antigos falam com um saudosismo sobre a época em que os policiais tinham o “folgão” durante o período do comandante que atuou entre 2007 e 2008. O “folgão” era a dispensa de alguns policiais por um final de semana por mês, segundo o ex-comandante a folga por jogo era no máximo 10% do efetivo para não comprometer o policiamento. Em conversas o efetivo citava a possibilidade do sistema de “folgão” retornar, do mesmo modo em que reclamavam sobre a quantidade de serviços de apoio que vinham prestando a outros batalhões.

Em entrevista com o comandante em exercício no momento da pesquisa; perguntei sobre estes temas e o oficial informou que este sistema de folgas.

Não existe há muito tempo, mas é um pleito dos policiais por trabalhar todos os finais de semana”. [...] as escalas hoje, na Polícia Militar, elas têm que sofrer uma regulamentação de carga horária. Então assim, antigamente, o controle era menor. [...] cada Comandante acabava fazendo ali as suas escalas; hoje existe um controle mais rígido e as escalas que eu faço aqui, o órgão central de pessoal da polícia [...] consegue ver. Então, eu não posso pegar aqui e simplesmente não escalar policiais; deixar o cara em casa [...] [em um] período longo de tempo, porque isso vai ser vai ser cobrado, né? Mas é um pleito sim dos policiais aqui... trabalha todo sábado e domingo. É uma situação complicada, a gente tá estudando uma forma de fazer isso. Até porque Corporação ela tem regulamentado que o policial tem [...] direito a dispensa meritória, ou seja, aquele policial produz uma ocorrência, ou que se destaca no serviço, ele tem direito a uma dispensa [...] a gente tá [sic.] para implementar aqui novamente o folgão, para o policial ter, pelo menos, um final de semana livre, aí a cada, pelo menos, um mês e meio; ter um final de semana livre a título de dispensa meritória, pelo bom serviço desempenhado ele poder gozar aquela folga, né? [...] até porque hoje há um empenho muito grande os policiais do BEPE em outros eventos que não são o futebol. Então, qualquer período que não tem jogo o policial do BEPE apoia o quinto batalhão, nas manifestações no centro do Rio; o policial do BEPE apoia o Batalhão de Vias Expressas, colocando policiamento nas vias expressas, na linha amarela, na Avenida Brasil... e isso está sobrecarregando mais ainda o policial do BEPE. Então acho que é justo dar uma dispensa meritória e ele tem um final de semana de folga para família. [...] a gente tá [sic.] estudando agora fazer isso; até por um pleito da própria [tropa] que tem conversado com a gente. [...] direcionando para o final de semana, para ele poder tá [“sic”] em casa no final de semana com a família dele. (entrevista realizada com Comandante de 2015 a 2020).

O Comandante afirma que esta tentativa de retorno do “folgão”, após a grande solicitação da tropa; este sistema está sendo projetado para ser empregado por meio das folgas meritórias; quando um policial consegue realizar ocorrências e seus serviços de modo destacado.

A grande quantidade de serviços de apoio prestados pelos policiais do BEPE também foi citada pelo comandante (2015-2020) e com isso perguntei sobre este aumento; pois o efetivo me informou que anteriormente, o único serviço extra que faziam era no réveillon e durante a pesquisa o efetivo era muito empregado no Batalhão de Policiamento de Vias Expressas.

“É, na verdade essa mudança ela vem através de uma cobrança que existe na corporação. O efetivo da polícia, com a criação das UPPs ele sofreu um aumento, mas esse aumento não foi parar nas vias, nos batalhões convencionais. Esse aumento de efetivo ele foi parar nas UPPs e aí você vem... crise no estado, todo ano a polícia perde cerca de 1000/1500 policiais que estão indo para reserva, se não houver uma renovação o efetivo vai ficar enxuto. Em contrapartida, hoje você tem uma cobrança muito maior, por conta dos indicadores de criminalidade, em que você basicamente tem que ficar atuando em cima disso e cada vez mais reduzir os indicadores de criminalidade, coisa que antigamente não existia. Antigamente a produção policial ela era medida pela quantidade de prisões e apreensões de armas; hoje a produção policial é medida por isso, mas também por reduzir os índices de criminalidade. Não adianta eu aprender 300 armas e mil pessoas estarem sendo assaltadas todo dia; a sensação de segurança vai ser mínima. Então, objetivo hoje é trazer a sensação de segurança para a população; então assim; é toda uma mudança, uma mudança cultural que vem acontecendo e a cobrança cada vez mais aumentando; que faz com que a Corporação enxergue que o nosso efetivo aqui ‘pô, ali tem cem homens que estão essa semana toda sem evento. Por que esses cem homens vão ficar em casa? Não, esses cem homens eles têm que trabalhar!’. E aí ‘você vai atuar onde tem a mancha criminal; onde tá [sic.] tendo problema e é isso que tá acontecendo. No meu antecessor, o [...] [Comandante de 2012-2015], os quatro anos quase que ele ficou aqui; [...] foi o período que o CFAP mais estava formando policiais. Foi a época que as UPPs estavam sendo criadas; então o CFAP tinha 2.000 / 3000 policiais sendo formados; com isso, o apoio no estádio, basicamente, era formado pelos recrus, né? E a polícia na época, o estado vivia uma situação financeira mais tranquila; nós tínhamos no estado, naquela época, se gerava em torno de quase 18 mil vagas de RAS por mês; então assim todos os batalhões tinham muitas vagas de RAS disponíveis que o policial trabalhava na folga, então não havia necessidade de usar o efetivo aqui; porque as unidades não precisavam. Hoje não; hoje você precisa trabalhar de uma forma mais enxuta; o efetivo diminuiu, as vagas de RAS diminuíram, por conta da crise, né? [...] Hoje você tem o CFAP com poucos alunos... [...] O cara que é o responsável pelo planejamento da Polícia Militar, ele tem na mão dele todo recurso disponível da Polícia Militar. E aí de acordo com a necessidade, ele vai utilizar o que tá [sic.] disponível e quando o nosso efetivo fica disponível, ele passa a ser utilizado. Mas, dentro da carga horária; ninguém está sendo utilizado também de forma exacerbada; então, eu acho até que é um emprego que é razoável! É razoável! Não tem explicação você ter a Avenida Brasil, a linha vermelha, linha amarela... você pensando como gestor da Polícia Militar, né? Que o policial só vê o problema dele; mas eu... a gente... quem tá [sic.] lá em cima, tem que enxergar o problema como um todo. [...]. Você precisa dar segurança para a sociedade

e você vai deixar o policial ficar em casa cinco, seis dias, né? É uma carga horária que não condiz com a realidade. Então é normal que haja esse emprego; acho até que é justo esse emprego!”(entrevista realizada com o Comandante de 2015 a 2020)

Estas mudanças apresentadas pelo comandante (2015-2020) nesta fala são algumas explicações para um sentimento de que “antes, o GEPE era melhor”. Este sentimento é descrito por grande parte dos policiais que estão na unidade por mais de dez anos; este cenário será destrinchado ao longo do próximo capítulo.

Para além das críticas quanto ao horário de trabalho e apoios existem algumas críticas mais pontuais, como o não aproveitamento da imagem do BEPE pela PM. As praças desportivas e os jogos de futebol possuem uma grande visibilidade; o Rio de Janeiro está no eixo dos estados que possuem maior visibilidade do futebol e em todos os jogos do Campeonato Carioca e do Campeonato Brasileiro ocorrido aqui no estado, os pinças⁵⁸ entram em campo, os policiais estão em volta do gramado. Apesar de terem tanta visibilidade, alguns policiais questionaram que este fato poderia ser melhor explorado pela Corporação, a fim de mudar a imagem da PM.

Tendo em vista que a maioria do efetivo da unidade só conheceu o GEPE/BEPE e soube das suas especificidades ao entrar no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP); muito provavelmente a população não conhece este batalhão. Até mesmo a comunidade torcedora, que não é vinculada a torcidas organizadas, pode conhecer o GEPE/BEPE de modo superficial, mas não possuem o conhecimento das atribuições desta unidade da Polícia Militar. Este desconhecimento é refletido no escasso número de estudos sobre o policiamento e segurança em praças desportivas.

Outras críticas pontuais são sobre estrutura. A falta estrutura física do batalhão muitas vezes é suprida pelos próprios policiais de setor, como, por exemplo, colocar cortinas na sala de trabalho. E a estrutura organizacional da Polícia Militar; alguns praças afirmam que é “mão de obra barata”, pois possuem um conhecimento adquirido fora da corporação, sem seu auxílio, como cursos e graduações e muitas vezes são utilizadas pela PMERJ sem o devido valor e recompensa; outros praças questionam a disparidade de tratamento entre praças e oficiais e a estrutura militar da instituição, defendendo até a desmilitarização da polícia.

⁵⁸ Policiais do BEPE que realizam a segurança da equipe de arbitragem.

Mesmo com estas críticas, somente cinco, dos trinta e seis policiais entrevistados afirmaram que possuem o desejo de sair do BEPE, em algum momento posterior. Sem a pretensão no momento, mas pela necessidade de respirar “novos ares”, pois ainda faltam muitos anos de serviço e não se veem a vida inteira na mesma unidade, diferentemente, de muitos policiais que só foram vinculados ao GEPE/BEPE durante todo tempo de serviço na Polícia Militar até o momento.

Um dos entrevistados, um Sargento que está na unidade entre seis a dez anos, me informou que: “Eu não me vejo trabalhando aqui no expediente para o resto da vida; mas eu não quero voltar para tropa aqui do batalhão. Porque essa história de ficar trabalhando todo final de semana é inviável!” (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE entre seis a dez anos). Já os outros trinta e um policiais me informaram que não possuem o desejo de sair do BEPE, oito entrevistados destes trinta e um me informaram que falta pouco tempo para completarem os trinta anos de serviço e se aposentarem.

Percebemos que apesar do BEPE ser uma unidade mais tranquila para se trabalhar, dos policiais possuírem uma qualidade de vida melhor em comparação aos batalhões de área, por exemplo, possui um custo muito alto. Estarem de serviço, basicamente, todos os finais de semana do ano é a queixa mais apresentada pelos policiais como uma crítica ao serviço no batalhão. Por trabalharem diretamente com esportes e principalmente o futebol, os dias em que a tropa mais trabalha são finais de semana e feriados, dias onde normalmente ocorrem os jogos. Este fator gera muita reclamação por parte efetivo, pois não conseguem ter uma “vida social”. Para a maioria dos policiais do efetivo, mesmo com este alto custo, ainda assim vale a pena pertencer ao BEPE, pela qualidade de vida que possuem, mesmo sem ter os finais de semana livres.

5.4 Relação dos policiais do BEPE extramuros

Ao longo desta seção abordarei sobre a relação dos policiais do BEPE para além da instituição da PMERJ. Tratarei sobre como percebo a relação entre os policiais do efetivo e com os apoios, os *stewards* e as torcidas; estas impressões são baseadas nas observações e relatos durante o trabalho de campo.

Os apoios atuam juntamente com o GEPE ao longo de toda história deste antigo grupamento. Os comandantes, em geral, preferem os apoios advindos do CFAP

devido ao simples fato de estarem mais dispostos para trabalhar e não terem hábitos durante o serviço, como a má postura ou o uso de celular durante o trabalho. Pois, muitas vezes os apoios de outros batalhões realizam o serviço sem vontade, como já citado. Quando o policial do efetivo conhece o apoio eles conversam, ainda mais se vão trabalhar juntos no mesmo posto.

Já os *stewards*, os seguranças particulares, passaram a atuar com a segurança nas praças desportivas após os grandes eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Os policiais gostam do trabalho dos *stewards*, pois além de maior sensação de segurança, a segurança privada facilita o serviço deles, ao acompanhar a segurança nos jogos os *stewards* realizam a revista que antes eram feitas pelo GEPE e além de todo o primeiro contato com a torcida, como pedida para tirar o pé da cadeira, que o torcedor saia do local de cadeirante, ou ao final do jogo com a dispersão da torcida do está no estádio. Os *stewards* não olham para o campo em momento algum ficam durante todo o jogo olhando diretamente para as torcidas. Eles ficam dispostos ao redor do campo e também na arquibancada. Na hora do gol os seguranças privados localizados no gramado ficam em pé e sinalizam para os que estão na torcida os torcedores que estão em pé sobre as cadeiras.

Durante o jogo pelas oitavas de final da Taça Libertadores, entre Flamengo vs. Emelec, onde durante a cobrança de pênaltis alguns flamenguistas acenderam sinalizadores, que atualmente são proibidos; um representante da segurança privada foi no meio da torcida tentar retirar o sinalizador das mãos da torcida, no setor sul.

Por estas razões, algumas vezes os *stewards* se mostravam mais atentos à torcida do que os policiais. Apesar de terem esse contato, na maioria das vezes que acompanhei essas atitudes os torcedores não respeitam os pedidos dos *stewards*. Com isso eles chamam os policiais para ajuda-los, pois possuem maior autoridade com os torcedores, por vezes os seguranças privados chamam os policiais de apoio em momentos onde não há ninguém do BEPE com eles, nem sempre é esta solicitação possui o efeito esperado, por vezes os torcedores ignoram as solicitações de ambos.

Sobre a situação entre os *stewards* e o apoio; presenciei o seguinte fato no setor do Maracanã Mais (segundo setor mais elitizado, atrás somente dos camarotes), durante o jogo Fluminense vs. Corinthians pela Copa Sul-americana: um torcedor estava em pé no corredor, com isso um segurança o informou que era proibido assistir o jogo ali em pé, que era necessário o mesmo se encaminhar para uma cadeira, o

torcedor resistiu e o *steward* chamou dois policiais de apoio que conversaram com o torcedor e contragosto foi assistir ao jogo em pé na área destinada para cadeirantes, que também é proibida. Com isso os policiais de apoio falaram entre si “vamos sair daqui!” e se afastaram. Quando o segurança privado viu que o torcedor estava em outro lugar proibido para ele assistir o jogo foi falar novamente com o mesmo torcedor, que não obedeceu. Quando o *steward* percebeu que os policiais de apoio haviam saído ele tocou em sua colega de trabalho e falou “Você viu?! Eles não aguentam não!”. Nesta história percebemos uma formação de estádio elitizada, onde os moldes de torcedor são os europeus, principalmente ingleses, que assistem ao jogo sentado como em um teatro, característica distinta do histórico das torcidas sul-americanas que assistem ao jogo em pé (MASCARENHAS, 2013; NASCIMENTO, BARRETO, 2013). Retirando do torcedor o protagonismo e a liberdade dos distintos modos de torcer.

“[...] historicamente, o Brasil desenvolveu uma relação muito íntima entre o futebol e os mais variados aspectos da sua sociedade”. Tal processo levou à construção não de uma só cultura futebolística hegemônica, mas de variadas maneiras de se relacionar com o futebol – inclusive perceptíveis nos diversos “modos de torcer” do brasileiro.

Como não havia padronização nas soluções arquitetônicas, distintas localidades desenvolveram estádios com características próprias. “Tal variação, ao longo do tempo, termina por levar também os torcedores a desenvolverem distintos padrões de comportamento, intimamente relacionados às particularidades das estruturas espaciais das suas respectivas praças desportivas tradicionais.” (NASCIMENTO, BARRETO, 2013)

Além desta característica da elitização (SIMÕES, 2017), que será melhor abordada no próximo capítulo, também há a clara falta de credibilidade dos *stewards* e a atuação dos apoios sem uma coordenação do BEPE e sem ter muito o que fazer diante da situação imposta por conta de uma regra baseada em um molde que não se adequa aos nossos costumes e cultura torcedora.

O BEPE geralmente não atua no setor onde ocorreu este fato e também só atua em casos de brigas ou discussões mais calorosas, mas são os *stewards* que sempre agem controlando as ações dos torcedores, ou tentando controlar, pois, não possuem a credibilidade que gostariam.

Os policiais do BEPE definem os torcedores em três categorias gerais:

- a) O torcedor comum;
- b) O torcedor organizador de festa;
- c) Os baderneiros.

Estas três categorias são divisões gerais e classificações próprias dos policiais do batalhão. A classificação de

- a) Torcedor comum se refere aos torcedores que não são filiados a nenhuma torcida organizada ou movimento de torcedores, estes, geralmente, acompanham os jogos de maneira mais esporádica, geralmente vão aos jogos acompanhados pela família ou amigos e compõem a maior parte das torcidas de um clube. A segunda categoria por eles citada;
- b) Os torcedores organizados vinculados às torcidas de festa, a estes os policiais - nesta categoria se referem aos movimentos populares de torcedores, inspirados nas “barras” sul-americanas, onde frisam o seu caráter de apoio ao clube em qualquer circunstância, que cantam e apoiam o time o jogo inteiro e adotam, geralmente, estas são torcidas mais novas e uma política de não violência⁵⁹, não se identificando com as torcidas “jovens”, que surgiram durante as décadas de 1970 e 1980.
- c) Este modelo de torcida organizada das “jovens” possui estrutura hierarquizada e nos anos de 1990/2000 ficaram mais conhecidas por conta dos casos de brigas e violências. Com isso a imagem negativa foi associada estes modelos de torcida. São os que “provocam confusão”, se envolvem em brigas e seguem um perfil de “paixão e perigo” como tratado por Teixeira (1998), portanto, são classificados como baderneiros pelos policiais. Estas são as definições que eles criaram, entretanto, existe uma distinção de tratamento de todo o sistema de policiamento e segurança conforme os setores e os frequentadores de cada setor mudam⁶⁰.

Apesar deste não ser o meu objeto de estudo *per si*, ao longo do meu trabalho de campo eu soube sobre algumas percepções acerca do BEPE, por um grupo de torcedores do Flamengo e também por parte de alguns Comandantes Gerais e Chefes de Estado Maior.

⁵⁹ Teixeira (2013) apresenta maiores informações acerca destes movimentos e os caracteriza.

⁶⁰ Sobre as torcidas Hollanda, 2008; Monteiro, 2001; Teixeira, 2008. No próximo capítulo será melhor compreendido a distinção da torcida por conta de seu perfil socioeconômico e setor que frequenta nos estádios.

Quando o BEPE realiza escolta pela via-férrea na região da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro a tropa, geralmente só vai no máximo até a estação de Guilherme da Silveira. No entanto, estes torcedores informaram que as estações depois de Deodoro que ocorrem o problema. Um torcedor comentou “escoltam a gente até Deodoro. A merda toda é depois de Deodoro. Serve de porra nenhuma!”, e outro respondeu “nunca foi diferente!”.

Em uma ocasião de conversa informal com um Cabo que está na unidade entre seis e dez anos o policial me informou que já ouviu de algumas pessoas as seguintes frases enquanto estava de serviço pelo BEPE: “você tem que pegar bandido!”, “vai subir morro!” As falas apresentadas por este pequeno grupo de torcedores flamenguistas e as que foram citadas por este Cabo apresenta uma posição de que o trabalho da unidade não serve, ou que não é o serviço policial, pois segundo esta lógica, a polícia tem que “subir morro”. Em uma tentativa de se contrapor a esta lógica que os policiais do BEPE se afirmam enquanto especializados e se vangloriam de não haver ocorrências envolvendo policiais da unidade.

Durante minha pesquisa de campo tive a oportunidade de entrevistar dois ex-comandantes Gerais e dois ex-chefes de Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estes oficiais atuaram a partir de 2014 até 2019 cada um em seu determinado período. A fim de não identificá-los os chamarei de Comandante Geral 1, Chefe de Estado Maior 1 e Comandante Geral 2 e Chefe de Estado Maior 2.

A percepção de cada um deles sobre o trabalho do GEPE/BEPE é muito distinta. O Comandante Geral 1 afirmou que notava que comumente o GEPE era tratado como um “apêndice”, no sentido de não valorizar a história de sua formação e o policiamento de proximidade “[...] na cabeça dos caras, não há nada de especial no GEPE e quem não voltar na década de 80 e de 90 não vai entender porque a polícia criou isso!” (entrevista com Comandante Geral 1) ⁶¹. Em tom irônico em relação aos modelos de batalhões mais valorizados na Corporação o Coronel afirmou “Se não tiver o GEPE coloca o choque lá, o BOPE, com 300 *rottweilers* que resolve” (entrevista com Comandante Geral 1). Para ele, o GEPE/BEPE perdeu a essência do modelo de policiamento de sua referência.

O Chefe de Estado Maior 1 é contrário à utilização da unidade para a segurança interna dos jogos e para isso o mesmo apresenta o seguinte ponto:

⁶¹ Para compreender melhor a história da formação do GEPE recomendo a leitura do capítulo três: “Do ‘limbo’ ao *status* de batalhão especializado da Polícia Militar”

[...] [sobre os jogos de grande proporção] o grande desafio era... era essa população flutuante [...] esse grande fluxo população, as pessoas precisam de estacionamento, nos assaltos, questão de brigas... tudo isso [...] faz parte da segurança pública, se você ficar só voltado somente pro que acontece lá dentro, você se desvia do que você precisa fazer aqui fora... e aí que eu digo, quando você tem um apoio muito grande e você tá colocando o policiamento ali dentro; você acaba perdendo a tua grande possibilidade de se desenvolver com segurança pública, entendeu?! É uma coisa a mais a pensar, que não era para você tá pensando naquilo... você vai pensar na segurança do juiz, ali naquele momento? Os caras passam se pegando, se brigando, daqui a pouco você bota 50 caras para proteger um juiz... Pô pelo amor de Deus, isso pode ser feito por empresa privada, tranquilamente, vão dominar é claro que tem isso que contrata vigilantes, são altas formações, hoje é possível que eles vão... ali não tá falando agressão de alguém armado, contra o juiz! Nada disso! [...] (entrevista com Chefe de Estado Maior 1).

Segundo este Coronel o serviço interno poderia muito bem ser realizado pela segurança privada. Crítica pertinente, devido à utilização de força de segurança pública para a segurança da arbitragem do jogo, dentro de um ambiente de ingresso mediante ao pagamento de uma entrada e onde todos foram revistados. Este mesmo oficial também é contrário à transformação do GEPE em BEPE, com a justificativa de que seria a criação de mais um amplo aparato burocrático para conquistar a independência do Batalhão de Policiamento de Choque, o que em sua visão poderia ter sido feito de maneira mais simplificada como em uma Companhia Independente.

O Comandante Geral 2 foi pontual em sua resposta e não a desenvolveu, apenas informou que é “um entusiasta da especialização para atender as demandas de uma sociedade que nutre uma paixão pelo futebol.” (entrevista com Comandante Geral 2).

Enquanto o Chefe de Estado Maior 2 destacou que acompanhava o serviço da unidade de perto, que cobrava do GEPE e sempre recebia retornos positivos.

[...] Eu sempre percebia o GEPE muito bem, muito profissional, até porque eu cobrava muito [...] Eu sempre tive o GEPE, [...] um bom conceito do GEPE... [...] Até dos próprios Comandantes que eu tive a oportunidade de estabelecer contato; então assim se tive... sempre olhei o GEPE com muito bons olhos, sempre me deram retorno sempre muito positivo... E até porque eu sempre olhava muito eles, cobrava muito, né? Então eu ia o Maracanã... eu ia ver o jogo, mas antes eu olhava o policiamento... eu questionava isso... então eu sempre acompanhei muito de perto; [...] eu dava o apoio que eles necessitavam, mas ia ver também ia ver se o apoio estava sendo empregado de forma correta, se o policiamento estava a contento, discutia, dava opinião, sempre fui muito participativo quanto a isso, então... Eles sempre me deram uma resposta muito boa [...] o GEPE sempre teve essa característica de dar respostas positivas... não era uma unidade, que eles chamam de unidade de problema [...] sempre deu respostas muito positivas para a Polícia Militar, enquanto instituição, entendeu? [...] ela pode variar muito, né? O nível de intensidade dela... de trabalho dela e de acordo com o comandante que ela tem. [...] Mas ela tem que dá uma resposta positiva. (entrevista com Chefe do Estado Maior 2).

O Coronel destacou que esta não é uma “unidade problema” para a PMERJ. Inclusive, ele foi um dos oficiais, juntamente com o Comandante Geral 2, que apoiaram e ajudaram a unidade se transformar formalmente em batalhão. Formalmente, pois a independência basicamente já existia, segundo o Comandante Geral 2 e o Chefe de Estado Maior 2.

[...] basicamente, essa independência [...] ela já existia! Faltava alguém para colocar no papel e desenhar o projeto! Então, [...] eu já tinha... já tinha eu já tinha isso mais ou menos na cabeça; era uma questão de oportunidade fazer isso... E aí a oportunidade apareceu, a gente... a unidade lá já tinha uma estrutura boa, eu conversei com o [Comandante 2015-2020], conversei com o [Comandante Geral 2], a gente entendeu que era o momento [...]. E aí agregamos a isso aquela mudança da forma de atuação dele; de trabalhar na parte externa também [...]. (entrevista com Chefe de Estado Maior 2).

Com esta alteração também mudou a área de atuação da unidade.

Podemos notar que a visão sobre o BEPE por parte daqueles que não o compõem varia entre ser um modelo de segurança em que não faz segurança pública, como afirmou o Chefe de Estado Maior 1, refletido na crítica ao policiamento interno dos estádios, ou expresso na fala “você tem que pegar bandido!”. Estas observações podem se relacionar a uma imagem de polícia reativa, que combate na “guerra contra as drogas” e não com o projeto de policiamento que culminou na formação do GEPE, à época, muito bem lembrado pelo Comandante Geral 1. Indo de encontro com esta ideia, há a percepção de que o trabalho da unidade é muito bem feito, não sendo uma “unidade problema”, como bem destacou o Chefe de Estado Maior 2 e que a sua independência foi uma “evolução natural do grupamento” (entrevista com Comandante Geral 2), portanto, era necessário ser transformado em batalhão e ainda aumentar o seu espaço de atuação.

6 MUDANÇAS E SUAS REAÇÕES

O Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE) foi criado, a partir da influência do Coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira para ser um policiamento comunitário como foi exposto no capítulo três. No entanto, não atendeu a todos os pontos deste modelo de policiamento apresentados por Bayley e Skolnick (2002), dentre eles a descentralização do comando. Apesar da inspiração comunitária, o GEPE foi criado vinculado ao Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque), que geralmente não possui este modelo de policiamento. O GEPE ficou sob a responsabilidade do Choque administrativamente entre os anos de 1991 até 2018. Com a instituição do BEPE, nos anos de 1991 até 1995 a sede do grupamento também era no BPChoque conforme abordado no capítulo quatro. Dentro da própria unidade havia centralização na mão dos comandantes, isto é, não havia efetiva descentralização. Para além deste fator, o GEPE estava em um “limbo” como tratado no capítulo três, onde traço um panorama histórico da unidade.

Outro ponto que não está alinhado à filosofia de policiamento comunitário (BAYLEY, SKOLNICK, 2002) é que a comunicação do GEPE/BEPE com as torcidas se dá tão somente pelo contato com os representantes de torcidas organizadas e, não há um grande contato com os torcedores.

A inspiração para a criação do GEPE foi o policiamento comunitário, muito embora a prática não seja tão alinhada à teoria que impulsionou sua fundação esta unidade ainda permanece com características de menor distanciamento da população, em comparação a outros batalhões de Polícia Militar. Não se deve esquecer que os policiais da unidade se portam em um perfil de menor potencial ofensivo, sem a presença de fuzis e utiliza de modo geral somente armamentos menos que letais.

Após o conhecimento da história do GEPE/BEPE suas atribuições e o perfil médio do efetivo serão examinados, neste capítulo as principais mudanças que ocorreram dentro e fora do GEPE no decorrer da história desta unidade. Dentre elas é possível citar a instituição do Estatuto de Defesa do Torcedor, o Curso de Policiamento em Praças Desportivas, a Modernização e “arenização” dos estádios de futebol, a transformação de grupamento para batalhão. Ocorreu uma série de mudanças que serão observadas de modo mais detalhado ao longo deste capítulo e

será também apresentada a maneira como os policiais que integram este efetivo observam as alterações sofridas.

6.1 Estatuto de defesa do torcedor

O estatuto de defesa do torcedor, mesmo sendo implementado em 2003 (Lei n.10.671/03) e baseado no Código de Defesa do Consumidor não possuía regulamentações para ser aplicado. Em maio de 2003 não era posto em prática e não tinham as regulamentações para isso. Este só começa a ser adotado em 2010, isto é, em termos práticos era como se este estatuto não existisse até 2010. Conseqüentemente, o GEPE e outras unidades que atuavam nos jogos não notavam diferença da aplicação ou não deste estatuto no cotidiano. Por exemplo, no estatuto de defesa do torcedor informava que era necessário o laudo de segurança para a utilização dos estádios, mas não havia uma “[...] regulamentação de como era o laudo; quem fazia o laudo... então o Ministério dos Esportes fez algumas resoluções que acabou esmiuçando um pouco mais estatuto do torcedor.” (entrevista com o Comandante de 2015 a 2020).

Somente em 2010, acontece a regulamentação do estatuto do torcedor; e tão somente a partir deste ano que ele começou a atuar efetivamente com um conjunto de medidas legais de como este estatuto seria praticado. Inclusive o Comandante do GEPE à época foi à Brasília juntamente com outros representantes, auxiliar nas discussões,

[...] Foi convidado o GEPE, foi convidado São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fizemos um estudo durante uns 15 dias e depois chamamos todos os representantes de todas as polícias militares do país para que esse estudo fosse aplicado. [...] tinha o Ministro do Esporte; tinha a parte da justiça também... então foi uma coisa bem grande! O GEPE estava lá representado. [...] porque o GEPE é uma referência nacional nesse trabalho do esporte. (Entrevista com Comandante de 2009 a 2010).

A instituição e regulamentação do estatuto do torcedor é fortemente marcado nas falas dos policiais do GEPE/BEPE e também dos comandantes o quanto esta documentação facilitou o exercício do trabalho da unidade militar.

No momento anterior a 2010, ainda não havia os juizados dentro dos estádios, estes juizados especiais foram instituídos após as mudanças do estatuto do torcedor em 2010. Até esta data, os policiais tinham que se encaminhar, juntamente com o acusado, para resolverem as ocorrências em alguma delegacia próxima, que gerava

mais tempo e desgaste. Por isso, às vezes eram tomadas medidas de mediação de conflitos sem ser necessário este deslocamento e resoluções formais.

Os primeiros comandos do GEPE, antes da instituição e regulamentação do estatuto de defesa do torcedor, possuíam por vezes “códigos arbitrários”, segundo o Comandante (1999-2001). Quando acontecia uma briga no estádio a torcida poderia “xingar”, falar mal, mas a bateria da torcida não poderia acompanhar caso contrário os policiais furavam o couro da bateria.

“[...] eles quando começavam “xingar” [...] incitar com vozes; aí pessoal da bateria já erguia as baquetas para mostrar... mas arrefecia [a briga], [...] em filme de guerra do século XVII, XIX tinha um tambor [...] para passar entusiasmo [...] (entrevista com Subcomandante de 1994 a 1995).

Além de relatos de “castigo”, o torcedor envolvido em confusão teria que ficar o jogo inteiro sentado de costas para o campo de futebol, ou delegavam a resolução do conflito para o chefe da respectiva torcida. Por vezes, os chefes da torcida resolviam antes mesmo da intervenção do GEPE e, quando o comandante responsável chegava a situação já estava controlada.

uma vez também, o chefe da torcida do Vasco [...] tomou lá um soco, parece que tomou uma diferença dele, aí tava com o olho inchado [Comandante] ‘O Cebola, o que que houve?’, [Chefe de torcida] ‘foi resolvido, não foi nada não!’ (Entrevista Comandante de 1999-2001).

Durante o período do Comandante (2001-2002), período este em que muitos afirmam que os policiais foram “empoderados” (entrevista com Subcomandante de 2001 até 2002), o ex- subcomandante afirma sobre a maior liberdade concedida pelo comandante à época, para os policiais atuarem conforme acharem melhor antes do estatuto, por exemplo, as torcidas foram proibidas de cantar uma música que diziam “ninguém vai me segurar, nem a PM!”⁶².

Estes códigos eram tomados por muitas vezes para evitar todo o deslocamento até a delegacia mais próxima. Em entrevista, um ex-comandante informou como as ocorrências sucedidas durante o evento do jogo eram tratadas com certo desdém em comparação com as outras ocorrências.

“[...] você também quer ir embora para casa, o delegado também quer ir embora para casa... [...] ele tá com essas duas bombinha, né?’ [fala do

⁶² Os gritos e xingamentos são um traço marcante das torcidas de futebol, principalmente entre as torcidas organizadas; como afirma Toledo (1996) os cantos podem ser de incentivo aos jogadores, os de protesto, de autoafirmação, ou intimidação. As músicas são bricolagens de marchinhas de carnaval, ou paródias de músicas populares. No caso desta música, o autor a enquadra como autoafirmação (TOLEDO, 1996, p. 64-65).

delegado]. E também a gente tinha essa dificuldade nas delegacias; Não tô [sic.] criticando a delegacia, mas... [...] muito fuzil, muita morte! Quatro morteiros, [fala do delegado] 'pô é a terceira vez com quatro morteiros!' aí acontecia isso [...] '[...] pode deixar! Vamos dar uma canseira nele!', [fala do policial do GEPE] 'não, não, mas ele está em flagrante'. Dentro da macro criminalidade quatro morteiros apreendidos... levando em conta que é um elemento ao qual vinha trazendo problema, aquilo dali era importante! Aí gerava algum mal-estar... então quer dizer... agora já evoluiu que [...] o estatuto do torcedor, a gente trabalhou pré isso [...] não tinha proibição de entrar no estádio, aí o cara fazia uma bobeira; aí dava uma canseira [...] aí como também tinha entrosamento com a torcida, falava 'tá vendo só?! A gente não conversa para agir do modo civilizado? Pô [sic.] o cara jogou bomba ali já pensou se pegasse em alguém, para machucar?' [...] você criava algumas arbitrariedades, mas era dentro daquilo que você procurava... era o que tinha em mãos, né?! Porque [...] não tinha tanto apoio institucional; hoje tem estatuto, tem câmera que vê reconhecimento facial [...] (Entrevista com Comandante de 1999 a 2001).

Esta fala da complexidade que existia para o deslocamento à delegacia mais próxima a resolver a ocorrência antes da Polícia Civil funciona juntamente com o Juizado Especial e, era constantemente citada pelos policiais que estão no GEPE/BEPE por mais tempo. Com a presença do estatuto do torcedor, o antigo JECRIM (Juizado Especial Criminal) começou a atuar nos estádios, atualmente não recebe mais este nome e, sim, Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos (chamado pelos policiais de JET). Nas delegacias móveis, que, em geral ficam bem próximas ao "JET" nos estádios são registradas todas as ocorrências envolvendo o evento esportivo, seja de torcedores, jogadores e até fora de jogo, como no caso dos cambistas. O "JET" é um órgão da justiça, que atua juntamente com a delegacia móvel da Polícia Civil, instalado em cada jogo para receber demandas de casos envolvendo o evento esportivo. Para além de não ter que se deslocar, o BEPE hoje conta com um melhor aparato jurídico e tecnológico para realizar o policiamento nas praças desportivas.

Como não havia legislação específica, antes do estatuto do torcedor, o código penal era utilizado. Com as medidas adotadas por esse estatuto do torcedor, todas as ocorrências peculiares dos eventos esportivos ficaram melhor delimitadas do que antes, somente com o código penal por conta das punições previstas para as torcidas organizadas. Os policiais do efetivo também abordam sobre as mudanças que o estatuto de defesa do torcedor trouxe na vida prática dos policiais;

Era difícil impor a lei. Até então, naquela época não tinha o estatuto do torcedor. A gente implantava dentro do estádio de futebol o código penal. (entrevista com um Sargento que ficou há mais de 10 anos no GEPE/BEPE).

[...] hoje o GEPE trabalha com o estatuto do torcedor... isso foi uma certa ajuda, no comportamento do torcedor. (entrevista com um Sargento que está com até 5 anos no GEPE/BEPE).

Para além da regulamentação do estatuto do torcedor em 2010 existe o Termo de Ajustamento de Conduta (conhecido como TAC) que estabelece basicamente os deveres das torcidas e suas punições (desde ausência dos jogos ao pagamento de multas, dependendo das infrações do TAC e do estatuto do torcedor). O TAC é estabelecido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e estabelece a relação das torcidas com o GEPE/BEPE, a SUDERJ e a antiga FTORJ⁶³ (Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro).

Em 2016 foi publicado o “Marco de Segurança no Futebol” (Souza, 2016). Este documento serve como um guia de segurança pública para aqueles estados brasileiros que por vezes recebem jogos do Campeonato Brasileiro de Série A, mas que não possuem times em seu estado que figuram entre estes clubes, portanto não possui tanta experiência na realização deste tipo de policiamento. O GEPE/BEPE também participou na elaboração deste documento com a presença do Comandante (2015-2020)

[...] eu participei do trabalho junto com todas as polícias de todos os estados... [...] eles mandaram só os especialistas... o comandante do BEPE, do Ceará; o major que era chefe do planejamento de São Paulo... assim, e aí a gente sentou e montou um manual. A ideia do manual é para, por exemplo, o estado como Espírito Santo, que quase não tem jogo e não tem um grupamento específico, batalhão específico. Ele vai receber lá no jogo do Flamengo e Vasco, como tem recebido então aquele Manual tem passo a passo de tudo que ele tem que fazer no policiamento externo e no policiamento interno. A escolta, as revistas, as delegações... Pô [sic.], é um material muito bacana que não foi aproveitado como deveria. (entrevista com Comandante de 2015-2020).

Pode-se dizer que o estatuto do torcedor facilitou o serviço de policiamento do GEPE/BEPE definindo de modo mais claro uma legislação específica para os crimes e contravenções no âmbito dos eventos esportivos, especificamente do futebol. Em contrapartida, este documento foi baseado no estatuto de defesa do consumidor; em relação a isto, Simões (2017) ressalta o caráter explícito de como o torcedor é percebido enquanto consumidor. O autor afirma que “Ele é o pontapé inicial, no plano institucional, para a promoção das reformas que citamos anteriormente [processo de modernização dos estádios], especialmente em estádios públicos.” (SIMÕES, 2017).

⁶³ Para saber mais sobre esta organização: HOLLANDA, 2008.

A instituição desta legislação também foi a primeira grande mudança em relação ao trabalho desta unidade policial observada por mim apesar de ter sido a primeira mudança que auxiliou o trabalho do GEPE, não agiu sozinha, mas conjuntamente com outros fatores.

6.2 Gratificação

A segunda grande alteração sofrida pelo ainda GEPE foi a instituição da gratificação para toda a tropa. O Batalhão de Policiamento de Choque, ao qual o grupamento era administrativamente vinculado já recebia esta gratificação. O GEPE obteve sua gratificação em 2011, após o Comandante Geral da Corporação acompanhar o serviço de policiamento. Em entrevista, o Comandante (2011-2012), que estava atuando durante este período informou:

O primeiro foi uma implantação de uma gratificação que eu acho que eles recebem até hoje, na época do meu comando [...] a gente estava em um jogo lá em São Januário e o comandante geral foi fazer a visita lá no São Januário e a gente mostrou para ele que o GEPE [...] trabalhava todo dia de jogo, final de semana ficava sempre trabalhando e ele viu a postura do GEPE, ele viu como é que o GEPE atuava. Na época teve um desentendimento lá de duas torcidas do Vasco, se eu não me engano foi a IRA com a Força Jovem, ele viu como é que o GEPE atuou [...] dentro de uma multidão de 22 mil pessoas você conter aquilo ali, controlar e o espetáculo voltar ao normal [...]. O Comandante Geral presenciou e aí quando acabou o jogo ele mandou reunir a tropa e falou 'eu tenho uma proposta para fazer para vocês, não vou falar agora, mas eu acredito que vai dar certo!' e como a gente era subordinado administrativamente ao Choque. O Choque passa ganhar a gratificação e a gente passa a ganhar também. (entrevista com Comandante de 2011 a 2012).

De acordo com o relato em entrevista, assim que se deu o início da gratificação deste grupamento. O fato de o GEPE estar vinculado administrativamente ao Batalhão de Choque, a partir da interpretação desta fala, facilitou este processo de implementação desta gratificação financeira.

Este acréscimo salarial era constantemente citado pelos policiais que já estavam há mais tempo na unidade, como ressaltado nesta fala de uma Subtenente que está na unidade há mais de dez anos:

[...] a gente não tinha essa gratificação que a gente hoje tem era amor mesmo! [...] Hoje em dia tem muita vaidade, hoje tem muita gente que tá [sic.] aqui pela gratificação. Se a gratificação acabar vai um bando embora... (entrevista com uma Subtenente que está no GEPE/BEPE há mais de 10 anos).

Apresentam a gratificação como mais uma facilidade no exercício do trabalho do GEPE/BEPE; afirmam que antes o trabalho “era amor mesmo” e que muitos sairiam do batalhão se caso não houvesse mais a gratificação. A gratificação foi o segundo fator que auxiliou o trabalho do efetivo do GEPE. A partir dela podemos observar algumas distinções feitas pelos policiais mais antigos na unidade para os que estão há menos tempo.

A gratificação no valor de R\$1.000 foi instituída e esta foi uma das circunstâncias que mais preocupavam os policiais do efetivo durante o processo de independência para a instituição do batalhão. Este processo será melhor detalhado, na seção sobre a mudança de grupamento para batalhão.

6.3 Curso de Policiamento em Praças Desportivas

A terceira alteração significativa ocorrida na história do GEPE/BEPE foi a instituição do Curso de Policiamento de Praças Desportivas (CPPD), instituído em 2012, durante o período do Comandante (2012-2015).

Acho que o meu grande legado lá foi a implementação do Curso de Policiamento em Praças Desportivas [...], mas tudo no GEPE vem sendo construído ao longo do tempo [...] um comando sempre deixa um legado para o próximo [...]. (entrevista com Comandante de 2012 a 2015).

Durante muito tempo o grupamento atuou no policiamento dos estádios sem preparo teórico específico para tal.

Um dos ex-comandantes Geral entrevistado ao longo da pesquisa informou em entrevista que “A tropa muda de acordo com o perfil do comandante, seja um mais negociador ou menos negociador, com isso é importantíssimo o treinamento da tropa para a mesma não ficar muito suscetível ao perfil do comandante.” (entrevista com Comandante Geral 2). Estas diferenças sentidas pela tropa da unidade, inclusive foram apontadas ao longo das conversas com os policiais que estavam na unidade há mais tempo e tinha vivido alguns comandos, por exemplo, com a utilização da violência física como recurso em maior ou menor grau.

Os policiais já possuíam conhecimento do serviço na prática, pela experiência, entretanto não possuíam o aparato técnico, teórico e nem treinamento. O Comandante (2012-2015) afirmou em entrevista que o CPPD foi criado para dar legalidade à atuação dos policiais, “[...] para que ele possa argumentar tecnicamente, para que ele

possa ter a lei na ponta da língua [...] o curso foi criado para isso.” Portanto, os primeiros alunos do curso foram os policiais que já possuíam larga experiência na unidade “[...] uma preocupação que a gente sempre teve lá no GEPE era de não excluir os policiais mais antigos do curso.” (entrevista com Comandante de 2012 a 2015). Os policiais mais velhos não foram excluídos do curso, o Comandante informou que a comissão organizadora dos primeiros cursos procurou adequar as atividades para que os policiais mais antigos também pudessem participar.

[...] o curso surgiu com essa necessidade de legitimar o aspecto. Você pode falar para mim ‘eu sou a doutora!’, ‘tudo bem, cadê o seu diploma?’, ‘não, mas eu sei muito mais que vários doutores!’, ‘tudo bem, mas você não concluir o seu curso; se você não apresentar sua tese você não vai ser!’. Então a gente sabia fazer, mas ‘tudo bem, como é que vocês fazem? É por experiência?’, Não! Aí nós temos a normatização toda inclusa aqui no curso. (entrevista com Comandante de 2012 a 2015).

De acordo com este pensamento, estes primeiros alunos do CPPD fizeram o curso somente para possuírem o diploma; cumprindo o ritual de legitimação. Desconsiderando outras funções do curso; até mesmo os aprendizados adquiridos com o curso, como se não tivessem mais nada para aprender; pois, eles já detinham muita experiência no policiamento em praças desportivas.

Este curso foi criado especificamente para o policiamento nos estádios. Inclusive o comandante do GEPE, à época fez intercâmbio com outras polícias e viajou para outros estados e países a fim de saber como era realizado este modelo de policiamento em diferentes regiões. “Conseguimos fazer intercâmbio com Argentina, com a França e, também com a Inglaterra e a gente demonstrando pro [sic.] policial militar que o problema era o mesmo [nestes países e o Brasil].” (entrevista com Comandante 2012 a 2015).

Este fator inicial formulou a execução do curso de uma maneira distinta do que os outros cursos da PMERJ possuem, como o curso de Operações Especiais tratado por Storani, 2008. No CPPD não havia a mítica envolvendo um rito de passagem, pelo menos a princípio, nas primeiras turmas, “[...] no início, todos os policiais que iam fazer o curso, eles já tinham 15 anos de GEPE... Então, como é que eu vou explicar para ele que ele precisa de um rito de passagem para onde ele já está?” (entrevista com Comandante de 2012 a 2015).

Nas primeiras turmas do CPPD não havia a necessidade do rito de passagem, pois a maioria dos alunos possuía muitos anos de experiência na mesma unidade e iriam continuar no mesmo local de trabalho. Esta peculiaridade expõe a redução do

significado e do simbolismo do curso, fortemente marcado em outros batalhões (STORANI, 2008; RODRIGUES, 2009). Depois dos primeiros cursos começaram a vir policiais de outros estados e até outros países realizar o curso. Também aplicaram o CPPD para preparar os Cadetes na Escola de Formação de Oficiais. O CPPD passou a ter este simbolismo de rito de passagem e, por receber cada vez mais alunos que não trabalhavam na unidade assumiu assim como outros cursos da Polícia esta “mística” do rito de passagem.

Durante minha etnografia acompanhei a décima turma do CPPD desde o início com a ansiedade dos policiais antes do curso, se estariam classificados pelo Teste de Aptidão Física (TAF), a aula inaugural, a famosa pista de Controle de Distúrbio Civil (CDC) ⁶⁴, passando por instruções teóricas e práticas, até a formatura. Com toda a ritualística, que segundo relatos, não tinha nas primeiras turmas. O curso possuiu a carga horária de 704 horas, distribuídos em aproximadamente três meses. A cada semana os alunos recebiam instruções em alguma unidade específica desde o BPChoque passando pelo Comando de Operações Especiais (COE), Grupamento Especial de Salvamento e Ações de Resgate (GESAR), estágio na Aeronáutica, intercâmbio com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), entre outras unidades e instruções no próprio BEPE.

É importante destacar que ao longo das instruções há uma discrepância entre o que os instrutores do próprio batalhão falam para os alunos e o que os instrutores de outros batalhões falam para os alunos do CPPD. Enquanto um instrutor do BEPE em uma das sugas⁶⁵ gritava “pensou que ia ser molezinha, seu maluco?”, afirmando que o curso é difícil. Em contrapartida, presenciei um momento em que o instrutor claramente diz que o CPPD é um curso mais fácil. Um dos instrutores do BPChoque falou que “o curso é de freio de mão puxado”, em referência à falta de punição para a confusão de um dos alunos que queria pedir permissão para entrar em sala e pediu para o instrutor para entrar em forma.

⁶⁴ Nesta instrução é simulada uma manifestação onde os alunos do curso precisam percorrer uma pista e avançar em formação de escudos. Enquanto progridem; eles são fortemente atacados por outros policiais (geralmente, instrutores e policiais que estão trabalhando ali no momento) com cocos, bambus, barris e também é utilizada grande quantidade de granadas com gás de pimenta e gás lacrimogênio. Imagem em anexo.

⁶⁵ A suga é o momento onde os alunos do curso passam por provocações verbais, adversidades psicológicas e exigências físicas. Essas sugas ocorrem de tempos em tempos ao longo de todo o curso.

Para além do CPPD, o BEPE atualmente conta com uma capacitação continuada, onde todos os policiais da tropa (os que possuem o CPPD e os que não possuem) são convocados para realizarem instruções de várias temáticas, entre elas as técnicas de abordagens e MDPM (Método de Defesa Policial Militar). Segundo informações, este modelo de capacitação é cíclico, no qual onde todos os policiais realizam diversos módulos.

Ademais do CPPD e do curso de capacitação continuada, em 2013 houve um curso básico do policiamento em estádios; era um “mini CPPD” (entrevista com um Cabo que está na unidade entre seis a dez anos). Este curso foi ministrado para o ingresso de aproximadamente vinte cinco policiais direto do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) para o GEPE à época, devido à proximidade dos grandes eventos esportivos houve uma demanda de aumentar os policiais do GEPE.

Todas estas modalidades de formação e capacitação específica do GEPE, iniciado em 2012, associadas à instituição da gratificação aumentaram a rotatividade de policiais na unidade especializada. Outro fator importante é que trazer a legalidade de atuação para o policiamento em praças desportivas. Com a instituição do CPPD era primordial para a imagem policial perante o recebimento da Copa das Confederações, em 2013, Copa do Mundo, em 2014, e Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016 e o Rio de Janeiro sendo sede de todos estes megaeventos esportivos.

6.4 Grandes eventos e a modernização dos estádios

Os grandes eventos foram responsáveis por alterações marcantes em várias esferas do Brasil e especificamente no Rio de Janeiro. Houve alterações na organização da cidade do Rio de Janeiro, na mobilidade urbana, impactos econômicos e, também na segurança pública (CASTRO et al., 2015). No Estado foram criadas as UPPs que instaladas em locais estrategicamente selecionados, seja em termos geográficos, econômicos e sociais ou por proximidade dos locais dos jogos, ou por pontos turísticos da cidade (CASTRO et al., 2015, p. 150).

Em relação ao GEPE/BEPE os grandes eventos também trouxeram a quarta grande mudança para a unidade. Para pensarmos as mudanças que os grandes eventos trouxeram para o GEPE/BEPE devemos fazer um exercício de observação de um evento anterior a estes da década de 2010, desde a preparação para o Pan-americano de 2007 e o processo de modernização dos estádios impulsionado ao longo

de toda década de 1990 no exterior. No Brasil o efeito deste impulso começou a ser sentido durante a segunda metade da década de 1990 e na década de 2000.

De acordo com Simões (2017) a modernização dos estádios passou por duas etapas, são elas:

1) A modernização baseada no modelo inglês de futebol após as tragédias de Heysel, em 1985 e a de Hillsborough, em 1989⁶⁶ com a qual se busca uma reconfiguração da estrutura do modo de torcer. Há uma remodelação dos estádios com o modelo “*all-seated*” em que não há arquibancadas, somente cadeiras, forçando os torcedores a assistirem à partida, sentados. Segundo o autor, a finalidade deste modelo é “[...] o controle absoluto sobre o comportamento das torcidas [...] e a majoração excessiva do preço dos ingressos [...]” (SIMÕES, 2017, p. 136) tolhendo e criminalizando a atuação festiva dos torcedores, classificando-os enquanto *hooligans*; além do progressivo aumento do valor dos ingressos com a justificativa de evitar estes torcedores nos estádios.

2) A “arenização” dos estádios, transformando-os em locais multiuso, as “arenas multiuso”, com restaurantes, lojas, e espaços que para além de eventos esportivos; são utilizados para shows, por exemplo. Esta segunda etapa possui grande influência estadunidense de outros esportes altamente monetizados, como o basquete, com a liga *National Basketball Association* (NBA); o futebol americano, com a *National Football League* (NFL); o hóquei, com a *National Hockey League* (NHL); e o baseball, com a *Major League Baseball* (MLB) (SIMÕES, 2017). Este modelo foi o escolhido pela FIFA como “[...] pré-requisito para a realização das suas competições [...]” (SIMÕES, 2017, p. 142), na Copa de 2014 aqui no Brasil e “[...] principalmente, como elemento de mobilização e articulação de distintos atores políticos e econômicos.” (SIMÕES, 2017, p. 142); apresentando assim, de maneira marcante a atuação das esferas política e econômica no futebol.

⁶⁶ Estas são duas tragédias conhecidas no mundo do futebol. A tragédia de Heysel, ocorreu em 1985, pela final da Taça dos Campeões da Europa, em Bruxelas, onde torcedores *hooligans* do Liverpool e os *ultras* da Juventus entraram em confronto, eclodindo em uma grande confusão e com mais de trinta mortos (HOLLANDA, 2008). A tragédia de Hillsborough aconteceu em Sheffield, no ano de 1989, pelas semifinais da Taça da Inglaterra, entre os clubes Nottingham Forest e (novamente o) Liverpool. Neste jogo 96 pessoas morreram em decorrência da lotação em um número de torcedores além do permitido no estádio. Por muito tempo a culpa deste fato foi depositada sobre os *hooligans* e sobre a suposta má condição do estádio, entretanto após uma nova investigação sobre o caso, concluiu-se que houve uma má condução das forças de segurança neste jogo e não problemas com *hooligans* ou problemas com a estrutura do estádio (SIMÕES, 2017).

O caráter econômico no futebol está cada vez mais marcante e perceptível. Os estádios se tornam “espaços insulares” onde os “indesejáveis” são alijados (MASCARENHAS, 2013). Estes movimentos são fruto da inserção da lógica neoliberal no futebol; instituindo uma indústria do espetáculo. Nesta lógica o torcedor se torna um consumidor, cliente e “figurante”, pois a presença dos torcedores ativos não são desejáveis e, os mesmos são classificados como “agressivos e imprevisíveis” (MASCARENHAS, 2013).

[...] num estádio popular, a cobrança do torcedor é maior, seja pela maior quantidade de espectadores, seja pela atitude ruidosa própria dos indivíduos das camadas populares. Um público menos apaixonado, menos „viril” e mais comportado, típico dos modernos estádios, é certamente mais adequado aos grandes interesses envolvidos no novo formato de futebol espetáculo. (MASCARENHAS, 2014, p. 170).

Essas novas relações neoliberais do futebol alteraram compulsoriamente os estádios, os clubes, os jogadores e as torcidas, como aponta Simões (2017). As antigas exclusões socioculturais, que separavam as cadeiras numeradas, as arquibancadas e a geral, são alteradas pelas exclusões estritamente socioeconômicas (FERREIRA, 2018).

6.4.1 Observando esta modernização no Rio de Janeiro

É possível perceber este movimento de modernização e “arenização” no Rio de Janeiro. Para o recebimento do Pan-americano foi construído o estádio olímpico Nilton Santos, chamado, à época João Havelange, já em um molde de um estádio moderno, inaugurado em 2007 (SIMÕES, 2017). Apesar de estádio Nilton Santos ter sido construído neste formato *all-seated* repleto de cadeiras em todos os setores, muitos estádios no Rio de Janeiro não se moldaram a este formato; dentre eles estão o Estádio São Januário, do Vasco da Gama; Estádio Proletário Guilherme da Silveira, do Bangu; e alguns no território do estado do Rio de Janeiro, como o Estádio Giulite Coutinho, do América; e o Estádio Municipal Alair Corrêa, usado pela Cabofriense. Todavia, dentre os estádios mais utilizados no Rio estão o Maracanã, o Nilton Santos e o São Januário, o único dos três que não seguiu este modelo.

Dentre todos os estádios do Rio de Janeiro o que mais sofreu alterações foi o Estádio Jornalista Mário Filho, conhecido como Maracanã. Este estádio foi construído para a Copa do Mundo de 1950, sediada aqui no Brasil. Erguer este monumento

tornou-se um símbolo de pujança da nação brasileira, como a autora ressalta, “O estádio será, simultaneamente, um monumento fundador, inaugurando uma nova etapa dos esportes no Brasil, e arquitetônico, testemunho da capacidade de trabalho do povo brasileiro.” (MOURA, 1998, p. 39).

Como “prova” desta capacidade, o estádio (que na época era de administração Municipal) foi construído em menos de dois anos em uma obra pública e, inaugurado enquanto o maior estádio do mundo do período. Na ocasião, o presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) ⁶⁷, Mario Pollo, afirmou sobre a integração social que o estádio se pretendia “[...] Hoje, que o estádio está aí, na visão real de um sonho de visão, devemos fazer votos para que ele represente a ligação permanente entre os brasileiros de todas as condições sociais.” (MOURA, 1998, p. 46).

Apesar da inclusão de diversas classes sociais, havia as distinções socioculturais, como é apontado por Ferreira (2018). A própria Moura aponta em seu livro que o grandioso estádio incorporava diferentes torcedores, “[...] apesar de ter locais com preços e confortos diferenciados.” (MOURA, 1998, p. 69). Havia ali diversos setores, desde os mais populares, de ingressos acessíveis, como a geral, em que a área de observação do jogo era ruim e que só poderia assistir ao jogo em pé. Os de valor intermediário como a arquibancada, em que tinha uma condição um pouco melhor que a geral e as famosas cadeiras azuis onde havia o maior conforto, que assistia ao jogo sentado, ao passo que o valor do ingresso era mais caro⁶⁸. Entretanto, com o passar dos anos, este cenário foi sendo remodelado ao seguir os padrões de modernização e “arenização”.

Sua primeira grande alteração se deu na obra de 2005, para o Pan-americano de 2007 em resposta a esta primeira etapa de modernização, como tratada por Simões (2017). Então foi extinto o setor mais popular do estádio, a famosa “geral do Maracanã” ⁶⁹ (FERREIRA, 2018). É importante destacar que este setor popular já havia sofrido ataques durante o governo de Marcelo Alencar a geral foi desativada até 1999 por não

⁶⁷ Organização predecessora da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

⁶⁸ Para saber melhor sobre estes setores em um momento anterior às obras que transfiguraram a estrutura original do Maracanã, Monteiro (2001) trata sobre este contexto no sub tópico “O Maracanã: espírito esportivo ou guerra? A interferência das políticas públicas nas arquibancadas.” (MONTEIRO, 2001, p. 30-36).

⁶⁹ A “geral” era um setor mais popular que havia no estádio do Maracanã; nela os torcedores assistiam ao jogo em pé e havia pouca visibilidade. Por outro lado, este setor ficou marcado com a presença de torcedores simbólicos (FERREIRA, 2018) conhecidos como geraldinos.

estar adequada às recomendações da FIFA (MONTEIRO, 2001). Como abordado no capítulo três durante o governo de Marcelo Alencar o GEPE também foi extinto, ambos (a geral e o GEPE) retornaram no mesmo dia 20 de janeiro de 1999, em um clássico entre Flamengo vs Fluminense.

Apesar de ter passado por reformas para o evento a nível continental em 2007, que acabou com a geral e adotou o modelo *all-seated*, com cadeiras em todos os setores, ainda manteve a estrutura geral do Maracanã com os níveis inferior e superior. Em 2010, apenas três anos depois, houve outra grande obra. Para os grandes eventos da década de 2010 o estádio sofreu alterações em sua estrutura, foram extintos os anéis superior e inferior dispostos em sentido diagonal, como nas arenas modernas. Apesar de não haverem os dois anéis, ainda há uma diferença de níveis. Esta alteração da estrutura do estádio é exemplo da “arenização”, mais uma arena multiuso, como tratado por Simões (2017). Estas obras principalmente a ocorrida em 2010 associadas ao grande aumento do valor dos ingressos são frutos dos novos parâmetros capitalistas e de uma “nova economia do futebol” (MASCARENHAS, 2014, p. 209). Nos quais, em linhas gerais, afastam os mais populares dos estádios.

6.4.2 Polícia para quem precisa de polícia

Os estádios, especialmente o Maracanã, foram forjados como um meio de identidade e pertencimento, um local para construção e expressão de uma coletividade, atualmente estes são “[...] microterritórios que contribuem, a seu modo, para ampliar e aprofundar os mecanismos de exclusão vigentes” (MASCARENHAS, 2013).

Estas obras estão associadas ao aumento do valor dos ingressos e uma série de alterações que afetam o policiamento do GEPE/BEPE. Durante o decorrer do trabalho de campo era perceptível a diferença dos locais em que o BEPE se postava. É válido ressaltar que o número de operadores de segurança públicos e privados varia de acordo com o apelo do jogo e com a expectativa de público estimada conforme apresentado nos capítulos anteriores.

Durante a minha etnografia, ao caminhar pelos diversos setores do estádio do Maracanã é notória a distinção da presença dos policiais do BEPE, assim como da segurança privada (conhecidos como *steward*; serão abordados no próximo sub

tópico). Alguns setores, principalmente do estádio Maracanã são mais ocupados pela segurança do que outros, em geral, quanto mais popular, maior a presença dos agentes públicos e privados, principalmente os policiais.

Os setores Norte e Sul são os espaços atrás dos gols, costumeiramente, onde se localizam as torcidas organizadas, seja do clube mandante quanto o do visitante. Nestes setores, Norte e Sul, assim como no setor Leste, localizado em um dos lados da lateral do campo, em todos os seus níveis são os localizados os policiais e *steward*. De maneira semelhante, de acordo com os planos de ação que tive acesso.

No entanto, o plano de ação policial não designa policiais para o setor Oeste, nele são localizados os camarotes e o Maracanã mais⁷⁰, onde os acessos são mais caros. Não há a presença aparente de policiais nestes setores. Foi um verdadeiro espanto a primeira vez que adentrei a área de acesso a estes espaços mais elitizados, dentro deste Maracanã já com claro perfil elitista. Há um belo espaço, com ambiente refrigerado e até com elevadores e escada rolante parecendo muito mais um *Shopping Center* do que um estádio de futebol.

Esta área não conta com a presença visual da polícia e poucos *stewards* o que ressaltou minha atenção. Em contrapartida, os camarotes e o Maracanã mais contam com uma série de mulheres bem apresentadas, sorridentes, educadas e uniformizadas salto alto e vestido, utilizam o rádio de comunicação. Elas fazem o trabalho de segurança, orientação e ordenação desta área de circulação dos setores mais caros. Substituindo a presença dos policiais do BEPE e dos *stewards*, que ficam somente nas portas que separam os setores e próximo às cadeiras do setor do Maracanã Mais.

Este fator é significativo por dois motivos:

- a) a “falta de necessidade” de policiamento onde o público é mais elitizado, em contrapartida, a presença dos policiais nos setores com ingresso mais baratos. Isto se dá pela falsa premissa de que os ambientes mais elitizados não possuem violência e, que somente os setores mais “populares” que precisam de policiamento.

⁷⁰ Setor com *status* abaixo do camarote e acima da Leste (apesar de ter a mesma visão lateral do campo). Setor típico de um estádio multiuso, possui um buffet disponível durante todo o jogo para os torcedores que se dispuserem pagar um alto valor pelo ingresso, que varia conforme a importância do jogo e do clube mandante.

- b) Pela presença policial não ser desejada por parte dos frequentadores destes setores. A figura do agente de segurança pública não é bem vista e bem quista, tanto no momento de lazer, quanto em seus ambientes de convívio. Ambos, os motivos dialogam com o conceito de enclaves fortificados da Caldeira (1997); com *status* de local segregado, que não há, aparentemente, a presença do Estado.

Esta distinção da atuação policial até mesmo na maneira como o efetivo do BEPE é disposto dentro do estádio entra em diálogo com a categorização que ouvi durante a pesquisa de campo. Os torcedores comuns, os organizados de festa e os baderneiros, conforme tratado no capítulo anterior.

6.4.3 GEPE/BEPE e os megaeventos

O GEPE/BEPE passou pelos megaeventos sob a chefia dos Comandantes Fiorentini e Sílvio, o mesmo oficial que estava na coordenação do batalhão no período da minha pesquisa. Em sua entrevista, relata sobre os diferentes modelos de atuação em que a unidade foi designada para atuar na Copa das Confederações, em 2013, Copa do Mundo, em 2014, Olimpíadas, em 2016, e na Copa América, em 2019. Este último evento eu pude acompanhar alguns jogos a atuação do BEPE.

Estes eventos foram geridos por organizações distintas. A Copa das Confederações e a Copa do Mundo foram sob a gerência da FIFA. As Olimpíadas, pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). A Copa América pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL). Durante a Copa do Mundo foi estabelecida uma legislação específica para este período, conhecida como Lei Geral da Copa, de nº 12.663/12.

Na grande maioria dos eventos o GEPE atuou no interior dos estádios, em salas específicas, para os policiais atuarem somente diante de situações urgentes. Como informado

[...] na Copa das Confederações o GEPE atuou só dentro do estádio, geralmente, distribuídos em salas e só saía para atuar caso houvesse necessidade. Mas atuou com todo o efetivo; inclusive com apoio. Na Copa do Mundo a mesma coisa [...] [Na Copa América] o modelo já foi diferente. A gente ficou mais com a área externa e dentro do estádio ficou um efetivo só de 15 policiais. Só para apoiar segurança privada, caso houvesse necessidade. [...] as Olimpíadas o policiamento foi muito foi muito parecido com os campeonatos aqui. A gente ficou de forma ostensiva espalhada em

estádio; mas foi que fez a parte de acesso foi a Força Nacional. Eu não tive apoio; eu trabalhei com o GEPE das rampas de acesso até arquibancada, campo e *mag and bag*; área de revista... foi a força nacional; foi compartimentado; foi uma coisa assim, totalmente diferente. (entrevista com Comandante de 2015 a 2020).

Nas competições de modelo FIFA (Copa das Confederações e Copa do Mundo) o GEPE atuou no interior dos estádios, segundo relatos da tropa, até o momento em que houve invasão de torcedores argentinos e chilenos não haviam consultado a unidade para o planejamento estratégico.

No período das Olimpíadas a área de policiamento era muito maior, pela grande quantidade de jogos ocorrendo ao mesmo tempo, segundo o Comandante Sílvio, o GEPE atuou de modo muito parecido com o que geralmente atuava. Ao longo dos jogos da Copa América no Rio de Janeiro, já enquanto BEPE, o batalhão manteve um grupo em uma sala no interior do estádio e uma forte presença no entorno da praça desportiva. É importante lembrar que no período da Copa América o BEPE já tinha se tornado batalhão.

[...] na Copa América a gente já ficou responsável por todo o policiamento, coisa que na Olimpíada e na Copa do Mundo não foi. Só trabalhou na parte interna; na Copa América e o que eu comandi todos os jogos com efetivo variando de 500 a 700 homens. Assim, então a gente geriu todo evento e não tivemos nenhum incidente. Então a unidade ganhou em termos experiência. Eu peguei aqui todos os eventos desde 2013 na Copa das Confederações, Copa do Mundo como subcomandante, e a Olimpíada e a Copa América já como Comandante. Então o ganho é muito grande de experiência e *network* que você faz conhece pessoas todas as esferas municipais, federais e isso é muito bacana! (entrevista com Comandante de 2015 a 2020).

O Comandante ressalta o quanto estes megaeventos foram importantes para a experiência e o relacionamento da unidade com outras esferas públicas, municipais, como a Comlurb, e federais, por exemplo, a força de segurança que atuava no período no Rio de Janeiro.

Acompanhei o serviço durante a final da Copa América, especificamente a atuação da força de choque, como ocorre nos grandes eventos o BEPE não tem livre acesso ao estádio como em dias jogos entre clubes, somente os policiais previamente inscritos que tiveram acesso ao interior do estádio. Então, a força de choque atuou na parte externa dos estádios, juntamente com os alunos do Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD). Nesse dia eu e os policiais do BEPE chegamos ao batalhão, às 10h. Fui junto aos alunos num caminhão lonado como aqueles do Exército ao Estádio do Maracanã, chegamos antes de meio dia e por volta das 13h30m os policiais receberam um “kit lanche” com duas frutas, alguns biscoitos, duas garrafas

de 500 ml de água e um suco de caixinha e foi essa a única alimentação que os policiais receberam. Saí do Maracanã às 21h e 45 m e, os policiais ainda estavam lá somente com este “kit lanche”. E esta não foi a única ocasião em que acompanhei o BEPE prestar longos serviços com uma pequena alimentação disponibilizada pela PMERJ.

Ao observar os grandes eventos sediados no Rio de Janeiro durante as duas primeiras décadas do século XXI é possível perceber alguns fatores que influenciaram grandemente no trabalho do GEPE/BEPE. O primeiro deles foi citado pelo comandante sobre a grande experiência de atuar em eventos deste porte, a grande responsabilidade e o estabelecimento de relação com diversos órgãos para a realização do policiamento e segurança em eventos de porte internacional e mundial.

Como segundo fator, houve um incremento de um aparato técnico com o CPPD e o maior aparato tecnológico de equipamento menos que letal com os mais diferentes tipos de granada (de gás lacrimogênio, gás de pimenta, luz e som...), pistolas *taser* (de choque), elastômero (arma que atira a bala de borracha).

O terceiro fator é que as obras empreendidas para este evento trouxeram uma remodelação na estrutura do estádio e também dos torcedores que frequentam estas novas “arenas”, com o aumento do valor dos ingressos. Com esta nova setorização, o fim dos setores mais baratos e alijamento dos torcedores populares, o policiamento e a segurança se tornaram mais facilitadas. Ainda mais com a presença da segurança privada que será tratada a seguir.

6.5 Stewards

A segurança privada passou a ser utilizada juntamente com o policiamento realizado pelo GEPE à época, após os grandes eventos. A mesma continuou atuando nos estádios fluminenses mesmo após os megaeventos. Comumente denominados de *stewards*, esta a palavra em inglês significa “mordomos”. O termo é utilizado na própria língua estrangeira e se refere aos seguranças privados que atuam nos eventos esportivos. Amplamente utilizados nos eventos de futebol europeu.

Segundo um Capitão do BEPE, a permanência dos *stewards* pós-megaeventos foi um questionamento dos oficiais da unidade a partir dos limites entre público e privado, pois as principais funções dos seguranças privados são: a manutenção do

patrimônio e a revista dos torcedores. Antes do Rio de Janeiro sediar estes eventos, os policiais do GEPE que faziam a revista nos torcedores.

A partir dos megaeventos, os *stewards* passaram a atuar nas revistas dos torcedores para o acesso e permanência às praças desportivas. Também atuam na segurança patrimonial no interior dos estádios, controlando os torcedores a fim de evitar fiquem em pé sobre as cadeiras, por exemplo. Eles são os primeiros a terem contato com os torcedores em algum momento que precisa chamar atenção ou pequenas discussões. Os policiais dentro do estádio só interferem em casos de brigas entre torcedores.

Este modelo de segurança no interior dos estádios foi difundido após os “grandes eventos”. Os *stewards* me afirmaram em conversa informal, que trabalham por contrato intermitente por dia de jogo e que em dias de jogos em São Januário⁷¹ muitos preferem não trabalhar. Sempre utilizam rádio comunicação entre eles, o comandante do policiamento também possui a comunicabilidade com a segurança privada.

Após a difusão deste modelo de segurança no interior dos estádios os *stewards* são presença marcante nas praças desportivas; até nos setores mais elitizados, onde os policiais não atuam de modo aparente; estabelecendo maior contato com o torcedor. Este maior contato dos seguranças privados com a torcida facilita o trabalho realizado pelo BEPE, que após os grandes eventos não faz mais a revista dos torcedores e não possui este primeiro contato com o torcedor que está promovendo algum tipo de problema. Apesar de nem sempre serem obedecidos pelos torcedores; em entrevista, um Sargento, informou a falta de “respeito” em relação ao trabalho da segurança privada.

[...] o BEPE já está incluído nesse serviço aí que o pessoal já conhece e... respeito pelo serviço lá do BEPE. Tanto que, se tiver só um aquele segurança que trabalha lá, *Stuart* [*stewards*] muitas das vezes não respeitam que o segurança pede, o que o segurança fala; mas quando tá o policial lá do BEPE que fala com eles; eles aceitam de boa, torcida organizada que vem que já sabe como é que funcionam, eles seguem certinho... (entrevista com um Sargento que está no GEPE/BEPE entre seis a dez anos).

⁷¹ De acordo com conversas informais, alguns policiais também não gostam de realizar o policiamento em São Januário, por conta de não haver a setorização, acesso e pelo entorno do estádio. Diferentemente do estádio do Maracanã, o preferido para realizar o policiamento, e o estádio Nilton Santos. Isto reforça a ideia de que quanto mais popular for o estádio, ou até mesmo o setor do estádio, mais difícil de realizar o policiamento.

Ao apresentar esta falta de credibilidade dos *stewards* perante a torcida, o Sargento destaca como um contraponto ao trabalho e respeito em que o BEPE possui.

Este modelo de segurança privada, associado ao policiamento do BEPE, é mais uma das grandes mudanças nas quais os policiais antigos do GEPE não contavam. Como um Subtenente destacou em entrevista, “[...] na minha época ficava um policial do BEPE. Tanto ali nos portões, como na área de circulação. Hoje, pela demanda, o efetivo foi reduzido; mas ainda tem... na área de circulação, na arquibancada... não igual antes!” (Entrevista com um Subtenente que está no GEPE/BEPE entre seis a dez anos). Isto é, a presença dos *stewards* reduziu o volume de trabalho dos policiais do GEPE/BEPE no interior das praças desportivas.

6.6 Instituição do Batalhão

Além das mudanças supracitadas, em 2018 o GEPE se tornou BEPE, isto é, o grupamento se transformou em batalhão. Antes de tratar sobre esta transformação é importante destacar que por vezes o BEPE, Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios, pode ser confundido com o antigo BEP, Batalhão Especial Prisional, que mudou o seu nome e hoje é BEP/BPMERJ. Dois batalhões da PMERJ, que apesar de possuírem a mesma sonoridade tratam de áreas completamente distintas fato este que gera confusão entre os policiais que estão acostumados a associarem a sigla à unidade relativa ao sistema prisional.

Este fator inclusive gerou uma confusão em uma das entrevistas que fiz. O Comandante Geral que atuou durante a década de 2010, ao me ouvir referir “BEPE”, tinha imaginado “BEP” e achou que minha pesquisa se referia ao Batalhão Especial Prisional. Ao perguntar ao Coronel sobre qual era a percepção dele sobre a alteração de grupamento para batalhão ele possuía muito conhecimento sobre esta transição; todavia, acredita que a nova sigla escolhida foi ruim e não houve sensibilidade. Chama atenção para a importância da sigla e qual a relação imagética que a mesma se refere, “As siglas são importantes! Pode ser um ato falho. Eu não tenho a menor ideia do que essa mudança de sigla signifique, talvez nada, só a mudança de um grupamento para batalhão, agora eu não sei avaliar o impacto.” (Entrevista com Comandante Geral 1).

Com esta mudança a unidade conquistou sua independência em nível administrativo do Batalhão de Policiamento de Choque. Apesar de possuir sede e comandantes todos os trâmites burocráticos eram realizados no Batalhão de

Policiamento de Choque, o que incomodava o efetivo, pois demandavam muito mais tempo para as demandas ocorrerem; “Porque toda a vida administrativa dos policiais, tudo que precisa ser feito você tem que dar celeridade. [...] tudo que a gente queria tocar aqui „ah, mas tem que esperar o choque fazer! ” [...]” (entrevista com Comandante de 2015 a 2020). Ao assumir o posto no GEPE à época, o Comandante (2015-2020) recebeu a unidade com todas as seções de um batalhão em que o Comandante (2012-2015) havia deixado, inclusive com a sala de instruções onde as aulas teóricas do CPPD são realizadas.

Ao longo de toda sua história, a cada comandante que chefiou a unidade buscou viabilizar esta autonomia. Conforme foi apresentada a história deste antigo grupamento no capítulo três. Ao perguntar para o Comandante (2015-2020) se o GEPE, antes de se transformar em BEPE, já possuía todos os setores de um batalhão (P1, P2, P3, P4 e P5) ele respondeu:

A gente já tinha preparado tudo, porque já vislumbrava um dia isso tudo acontecer. Era um caminho natural em unidade estava sofrendo; então a gente já tava [sic.] com essa estrutura toda e praticamente já fazia tudo aqui. A única coisa que não estava sendo feito aqui era o boletim interno, que ainda publicava no Choque, a parte de almoxarifado, porque tudo aqui é do choque. O almoxarifado tem uma publicação no Diário Oficial, de gestor de bens e tal... Então eu tinha que ser feito pelo Choque e a parte de disciplina; de justiça e disciplina de procedimento apuratórios; averiguação e inquérito, ainda era pelo Choque. Tirando isso a gente já fazia tudo e a ficha financeira dos policiais, também era feita por lá. Com a independência a gente ganhou aqui a conferência, o almoxarifado e a AJD [Assessoria de Justiça e Disciplina]. Além do policiamento externo. [...] na parte administrativa é muito importante porque a gente ficava muita coisa travada por conta de ser subordinado administrativamente ao batalhão. [...] na parte operacional mesmo a gente já passou a gerir a parte externa que não era nada assim que a gente já não fizesse, de certa forma, com as escoltas de torcidas e com o policiamento que eu acabava usando, preventivamente, lá fora; para evitar que tivesse briga. Então assim, o grupamento já tava [sic.] meio que preparado a virar Batalhão; já tava [sic.] com a estrutura de Batalhão, mas ainda era grupamento; faltava apenas regulamentar. (entrevista com Comandante 2015 a 2020)

Basicamente, com a anuência do Choque, toda estrutura já estava estabelecida, somente foi instalado um almoxarifado, a Assessoria de Justiça e Disciplina, uma responsável pelo boletim diário do batalhão, além de assumir, de vez e por completo o policiamento externo, que por vezes atuava ao realizarem as escoltas de torcidas.

A desvinculação ao Batalhão de Choque era temida por conta da gratificação de R\$1.000 já mencionada anteriormente. Em outro momento da entrevista o Comandante (2015-2020) também afirmou

Já era um desejo antigo dos comandantes, que a gente fosse independente. Só que todo mundo tinha medo por causa da gratificação de R\$ 1000. Porque como a gratificação era do Choque o pessoal tinha medo de perder essa gratificação. Eu também tinha essa preocupação, então eu aproveitei o momento do Chefe do Estado Maior Geral foi muito simpático aqui a unidade. Viu o quanto a gente trabalhava; eu me aproximei muito dele e a gente conseguiu fazer lá o decreto e mandar para o governador e o governador assinou já em dezembro, eu já estava preocupado. A unidade já tava [sic.] criada e em dezembro ele assinou o decreto mantendo a gratificação aqui para a gente. Então assim, foi um ganho muito grande; com isso veio a gestão completa do evento; que eu acho que é um dos pontos mais importantes. Talvez para tropa seja uma coisa que „pô... assumir o externo e tal; é mais trabalho! “. Ficar no interno era muito mais fácil, mas era muito importante para unidade; até para mostrar o tamanho da unidade, ela assumir a gerência do policiamento como um todo. Eu acho que era uma dicotomia muito grande você ter duas unidades tratando do mesmo evento, apesar das duas unidades serem da Polícia Militar, não existia uma comunicação... e aí acabava que começava a ter problema do lado de fora o telefone que tocava na imprensa e os questionamentos vinham para mim que eu era responsável pelo policiamento interno. Então acaba atuando dentro e fora só com o efetivo... que eu não podia gerir o efetivo tava [sic.] lá fora, entendeu? Então a gente acabou conseguindo administrar, gerir todo o evento que foi um ganho importantíssimo para a unidade. (entrevista com Comandante de 2015 a 2020).

A articulação para a transformação em Batalhão sem a perda da gratificação se deu juntamente ao Chefe de Estado Maior, em um momento político complicado no estado. O Diário Oficial com o remanejamento da estrutura e da gratificação do Choque, batalhão no qual o GEPE era vinculado, para o BEPE só ocorreu em dezembro de 2018; foi assinado pelo vice-governador à época, Francisco Dornelles, pois o Governador, Luiz Fernando Pezão havia sido preso em novembro do mesmo ano⁷².

Durante minha etnografia consegui entrevistar o Chefe de Estado Maior do período e ele foi o incentivador do BEPE assumir o policiamento externo também. Para além da falta de comunicação que havia entre o policiamento interno e externo citada pelo Comandante (2015-2020), o Chefe de Estado Maior 2 cita que não há motivos do policiamento que é treinado e especializado para atuar com as torcidas e só realizar a segurança no interior dos estádios, pois a maior parte dos conflitos ocorre fora das praças desportivas.

[...] na verdade, os problemas acontecem do lado de fora; então não tem muita lógica quem tem mais treinamento, mais contato com a torcida, quem conhece a torcida só receber a torcida... só ter contato com ela quando ela entra no estádio, então o que eu quis fazer... colocamos o GEPE do lado de fora, para ele receber a torcida e já ter aquele primeiro contato, né? E aí por ele ter esse conhecimento todo, por ter essa habilidade toda com a torcida, ele já consegue amenizar e depois ele joga a para dentro e toma conta dela lá dentro; quando acaba ele faz o processo inverso. Então, na verdade ele

⁷² “Lava jato prende o governador Luiz Fernando Pezão” Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/riode-janeiro/noticia/2018/11/29/pf-esta-nas-ruas-do-rio-para-cumprir-mandados-na-lava-jato.ghtml>>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

passou tomar conta de todo o espetáculo, quando a torcida chega e quando a torcida sai, dentro de uma área delimitada. Fora dessa área é o batalhão da área e as demais unidades. Mas nessa área toda fica tudo a cargo do GEPE, porque aí você dá um tratamento só para a torcida, um tipo de policiamento com um pensamento de continuidade. (entrevista com Chefe de Estado Maior 2).

Com o BEPE atuando no extramuros do estádio de futebol, segundo o Coronel, haveria uma uniformidade na atuação. Podendo evitar conflitos externos, com a responsabilidade recaindo sobre a unidade especializada, como citado pelo Comandante (2015-2020).

No entanto, esta unidade se transformar em batalhão não foi vista com bons olhos por todos, tanto nos comandos mais altos da Corporação, como tratado ao final no capítulo anterior; quanto entre o efetivo do BEPE. Muitos não perceberam grandes alterações desta mudança em específico; disseram que só mudou o nome, de grupamento para batalhão. Quando citam algum tipo de mudança citam o aumento no volume de trabalho, “Demanda de trabalho de cresceu, porque o resto eu creio que continua do mesmo modo. Só mesmo questões de nome.” (entrevista com uma Cabo que está na unidade entre seis a dez anos).

Geralmente, os policiais da tropa citam a ampliação para o policiamento externo, estes sentem esta mudança de modo mais direto.

Aumentou o serviço [...] o serviço é bem maior; a área ampliou totalmente... o que não era de competência nossa agora é [...]. Eu acho que só aumentou o serviço, não teve nada de produtivo. [...] A gratificação continuou também [...] (entrevista com uma Cabo que está na unidade há menos de cinco anos).

Outros citam a independência administrativa em relação ao batalhão de Choque, “[...] só mudou o nome, para mim e aqui a gente pegou a independência [...]” (entrevista com um Sargento que está na unidade entre seis a dez anos). “[...] a gente resolve os nossos problemas dentro da unidade; tanto a parte administrativa quanto operacional. Então, para gente, para mim foi bem melhor! A gente tem a nossa autonomia... de trabalho, de decisões [...].” (entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos).

Os policiais do efetivo que mais vibraram com esta transformação foram os que estão no GEPE/BEPE há mais de dez anos, para a maioria deles esta foi uma evolução natural. Apesar disto, muitos destes policiais destacam em entrevista e em conversas informais que a mudança de GEPE para BEPE em si não alterou em nada a estrutura do GEPE/BEPE. Não havendo um fator único, mas um conjunto de

mudanças que ocorreram ao longo da existência da unidade, conforme tratadas acima. Todos estes fatores confluíram para a alteração dos moldes de atuação do GEPE em seu início, para como o BEPE realiza o policiamento atualmente. Geraram alterações na unidade da PMERJ, mas também modificaram o modo como o efetivo deste batalhão atua como observaremos a seguir.

6.7 Raiz x Nutella

Todas as alterações citadas anteriormente (Estatuto de Defesa do Torcedor, gratificação, Curso de Policiamento em Praças Desportivas, os grandes eventos esportivos e modernização dos estádios, *stewards* e a transformação em batalhão) foram importantíssimas para as mudanças do GEPE/BEPE e, principalmente para a atuação do policiamento neste espaço.

A grande maioria dos policiais que trabalha na unidade tanto os que foram entrevistados por mim, quanto aos que dialoguei, informalmente mostra um carinho muito grande pela Unidade e a apresentam de modo geral em distinção aos outros batalhões. Discursos como o GEPE/BEPE é especializado, que não possui casos de corrupção como em outras unidades da PMERJ e que lá eles são uma família são fortemente presentes. Os policiais demonstram um prazer de trabalhar e terem trabalhado no GEPE/BEPE.

O ambiente de convívio é tranquilo, não possuem assuntos pesados, geralmente conversam sobre esportes, especificamente, o futebol, datas dos próximos jogos e mandos de campo, assuntos que além do espectro esportivo se relacionam diretamente com o trabalho deles. Em casos de clássicos, ou grandes jogos com clubes cariocas envolvidos, que possuem o mando de campo vendido para outro estado por vezes os próprios policiais me alertavam da grande probabilidade de haver brigas de torcida baseados no histórico dos confrontos e no modelo de policiamento adotado em estádios que geralmente não recebem jogos de tamanha envergadura frequentemente, como no Mané Garrincha, em Brasília, ou no Kléber Andrade, no Espírito Santo.

Ao longo deste meu tempo em campo eu ouvi frases como “O GEPE é família!”, “Aqui é uma casa de família!”, “Aqui um pode contar com o outro!”, “O GEPE/BEPE não é igual aos outros batalhões, aqui todo mundo se conhece!”, “o GEPE é uma unidade diferenciada”, “quando tem festa de final de ano, ninguém fica armado,

deixam as armas no carro”. Esta ideia perpassa por basicamente todas as entrevistas que realizei entre os praças e, até oficiais em menor recorrência.

A partir da leitura de outros trabalhos sobre a polícia (MUNIZ, 1999; CARUSO, 2006), assim como uma percepção das informações a mim apresentadas, creio que esta diferenciação de outros batalhões se dá por alguns fatores:

- a) Um dos motivos que explica essa aparente união entre os policiais é devido o batalhão ser pequeno com somente 240 policiais⁷³, com isso só possui uma companhia.
- b) A rotatividade entre os policiais ser baixa, a maioria dos praças possui mais de cinco anos na unidade. Inclusive a alteração de comando também é menor, em geral, os comandantes passam mais de um ano no GEPE/BEPE.
- c) O ambiente de trabalho em que eles convivem é distinto do ambiente de um batalhão de área, com menor nível de estresse. Este fator é reconhecido por eles mesmos. Muitos me falaram que ao estar no BEPE ganharam qualidade de vida, “é uma rotina menos estressante”, “quando eu vim para cá meu cabelo deixou de cair”, “hoje minha mãe dorme, pois estou neste batalhão”, “aqui é mais tranquilo”.
- d) A grande maioria dos policiais não quer sair deste batalhão, apesar de algumas críticas, são satisfeitos de trabalhar nesta unidade.
- e) Confraternização entre os policiais. Os policiais me informaram que antes de começar minha pesquisa, todas as sextas-feiras eles jogavam partidas de futebol no campo do batalhão. Apesar deste tipo de reunião não ter ocorrido até o momento da minha pesquisa; eu fui convidada para algumas comemorações no batalhão, como aniversário, despedida de um oficial, homenagem meritória das ocorrências do quadrimestre, final da colônia de férias promovida pela P5 para os filhos dos policiais, formatura da Xª turma do CPPD, confraternização de final de ano em um salão de festas.

⁷³ O batalhão conta com 1 Tenente-Coronel, 4 Majores, 8 Capitães, 2 1º Tenentes, 26 Subtenentes, 18 1º Sargentos, 72 2º Sargentos, 28 3º Sargentos, 63 Cabos e 18 Soldados.

Apesar de acreditar que, em um contexto mais amplo, a grande maioria dos policiais defenderiam a unidade onde estão e apontar que ela é especial e unida; estes são os cinco principais fatores percebidos que justificam a repetição da ideia de que o BEPE é uma “casa de família”. No entanto, conforme os policiais foram adquirindo confiança em mim, ao longo do meu trabalho de campo, fui me atentando para as reclamações de que as coisas não estavam mais iguais. Isto me atentou para um saudosismo como uma das características que os “gepianos” mais antigos possuíam. Geralmente, estas falas são entre os que possuem mais de dez anos no extinto grupamento e entre alguns do que possuem entre seis a dez anos de serviço no antigo grupamento. Informavam que a unidade não era mais a mesma. Mesmo os policiais que frisavam que a unidade é uma família, ao serem perguntados sobre o que não eram mais o mesmo os policiais informavam sobre a “raiz” e a “essência”.

E a partir desta narrativa foram criadas duas categorias pelos próprios policiais; os policiais do GEPE raiz vs GEPE nutella. Esta categorização se dá a partir de uma brincadeira, que se tornou *meme* viral na internet; que diferencia algo, ocasião ou alguém que é autêntico, original, antigo; de alguma pessoa, situação ou objeto que é moderno, reformulado, “gourmetizado”.

Apesar de reforçarem a narrativa de que o batalhão é uma família, em conversa informal ouvia desabafos de que “Toda família passa por momentos de crise!” (relato de um Sargento que está na unidade há mais de dez anos). Os policiais do BEPE que se veem como “raiz” ressaltam sobre como foi difícil realizar o policiamento neste setor, que para “conseguir o respeito na geral demorou” e que “a torcida aprendeu a se comportar na porrada”.

Para compreender, me atentei a alguns elementos que eram citados, como “[...] antes a gente controlava as torcidas somente com a pistola e o bastão!”, “[...] a gente controlava a geral com o bastão.”, “impomos nosso respeito à força”, “a torcida aprendeu a se comportar na porrada”. De acordo com os relatos e com a história, o batalhão surgiu com uma inspiração de policiamento comunitário; efetivamente, contou com reuniões com os líderes de torcidas organizadas em todos os períodos de atuação.

Todavia, em um dado comando, o uso da força como método de controle era recorrente e de certa maneira estimulado. Um Sargento do efetivo do BEPE, que está na unidade há mais de dez anos, informou que foi para o antigo grupamento por

convite do comandante do período e o outro motivo foi porque ele gostava de bater, principalmente em torcedor “baderneiro”. Segundo relatos, neste período a torcida respeitava o GEPE, os policiais mais antigos que compõem o efetivo falam que se faziam respeitar e os torcedores apanham muito no início até aprenderem, porque “ou os torcedores paravam ou corriam”.

[...] a gente trabalhava com bastão e uma garrafinha desse tamanhinho [sic.] de spray de pimenta e a gente dava conta de tudo! Hoje em dia o cara ele quer sair daqui parecendo o *Robocop*, acha que não vai dá conta... trazia meu povo todo de volta, para ver se eles não apanhavam era muito... eles apanhavam era muuuito [sic.], ninguém tira onda. [...] Eu fiz escolta do ônibus do Vasco, num Flamengo e Vasco; primeiro jogo com aquele ônibus todo caracterizado. [...] eu e mais um, numa viatura e fiz! Esse dia foi o dia mais engraçado da minha vida! Eu desci na viatura ali na estação de São Cristóvão, que a torcida Jovem do Flamengo ela se concentra ali; eles vêm do trem ali... ah, quando eles viram o ônibus do Vasco [...]. Eu tava [sic.] com fuzil pendurado no pescoço, desci da viatura e falei com meu motorista assim ‘Vai! Vai!’. Aí foi quando eu apontei para eles, assim... agora foi tipo assim, fodeu! Se eles vierem para cima eu vou ter que dar! [...] xingar vocês podem; fazer vocês o que quiserem. Aí meu motorista pegou e abriu sirene! Depois foi um tal de voltar polícia atrás de mim [...]. Eu pisava e parecia que estava flutuando! Isso foi em 2009! Parecia que eu estava flutuando! Pensei que eu fosse morrer! Eu achei até que era meu espírito que tava [sic.] ali. Mas assim, era muito bom, muito bom! A gente fazia tudo sozinho! (Entrevista com uma Subtenente que está há mais de dez anos na unidade).

Esta Subtenente se vê como raiz e demonstra em sua fala alguns elementos, juntamente com os outros relatos, que exemplificam esta categoria. A belicosidade é marcante na fala desses policiais, a “porrada”, o “fuzil”, a “pistola” são itens centrais neste discurso, por mais que estivessem vinculados a uma unidade de policiamento de “proximidade”.

Atualmente, os policiais do efetivo falam em policiamento de proximidade, dificilmente afirmam sobre policiamento comunitário. Acredito que esta associação com a nomenclatura de policiamento de proximidade se dá pela influência do programa de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). É necessário destacar que apesar de serem similares ambas não exercem a mesma filosofia.

Outro relato mostra a dificuldade da atuação do GEPE sem um grande aparato do estatuto do torcedor, sem o Juizado Especial do Torcedor; sem o conhecimento legal do CPPD; sem equipamentos menos que letal além do bastão, a pistola e a força física:

[...] Em um jogo do Botafogo, tava [sic.] brigando pra não ser rebaixado, não lembro qual foi o ano. E nosso efetivo tava [sic.] muito reduzido porque tinha outro jogo. [...] eu nunca tinha vivido uma cena daquela. De torcedores quebrando os ônibus, tanto do Botafogo como ônibus visitante. [...] Invadiram o campo, queriam agredir os jogadores, sabe? Aí, o que eu falei para o meu

policial? „Meu irmão olha só, já quebraram ônibus, já quebraram tudo, vamos prender! Temos que fazer alguma prisão”. [...] Invadiram tudo, primeiro torcedor que passar na frente de vocês, comunica no rádio, prende e delegacia. [...] O gramado foi todo invadido, vestiário, arquibancada, quebraram ônibus, quebraram até uma viatura nossa, retrovisor, para-brisas. Perdemos o controle realmente, aquilo ali foi um fato realmente, mas efetuamos várias prisões. Não foi muito criticado pela imprensa não. Foi mais criticado a ação dos torcedores, não da polícia. Porque nós efetuamos, quem a gente podia prender, a gente prendeu. Mas ficou na cabeça da gente. Um fato bem marcante. (entrevista com o Subcomandante de 2002 a 2006).

Constantemente há a comparação entre estrutura anterior e a atual. “A gente não tinha o que hoje o BEPE tem. [...] Não tinha uma bomba, uma granada de luz, de som, um escudo, não tinha nada disso. Era no talento.” (entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos). “Tudo era jeitinho! Nós já trabalhamos aqui no passado com um bastão e vai ser feliz no estádio!” (entrevista com um Subtenente que está na unidade há mais de dez anos). Apresenta de modo muito claro a precariedade de equipamento que eles conviviam, ainda mais quando se trata do policiamento da geral do Maracanã:

[...] você atuava nos 150 mil apenas com um bastão policial. Você não tinha recursos, os armamentos não letais. Não tinha nada. Era você e Deus. Tinha um grupo na geral que era muito bom de trabalho. Muito bom mesmo. Se não fosse bom tu apanhava [sic.]. Eu já vi policial apanhando, tomando banda. Mas, falando mais do policiamento do GEPE, o GEPE ele evoluiu mesmo. (entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos).

Este relato apresenta que se o policial não fosse muito bom, apanharia, levaria “banda” no policiamento do setor da geral. Apesar das reuniões de torcida, na prática, a segurança dos setores populares era baseada na agressão “era resolvido na base do bastão e eles respeitavam muito, muito, muito!” (entrevista com uma Subtenente que está na unidade há mais de dez anos).

Em contrapartida, a esta precariedade apresentada e sofrida pelos “gepianos” raiz, hoje, após massivo investimento após os grandes eventos sediados no Rio de Janeiro. “Antigamente só tínhamos bastão para oferecer, revólver 38, depois que chegaram as pistolas. Mas hoje o GEPE tem fuzil, tem granadas, tem escudo, tem uma gama de materiais [...]” (entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos). Além de maior quantidade de equipamentos, conhecimento técnico com o curso, elitização dos estádios; atualmente o batalhão também conta com uma força de choque, apresentando grandes mudanças e maior facilidade no serviço policial.

Hoje nós utilizamos munição de elastômero, o gás, o *taser*, a arma de choque... antigamente era a arma de munição real e um bastão! Popularmente, uma madeira na mão e isso que era utilizado! Batalhão hoje tem uma estrutura formidável, temos uma força de choque, hoje nós temos a

nossa própria força de choque para atuar contra turmas muito grande... Como eu te falei! Hoje o batalhão cresceu de uma forma absurda, ele é excelência no que faz! (entrevista com um Sargento que está na unidade há mais de dez anos).

Os policiais mais antigos no GEPE trazem consigo o sentimento que o “gepiano” raiz - são aqueles que “sabem de verdade!” são os policiais que lidaram com maiores dificuldades e com restritos recursos para estabelecerem a segurança nos estádios. Aqueles que sofreram na pele a precariedade, atuaram em estádios com maior presença popular, em setores vistos como “submundo” e por vezes até apanharam de torcedores.

Enquanto aqueles policiais que são classificados como “nutellas”, pelos policiais “raiz”, não enfrentaram todas estas adversidades. Já entraram em um batalhão com recursos, em um ambiente desportivo mais elitizado, com menos riscos e, principalmente, com a gratificação. Em relação a este tema recebi o seguinte relato

Quando eu cheguei no GEPE, ‘tem certeza? Você vai trabalhar todo final de semana...’ e assim foi. Praticamente, 12 anos trabalhando todo final de semana! Sem reclamar! Sempre apaixonada, entendeu? **E a gente não tinha essa gratificação que a gente hoje tem; era amor mesmo!** Éramos uma tropa desse tamanhozinho [sic.] assim; éramos uma família! [...] Hoje em dia tem muita vaidade, hoje tem muita gente que tá [sic.] aqui pela gratificação. Se a gratificação acabar vai um bando embora... mas antigamente era uma família! Onde um tava [sic.], tava [sic.] todo mundo. (Entrevista com uma Subtenente que está há mais de dez anos na unidade).

Esta policial falou claramente para mim esta relação com a gratificação e os policiais “nutella”, outros também indicaram esta relação; apontando inclusive um aumento da rotatividade dos policiais pós algumas mudanças, em especial a gratificação.

Todas as facilidades trazidas por estas mudanças citadas ao longo do capítulo forjaram o policial “nutella”, e, é de acordo com os policiais mais antigos, principalmente, os com mais de dez anos que afirmam tudo estar mais fácil. Os policiais que se veem enquanto “raiz”, consideram-se os mais hábeis por terem tido mais “sacrifício” no trabalho, com a conotação simbólica ao “dever militar” de dedicação e fidelidade à Pátria mesmo com o sacrifício da própria vida, como exposto no art. 31º do estatuto militar (BRASIL, [LEI Nº 6.880/80](#)); o sacrifício cotidiano, a morte, o enfrentamento de intempéries de realizar o policiamento nas condições mais diversas (FRAGA, 2006; HATHAZY, FREDERIC, 2018). Também pontuam a diferença de “risco” sofrido entre eles e os policiais atuais; a categoria de risco aqui citada foi abordada no capítulo anterior.

É preciso ressaltar que as rotulações em que o BEPE padece dos policiais de outros batalhões da Polícia Militar por não serem vistos enquanto “verdadeiros policiais” conforme abordado no capítulo anterior. São reproduzidos ao mesmo modo pelos gepianos “raiz” para com os “nutella”; por atuarem em um ambiente mais facilitado, controlado, com melhores condições técnicas, teóricas e materiais. Isto é, todas as representações em que os policiais que são do “GEPE raiz” afirmam sobre o “GEPE nutella”, de não serem “verdadeiros policiais” por não terem enfrentado mais riscos e não terem feito o sacrifício de policial a geral como eles fizeram; possuem a mesma lógica argumentativa em que outros policiais da PM observam o GEPE/BEPE, que não fazem incursões em comunidades, que não enfrentam o risco e não se sacrificam. Argumento no qual o BEPE como um todo (seja “raiz” ou “nutella”) não aceita e contra argumenta com a justificativa da especialidade e serviço diferenciado da unidade. No entanto, esta ideia de “verdadeiros policiais”⁷⁴ não existe; é somente uma representação do imaginário que opaca as distinções internas e ressalta as diferenças externas, diferenciando o “nós” e os “outros” (HATHAZY, FREDERIC, 2018).

6.8 O efetivo do BEPE frente estas mudanças

Após a instituição do Estatuto de Defesa do Torcedor, houve uma série de modificações na realização dos eventos esportivos (o próprio estatuto, os megaeventos esportivos e suas decorrências como a “arenização” dos estádios e atuação dos *stewards*); e nas estruturas da unidade (a gratificação, o Curso de Policiamento em Praças Desportivas, aparato de equipamentos menos que letal e a transformação em batalhão). Todas estas mudanças foram sentidas pelo efetivo do GEPE/BEPE.

Cada uma delas tornara o policiamento um pouco mais fácil de ser realizado com base legal, maior visibilidade, com maior retorno financeiro, conhecimento especializado, maior equipamento para atuação, independência de atuação e

⁷⁴ Noção de Hathazy e Frederic (2018) que os “verdadeiros policiais” conjugam três dimensões, são elas: o sacrifício, seja o sacrifício cotidiano com pequenos salários, ou o sacrifício da morte; a vocação, o desejo de estar na polícia e a vocação natural para o exercício desta profissão; e o estado policial, que se caso for preciso o policial atua em sua função mesmo fora do horário de trabalho, somente pelo dever de seu serviço.

modernização dos estádios, conseqüentemente, a elitização dos mesmos. Duas delas foram mais marcantes:

- a) Para os próprios policiais, a gratificação financeira de R\$1.000, possui tamanha importância que era uma das principais preocupações na transformação de grupamento para batalhão, como informado pelo próprio comandante.
- b) Para a estrutura mais geral, a modernização e “arenização” dos estádios e seu posterior processo de elitização dos estádios, com o afastamento dos torcedores das classes mais populares. Este segundo ponto é importante devido ao modo como esta unidade da Polícia Militar trata de modo distinto os torcedores, como tratado no sub tópico “Polícia para quem precisa de polícia”.

Esta relação ocorria no passado, como podemos ver entre a relação da geral e das cadeiras azuis. Um Sargento que está na unidade há mais de dez anos informou que a “geral” era um “submundo”, que o “GEPE teve que entrar e doutrinar **aquele povo**”. Todavia, durante o mesmo período, em um setor que não era popular, as antigas cadeiras azuis tinham somente dois policiais para fazer a segurança, segundo o relato de um Sargento que está no GEPE/BEPE entre seis a dez anos, “[...] era [sic.] só dois homens para toda a cadeira azul [...], imagina metade do Maracanã, essa metade aqui todinha, [...] era minha e de mais um homem.”

E continua ocorrendo hoje, no interior dos estádios com a presença nos setores um pouco mais acessíveis (dentro de um espaço já elitizado) e a ausência da força policial nos setores restritos e muito mais caros, como o Maracanã mais e os camarotes. Mas com a atuação do BEPE fora dos estádios também é possível perceber essa recorrência. Certa feita, no jogo Flamengo vs Goiás, pela 10ª rodada do campeonato brasileiro de 2019, no estádio do Maracanã acompanhei um turista russo no qual o policial o identificou como “americano”, devido o mesmo utilizar a língua inglesa, que o havia pedido ingresso para assistir ao jogo. O Sargento perguntou, via rádio comunicação, se havia algum policial com ingresso sobrando⁷⁵, e assim o turista conseguiu ter acesso ao jogo sem pagar pelo ingresso. Na rodada seguinte, desta vez em São Januário, no clássico Vasco da Gama vs Fluminense, o

⁷⁵ Os policiais do BEPE por vezes possuem ingressos para entregarem para oficiais de outros batalhões, ou próprios policiais do efetivo que estão de folga e vão assistir ao jogo com a família.

mesmo turista russo acompanhado por um amigo estavam pedindo novamente os policiais para entrar no estádio desta vez ele não conseguiu o ingresso. Todavia o que mostra a distinção entre os torcedores é que presenciei a mesma situação antes de começar o jogo entre Vasco da Gama vs Chapecoense, jogo de torcida única pela última rodada do campeonato brasileiro de 2019, no estádio do Maracanã. Na situação eu estava ao lado de dois policiais e um torcedor do Vasco veio conversar com os policiais e saber sobre a possibilidade deles conseguirem o ingresso para ele acompanhar o jogo; no entanto, a reação dos policiais foi oposta ao caso do turista; ouviram sem dar confiança ao torcedor e antes mesmo do torcedor acabar de falar já havia recebido um sonoro “não!” dos dois policiais, sem acionarem o rádio, ou algo do tipo e saíram de onde estavam.

Nota-se uma clara distinção do tratamento dos torcedores populares dos (no caso do turista acreditam serem) mais elitizados; é possível perceber esta recorrência ao longo dos anos e atualmente, após a instituição do BEPE, no policiamento interno e externo dos estádios. Com isso percebemos que o torcedor popular, mais “viril”, apaixonado e menos comportado; o oposto do que é pretendido atualmente como apontou Mascarenhas (2014); é mais difícil de policiar. Em conversa informal, um Sargento que está há mais de dez anos na unidade me falou abertamente que conforme os ingressos foram ficando mais caros, o policiamento foi ficando mais fácil.

Apesar desta relação, o GEPE/BEPE não é o responsável pelo afastamento dos torcedores populares dos estádios. Para tal, não há um fator único, mas uma confluência composta por vários elementos, dentre os quais foram abordados ao longo deste capítulo, que abarcam o impulso e avanço do neoliberalismo no futebol; fortemente impulsionado pelos grandes eventos, desde o Pan-americano de 2007, passando pela Copa das Confederações, de 2013, Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016.

A partir desta série de alterações que ocorreram, nota-se que há uma distinção estabelecida pelos policiais para com os torcedores baseada em padrões comportamentais e socioeconômicos. Essas novas relações neoliberais alteraram compulsoriamente os estádios, os clubes, os jogadores e as torcidas (SIMÕES, 2017). Percebe-se uma lógica que o torcedor se torna “mais cliente que torcedor” (GAFFNEY, MASCARENHAS, 2004). Onde o caráter econômico se torna fundamental, onde se alija os “indesejáveis” (MASCARENHAS, 2013), os populares e que possuem menor poder aquisitivo para consumir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção apontarei sobre os principais pontos tratados ao longo do trabalho. Retomando-os com o objetivo de rememorar, arrematar e frisa-los. Primeiramente é necessário destacar que as sociabilidades promovidas pelos esportes possuem os mesmos problemas sociais da sociedade que está inserido (REIS, 1998). No caso brasileiro, o futebol se tornou parte da identidade nacional e que o Estado interfere neste esporte. Vimos que a Polícia Militar atua em eventos futebolísticos em território nacional devido ao art. 14 do estatuto de defesa do torcedor, apesar do mesmo não demarcar claramente o modo como este policiamento é realizado.

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão: I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos; [...]. (BRASIL, 2003).

Há ainda, apesar desta legislação, poucos trabalhos acadêmicos nacionais que envolvem essa temática da segurança em eventos esportivos. Além do fato do BEPE não ser amplamente divulgado e “valorizado” pela Polícia Militar que atua no Rio de Janeiro.

Ao tratarmos sobre a categoria de violência observamos que não há um saber geral sobre a mesma (Michaud,1989). Estas são categorias socialmente construídas, baseadas em caráter subjetivo, portanto não é um objeto específico, mas representações e classificações sociais sentidas e sofridas de modo individual. O que é considerado violência é mutável em relação aos distintos espaços temporais, é multiforme e não é assimilada do mesmo modo em distintos locais.

Lembrando que há diversas formas de violência, podemos citar a violência coletiva e a institucional ou estatal, que estão na tipologia de violências visíveis; a violência estrutural e cultural, como violências invisíveis; e a violência societal ou individual, enquanto violências parcialmente visíveis (DOMINGUEZ *et al.*, 2002). Estas categorias de violência coletiva, institucional, estrutural, cultural e a violência societal podem ser relacionadas também ao contexto esportivo.

A violência em eventos esportivos pode ser gerada por meio da violência acumulada em sociedade, ou por meio de efeito mimético, conforme foram tratadas ao longo do primeiro capítulo. Foram tratados os sentimentos compartilhados (Le Bon,

1954), a psicologia das multidões, e as ações por imitação (TARDE, 1890). Estes temas foram observados de modo teórico e também empiricamente durante o jogo entre Botafogo vs Flamengo, fato também observado neste primeiro capítulo. É importante ressaltar que o conflito é uma forma natural de socialização em grupos sociais (SIMMEL, 1964); já a violência sugere um grau de fragmentação social (DOMINGUEZ *et al.*, 2002).

Ao longo deste trabalho o que foi considerado como violência no âmbito das torcidas de futebol se refere a algum tipo de agressão, sejam visíveis, invisíveis e parcialmente visíveis; expressas de caráter físico, verbal, estrutural ou cultural dirigidas a algum indivíduo em específico (árbitro, jogador, torcedor, *steward*, policial, ou qualquer outro indivíduo). É preciso lembrar que a violência no futebol não ocorre somente no Brasil, vide os *hooligans*. Também é um fenômeno que surgiu na década de 80/90, isto é, não é recente; no primeiro capítulo apresentei casos de violência no referido esporte no início do século XX (RODRIGUES FILHO, 2010. PEREIRA, 2000).

Existem muitos aspectos sociais que estão presentes na sociabilidade gerada pelos esportes, especificamente no futebol. As relações ultrapassam o lazer; o estádio é um ambiente de descarregar energias, gritar, torcer, cantar e xingar. O problema eclode quando esta excitação se utiliza da violência física, estrutural, cultural ou verbal para com um indivíduo. Assim como a existência da violência nas relações sociais estabelecidas pelo futebol não são recentes, a presença policial para a segurança dos eventos de futebol também não é.

Conforme tratado no capítulo dois, acerca da teoria sobre o policiamento, percebemos que na própria PM do Rio de Janeiro existem distinções de tratamento para com diferentes grupos sociais e percebemos a distinção da percepção da sociedade para atuações da polícia em modelo “*high profile*” para os modelos “*low profile*” (Coelho, Sento-Sé, 2016; RAMOS, MUSUMECI, 2005; STOTT *et. al.*, 2008), percebemos a mesma relação na atuação do BEPE ao longo da pesquisa.

Para além da lei e da ordem (SKOLNICK, 1966) e das instituições sociais (COSTA, 2004); a polícia em geral atua de acordo com o que se institui de desordem a partir da moral dominante, contra os marginalizados (ROBLES, 1992). No espaço das praças desportivas os marginalizados são os torcedores populares ainda mais se o mesmo for membro de alguma torcida organizada. Desde o começo do século XX há uma maior atuação policial em estádios do subúrbio carioca e, mesmo assim ainda há brigas de torcidas nos jogos dos clubes da zona sul do Rio de Janeiro.

Apesar de realizar este retorno e apresentar rapidamente a atuação da polícia nos estádios, no decorrer dos anos, e da restrita bibliografia nacional sobre a segurança em eventos esportivos esta é uma pesquisa voltada para a observação da atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE). Demonstrei a criação e o contexto do surgimento do antigo Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE) durante o governo Brizola e todo o contexto político do período. Com a busca de uma nova relação entre a polícia e a sociedade inspirando-se no policiamento comunitário que buscava uma relação com a população, no caso do GEPE, com as torcidas organizadas, mas que devido a um projeto de lei que vinculava grupamentos especiais às unidades especiais, vale ressaltar que o GEPE foi criado em vinculação ao BPChoque.

Durante este trabalho foi exposto todo o percurso da unidade com sua instituição, extinção, refundação e até sua independência ao se tornar BEPE e também foi abordado um pouco do momento histórico de cada ex-comandante, as suas variações de atuação, os pontos mais marcantes para o efetivo. Apresentamos a similaridade entre a narrativa histórica da unidade (mesmo sem precisarem as datas) e o desconhecimento das atribuições do GEPE/BEPE antes de trabalharem lá, seja entre os policiais do efetivo, ex-comandantes e, até policiais que hoje estão reformados.

O GEPE/BEPE sofreu tamanha transformação que foi do “limbo”, pela falta de reconhecimento da unidade, da “falta de pertencimento” sentida pelos policiais no início do GEPE por ser um grupamento e sua dupla subordinação (administrativa ao BPChoque e operacional ao Comando UOPE e posteriormente ao CPE) ao status de Batalhão Especializado com estabilidade e autonomia de trabalho, o desenvolvimento conquistado ao longo dos anos e a conseqüente segurança. Todavia, apesar de todos os fatores, este ainda depende muito do apoio de outras unidades como o BPChoque, o Batalhão de Ações com Cães (BAC) e o Regimento de Polícia Montada (RPMont).

Apesar de os policiais do BEPE por vezes reconhecerem que a PM possui trabalhos mais relevantes para realizar ressaltam ainda a importância do trabalho da unidade colocando-a em pé de igualdade com os batalhões mais famosos da corporação. O efetivo atua quando a organização ou o mandante do jogo solicita a presença do batalhão. É comum antes dos jogos haver uma reunião com os diferentes órgãos públicos e privados que atuam para que o evento aconteça e, nessa reunião

são estabelecidas as comunicações entre os órgãos e todos ficam a par do que e como ocorrerá no referido evento.

No capítulo quatro foram tratadas as informações do regimento da unidade e, abordadas as distintas funções e atribuições do BEPE desde o trabalho interno com as atividades que possibilitam a execução do policiamento em eventos, conhecidas como atividades meio e explorando cada uma das atuações no policiamento dentro e fora dos estádios nos dias de jogos, conhecido como atividade fim. Os diferentes horários de trabalho do efetivo como os planos de ação são elaborados, analisando algumas diferenças entre jogos de campeonatos nacionais e internacionais, as médias de torcedores por policiais dependendo das condições de jogos. Os efeitos da quantidade dos apoios prestados e recebidos também foram discorridos neste capítulo.

A maioria dos policiais do BEPE se conhece e trabalha junto há muito tempo, há pouca rotatividade na unidade e os policiais que estão em menor tempo acabam incorporando o *habitus* do batalhão. O perfil médio destes policiais viu na instituição da Polícia Militar a oportunidade de garantia e estabilidade de emprego, a fuga de um risco maior é preponderante a ida para esta unidade. Sair da exposição da rua em serviços na madrugada, atuarem com um público específico, sem a presença de “suspeitos”, menos estresse e risco de incursões em comunidade. O BEPE é visto como “uma ilha no inferno”, um refúgio em meio a tantos riscos e perigo em atuar como policial militar, no entanto, o preço para esta qualidade de vida é alto e é pago com o trabalho em basicamente todos os finais de semana do ano, restrições à “vida social”, não estar presente nas datas comemorativas, como dia das mães, etc.

É notória a amizade e a boa convivência entre os policiais. Geralmente, a tropa trabalha em conjunto o que facilita a relação, na maioria das vezes. Outra peculiaridade presente entre o efetivo é a autoafirmação da especialidade e do bom trabalho prestado pelo batalhão. Esta atitude se dá como uma maneira de defesa em relação a qualquer sinal de desvalorização ou menosprezo sofrido por parte de outros policiais militares que ainda não veem com bons olhos o efetivo do BEPE, enquanto policiais, por não atuarem nos “locais determinados” da polícia, por não “pegarem bandidos”.

Os policiais do BEPE defendem a importância e a especialização do trabalho exercido por eles para com a sociedade, como, em geral é feito por todo policial após a “conversão” (MUNIZ, 1999), mas também precisam defender a atuação do batalhão

mesmo entre os outros policiais militares. Por este motivo se comparam aos policiais de maior destaque da corporação, todavia, eles acrescentam que além da excelência em um trabalho especializado reafirmam o não envolvimento dos policiais do batalhão com crimes e extorsões, por exemplo, e que para trabalhar no BEPE é necessário gostar de trabalhar na unidade e que são poucos os que querem sair do batalhão. Apesar desta defesa e afirmação do BEPE existem críticas quanto aos serviços da unidade, à corporação e até a falta de aproveitamento da imagem do batalhão.

Além das temáticas supracitadas, no capítulo cinco são tratadas as relações do BEPE com os apoios, os *stewards*, com o Comando da Corporação e com as torcidas. Suas conseqüentes críticas como a utilização de parte do efetivo e dinheiro público para a atuação que não dará nenhum retorno à sociedade bem como a atuação dos pinças na segurança dos árbitros do jogo.

Ao longo do último capítulo são desenvolvidas e enumeradas as principais mudanças sofridas pelo GEPE/BEPE no decorrer de sua atuação, dentre eles a instituição do estatuto do torcedor, instituição da gratificação para os policiais do GEPE à época e o posterior processo de modernização e “arenização” (SIMÕES, 2017). Processos internos da unidade de policiamento em estádios e externos que facilitaram o trabalho do GEPE/BEPE e deram maior tranquilidade para exercerem este policiamento. Estes processos que geraram uma maior tranquilidade na execução do trabalho, diminuindo a ideia do “sacrifício” da profissão policial e do seu conseqüente risco. As mudanças conquistadas pela unidade são muito além da transformação do grupamento em batalhão, que muitos apontam como uma evolução natural foi construída aos poucos ao longo dos anos. Estes mesmos processos possuem grande influência capitalista, com uma “nova economia do futebol” (MASCARENHAS, 2014, p. 209). Processo que provocou o alijamento dos torcedores populares dos estádios.

Observando as mudanças ocorridas com a inserção deste novo modelo de produzir futebol, muito mais capitalista e, que delimita as formas de torcer buscando conter as emoções torcedoras e estabelecendo que todo o setor estivesse disposto por cadeiras delimitando como o torcedor deve atuar. Diferentemente, de como eram as torcidas antes da adoção destes processos, com os setores populares e a “geral”. A partir destas alterações e, notando a GEPE/BEPE desde o início da década de 1990 seja na “geral” até os dias atuais com o estádio modernizado e menor presença popular.

Assim como não podemos homogeneizar os torcedores e suas diferentes culturas os próprios policiais não se veem da mesma maneira. Os policiais que atuaram em setores de fato populares se qualificam policiais “raiz”, enquanto os outros policiais da unidade que não passaram pelas mesmas condições são vistos como “nutella”, pois chegaram ao BEPE com diversas facilidades com um bom aparato de equipamentos, gratificação, o estatuto do torcedor, o Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD), os megaeventos e a modernização dos estádios, a inserção dos *stewards* e a transformação de grupamento para batalhão.

O carinho que o efetivo nutre pelo GEPE/BEPE e a diferenciação dos outros são construídos a partir de algumas condições como o menor número de efetivo no batalhão e maior contato entre eles por trabalharem juntos muitas vezes, sendo menor o estresse devido ao ambiente de trabalho e satisfação de trabalharem na Unidade. Diariamente, se afirmam como uma unidade especial e unida, mas com um olhar mais atento. É perceptível uma relação de parceria entre os policiais que integram o efetivo do BEPE, estes estabelecem distinções entre eles. Distinções calcadas a partir das noções do “sacrifício” e do “risco”. Do mesmo modo os policiais de outros batalhões definem o BEPE como um batalhão “menos policial” por não atuarem onde há o risco iminente. Os policiais mais antigos do GEPE/BEPE se veem como “verdadeiro GEPE” a partir da mesma lógica, que se “sacrificaram” e correram os maiores riscos replicando essa mesma lógica em que são vistos sendo menos policiais e que sempre se defendem e auto afirmam.

Dada à complexidade das relações sociais, seja em diversas associações para com os modos de torcer, como em relação à atuação dos policiais dentro de um mesmo batalhão de polícia. Portanto, partir da etnografia foi possível perceber que apesar de estarem em uma corporação e no mesmo batalhão, dentro de uma lógica de um corpo social (DURKHEIM, MAUSS, 1989) onde há a incorporação da identidade social de um policial do BEPE não é possível observá-los de modo uno até porque nem eles mesmos se veem deste modo.

Outra percepção que é possível destacar após esta pesquisa se dá na recorrência de um padrão comportamental dos policiais do GEPE/BEPE ao longo da história da unidade que vem a ser a distinção da atuação para diferentes setores nos estádios, isto é, aos setores populares são destinados um maior número de efetivo e uma atuação mais dura, como apontam os relatos sobre a atuação no setor da geral, já aos setores mais caros, como no passado eram as cadeiras azuis e, hoje são os

camarotes e Maracanã. A atuação da unidade é quase nula. Este é um claro exemplo de distinções de atuação policiais baseadas em padrões socioeconômicos - a atuação e a força policial são proporcionais. Quanto mais popular for o setor, mais dura será a ação policial. Podemos perceber este padrão de atuação policial nos estádios ao longo dos anos desde o século XX que vem policiando somente os estádios suburbanos, como apresentado no capítulo dois, passando pela diferença entre geral e cadeiras azuis, e as distinções atuais tratadas no capítulo seis. Todavia, esta característica não é percebida somente no GEPE/BEPE, mas na polícia militar como um todo desde sua fundação (SOARES, 2004) até atualmente, com a diferença no *modus operandi* quando se relacionam com as classes mais altas e mais baixas (COELHO, SENTOSÉ, 2016; RAMOS, MUSUMECI, 2005), apresentado no capítulo dois.

REFERÊNCIA

AMARAL, S. et al. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 637-660, 2013.

BAYLEY, D. *Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156.

BENNETT, C. J.; HAGGARTY, K. D. (orgs). *Security Games: surveillance and control at mega-events*. London: Routledge, 2011.

BERNARDES, G. L. Análise do emprego da Polícia Militar de Minas Gerais em eventos abertos ao público acessíveis por compra de ingresso sob o enfoque do interesse público. 2016?

BICALHO, M. A. Análise da atuação da Polícia Militar de Minas Gerais frente aos atos de violência praticados por torcidas organizadas de futebol em eventos esportivos em Belo Horizonte. 2011. 147f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais – CEGESP). Fundação João Pinheiro. Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGES, D. *O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo*. Curitiba: APPRIS, 2011.

_____. Vitimização e sentimentos de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. Dossiê – Análises quantitativas e indicadores sociais. *Mediações*, Londrina, v. 18 n. 1, p. 141-163, jan./jun. 2013.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 59-74.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

_____. Decreto Nº 6.795, de 16 de março de 2009. **Regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios desportivos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6795.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

_____. Lei n.10.671, de 15 de maio de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

_____. Lei n.12.663, de 5 de junho de 2012. **Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003, e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em 05 nov. 2018.

_____. LEI Nº 12.299, DE 27 DE JULHO DE 2010. **Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm#art4>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

_____. **LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880compilada.htm>. Acesso em 15 jan. 2021.

BRECHBÜHL, A.; SCHUMACHER DIMECH, A.; SCHMID, O. N.; SEILER, R. Escalation vs. non-escalation of fan violence in football? Narratives from ultra fans, police officers and security employees. *Sport in Society*. DOI: <<https://doi.org/10.1080/17430437.2016.1221932>>. 2016.

BRETAS, M. L. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1997.

BUFORD, B. *Entre vândalos: a multidão e a sedução da violência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, P. A. F. et al. As determinações do estatuto de defesa do torcedor sobre a questão da violência: a segurança do torcedor de futebol na apreciação do espetáculo esportivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, p. 9-24, 2008.

CANETTI, E. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANO, I. Viés racial no uso da força letal pela polícia no Brasil. *MPMG Jurídico*, v. 1, p. 17-25, 2014.

- CANO, I. *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- CANO, I. Letalidade e vitimização policial. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, v. 9, p. 1-29, 2015.
- CANO, I. *Racial Bias in Police use of Lethal Force in Brazil*. *Police Practice & Research*, v. 11, p. 31-44, 2010.
- CANO, I; BORGES, D; RIBEIRO, E org. Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo, Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, LAV/UERJ; 2012.
- CARUSO, H. A ordem e a desordem de ontem e de hoje Notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 66-83, jan.-mar. 2015.
- CARUSO, H. *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*. Brasília, DF: Editora da UnB, 2016.
- CARUSO, H. G. C.; MORAES, L. P. B.; PINTO, N. M. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da escola de formação à prática policial. **Relatório final de pesquisa. Brasília: Senasp/Ministério da Justiça (Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública)**, 2006.
- CASTRO, D. G. *et al. Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Letra Capital Editora, 2015.
- CAVALCANTI, V. Bourdieu leitor de Weber: pistas para uma gênese do conceito de campo. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE* Julho — Dezembro de 2012.
- Center for Contemporary Studies. *Football and the Fascists*. London: CCS. 1981.
- CERQUEIRA, C. M. N. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia; textos de Carlos Magno Nazareth Cerqueira. **Instituto Carioca de Criminologia. Editora Freitas Bastos. Rio de Janeiro**, 2001.
- COELHO, M. C.; SENTO-SÉ, J. T.; FERNANDES, R. B. e RIOS, F. A experiência da sujeição à autoridade policial: notas sobre a articulação entre cognição e emoção na vida pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 151-166, 2016.
- COELHO, T. H. *Medindo Forças: a vitimização policial no Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais – UERJ. 2017.
- COLLINS, R. *Violence: A Micro-Sociological Theory*. New Jersey, Princeton, 2008.
- COSTA, A. T. M. *Entre a Lei e a Ordem*. Violência e Reforma nas Polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004

DAMATTA, R. Antropologia do óbvio - Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**, n. 22, p. 10-17, 30 ago. 1994.

DAMATTA, R. Universo do futebol. Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Editora da Universidade/IFCH, 2002.

DE SOUZA, F. S. (Org.). Marco de Segurança no Futebol: Guia de Recomendações para a Atuação das Forças de Segurança Pública nas Praças Desportivas. Brasília: Ministério da Justiça, Ministério dos Esportes. 2016. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/governo-federal-lanca-guia-de-recomendacoes-para-seguranca-no-futebol>>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

DE SOUZA, J.; JÚNIOR, W. M. Os "legados" dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivência**, n. 34, p. 245-255, 2010.

DE TOLEDO, L. H. *Torcidas organizadas de futebol*. Autores Associados, 1996.

DIAS NETTO, A. E. A violência nos estádios de futebol na perspectiva dos policiais militares de Curitiba: um estudo de caso. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UEPG. 2009.

DOMINGUEZ, R.; SANSEVIERO, R. Vasquez. I. *O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina*/Centro Internacional de Investigação para a Paz das Nações Unidas. Tradução de Maria Dolores Prades. Editora da UNICAMP, 2002.

DUNNING, E. Hooliganismo no futebol como um fenómeno europeu e mundial. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 14, p. 43-73, 2009.

DUNNING, E. Towards a Sociological Understanding of Football Hooliganism as a World Phenomenon *European Journal on Criminal Policy and Research* 8: 141. <<https://doi.org/10.1023/A:1008773923878>>. 2000.

DURKHEIM, É. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, É.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. Contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981 [1903], p. 399-455.

_____; _____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989 [1912].

EICK, Volker. "Secure Our Profits!" The FIFA™ in Germany 2006. In: BENNETT, Colin J.; HAGGARTY, Kevin D. (orgs). *Security Games: surveillance and control at mega-events*. London: Routledge, 2011.

ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v. I.

ELIAS, N.; DUNNING, E. Em Busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, F. C. Que estádio é esse? Em busca de uma taxonomia torcedora para o novo Maracanã. *Esporte e Sociedade*. Ano 13 nº 31, p. 1-32, mar. 2018.

Disponível em: <

<http://www.esportesociedade.uff.br/esportesociedade/pdf/es3104.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2020.

FERREIRA, M. M. et al. A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. 2008.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRAGA, Cristina K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2006.

GAFFNEY, C.; MASCARENHAS, G. O estádio de futebol como espaço disciplinar. In: *Seminário Internacional Michel Foucault*, 2004, Florianópolis: Perspectivas, 2004.

GARBARINO, S. *et. al.* Police job strain during routine activities and a major event. *Occupational Medicine*, 61(6), 395–399.

<<https://doi.org/10.1093/OCCMED/KQR058>>. 2011.

GARLAND, J., & ROWE, M. The ‘English Disease’ — Cured or in Remission? An Analysis of Police Responses to Football Hooliganism in the 1990s. *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal*, 1, 35–47.

<<https://doi.org/10.1057/PALGRAVE.CPCS.8140034>>. 1999.

GASSET, J. O. y. El hombre y la gente. Madrid: Revista de Occidente Madrid. 1958.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

_____. Do ponto de vista nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, M. C. O direito e o futebol: uma ordem jurídica sem espírito desportivo? **Revista crítica de ciências sociais**, n. 21, p. 69-83, 1986.

GUEDES, S. L. De *criollos* e capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil. **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional. Niterói: Intertexto**, p. 127-146, 2006.

_____. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

HATHAZY, P.; FREDERIC, S. ¿Qué es un policía?: Un estudio sobre las representaciones del trabajo policial. **Trabajo y sociedad: Indagaciones sobre el empleo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas**, n. 31, p. 15-31, 2018.

HELAL, R. *O que é sociologia do esporte*. Editora Brasiliense, 1990.

HELAL, R.; SOARES, A. J. O declínio da pátria de chuteiras: futebol e identidade nacional na Copa do Mundo de 2002. **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, v. 12, p. 1-15, 2003.

HOLLANDA, B. B. B. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. 2008. 771 f. 2008. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)–Departamento em História, PUC-RJ, Rio de Janeiro.

HOLLOWAY, T. H.; DE CASTRO AZEVEDO, F. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IMBUSH, P. “*The concept of violence*”, in Wilhem Heitmeyer and John Hagan, eds., *International Handbook of Violence Research*, Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 2003, vol. 1: 13-40.

IPEA. *Atlas da Violência*. 2019. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

IPEA. *Atlas da Violência*. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>>. Acessado em: 19 de setembro de 2020.

ISP. *Dossiê Mulher*. 2018. Disponível em: <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

ISP. *Segurança Pública em Números 2018*. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Sitelsp/SegurancaEmNumeros2018.pdf>>. Acessado em: 19 de novembro de 2019.

KELMER, A. O. Análise da execução do policiamento externo realizado pela Polícia Militar de Minas Gerais no Estádio Raimundo Sampaio, Arena Independência, durante a realização de eventos. 2015. 118f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP). Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LAHIRE, B. Campo. In.: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. C. de. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, pp. 64-66.

LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. 1954.

LEAL, A. B.; PEREIRA, Í.; MUNTEAL, O. *Sonho de uma polícia cidadã*: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. **Rio de Janeiro: NIBRAHC**, 2010.

LEITE LOPES, J. S. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Claudio H. M.; DA SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (ORGS) *Culturas de Classe*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. *Totemismo Hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MACHADO DA SILVA, L. A. "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano". In: RIBEIRO, L. C. (org.). *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo: Perseu Abramo. 2004.

MAGALHÃES, A. O "legado" dos megaeventos esportivos: a recapitulação da remoção de favelas do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, n. 40, p. 89-118, 2013.

MARINHO, L. F. As Novas Políticas de Segurança Pública e os Megaeventos: o Debate Acerca da Pacificação da Cidade do Rio de Janeiro. I Encontro de Estudantes de Pós-graduação em Geografia da UFF. 2011.

MASCARENHAS, G. *Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

_____. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 10, p. 142-170, 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3238>>. Acesso em 15 jul. 2020.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S.; *et. al.* Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2199-2209, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2019.

_____. *Malandros, Marginais e Vagabundos & A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

_____. Violência e Teoria Social. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 – no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 45-63.

_____. Violência, Crime e Corrupção: Conceitos Exíguos, Objeto Pleno. In: José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira, orgs. *Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2012.

MONJARDET, D. O que faz a polícia, Ed. **USP, Sao Paulo**, 2003.

MONTEIRO, R. A. “Torcer, Lutar Ao Inimigo Massacrar: Raça Rubro Negra!”: Uma Etnografia sobre Futebol, Masculinidade e Violência. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UERJ. 2001.

MORAES, L. P. B. “Falar, ouvir e escutar”: Etnografia dos processos de produção de discursos e de circulação da palavra nos rituais de participação dos conselhos comunitários de segurança. Tese de Doutorado em Antropologia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFF. Niterói, 2011.

MOSTARO, F. F. R.; HELAL, R. G.; AMARO, F. Futebol, nação e representações: a importância do estilo “futebol-arte” na construção da identidade nacional. **História Unisinos**, v. 19, n. 3, p. 272-282, 2015.

MOURA, G. A. *O Rio corre para o Maracanã*. **Rio de Janeiro: FGV**, 1998.

MUNIZ, J. “Ser Policial é, Sobretudo, uma Razão de Ser”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política – IUPERJ. 1999.

_____. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras. **Security and Defense Studies Review**, 2001.

MUNIZ, J.; SOARES, B. M. Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER-Viva Rio, 1998.

MURAD, M. *A violência no futebol: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas*. 2ª ed. São Paulo: Benvirá. 2017.

MURPHY, P.; WILLIAMS, J.; DUNNING, E. *Football on Trial: Spectator Violence and Development in the Football World*. Taylor & Francis e-Library. 2003.

MUSUMECI SOARES, B. Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policias. **Relatório do CESC**, 2012.

MUSUMECI, L.; MUNIZ, J. As instituições de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Projeto MARE-CAPES – Reforma do Estado e Proteção Social-Subprojeto Segurança Pública. UFRJ. 2000.

MUSUMECI, L. et al. Ser policial de UPP: aproximações e resistências. **Boletim segurança e cidadania**, v. 14, p. 1-28, 2013.

MUSUMECI, L. *UPP: Última Chamada*. Visões e Expectativas dos Moradores de Favelas Ocupadas pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEsEC, 2017.

NASCIMENTO, C.; BARRETO, T. V. 'Habitus' dos torcedores brasileiros e adoção do 'padrão FIFA' nos estádios da Copa do Mundo de futebol 2014. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 19, 2013.

OLIVEIRA, P. M. N. Entre a "guerra" e a "paz": os modelos de policiamento e o discurso midiático sobre segurança pública no Rio de Janeiro. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, n. 61, 2012.

ORTIZ, R. (org.). A procura da sociologia da prática. In.: _____. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 7-36.

PALERMO, L. C. Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 15, n. 1,2, p. 311-330, dez. 2013. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/28982>>. Acesso em: 26 jan. 2019. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2013v15n1-2p311>.

PEREIRA, L. A. M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PIMENTA, C. A. M. *Torcidas organizadas e futebol: violência e autoafirmação – aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté, SP: Vogal, 1997.

_____. Violência entre torcidas organizadas de futebol. São Paulo em Perspectiva. v. 14, n. 2, p. 122-128, 2000.

PMERJ. Saiba mais sobre o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios. Disponível em: <<http://www.pmerj.rj.gov.br/2015/10/saiba-mais-sobre-o-grupamento-especial-de-policiamento-em-estadios/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

PORTO, Maria Stela Grossi. "A violência urbana e suas representações sociais: O caso do Distrito Federal". São Paulo em Perspectiva, Vol. 13, no 4, pp. 130-135. 1999.

_____. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias* [online]. n.16, pp.250-273. ISSN 1517-4522. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200010>>. 2006.

POUTVAARA, PANU & PRIKS, MIKAEL. Hooliganism and Police Tactics. *Journal of Public Economic Theory*. 11. 441 - 453. 2009.

PROENÇA JÚNIOR, D. O enquadramento das missões de paz (PKO) nas teorias da guerra e teoria de polícia. **Instituições internacionais: comércio, segurança e integração**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, p. 147-197, 2003.

RAMOS, S. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 21, 2016.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania, 2)

REIS, D. A. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. **Lócus-Revista de História**, v. 24, n. 2, 2018.

REIS, H. H. B. Futebol e sociedade: as manifestações da torcida. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, UNICAMP. 1998.

_____. *Futebol e violência*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

_____. O Espetáculo Futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*. v. 31, n. 3. Campinas: maio 2010.

RIBEIRO, L. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Anál. Social**, Lisboa, n. 211, p. 272-309, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200003&lng=pt&nrm=ISO>. acesso em 31 out. 2020.

RIO DE JANEIRO. **DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA E A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PMERJ) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/5f26f86a751527ae032569ba00834b5f/35f5998f600092f403256b370048c4d1?OpenDocument>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

ROBLES, D. T. *Investigando a la Policía*. Reis: Revista española de investigaciones sociológicas, ISSN 0210-5233, Nº 59, 1992.

RODRIGUES FILHO, M. O negro no futebol brasileiro. 5ª edição. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2010.

RODRIGUES, R. R. S. Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato". Uma análise antropológica da identidade policial militar, a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFF, 2009.

SANTOS, M. S. dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, n. 8, p. 138-169, 2004.

SENTO-SÉ, J. T. O discurso brizolista e a cultura política carioca. *VARIA HISTORIA* n. 28, 2002.

SIMMEL, G. O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676- 8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. 1964.

SIMÕES, I. Clientes versus rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. **Rio de Janeiro: Multifoco**, 2017.

SKOLNICK, J. H. *Justice Without Trial: Law Enforcement in Democratic Society*. Nueva York, John Wiley & Sons. 1966.

SKOLNICK, J. H., and BAYLEY, D. H. *Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo Vol. 6*. Vol. 6. Edusp, 2002.

SOARES, C. E. L. *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2004.

SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, A. P. P. et al. Megaeventos Esportivos: competições esportivas ou políticas/econômicas?. **Motrivivência**, n. 41, p. 101-114, 2013.

SOUZA, E. L. de. *A carreira policial-militar*. Uma abordagem dos fatores determinantes da escolha. **Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública**, v. 2, n. 3, 2003.

SOUZA, F. S. (Coord.). *Marco de Segurança no Futebol: guia de recomendação para as forças de segurança pública em praças desportivas*. Brasília: Ministério da Justiça, Ministério dos Esportes, 2016.

STF. Tutela provisória incidental na medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental 635 Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF635DECISaO5DEJUNHODE20202.pdf>>. Acessado em: 19 de setembro de 2020.

STORANI, P. Vitória sobre a morte: a glória prometida. O "rito de passagem" na construção da identidade das operações especiais do BOPE/PMERJ. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói.

STOTT, C., ADANG, O., LIVINGSTONE, A., & SCHREIBER, M. *Variability in the collective behaviour of England fans at Euro2004: 'Hooliganism', public order policing and social change*. *European Journal of Social Psychology*, 37(1), 75–100. <<https://doi.org/10.1002/EJSP.338>>. 2007.

_____; _____. Tackling football hooliganism: A quantitative study of public order, policing and crowd psychology. *Psychology, Public Policy, and Law*. 14. 115-141. 2008.

TARDE, G. *As Leis da Imitação*. Porto: Rés editora, 1890.

TEIXEIRA, R. C. Futebol, emoção e sociabilidade: narrativas de fundadores e lideranças dos movimentos populares de torcedores no Rio de Janeiro. **Esporte e Sociedade**, v. 8, n. 21, p. 1-16, 2013.

_____. Os perigos da paixão: filosofia e prática das torcidas jovens cariocas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia – UFRJ. 1998.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP* Rio de Janeiro 40(1): 27-55, Jan./Fev. 2006.

TOLEDO, L. H. Por que xingam os torcedores de futebol? *Cadernos de Campo*. São Paulo, n. 3, p. 20-8, 1993.

_____. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados: Anpocs, 1996.

UBIRATAN, A.; PEREIRA-GUIZZO, C. S.; SENNA, V. Experiência no Batalhão Especializado de Policiamento de Eventos para a segurança pública no futebol de Salvador. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*. Ed. 13. Marília: maio de 2014.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, Feb. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>.

WACQUANT, L. Habitus. In.: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. C. de. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, pp. 213-217.

WACQUANT, L. *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

WEISS, R. A. Efervescência, dinamogenia e a ontogênese social do sagrado. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 157-179, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 19 de agosto de 2018.

WHYTE, W. F. 2005 [1943]. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

WIEVIORKA, M. O Novo Paradigma da Violência. *Tempo Social; Revista Sociologia – USP*, São Paulo. 1997, vol.9, n.1, pp.5-41.

ANEXO A - Diário oficial 02/08/2018

6 ANO XLIV - Nº 140 - PARTE I
QUINTA-FEIRA - 2 DE AGOSTO DE 2018



PODER EXECUTIVO

TLICH JUNIOR, ID. 5076431-4. Fiscal de Documentação e LEANDRO AMENTA CHOUZINHO, ID. 4425294-3, Fiscal de Documentação Suplente, para, em conjunto, serem responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 0772/2018, que entre si celebraram o FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa MJL MANUTENÇÃO E SERVIÇO LTDA. Proc. nº E-04/16/1459/2018.

Id: 2122588

Secretaria de Estado de Obras e Habitação

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 01/08/2018
PROCESSO Nº E-17/001/0812/2018 - Com base no pronunciamento da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Resolução SEOBRAS nº 1513, de 28.09.2017, constante na Ata do presente administrativo, bem como na legislação vigente, **HOMOLOGO** o resultado da **CONCORRÊNCIA NACIONAL nº 002/2018/SEOBRAS** cujo objeto é a **EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO E DRENAGEM, NAS LOCALIDADES DE ROSÁRIO E PIMENTEL, no Município de Teresopolis - RJ, e ADJUDICO** o objeto de certame à Empresa **ROSENGE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP**, com o valor total de **R\$ 2.228.731,50** (dois milhões, duzentos e vinte e oito mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), de acordo com a proposta apresentada e demais documentos, em conformidade com o edital.

Id: 2122593

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 01/08/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-17/001/100235/2018 - INDEFIRO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa **VICOM COM DE EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA.**, sendo tal decisão paulista na discricionariedade administrativa, respaldada pelos fatos constantes do processo administrativo **E-17/001/1411/2018**, no pronunciamento da área técnica responsável, bem como na manifestação da Comissão Permanente de Licitação, integrante desta Secretaria de Estado de Obras e Habitação - SEOBRAS.

Id: 2122682

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 01.08.2018

PROCESSO Nº E-18/005/285/2018 - MARISA DOS SANTOS ASSUMIÇÃO Arquite. Id Funcional nº 2890594-1. **AUTORIZO**, com validade a contar de 20.06.2018.

PROCESSO Nº E-17/004/10014/2018 - CARLOS ROBERTO PAIVA Engenheiro, Id Funcional nº 20615237. **AUTORIZO**, com validade a contar de 08.07.2018.

Id: 2122575

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL
DESPACHO DA DIRETORA DE 31.07.2018

Processo nº E-17/004/10022/2018 - ELIANE DE ALMEIDA SARDI-NHA, Engenheira, Nível A, matrícula nº 360.176-2, Id Funcional nº 4063955-0. De acordo com o disposto no artigo 129 do Decreto nº 2.479, de 08.03.1979, concedo 03 (três) meses de Licença Especial relativa ao período base de 25.06.2012 a 29.07.2017.

Id: 2122582

Secretaria de Estado de Segurança

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESEG Nº 1.213 DE 31 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DO GRUPO DE POLÍCIAS ESPECIAIS DE POLÍCIAMENTO EM ESTADOS (GEPE) EM BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLÍCIAMENTO EM ESTADOS (BEPE), NA ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 17 do Decreto Lei nº 92, de 06 de maio de 1975 e o que consta no Processo administrativo nº E-09/076/14/2018,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de padronizar os procedimentos operacionais do policiamento ostensivo, em eventos esportivos realizados nos estádios de futebol, abrangendo áreas internas e externas das alçadas, instalações; e

- a necessidade do emprego de efetivo especializado no contato com multitudes, torcedores em geral e o controle das torcidas organizadas;

RESOLVE:

Art. 1º - Transformar, sem aumento de efetivo e despesa, o Grupo Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), criado pela Resolução SSP nº 229, de 03 de fevereiro de 1999, em Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Comandante Geral da Polícia Militar expedirá ato indicando normas, atribuições, local do aquartelamento e estrutura do órgão transformado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução SSP nº 229, de 03 de fevereiro de 1999 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2018

General RICHARD FERNANDES NUNES
Secretário de Estado de Segurança

Id: 2122385

ATOS DO SECRETÁRIO DE 01.08.2018

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, que lhe conferem o Decreto nº 001 de 13 de março de 2018, e tendo em vista o que consta no processo nº E-09/487/10/0024/2018,

RESOLVE:

EXONERAR, a contar de 02 de julho de 2018, **RENATA DA SILVA REIS**, ID Funcional nº 5073898-4, do cargo em comissão de Assessoria II, símbolo DAI-6, Subsecretaria de Comando e Controle, da Secretaria de Estado de Segurança.

NOMEAR RENATA DA SILVA REIS, ID Funcional nº 5073898-4, no cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Subsecretaria de Comando e Controle, da Secretaria de Estado de Segurança, em vaga anteriormente ocupada por Ricardo Queiroz Lobosão, ID Funcional nº 5073898-4.

APOSTILAS DO SECRETÁRIO DE 31.07.2018

ATO DE 08.12.2014 - D.O. DE 10.12.2014. Tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº E-09/223/18/2018, **fica retificada** a promoção de **LEANDRO DE SOUZA PONTES**, Oficial de Cartório, ID funcional nº 4.385.915-1, à 3ª classe, a que se refere o ato ora apostilado, mantidos os demais termos.

ATO DE 13.04.2018 - D.O. DE 24.04.2018. Tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº E-09/223/14/2018, **fica retificada** a promoção de **JOÃO PEDRO MARQUINI SANTANA**, Inspetor de Polícia, ID funcional nº 4.342.097-4, à 4ª classe, a que se refere o ato ora apostilado, mantidos os demais termos.

ATO DE 19 DE MARÇO DE 1992 - D.O. DE 20.03.1992. Tendo em vista o que consta no ofício nº PGE/PG-04/OCJ/FMP/50/2018 da Procuradoria Geral do Estado e no processo judicial nº 0384910-07.2012.8.19.0001 da 15ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **fica retificada** para 05 de novembro de 1990 a data de investidura do servidor policial civil **JOSE MARTINS DE SOUZA JUNIOR**, matrícula nº 289.943-3 e ID Funcional nº 2983776-6, a que se refere o ato ora apostilado, mantidos os demais termos.

Id: 2122379

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 31.07.2018

PROCESSO Nº E-09/008/343/2018 - NAO CONHEÇO o recurso administrativo interposto pelo ex-policial militar **MARCELO SAAD FERREIRA**, com base nos fatos trazidos ao feito.

Id: 2122389

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 31.07.2018

PROCESSO Nº E-15/001/591/2018 - AUTORIZO, em conformidade com o disposto no Art. 1º, caput, do Decreto nº 001, de 13 de março de 2018, a cessão do servidor **CAP PM (RG 77.711) CARLOS LEANDRO DE ALMEIDA**, para a Secretaria de Estado de Governo, em substituição ao 1º TEN PM (RG 78.544) **EDER CARLOS DOS SANTOS MOURA**.

Id: 2122390

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 01.08.2018

PROCESSO Nº E-09/074/10022/2018 - AUTORIZO, em conformidade com o disposto no Art. 1º, caput, do Decreto nº 001, de 13 de março de 2018, a cessão do servidor 2º SGT PM (RG 68.490) **JEAN BATISTA LINO** para a Coordenadoria Institucional de Segurança da ALERJ em substituição ao 2º SGT PM (RG 59.933) **CELSO RICARDO ALEIXO**.

CONSELHO DIRETOR

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE 20.07.2018

PROCESSO Nº E-09/008/20/2013 - DETERMINO a aplicação da penalidade de suspensão temporária de 02 (dois) anos para participar de futuras licitações e manifestações de interesse sobre o valor do Contrato nº 013/2013 à empresa **R.B. MOURÃO - EPP**, com fundamento na cláusula décima terceira do Contrato nº 013/2013, no artigo 6º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Id: 2122383

FUNDO ESTADUAL DE INVESTIMENTOS E AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONSELHO DIRETOR

EXTRATO DA ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESTADUAL DE INVESTIMENTOS E AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FISED. Aos 26 dias do mês de julho do ano de dois mil e oitocentos e dezesseis horas, no Centro Integrado de Comando e Controle - CICC/RJ, situado na Rua Carmo Neto, s/n - Cidade Nova - Centro - Rio de Janeiro - RJ, realizou-se a sessão deliberativa do Conselho Diretor do FISED, sob a Presidência do Excm. Sr. Secretário de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, General de Divisão **Richard Fernandez Nunes** e tendo como Secretário o Coronel **EB Carlos Eduardo Barbosa da Costa**, Conselheiros presentes: da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social (SECTIDS), o Sr. **Gabriel Neves (titular)**, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico (SECCVIL), a Sra. **Fernanda Cordeiro Giambroni (suplente)**, da Secretaria de Estado de Administração Pública (SEAP), o Sr. **Dal. Pol. David Anthony Gonçalves Alves (titular)**, da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), o Sr. **Coronel BM Marcelo Hess de Azevedo (suplente)**, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Sra. **Renata de Santos Mendes de Farias Mello (suplente)**, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), a Sra. **Promotora Andreia Rodrigues Amin (titular)**, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Sra. **Procuradora Giselle Welwete Martins Alves (suplente)**, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o Sr. **Coronel Celso de Azevedo (titular)**, da Sociedade Civil, o Sr. **Marcio Fortes de Almeida (FIRJAN)** e o Sr. **Antônio Luiz Tibúrcio Nogueira**. Não houve comparecimento de representantes da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) e do Tribunal de Justiça do Estado (TJRJ). Deliberações: o Secretário Executivo, Coronel **EB Carlos Eduardo Barbosa da Costa** apresentou ao Colegiado as disposições gerais da legislação afeta ao Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - FISED. Em seguida, foi apresentada a composição do Conselho Diretor, com a indicação dos titulares e suplentes dos órgãos dispostos no art. 3º da Lei Complementar nº 178, de 29 de dezembro de 2017, tendo sido aprovada por todos os Conselheiros presentes. Por fim, em cumprimento ao § 4º do artigo 7º do Regimento Interno, foi realizada a votação da matéria em exame, que resultou da decisão quanto à aplicação do primeiro depósito destinado ao FISED, voltado para o atendimento das demandas da Secretaria de Estado de Segurança (incluindo as Polícias Civil e Militar) e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social, conforme o disposto na Lei nº 7.947, de 03 de maio de 2018. Colocadas em votação, o Colegiado deliberou, por maioria absoluta dos membros do Conselho, pela aprovação das destinações apresentadas, alocadas em ações de segurança pública e desenvolvimento social. Nada mais tendo sido tratado, a reunião foi encerrada. Em sumário.

Id: 2122542

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

APOSTILA DO CHEFE DE 31/07/2018

ATO DE 31/07/2018 - Fica retificado o nome da servidora para **MARIANA DIOGO PESSANHA SUHETT**, Identidade Funcional nº 571.271-8, face ter ocorrido matrimônio, processo nº E-09/168/306/2018.

Id: 2122460

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEPARTAMENTO GERAL DE RECURSOS HUMANOS SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE DE 01/08/2018

PROC. Nº E-09/386/100001/2018 - ANDREA NEVES DE ALMEIDA- ID Funcional nº 564.750-9 - 270 dias.

PROC. Nº E-09/229/10001/2018 - LUIZ MONTEIRO PEREIRA - ID Funcional nº 571.083-9 - 159 dias.

PROC. Nº E-09/146/100013/2018 - MARCELO ROCHA DA SILVA - ID Funcional nº 4.251.127-5 - 6428 dias.

ANOTE-SE, PARA FINS DE APOSENTADORIA, O TEMPO DE SER-

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO CHEFE DO ESTADO MAIOR GERAL

DE 01.08.2018

PROC. Nº E-09/013/0008/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1º CPA.

PROC. Nº E-09/14/0004/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 2º CPA.

PROC. Nº E-09/015/0007/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 3º CPA.

PROC. Nº E-09/016/0012/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 4º CPA.

PROC. Nº E-09/017/0020/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 5º CPA.

PROC. Nº E-09/018/0018/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 6º CPA.

PROC. Nº E-09/019/0012/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 7º CPA.

PROC. Nº E-09/059/0049/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1º CIPM.

PROC. Nº E-09/19/0006/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1º DPJM.

PROC. Nº E-09/120/0007/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 2º DPJM.

PROC. Nº E-09/21/0006/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 3º DPJM.

PROC. Nº E-09/12/0011/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 4º DPJM.

PROC. Nº E-09/123/0002/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 5º DPJM.

PROC. Nº E-09/124/0009/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 6º DPJM.

PROC. Nº E-09/125/0007/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 7º DPJM.

PROC. Nº E-09/436/0005/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 8º DPJM.

PROC. Nº E-09/105/0051/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao A/J.

PROC. Nº E-09/130/0021/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à APM.

PROC. Nº E-09/100/0018/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CComSoc.

PROC. Nº E-09/501/0003/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CCPMERJ.

PROC. Nº E-09/126/0010/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CCRIM.

PROC. Nº E-09/139/0012/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CCEPOM.

PROC. Nº E-09/137/0014/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CEFD.

PROC. Nº E-09/486/0015/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CETIC.

PROC. Nº E-09/132/0004/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CIEAT.

PROC. Nº E-09/118/0092/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CPROEIS.

PROC. Nº E-09/134/0013/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CTRIM.

PROC. Nº E-09/101/0007/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CIPMMUS.

PROC. Nº E-09/096/0007/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CMARM.

PROC. Nº E-09/515/0033/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CGF.

PROC. Nº E-09/523/0003/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CONTROLADORIA.

PROC. Nº E-09/131/0069/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CFPAP.

PROC. Nº E-09/135/0049/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CPMRJ.

PROC. Nº E-09/082/0007/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CPROEIS.

PROC. Nº E-09/134/0013/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao COPS.

PROC. Nº E-09/133/0014/2018 - RATIFICO, com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de 2012, a transferência financeira da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao COPS.

Secretaria de Estado de Segurança

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESEG Nº 1.213 DE 31 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DO GRUPOAMENTO ESPECIAL DE POLICIAMENTO DE ESTÁDIOS (GEPE) EM BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO EM ESTÁDIOS (BEPE), NA ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 47 do Decreto-Lei nº 92, de 06 de maio de 1975 e o que consta no Processo administrativo nº E-09/076/41/2018,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de padronizar os procedimentos operacionais do policiamento ostensivo, em eventos esportivos realizados nos estádios de futebol, abrangendo áreas internas e externas das aludidas instalações; e
- a necessidade do emprego de efetivo especializado no contato com multidões, torcedores em geral e o controle das torcidas organizadas;

RESOLVE:

Art. 1º - Transformar, sem aumento de efetivo e despesa, o Grupoamento Especial de Policiamento de Estádios (GEPE), criado pela Resolução SSP nº 229, de 03 de fevereiro de 1999, em Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Comandante Geral da Polícia Militar expedirá ato indicando normas, atribuições, local do aquartelamento e estrutura do órgão transformado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução SSP nº 229, de 03 de fevereiro de 1999 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2018

General RICHARD FERNANDEZ NUNES
Secretário de Estado de Segurança

Id: 2122385

ANEXO B - Diário oficial 05/12/2018

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ANO XLIV - Nº 224. QUARTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2018. www.imprensaoficial.rj.gov.br

GOVERNADOR Luiz Fernando de Souza. INTERVENTOR General de Exército Braga Netto. VICE-GOVERNADOR Francisco Dornelles. ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO. SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO. SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA. SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES. SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PARA MULHERES E IDOSOS. CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. PORTAL DO CIDADÃO - GOVERNO DO ESTADO www.governo.rj.gov.br

SUMÁRIO. Atos do Poder Legislativo... 1. Atos do Poder Executivo... 1. Gabinete do Governador... 2. Gabinete do Vice-Governador... 3. ORÇÃOS DA CHEFE DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)... 4. Casa Civil e Desenvolvimento Econômico... 4. Governo... 6. Fazenda e Planejamento... 6. Obras e Habitação... 10. Segurança... 10. Administração Penitenciária... 11. Saúde... 12. Defesa Civil... 14. Educação... 14. Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social... 16. Transportes... 20. Ambiente... 21. Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento... 22. Trabalho e Renda... 22. Cultura... 22. Esporte, Lazer e Juventude... 23. Turismo... 23. Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos... 23. Controladoria Geral do Estado... 23. Procuradoria Geral do Estado... 23. AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO... 24. REPARTIÇÕES FEDERAIS... 24. AVISO: O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro...

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 8191 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. ALTERA A LEI Nº 4129, DE 16 DE JULHO DE 2003, QUE OBRIGA OS SUPERMERCADOS A DIVULGAR COM DESTAQUE A DATA DE VENCIMENTO DA VALIDADE DOS PRODUTOS INCLUIDOS EM TODAS AS PROMOÇÕES ESPECIAIS LANÇADAS POR ESTES ESTABELECIMENTOS. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - O artigo 3º, da Lei nº 4129, de 16 de julho de 2003, passa a ter a seguinte redação: 'Art. 3º - O não atendimento do previsto nesta Lei sujeitará o responsável ao pagamento de multa nos termos do Código de Defesa do Consumidor.' Art. 2º - Ficam suprimidos os incisos I, II e III do artigo 3º, da Lei nº 4129 de 05 de outubro de 2003. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018. FRANCISCO DORNELLES Governador em exercício. Projeto de Lei nº 2948/2014. Autoria da Deputada: Cidinha Campos. Id: 2148934

LEI Nº 8192 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. OBRIGA AS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A DISPONIBILIZAREM CADERNAS EM LOCAIS DETERMINADOS AOS PORTADORES DE TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - As unidades escolares públicas e privadas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, ficam obrigadas a disponibilizar, em suas salas de aula, assentos na primeira fila aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH assegurando seu posicionamento afastado de janelas, cartazes e outros elementos, possíveis potenciais de distração. Parágrafo Único - É direito do aluno diagnosticado a realizar as atividades de avaliação e provas durante o ano letivo, em local diferenciado, com o auxílio preferencialmente do Professor Especializado e com maior tempo para a sua realização. Art. 2º - Para o atendimento ao art. 1º, será necessária a apresentação, por parte dos pais ou responsáveis pelo aluno, de laudo médico comprovante de TDAH, emitido por médico especialista em neurologia ou psiquiatria. Art. 3º - As escolas das redes pública e privada deverão prever e prover, na organização de suas classes, flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Parágrafo Único - Deverão também promover formação continuada sobre os temas relacionados à escolarização de pessoas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, para que o profissional docente e o corpo técnico-pedagógico tenham maior compreensão acerca das questões pertinentes às adaptações e flexibilização curriculares, metodologias, recursos didáticos e processos avaliativos de que trata o caput. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018. FRANCISCO DORNELLES Governador em exercício. Projeto de Lei nº 1342-A/15. Autoria dos Deputados: Nivaldo Mulin e Tio Carlos. Id: 2148935

LEI Nº 8193 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. ALTERA A LEI Nº 5.645/2010 E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O DIA DE COMEMORAÇÃO AO EXERCÍCIO LEGAL DA PROFISSÃO DE BOMBEIRO CIVIL, A SER COMEMORADO NO DIA 12 DE JANEIRO. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica incluído, no anexo da Lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, que consolida a legislação relativa às datas comemorativas do Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o DIA DE COMEMORAÇÃO AO EXERCÍCIO LEGAL DA PROFISSÃO DE BOMBEIRO CIVIL, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de JANEIRO. Art. 2º - O Anexo da Lei nº 5.645, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação: 'ANEXO CALENDÁRIO DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (...) 12 - DIA DE COMEMORAÇÃO AO EXERCÍCIO LEGAL DA PROFISSÃO DE BOMBEIRO CIVIL.' Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018. FRANCISCO DORNELLES Governador em exercício. Projeto de Lei nº 3911/18. Autoria do Deputado: Paulo Ramos. Id: 2148936

LEI Nº 8194 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO JOSÉ. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública a Associação Educacional São José. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018. FRANCISCO DORNELLES Governador em exercício. Projeto de Lei nº 4224/18. Autoria do Deputado: Samuel Malafaia. Id: 2148937

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 46.513 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. DA NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 1º DO LIVRO XIII (DA OPERAÇÃO COM VEÍCULO) DO REGULAMENTO DO ICMS APROVADO PELO DECRETO Nº 27.427, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2000. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IV do art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o disposto no Convênio ICMS 9/16, de 09 de março de 2016, bem assim o contido no Processo nº E-04/058/20/2018, DECRETA: Art. 1º - O caput do art. 1º do Livro XIII do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000, com a alteração introduzida pelo Decreto nº 46.297, de 05 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 1º - Na operação interna e de importação com veículo automotor novo, a base de cálculo do ICMS é reduzida de forma que a carga tributária corresponda à aplicação direta da alíquota de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação, sendo dispensada a discriminação, na Nota Fiscal, do valor referente à base de cálculo reduzida. (...)'. Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018. FRANCISCO DORNELLES Id: 2148947

DECRETO Nº 46.514 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO, DA ESTRUTURA DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE (BPCHO) PARA A DO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLÍCIAMENTO EM ESTÁDIOS (BEPE), DAS GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS (GEE) RECEBIDAS PELOS POLÍCIAS QUE, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SESEG Nº 1.213/2018, PASSARÃO A INTEGRAR O EFETIVO DO NOVO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que dispõem os incisos II e VI do art. 145 da Constituição Estadual, o art. 24, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e o que consta do Processo Administrativo nº E-08/04/0056/2018, e CONSIDERANDO: - que através do Decreto Estadual nº 43.135/2011, foi instituído a gratificação de encargos especiais (GEE) aos Policiais Militares lotados no Batalhão de Polícia de Choque (BPCHO), no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em face de sua atividade funcional especializada e quando no efetivo exercício das suas funções, limitando o efetivo da Unidade em 1.196 (um mil, cento e noventa e seis) policiais militares; - que o Decreto Estadual nº 44.578/2014 alterou o limite do efetivo daquela Unidade para 1.500 (um mil e quinhentos) Policiais Militares, beneficiando com a referida gratificação os policiais do Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios (GEPE), que integrava a estrutura do Batalhão de Polícia de Choque; e - que a Resolução SESEG nº 1.213/2018 transformou, sem aumento de efetivo e de despesa, o Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios (GEPE) em Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), tendo em vista a necessidade de padronizar os procedimentos operacionais de policiamento extensivo em eventos esportivos realizados nos estádios de futebol;

DECRETA: Art. 1º - Ficam remanejadas as 304 (trezentos e quatro) gratificações de encargos especiais (GEE) destinadas aos Policiais Militares que integram o antigo Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios (GEPE), do Batalhão de Polícia de Choque, para a estrutura do atual Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE). Art. 2º - A gratificação de encargos especiais (GEE) não se incorporará, para qualquer efeito, aos vencimentos do Policial Militar e não poderá ser acumulada com qualquer outra gratificação de natureza semelhante. Art. 3º - A referida gratificação fica excluída da base de cálculo do adicional de tempo de serviço e de quaisquer outros percentuais que incidam sobre o soldo dos servidores militares. Art. 4º - A lotação máxima do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) fica fixada em 304 (trezentos e quatro) Policiais Militares e a do Batalhão de Polícia de Choque (BPCHO) em 1.196 (um mil, cento e noventa e seis) policiais militares. Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018. FRANCISCO DORNELLES Id: 2148948

DECRETO Nº 46.515 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. DA NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 46.275 DE 05 DE ABRIL DE 2018, QUE CRIA O COMITÊ ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEDERJH, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº E-31/002/1004/3/2016,

Imprensa Oficial GOVERNO DO RIO DE JANEIRO documento assinado digitalmente. A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-feira, 05 de Dezembro de 2018 às 01:39:57 -0200.

DECRETO Nº 46.514 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO, DA ESTRUTURA DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE (BPCHQ) PARA A DO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO EM ESTÁDIOS (BEPE), DAS GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS (GEE) RÉCEBIDAS PELOS POLICIAIS QUE, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SESEG Nº 1.213/2018, PASSARAM A INTEGRAR O EFETIVO DO NOVO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em exercício, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que dispõem os incisos II e VI do art. 145 da Constituição Estadual, o art. 24, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e o que consta do Processo Administrativo nº E-09/074/100056/2018, e

CONSIDERANDO:

- que através do Decreto Estadual nº 43.135/2011, foi instituído a gratificação de encargos especiais (GEE) aos Policiais Militares lotados no Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em face da sua atividade funcional especializada e quando no efetivo exercício das suas funções, limitado o efetivo daquela Unidade em 1.196 (um mil, cento e noventa e seis) policiais militares;

- que o Decreto Estadual nº 44.576/2014 alterou o limite do efetivo daquela Unidade para 1.500 (um mil e quinhentos) Policiais Militares, beneficiando com a referida gratificação os policiais do Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios (GEPE), que integrava a estrutura do Batalhão de Polícia de Choque; e

- que a Resolução SESEG nº 1.213/2018 transformou, sem aumento de efetivo e de despesa, o Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios (GEPE) em Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), tendo em vista a necessidade de padronizar os procedimentos operacionais de policiamento ostensivo em eventos esportivos realizados nos estádios de futebol;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam remanejadas as 304 (trezentos e quatro) gratificações de encargos especiais (GEE) destinadas aos Policiais Militares que integravam o antigo Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios (GEPE), do Batalhão de Polícia de Choque, para a estrutura do atual Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE).

Art. 2º - A gratificação de encargos especiais (GEE) não se incorporará, para qualquer efeito, aos vencimentos do Policial Militar e não poderá ser acumulada com qualquer outra gratificação de natureza semelhante.

Art. 3º - A referida gratificação fica excluída da base de cálculo do adicional de tempo de serviço e de quaisquer outros percentuais que incidam sobre o soldo dos servidores militares.

Art. 4º - A lotação máxima do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) fica fixada em 304 (trezentos e quatro) Policiais Militares e a do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) em 1.196 (um mil, cento e noventa e seis) policiais militares.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018

FRANCISCO DORNELLES

Id: 2149848

ANEXO C - Diário oficial 10/07/2019

Secretaria de Estado de Polícia Militar

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 110 DE 06 DE JULHO DE 2019

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICAMENTO EM ESTÁCIOS - BEPE.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 17, inciso I, do Decreto nº 813, de 20 de setembro de 1976, e tendo em vista o previsto no artigo 73 das Instruções Gerais para Policiais da PMRJ (G-17),

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Batalhão Especializado de Policamento em Estações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BEPE).

Art. 2º - Classificar como FC - a referida legislação.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2019

RODRIGO FERRAZ DE LACERDA - CEL PM
Secretário de Estado de Polícia Militar

REGIMENTO INTERNO DO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICAMENTO EM ESTÁCIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BEPE

TÍTULO I
Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I
Da Finalidade e da Aplicação

Art. 1º - O Regimento Interno prescreve tudo quanto se relaciona com a vida interna e com os serviços do Batalhão Especializado de Policamento em Estações, estabelecendo normas relativas às atividades, às responsabilidades e ao exercício das funções e das tarefas de suas integrantes.

CAPÍTULO II
Do Batalhão Especializado de Policamento em Estações
DO COMANDO DO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICAMENTO EM ESTÁCIOS

SEÇÃO I
Do Batalhão Especializado de Policamento em Estações

Art. 2º - A Polícia de Policamento em Estações do Batalhão Especializado de Policamento em Estações - BEPE está subordinada aos seguintes aspectos: eficiência, unidade e estabilidade na prestação dos serviços de prevenção de violência em locais designados, segurança nos deslocamentos das torcedoras, partidas, chegada, saída e estadia na guarda da integridade física do atleta e de seus familiares, bem como a segurança física e proporcional realizada nas condições do torcedor-participante no que se refere ao acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo.

Art. 3º - Compete ao Batalhão Especializado de Policamento em Estações - BEPE que é organizado com base na hierarquia e na disciplina:

- I - Atuar em casos de solicitação do organizador da reestratificação do torneio de jogo ou necessidade, mediante solicitação do Comando da Competição, no período de segurança interno, no âmbito do recinto do evento sob a cobertura de ações de autoclassificação de ingresso e credenciais;
- II - Atuar em casos de solicitação do organizador da reestratificação do torneio de jogo ou necessidade, mediante solicitação do Comando da Competição, no período de segurança externo, na verificação das condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo;
- III - Controlar as normas expedidas pelo Ministério do Esporte, relativas aos locais e eventos;
- IV - Em caso de solicitação da entidade responsável pela organização de competição desportiva profissional, antes do Local de Segurança que atenderá as suas condições de segurança da Praça Desportiva que atenderá eventos desportivos;
- V - Realizar a visita preliminar de segurança devendo ser realizada a manutenção das condições que foram verificadas no Local de Segurança e demais locais identificáveis existentes para a segurança do evento, autorizando os órgãos competentes, nos casos em que se constataram situações que necessitam de adoção de medidas corretivas;
- VI - Recorrer à utilização da instalação desportiva por incompatibilidade com as propriedades do recinto esportivo ou quando a praça desportiva não possui condições adequadas para a sua instalação;
- VII - Orientar junto ao organizador do evento, o local, o tipo de gramado e a forma como deve ser colocado visando a organização do fluxo de torcedores;
- VIII - Verificar se a quantidade de orientadores de público está suficiente para a demanda de organização de fluxos e controle de fluxo de torcedores e atuar em órgãos competentes, quando todos as medidas desautorizadas;
- IX - Verificar se a quantidade de seguradoras privadas é proporcional ao público estimado, tomando como base os ingressos disponibilizados para o público, e se está de acordo com o Plano de Segurança que a entidade de prática desportiva/organização do evento apresenta nas normas preparatórias;
- X - Proceder à inspeção do estabelecimento, em locais de fluxos de fluxo, antes da abertura das portas (prestando áreas e serviços destinados ao público).

- XI - Autorizar a abertura das portas, após certificar-se de que a segurança está controlada, e que o policiamento já está posicionado, autorizando a presença das Tarefas e a devida cobertura do funcionamento dos equipamentos para isolamento das ingressas;
- XII - Proceder à troca de informações com as Polícias dos Estados de origem das torcedoras visitantes, capacitando-as, treinamento e acompanhamento por todo o evento;
- XIII - Orientar as torcedoras organizadas e sendo impedido a disseminação de informações negativas ou situações socialmente reprovadas ou violentas;
- XIV - Realizar a visita e verificação das condições das unidades utilizadas pelas torcedoras organizadas, a ocupação e a documentação das credenciais;
- XV - Acompanhar em conjunto as câmeras de torcedoras, mediante visitas regulares, acompanhando o estadiaje que somente ocorrerá após visita pessoal de prevenção e segurança e visita eventual, devendo ser realizada a inspeção, manutenção e acompanhamento da visita até o encerramento do evento;
- XVI - Estabelecer de maneira coordenada com todos os órgãos envolvidos no evento, o fluxo, bem como pontos alternativos, considerando todas medidas, principalmente de torcedoras organizadas, visando tipos que caracterizam essa situação;
- XVII - Atuar de maneira conjunta com o órgão de trânsito, o local de estacionamento das torcedoras, preferencialmente próximo ao recinto, de modo que o deslocamento das torcedoras ocorra junto ao ponto de acesso;
- XVIII - Em casos de solicitação do organizador do evento de utilização do jogo, realizar de maneira coordenada com os demais órgãos envolvidos nesta situação, as delegações e visitas até o local do evento esportivo;
- XIX - Em casos de solicitação de torcedoras organizadas ou necessidade, mediante solicitação do Comando do Batalhão Especializado de Policamento em Estações, realizar de maneira coordenada com os demais órgãos envolvidos nesta situação, as torcedoras organizadas até o local do evento esportivo ou local como na saída do evento;
- XX - Atuar de maneira coordenada com o órgão de trânsito e guarda municipal, de modo a evitar e controlar as áreas de estacionamento para veículos públicos e demais veículos de emergência, visando das delegações, crises de torcedoras organizadas e torcedoras visitantes;
- XXI - Controlar de maneira coordenada, com o órgão de trânsito e guarda municipal, as vias de acesso, de forma a garantir a organização, orientação e segurança do fluxo de torcedoras e veículos, bem como as medidas para trânsito de veículos de emergência;
- XXII - Manter o policiamento no entorno do recinto esportivo dentro, antes de eventos, todos, em especial nas áreas de estacionamento, observando os fluxos e responsabilidades previstas em lei;
- XXIII - Atuar na organização e deslocamento de torcedoras, visando torcedoras e veículos;
- XXIV - Manter atitude respeitosa visando prevenir o cometimento de infrações penais e infrações de trânsito de "transitar" e condutas;
- XXV - Patrulhar o policiamento nos pontos de acesso visando torcedoras e atuar no dependo de torcedoras sem ingressos;
- XXVI - Acompanhar as torcedoras, monitorando e orientando cada torcedora para que se desloque em seu veículo, até a sua chegada junto aos respectivos veículos ou Estações públicas;
- XXVII - Controlar, em conjunto com o órgão de trânsito e guarda municipal, as vias de movimento do público, para garantir a organização, orientação e segurança do fluxo de torcedoras e veículos;
- XXVIII - Realizar de maneira coordenada com o órgão de trânsito e guarda municipal o fechamento das vias para separação de torcedoras;
- XXIX - Participar, antes do início de competição, de maneira integrada com as entidades de prática desportiva que dispõem o campeonato, com os órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer de mobilização do Plano de Ação Civil de Segurança e Contingências;
- XXX - Participar do evento preparatório de segurança, antes de cada partida, de maneira integrada com as entidades de prática desportiva que dispõem a partida, com os órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer;
- XXXI - Realizar, a critério do Comando do Batalhão Especializado de Policamento em Estações, antes de cada partida, reunião de segurança com os representantes das torcedoras organizadas envolvidas;
- XXXII - Realizar uma classificação de risco para cada partida, de modo a permitir o planejamento adequado das medidas de segurança e prevenção de eventos;
- XXXIII - Manter cadastro atualizado das associações ou entidades de torcedoras organizadas, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - 1) Nome completo;
 - 2) Fotografia;
 - 3) Fluxão;
 - 4) Número do registro CNPJ;
 - 5) Número do CPF;
 - 6) Data de nascimento;
 - 7) Estado civil;
 - 8) Profissão;
 - 9) Endereço completo; e
 - 10) Encargados.

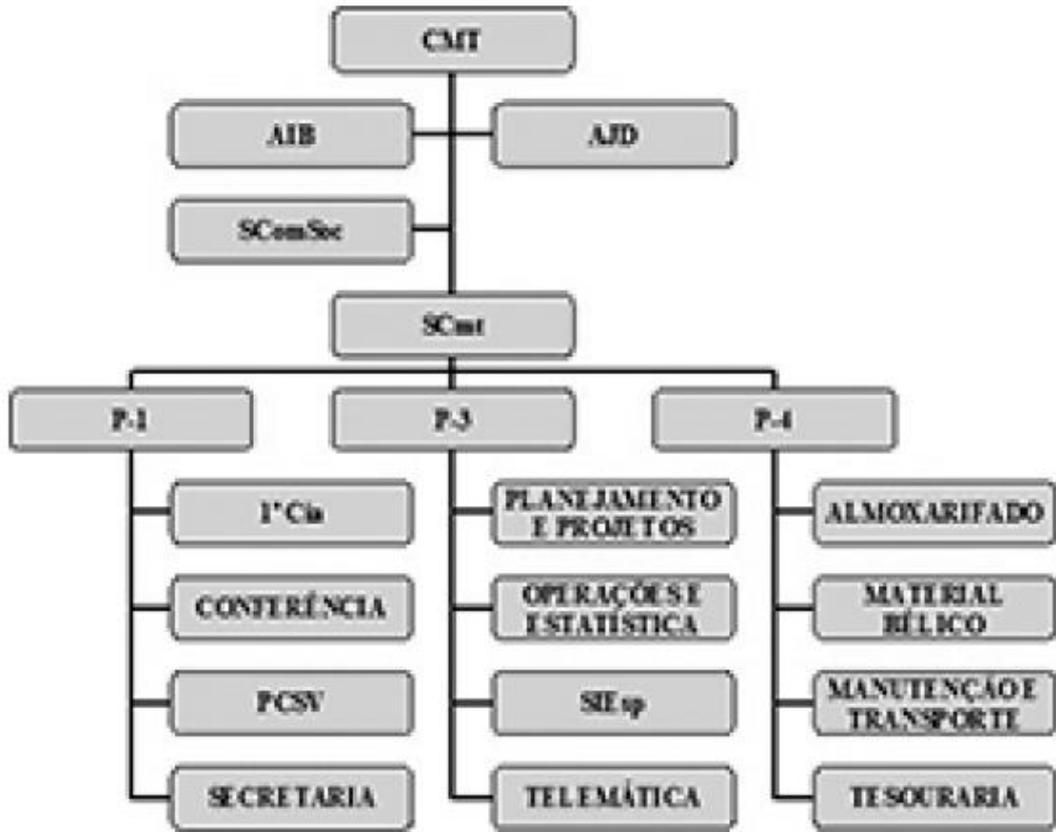
§ 1º - Para efeitos de aplicação das letras I e II do presente artigo, deverá a entidade responsável pela organização do(a) reestratificação conter em seu (s) nome(s) e (s) nome de autoclassificação, o nome e o local da instalação das partidas em que a partida das equipes depende de resultado anterior, conforme previsto no inciso I do artigo 16 da Lei nº 10.871, de 11 de maio de 2003.

§ 2º - O período de segurança interno, de que trata o inciso II do presente artigo, deve ser considerado como a área delimitada das câmeras de controle de acesso e classificação de ingresso e credenciais para o trânsito de torcedoras efetuado no recinto sob o controle desta.

§ 3º - Para efeitos de aplicação do inciso IV do presente artigo, caberá à entidade de prática desportiva/delegação do torneio de jogo ou a quem seja delegada a organização do(a) reestratificação atuar em responsabilidades apontadas nos locais físicos, caso exista, ou as recomendações realizadas pelo Ministério Público do Estado.

§ 4º - Para efeitos de aplicação do inciso V do presente artigo, a entidade responsável pela organização da competição somente pode

ANEXO
ORGANOGRAMA DO BEPE



ANEXO E - Estrutura do batalhão



Fotografias apresentam uma visão geral do batalhão.
Fonte: A autora, 2019.



Fotografia apresenta o lado interno da unidade. Neste local que são localizadas as seções.
Fonte: A autora, 2019.





Fotografias da área onde são realizadas as confraternizações, com churrasqueira e mesa de sinuca. Ao fundo são estacionadas as viaturas.

Fonte: A autora, 2019.



Foto de um dos alojamentos masculinos (separados por patentes e graduações). Enquanto que só há um alojamento feminino para todas as mulheres do efetivo.

Fonte: A autora, 2019.



Fotografia da entrada da sala de instrução (primeira porta a esquerda) e a Reserva de Material Bélico (as duas pequenas janelas e a primeira porta à direita).
Fonte: A autora, 2019



Pensão da unidade (porta de vidro), onde fazem as refeições.
Fica ao lado de alojamentos, das salas da Primeira Companhia e da Fiscal de Dia.
Fonte: A autora, 2019.



Fotografia da guarda com bancos improvisados (ao fundo) e este primeiro fosso (no inferior da fotografia) são onde ocorrem as “sugas” dos policiais do CPPD. O aluno fica dentro deste buraco enquanto jogam água, este é obrigado a cantar e afirmar gritos de guerra.

Fonte: A autora, 2019.



Foto da parte superior das escadas para acesso às salas das seções.

Fonte: A autora, 2019.



Fotografia do hall da escada no início da minha etnografia.
Fonte: A autora, 2019.





Fotografia do hall da escada no final da minha etnografia. Observe a mudança das cores e a imagem transmitida pelo brevê moldado por cartuchos.
Fonte: A autora, 2019.



Fotografia da academia onde os policiais treinam, possuem instruções físicas e onde são ministradas as aulas de kickboxing.
Fonte: A autora, 2019.

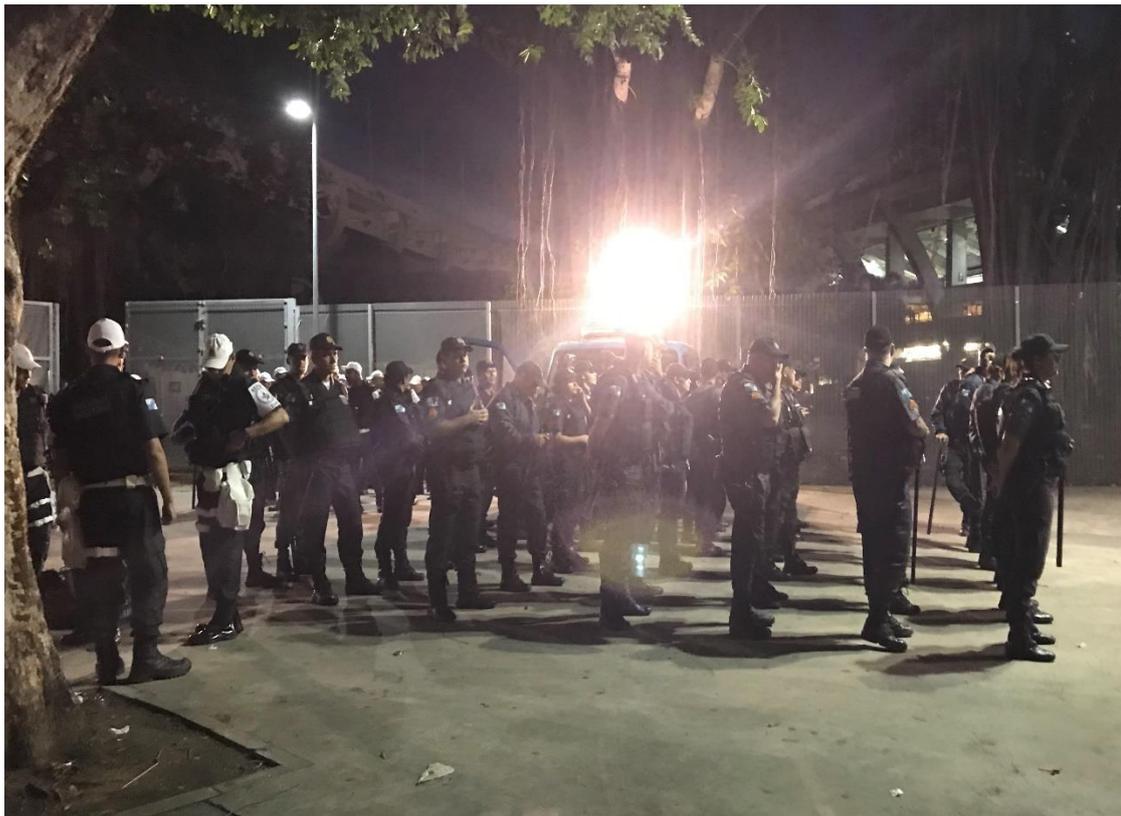


Foto da sala do Comandante.
Fonte: A autora, 2019.

ANEXO F - Atuação do bepe



Formação dos policiais para ouvir as instruções pré-jogo.
Fonte: A autora, 2019.



Formação dos policiais de apoio para distribuição dos postos.
Fonte: A autora, 2019.



Lanche que os policiais recebem antes dos jogos.
Fonte: A autora, 2019.





**SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLÍCIAMENTO EM ESTÁDIOS**

EVENTO: FLAMENGO X GOIÁS (BRASILEIRÃO)
DATA: 14 DE JULHO DE 2019 (DOMINGO)
HORA: 11:00hrs
LOCAL: MARACANÁ

MATERIAIS AUTORIZADOS DAS TORCIDAS ORGANIZADAS

<p>JOVEM FLA: ENCONTRA-SE PUNIDA, NÃO ESTANDO AUTORIZADA A ENTRAR COM QUALQUER MATERIAL QUE IDENTIFIQUE A TORCIDA, INCLUSIVE MATERIAL DE VENDA. OS TORCIDORES NÃO PODERÃO ESTAR TRAJANDO CAMISA, SHORTS OU QUALQUER OUTRA ROUPA DA TORCIDA, SEM COMO NÃO PODERÃO ADENTRAR AO ESTÁDIO, NEM PERMANECER NO RAO DE 8.500 MTS. METROS. (PROCESSO Nº 006231417.2018.8.18.0001) TÉRMINO: 03 / ABR / 2020</p> <p>SACA: ENCONTRA-SE PUNIDA, NÃO ESTANDO AUTORIZADA A ENTRAR COM QUALQUER MATERIAL QUE IDENTIFIQUE A TORCIDA, INCLUSIVE MATERIAL DE VENDA. OS TORCIDORES NÃO PODERÃO ESTAR TRAJANDO CAMISA, SHORTS OU QUALQUER OUTRA ROUPA DA TORCIDA, SEM COMO NÃO PODERÃO ADENTRAR AO ESTÁDIO, NEM PERMANECER NO RAO DE 8.500 MTS. METROS. (PROCESSO Nº 0286107-51.2018.8.18.0001) TÉRMINO: 28 / JAN / 2022</p> <p>FLA-CRUZEIRO:</p> <p>FLA-NATAL:</p> <p>FLA-MOEDA:</p> <p>FLA-MURFETA:</p> <p>FLABREX:</p> <p>FALANGE RUBRO-NEGRA</p> <p>TORÇAS AS TORCIDAS AGM/ INDETERMINADAS ENCONTRA-SE COM PRESENCIA DO INTERSÉ, NÃO PODENDO ENTRAR NO ESTÁDIO COM FAIXAS, BANDEIRAS, MATERIAL DE PERCUSSÃO E MATERIAL DE VENDA. SEM INTEGRANTES PODERÃO ENTRAR NO ESTÁDIO UNIFORMIZADOS.</p> <p style="text-align: center;">ATENÇÃO</p> <p>ESTA TORCIDAMENTE PROIBIDA A ENTRADA DE FAIXA COM A INSCRIÇÃO "FLAMURETA" E "FLABREX". O CMT DE REVISTA DEVERÁ ATENTAR PARA O CUMPRIMENTO DA ORDEM O CMT DA REVISTA DEVERÁ ORIENTAR AS TORCIDAS QUE QUEIRAM ENTRAR COM MATERIAS E ESTABELECER EM CONTATO, SOLICITANDO ATRAVES DO E-MAIL: baqa.torcidasorganizadas@semil.com.br</p> <p>JARBAS MENEGUINI CARLINI - CPF 014396337-53 01 TAÇA EM GESSO</p>	<p>BRUNIZADA: 01 FAIXA 02 BANDEIRAS 02 BUNDOS 02 CAIXAS 02 REPIÑQUE E BAQUETAS 02 BUNDOS 02 CAIXAS 02 BUNDOS</p> <p>FOCAL DICHES - VERMELHO/JAÇÓ (BANANA) 1000 SALGADINHOS - PRETO/RAJO (BANANA) 1000 BOLSAS BRANCAS</p> <p>NACAO LE: 01 FAIXA (NACAO LE) 04 BANDEIRAS COM BAMBUI 04 BANDEIRAS COM BAMBUI 01 BATERIA 02 SURUCOS, 01 CAIXA, 01 REPIÑQUE E BAQUETA 01 BANDEIRAS 01 FAIXAS VERTICAIS 02 CHAVES PARA AFINAÇÃO DE INSTRUMENTO</p> <p>IMPÉRIO RUBRO NEGRO: 01 FAIXA 04 BANDEIRAS COM BAMBUI 01 BATERIA 02 SURUCOS, 01 CAIXA, 01 REPIÑQUE E BAQUETA</p> <p>CRANANDA RUBRO-NEGRA: 02 TROMBONES 02 TROMPETES 01 SAX 01 CAIXA 02 SURUCOS</p> <p>FLA-MANGUACÁ: 01 FAIXA (FLAMANGUACÁ) - 10 METROS 14 BANDEIRAS COM BAMBUI 02 BUNDOS 02 CAIXA 01 REPIÑQUE 01 CHOCALHO 01 TAMBORIM BAQUETAS</p> <p style="text-align: center;">GOIÁS</p> <p>FORÇA JOVEM GOIÁS 01 FAIXA DE 20 X 2 METROS (LOGOMARCA FORÇA JOVEM GOIÁS)</p>
---	--

OBS: 1. TODOS OS COMANDANTES DE REVISTA DEVERÃO TER ATENÇÃO COM AS FAIXAS DAS TORCIDAS ORGANIZADAS, NENHUMA TORCIDA OU GRUPO QUE NÃO ESTIVER RELACIONADA NESTA AUTORIZAÇÃO, NÃO PODERÁ ENTRAR COM QUALQUER TIPO DE MATERIAL DE TORCIDA.
 2. TODOS OS COMANDANTES DE REVISTA DEVERÃO ATENTAR PARA O QUANTITATIVO DE MATERIAL AUTORIZADO, DEVENDO RESPEITAR O MESMO.
 Contato de E-mail para solicitação de material para torcidas organizadas: baqa.torcidasorganizadas@semil.com

Revista de material da Torcida Organizada.
Última foto da lista de material permitido para cada torcida.
Fonte: A autora, 2019.



Escolta da torcida do Fluminense, do Maracanã ao São Januário. Perceba a grande quantidade de torcedores até o final da rua.

Fonte: A autora, 2019.



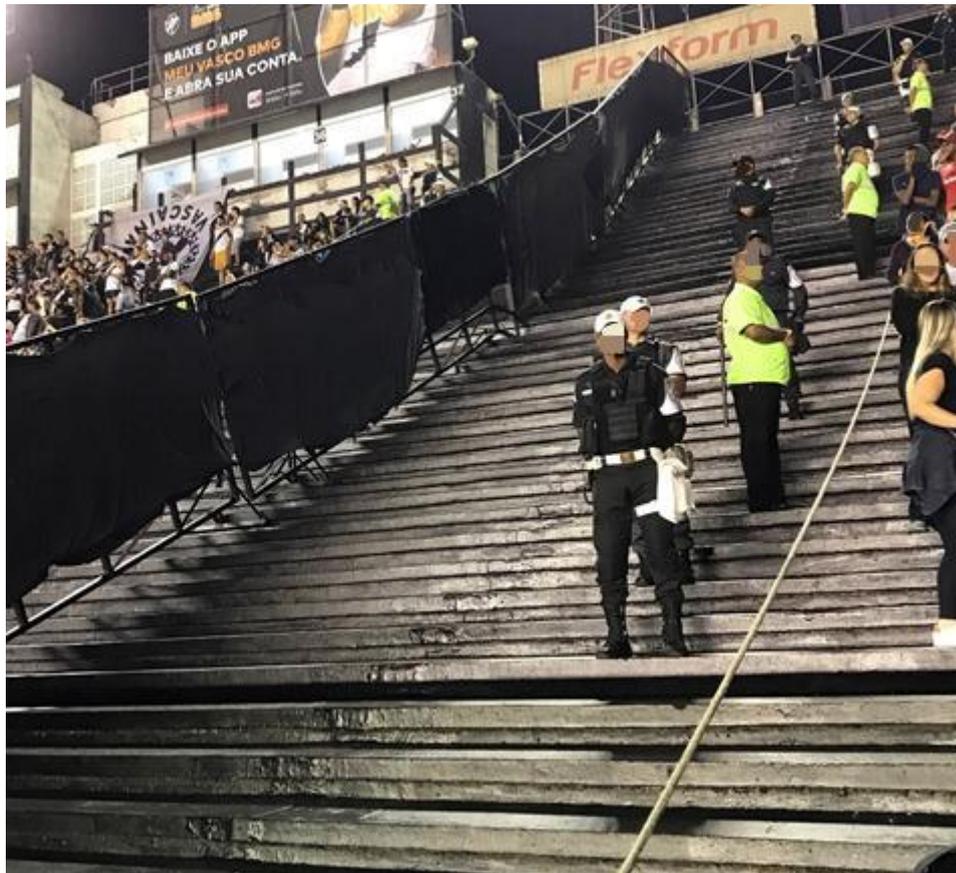
Escolta da torcida Urubuzada, de sua sede, na Tijuca, ao Maracanã.
Fonte: A autora, 2019.



Reunião de torcida. As torcidas de cada time, geralmente não se misturam.
Fonte: A autora, 2019.



Tropa de Choque para além da farda utilizam escudo, capacete e armamento mais específico, como a granada e o elastômero.
Fonte: A autora, 2019.



Divisão de torcida com a presença do BEPE e dos *stewards*.
Fonte: A autora, 2019.

ANEXO G - Curso CPPD e instruções



Instrução de Método de Defesa Policial Militar (MDPM), na academia da unidade, para o efetivo do BEPE.
Fonte: A autora, 2019.



Formação dos alunos da Xª turma do CPPD, antes da instrução de atividade física.
Fonte: A autora, 2019.



Instrução de tiro da Xª turma do CPPD, no CFAP.
Fonte: A autora, 2019.



Instrução de formação e lançamento de granada, no campo ao fundo do BEPE.
Fonte: A autora, 2019.





Instrução de Controle de Distúrbio Civil (CDC). Este foi o momento do meu “batismo”; por eles verem que acompanhei um dos momentos mais difíceis do CPPD.

Fonte: A autora, 2019.



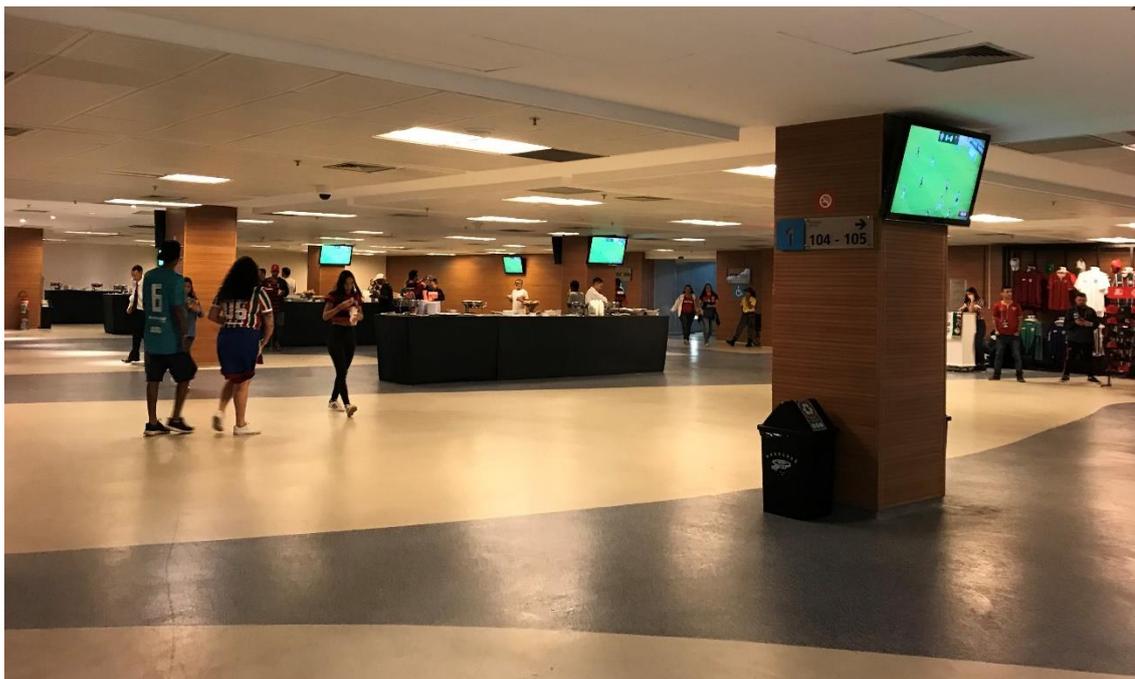
“Cemitério” dos alunos que desistiram do CPPD.

Fonte: A autora, 2019.

ANEXO H - Novo modelo estrutural do Maracanã



Ambas as fotografias apresentam o novo modelo estrutural do Maracanã, sem os anéis inferior e superior.
Fonte: A autora, 2019.



Área de circulação do Maracanã Mais. Nas mesas são dispostos o buffet.
Fotografia registrada em um clássico Flamengo vs Fluminense.
Neste evento, ambas as torcidas compartilhavam o mesmo espaço.
Fonte: A autora, 2019.

ANEXO I - Atuação da segurança nos setores mais caros



Uma das mulheres que trabalham no setor do Maracanã mais e camarotes; note o rádio de comunicação. Elas que realizam a segurança nestes setores. A estrutura da área de circulação deste setor é distinta dos outros setores, possui escada rolante e elevadores, a estrutura se assimila a de um shopping.

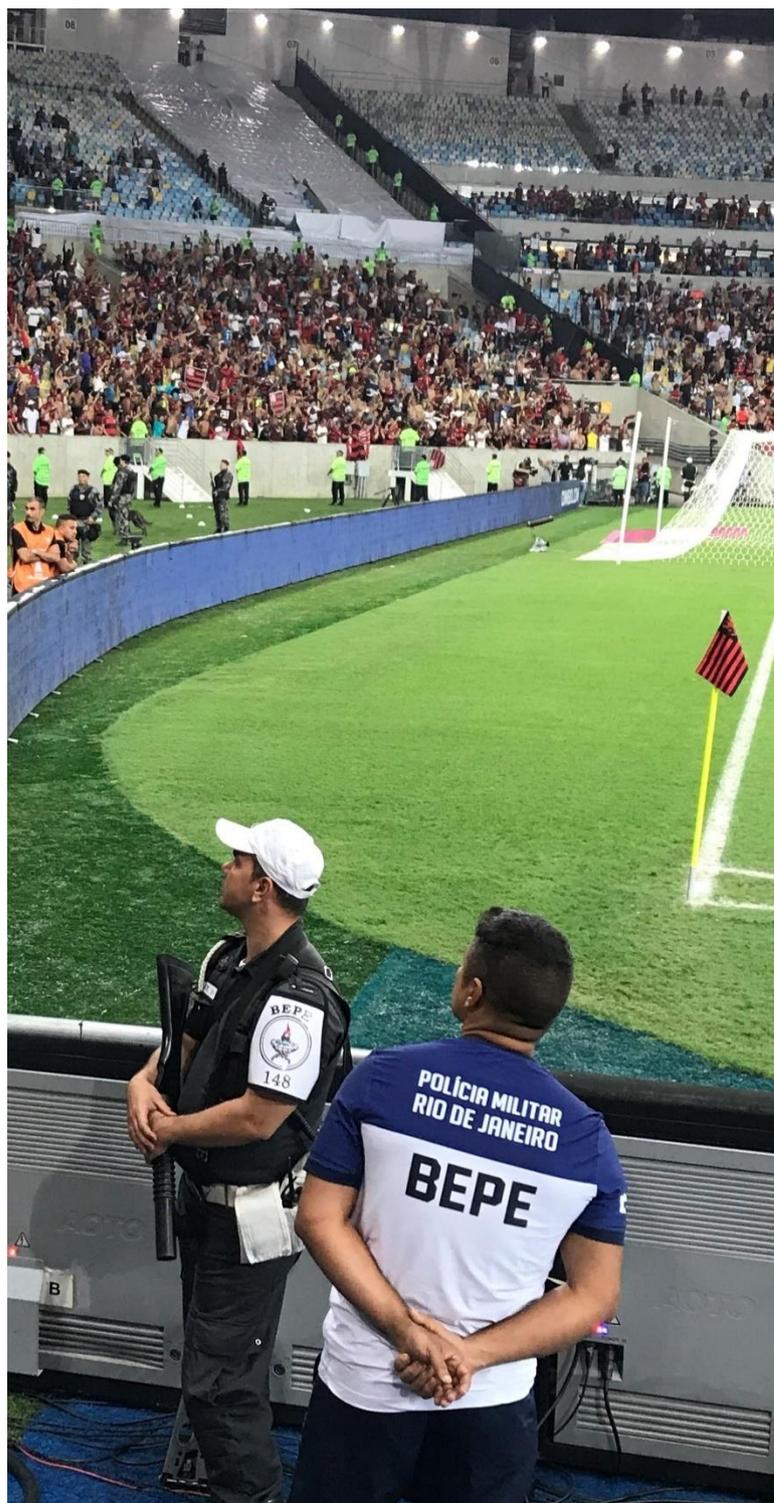
Fonte: A autora, 2019.

ANEXO J - Gepe raiz X Gepe nutella



Fotografia da atuação do GEPE, na penúltima rodada do campeonato brasileiro, em dezembro de 2004. Derrota de 2x1 do Botafogo para o Corinthians, no estádio Caio Martins, em Niterói; quando a torcida invadiu o campo. Representação do "GEPE raiz".

Fonte: jornal "O Dia" do dia 13/12/2004, cedida a mim pelo Subcomandante 2002-2006.



Fotografia da atuação do BEPE, com todos os setores de cadeira, com a lona de isolamento para afastar ainda mais a torcida visitante, presença dos *stewards*, melhor aparato tecnológico com a presença do elastômero, como representações do “GEPE nutella”. Isso não significa que necessariamente os policiais representados na fotografia estão na categoria de “nutella”, mas a imagem representa as facilidades que os “GEPE nutella” enfrentam.

Fonte: A autora, 2019.

ANEXO K - Roteiro – efetivo

Efetivo do BEPE (oficiais e praças).

- **Trajetória policial**

- 1) Fale-me sobre a sua trajetória profissional antes de entrar para a Polícia Militar.
- 2) Quando o (a) Senhor (a) entrou na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro?
- 3) Qual foi a sua trajetória nesta instituição?
- 4) Por qual motivo desejou ser Policial Militar? Explique.
- 5) Em sua opinião o que é ser um policial?

- **Trajetória no BEPE**

- 1) Quando entrou para o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios?
- 2) O que o (a) levou a estar lotado no BEPE?
- 3) Pretende mudar de grupamento em algum momento? Quando? Por quê?

- **O BEPE**

- 1) Há quanto tempo o (a) Sr. (a) tem conhecimento da existência deste batalhão? Como conheceu? Como o (a) Sr. (a) percebia as atribuições do BEPE?
- 2) Atualmente, como o (a) Sr. (a) define o BEPE? Quais são as principais atribuições e objetivos deste batalhão?
- 3) Antes de entrar para o BEPE/GEPE, você fez algum treinamento? Se sim, como foi? Fale sobre ele.
- 4) Você sabe qual é o significado do emblema do BEPE? Qual é?
- 5) Qual a sua rotina de trabalho no BEPE? E a do BEPE em geral?
- 6) Como funcionam as escalas semanais?
- 7) Como funciona o trabalho do BEPE. As operações são em dias de eventos esportivos?
- 8) Em dias de manifestações como são as atuações do BEPE nas ruas? Explique.
- 9) Como é o trabalho do BEPE nos dias que não têm eventos esportivos?
- 10) Na sua opinião, há diferença entre o BEPE e outros batalhões da PMERJ? Explique.
- 11) Em sua opinião, como os torcedores percebem os policiais do BEPE? E o de outros batalhões?
- 12) **(Se o entrevistado estava lotado antes da mudança de GEPE para BEPE, então fazer a pergunta):** Como foi a mudança de Grupamento para Batalhão? Fale-me um pouco sobre esse processo de reforma e sobre o que mudou no grupamento neste período.

Muito obrigada pela sua participação!

ANEXO L - Roteiro – ex-comandantes

Ex-comandantes do GEPE.

- **Trajetória policial**

- 1) Fale-me sobre a sua trajetória profissional antes de entrar para a Polícia Militar.
- 2) Quando o (a) Sr.^a(a) entrou na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro?
- 3) Qual foi a sua trajetória nesta instituição?
- 4) Por qual motivo desejou ser Policial Militar? Explique.
- 5) Em sua opinião, o que é ser um policial?

- **Trajetória no GEPE**

- 1) Por quanto tempo atuou no GEPE?
- 2) Qual foi o período que comandou o GEPE?
- 3) Há quanto tempo o (a) Sr.^a(a) conhece a existência deste batalhão? Como conheceu?
- 4) Quando o GEPE foi criado? Qual a história do GEPE?
- 5) Como define o GEPE? Quais são as principais atribuições e objetivos deste atual batalhão?
- 6) Qual era sua rotina de trabalho no BEPE quando estava no comando? E a do BEPE em geral?
- 7) Como funcionavam as escolas semanais?
- 8) O (A) Sr.^a(a) pode explicar como funcionava o trabalho do BEPE quando tinha operações em dias de eventos esportivos?
- 9) E em dias de manifestações nas ruas?
- 10) Como era o trabalho do BEPE nos dias que não tinha eventos esportivos?
- 11) Em sua opinião, como os torcedores percebiam os policiais do GEPE? E como percebiam os policiais de outros batalhões?
- 12) No período em que o Sr era comandante, como o GEPE ficava na estrutura organizacional da PMERJ? Como o Sr. Avalia essa estrutura?
- 13) E qual era a estrutura dentro do GEPE?
- 14) Como funcionava a relação institucional e operacional do GEPE com os outros batalhões? Explique.
- 15) E com o Comando Geral? Explique.
- 16) Como foi sua experiência no comando deste antigo grupamento?
- 17) Algum fato marcante, em relação ao grupamento, que queira destacar?

Muito obrigada pela sua participação!

ANEXO M - Roteiro – comando da corporação

Policiais que ocuparam cargos de comando na PM.

- **Trajetória policial**

- 1) Quando o (a) Sr.^a(a) entrou na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro?
- 2) Qual foi a sua trajetória nesta instituição?

- **Trajetória no BEPE**

- 1) Há quanto tempo o (a) Sr.^a(a) conhece a existência do GEPE (atual BEPE)?
- 2) Como o GEPE estava organizado na estrutura da PMERJ quando o Sr. foi (Comandante Geral – Ibis; Chefe do Estado Maior - Robson)?
- 3) Qual era a relação desse grupamento com os outros batalhões?
- 4) Qual era a função do GEPE neste período?
- 5) Quando ele era acionado?
- 6) Além dos eventos esportivos, o GEPE atuava em algum outro tipo de operação? Se sim, qual? Quem comandava a operação?
- 7) Como este grupamento era visto institucionalmente pelo Comando Geral?
- 8) Como o Sr percebia o GEPE no período em que estava no Comando Geral? E como era antes do Sr. assumir o Comando Geral?
- 9) Em sua opinião, havia alguma relação entre o contexto social e político e o tipo de atuação do GEPE? Se sim, qual? Explique.
- 10) O Sr. percebeu alguma mudança no GEPE ao longo dos anos? Se sim, o teria como descrever?
- 11) Quem era(m) a(s) pessoa(s) importante(s) no âmbito do GEPE no processo operacional? E no político?
- 12) Qual a sua opinião sobre a mudança do GEPE para um batalhão? Como o Sr. compreende este processo?
- 13) O Sr. gostaria de falar mais alguma coisa sobre o GEPE/BEPE?

Muito obrigada por sua participação!